



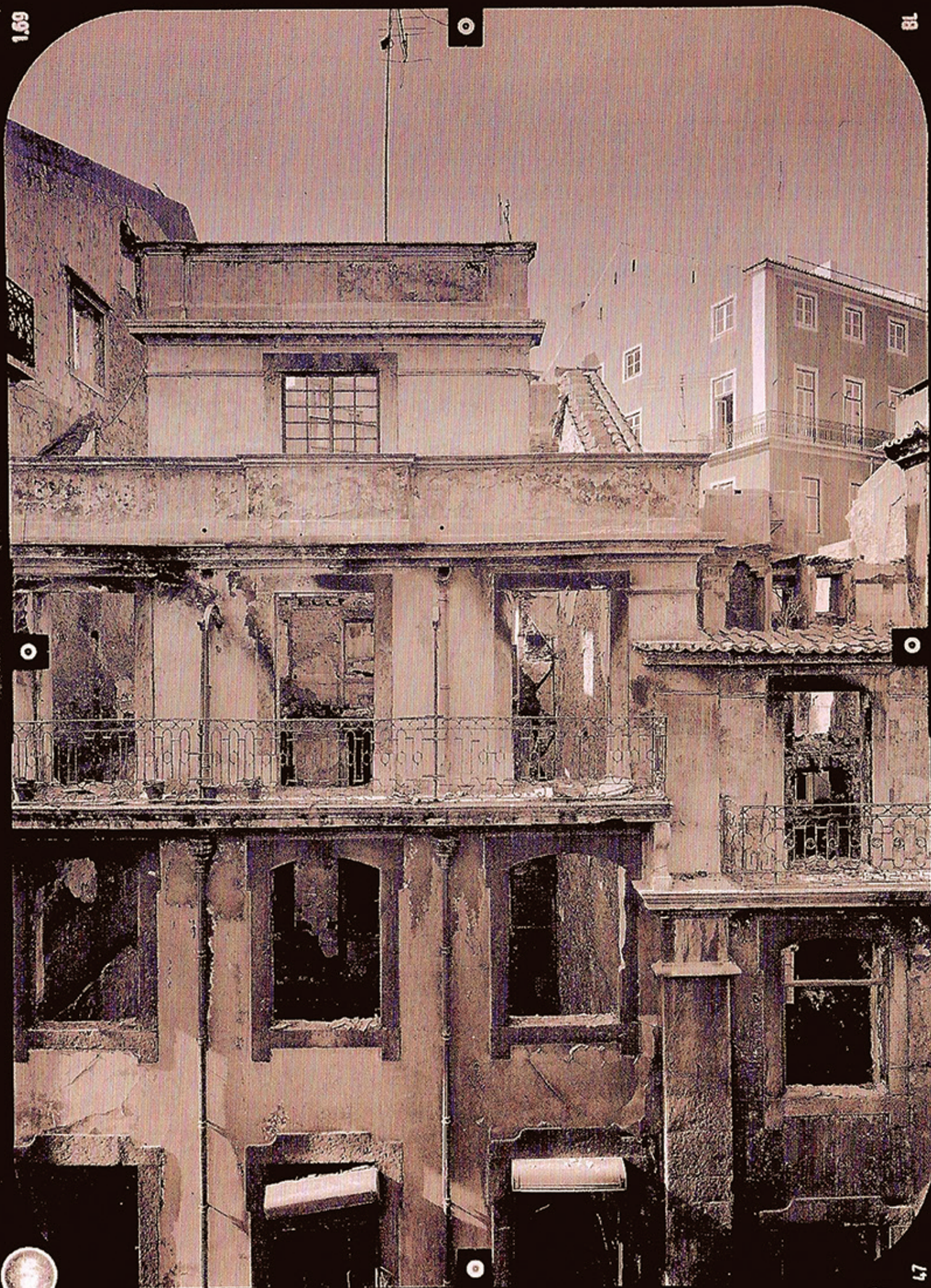
ESTRATÉGIAS DE RECONSTRUÇÃO URBANA

A EXPERIÊNCIA DO CHIADO EM DISCURSO DIRECTO

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA
À FACULDADE DE ARQUITECTURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO EM
ARQUITECTURA**

ORIENTADA PELO PROFESSOR DOUTOR FRANCISCO JOSÉ BARATA FERNANDES

**MATILDE BARREIRA DA COSTA LOBO
2014**



ESTRATÉGIAS DE RECONSTRUÇÃO URBANA:
A experiência do Chiado em discurso directo

*Ao avô,
que também gostava de arquitectura.*

(...)reconstruir uma cidade não significa só erigir paredes. Isso é o mais fácil.

Álvaro Siza Vieira; "Talvez se venha a dizer que é a mesma coisa que antes", 1989

Notas prévias:

A autora deste trabalho não segue as regras preconizadas pelo novo Acordo Ortográfico.

Todas as citações serão mantidas na língua da obra consultada, excepto quando assinalado em nota de rodapé.

Agradecimentos

Agradeço:

Ao Professor Francisco Barata pela crítica sempre pragmática e atenta, pelas observações cirúrgicas e pelas direcções que ditaram o rumo acertado deste trabalho, nem sempre fácil de delinear.

Agradeço ainda a persistência com que motivou o seguimento desta investigação, e as *conversas-aulas* que tão bem colmataram este percurso académico, e que levarei bem presentes na memória.

Pela disponibilidade e amizade.

Ao Arquitecto Álvaro Siza, que tão gentilmente me recebeu, e me transmitiu em pessoa, tantas verdades que recordarei, com certeza, pela vida fora.

Ao Arquitecto Roberto Collovà, pela conversa sensível, pelas histórias e pela sabedoria.

Ao Arquitecto Carlos Castanheira, pela disponibilidade tremendamente matutina, pelas explicações animadas e pela amabilidade.

Ao Arquitecto Jorge Carvalho, a eloquência do seu discurso.

A todos os que se foram cruzando no meu caminho e ajudaram na construção deste trabalho, em especial à Susana, à Arquitecta Cármén Alvarez e ao Tó.

À Joana Couceiro, pela disponibilidade e partilha de experiências, pela imensa simpatia.

Ao Manecas, a quem devo grande parte dos possíveis sucessos desta (longa) jornada, pela força e motivação, pela paciência, pela objectividade quando esta foi necessária, pelo cuidado, pela incansável disponibilidade e pela lista telefónica.

Pela amizade.

Como diria Amália: obrigada, obrigada, obrigada.

A todos os meus amigos, pelo apoio, em especial à Claudia, à Rita, à Leonor e à Chica Santos, pelo auxílio nas revisões e traduções.

À Inês pelo apoio sensível e pela presença, pelo exemplo.

À Chica Lopes, “companheira de carteira” agora e há quinze anos, pelas risadas, pelas boleias e pelo apoio pragmático.

À Bea, pela companhia amiga, das boas e más horas. Pela ajuda desinteressada, pela presença na minha vida.

Ao meu pai, pelas histórias de vida.

Ao Vasco, meu companheiro, pela paciência, (comigo e com os computadores), e *por tudo o resto*.

À minha mãe, por tudo.

Aos Gregos de Siracusa, por me deixarem conviver com a (sua) História.

Resumo

(Reconstrução, continuidade, transformação, método)

A presente dissertação tem como objectivo principal o estudo da estratégia gizada por Álvaro Siza na operação de reconstrução do Chiado, em Lisboa, *usando-a* como plataforma de entendimento de opções projectuais capazes, com a finalidade de as transpor para o discurso contemporâneo sobre renovação urbana nos tecidos históricos.

A reflexão a que nos propomos, tem como princípio o desejo de aprender como transformar a cidade do *passado*, de forma a que ela se perpetue no *futuro*. É no entendimento de que estes dois tempos devem ser sobrepostos em análise, através de uma posição crítica e profundamente atenda, que julgamos residir a pertinência deste estudo.

De forma a enquadrar e melhor compreender a estratégia, recuamos até ao fim da 2ª Grande Guerra Mundial, altura em que, imbuídos de um espírito transformador acelerado, numa tentativa de resolver rapidamente os *traumas* urbanos que jaziam nas cidades europeias, são produzidos os mais interessantes discursos sobre como transformar a cidade: atendendo à sua continuidade histórica ou *fazendo novo*? A dialéctica entre a tradição e a inovação está presente, assim como a importância do conhecimento da História e da Memória, em oposição ao discurso funcionalista do Moderno.

O Chiado em discurso directo

Através de uma serie de entrevistas, realizadas com os três arquitectos que participaram directamente na coordenação do Plano: Álvaro Siza, Carlos Castanheira e Jorge Carvalho; e com Roberto Collovà, um estudioso da obra e método de Álvaro Siza, e das questões ligadas ao património; foi traçado um percurso de investigação, apoiado no discurso destes personagens.

Mais do que uma exaustiva análise sobre a obra final, pretende-se estudar as opções geradoras, e o método que as suportou. Numa tentativa de sensibilizar para a importância do estudo método, bem como para a discussão destas problemáticas de modo critico e operativo, transpondo atitude diligente de Álvaro Siza, para os demais problemas associados à intervenção na cidade consolidada.

É na complexa tensão entre tradição e Modernidade que reside a genialidade da operação do Chiado, pensamos.

Abstract

(Reconstruction, continuity, transformation, method)

The following thesis aims to study the strategy chalked by Álvaro Siza towards the reconstruction works carried at Chiado, in Lisbon, using it as a platform for understanding the capable design solutions as means to transpose the renovation of the historic urban fabric into contemporary culture.

The proposed reflection has as a principle the desire to learn how to transform the city of the past, so that it perpetuates in the future. The relevance of this study resides through the understanding that these two periods have to be superimposed under analysis, through a critical in depth position.

For a better understanding and framing of the given strategy we ought to recall the end of the Second World War, where enlightened by a fast paced transforming spirit and in an attempt to quickly solve the urban traumas felt by European cities, the most interesting speeches are made on how to transform cities: attending to it's historic continuity or in re-doing? The dialogue between tradition and innovation is ever present as well as the importance on the knowledge of History and Memory in opposition to the Modern functionalist speech.

The Chiado in direct speech

Through a series of interviews with the three architects who were directly involved in the coordination of the Chiado re qualification plan: Álvaro Siza, Carlos Castanheira and Jorge Carvalho; and with Roberto Collovà, a scholar of the work and method of Álvaro Siza, as well as heritage affairs; a research path was traced, supported by the speech of these intellectual individuals.

More than an in depth analysis of the concluded works, the intention of this thesis is to study the generating options, and the method that conveyed them. In an attempt to raise awareness for the importance of the study method, as well as for the discussion of these critical issues and their operation mode, reaffirming the diligent attitude of Alvaro Siza, to regards to the rising problems associated with the intervention of the consolidated city. It is in the complex tension between tradition and modernity that lies the genius of the Chiado requalification.

Sumário:

Introdução	[1]
Parte I	
Capítulo 1 – O lugar	
A Lisboa (de Siza)	[11]
Capítulo 2 – O método	[25]
Transformações ao longo da História da cidade (destruída)	[27]
<i>Tábua-rasa</i> e Memória – Os loucos anos do pós-guerra	[33]
Memória e catarse	[42]
Referências - <i>Composto e mistura</i>	[43]
Parte II	
Capítulo 1 - A Encomenda	
A encomenda	[51]
O Plano	[55]
Capítulo 2 - A Obra	
Identidade no projecto	[59]
Restabelecimento das relações com a envolvente	[61]
Transformações tipológicas do lote	[67]
Adequação da tipologia interna	[71]
Actualização técnica	[73]
Pormenorização das fachadas	[75]
Considerações finais	[85]
Bibliografia	[97]
Lista de figuras	[103]
Anexos	
Anexo 1 - Entrevistas	
Entrevista a Roberto Collovà	[113]
Entrevista a Jorge Carvalho	[129]
Entrevista a Carlos Castanheira	[139]
Entrevista a Álvaro Siza	[155]
Anexo 2 - Recortes de Periódicos	[169]



Figura 1. Alçado Norte do *Duomo di Siracusa*. Reconstruído sobre as ruínas de um Templo Grego - *Tempio di Atena*.
A história do edifício que vemos conta com vinte e quatro séculos de existência.

Como refere frequentemente Álvaro Siza, o edifício da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto deve ser, também, uma aula. A passagem pelos corredores, a perspectiva, o rigor do detalhe na associação de diferentes materiais, as guardas, as janelas, o modo como a luz qualifica o espaço, ou como o sombreia com as suas palas; tudo isto faz parte do meu imaginário, enquanto aluna desta escola.

Daí que este contacto, tímido ao princípio, mas sempre intenso e cheio de interrogações, se tenha traduzido num enorme interesse pelo seu modo de pensar e, sobretudo, pelas suas estratégias de projecto. No caso particular do projecto da Escola, sempre me pareceu de especial interesse a articulação entre o novo projecto de Álvaro Siza e as pré-existências da Quinta da Póvoa.

No final do percurso académico senti vontade de aprofundar temas até então pouco explorados. Refiro-me aos temas ligados com problemas de *renovação, reconstrução e reabilitação* urbanas ou, sintetizando, às questões de *continuidade e transformação* na cidade consolidada que, apesar de sobejamente abordados pela opinião pública, são muitas vezes tratados sem a profundidade devida.

A pertinência destes temas, numa altura em que as questões económicas e até mesmo demográficas na Europa, são desfavoráveis à construção de raiz, era para mim clara.

A opção de terminar o meu percurso académico numa Escola de Arquitectura em Itália, no caso, Facoltà di Architettura di Siracusa della Università degli Studi di Catania, revelou-se extremamente enriquecedora a este nível na medida em que, mais do que contactar com as perspectivas teóricas e académicas associadas à intervenção na cidade consolidada, permitiu-me conhecer belíssimos objectos arquitectónicos, com cronologias variadas.

Outra questão que me terá marcado, sendo esta uma zona de forte actividade sísmica, foi a possibilidade de estudar o modo como foram sucessivamente reconstruídas tantas cidades Sicilianas que, pela sua condição quase *efémera*, apresentam hoje uma imensidão de interessantíssimos estratos, correspondentes a diferentes épocas de reconstrução.

No regresso ao Porto, munida com os instrumentos aprendidos no ano de *Erasmus*, procurava um caso paradigmático para ensaiar o cruzamento entre a teoria estudada em Itália e a prática de reabilitação desenvolvida no Porto. O projecto de Álvaro Siza para o “Plano de Pormenor para Recuperação da Zona Sinistrada do Chiado”, pela situação súbita que condicionou a sua encomenda, pela sua implantação no tecido histórico, e pela ampla reflexão subjacente, tornou-se o exemplo irrepreensível para a elaboração desta síntese final da minha formação.

Introdução

No repto inicial desta dissertação, estabelece-se como principal argumento de investigação compreender as questões associadas à *transformação e continuidade* na cidade consolidada, no caso específico da renovação do Chiado.

Para tal propomos uma reflexão teórica sobre a problemática da intervenção sobre pré-existências: sobre renovar, reabilitar ou reconstruir, a cidade histórica na contemporaneidade.

Etimologicamente, o prefixo “re” significa “outra vez” ou “voltar a”. Assim, renovar (*re+ novare*) exprime a ideia de “tornar novo outra vez” ou, adaptar o antigo às necessidades contemporâneas, respeitando a tradição, inovando.

A operação de reconstrução do Chiado, em Lisboa, mostrou-se particularmente relevante como plataforma de entendimento de tais questões, resumindo a maior parte daquilo que eram as premissas iniciais deste estudo. Assim, não seria objectivo primordial o estudo da forma, do objecto, ou do seu autor, mas sim servir-se da obra como meio de compreender os princípios da estratégia de intervenção subjacente, de entender o seu “*como*”. Para explicar esta procura, citamos Grassi:

“Cuando la forma se aísla resalta su particularidad, su carácter eminentemente sintético. Pero nosotros no vamos en busca de sugerencias. Pedimos explicaciones, queremos conocer las conexiones, los pasajes. Sabemos que aquella forma es así, definida y perentoria, justamente porque es el resultado de una observación y de un trabajo estrechamente ligados. Todo está en su sitio en esa forma, nada se ha dejado al azar o a la improvisación: esto es lo que nos convence. Nosotros miramos la forma con ojos analíticos(...)”¹

Esta busca do aprofundamento teórico procura também escapar à imediatez da imagem, hoje demasiado banalizada como instrumento de compreensão superficial do projecto de arquitectura.

A falta de estudo teórico aprofundado sobre as metodologias associadas ao projecto de arquitectura, sobre as condições que as geraram e sobre o contexto inerente, é um problema frequentemente identificado. Eduardo Souto de Moura alerta para isso mesmo: “(...)a Escola do Porto carece hoje, (...), de novo, de uma aproximação teórica ao projecto. Um método de projectar tem de ter por trás um corpo teórico.”²

Esta reflexão sobre como continuar a cidade consolidada, parece-nos ser um dos mais importantes discursos da contemporaneidade. A par duma Europa de centros envelhecidos associada a questões económicas desfavoráveis à construção nova, surge na última década, a “exaltação da reabilitação urbana”, na maior parte das vezes, pouco sustentada e com resultados individualistas e potencialmente nefastos para os tecidos históricos. Pareceu-nos por isto pertinente, estudar como fazer bem: como transformar, como continuar, como atender aos problemas da cidade consolidada do presente.

¹ “Nos interesan los criterios, las modalidades: su cómo ante todo” in GRASSI, Giorgio; “Cuestiones de proyecto” (1983) Trad. Manuel Iñiguez, Alberto Ustároz, J L Gil Aristu; publicado com o título “Befreite, nicht gesuchte Form. Zum Problem architektonischen Entwerfens” in *Daidalos* 7, março de 1983; GRASSI, Giorgio; *Arquitectura lengua muerta y otros escritos*; Barcelona: Ediciones del Serbal, 2003; pp. 33

² SOUTO DE MOURA, Eduardo; Entrevista por Anne Wermeille e Nuno Grande; *Werk, Bauen+Wohnen*, Julho de 2012; disponível em: <http://wbw.ch/de/content/entrevista-álvaro-siza-e-eduardo-souto-de-moura>

Este objectivo a que nos propomos, de estudar o *como* do projecto de reconstrução do Chiado, teria necessariamente de ser sustentado com perguntas concretas, questões estas que não se encontram totalmente esclarecidas na bibliografia analisada. A opção metodológica passou então por realizar um conjunto de entrevistas com os principais protagonistas desta operação para construir uma História Oral da mesma.

Apesar de pouco frequente em Portugal, este modo de investigação é utilizado com desde o final da década de 50³.

Os entrevistados foram seleccionados de acordo com o seu papel no processo da obra em estudo. Álvaro Siza, autor do Plano, acompanhou todas as fases do processo e projecto. Carlos Castanheira e Jorge Carvalho, foram coordenadores de projecto em fases distintas. Todos integravam a equipa pluridisciplinar que coordenava as obras de reconstrução – o *Gabinete do Chiado*.

De forma a enquadrar as questões essenciais à intervenção na cidade consolidada, bem como as motivações metodológicas de Álvaro Siza, foi também entrevistado Roberto Collovà, arquitecto com prática de renovação urbana e professor de projecto na escola de Palermo. Collovà segue atentamente o percurso de Siza desde a década de 70 e colaborou com Siza no projecto de Renovação da Piazza Alicia, em Salemi.

As entrevistas foram realizadas num espaço temporal próprio e limitado, sensivelmente a meio do percurso da prova, pelo que as questões colocadas são referentes a preocupações manifestadas até esse momento, que não teriam ainda sido respondidas no decorrer da investigação. Foi através das respostas e da sequência do discurso produzido pelos entrevistados que foi montada a estrutura deste trabalho, sendo que os temas abordados são os sublinhados no discurso oral.

Com tónica nestas questões, foi analisada a bibliografia essencial necessária para enquadrar os temas, de modo a que este estudo permitisse traspor a metodologia para outros processos de projecto ligados à temática da cidade e da sua transformação.

A pesquisa concentrou-se nos discursos sobre o património e sobre a transformação nos tecidos históricos, passando pelos processos de reconstrução e regeneração na cidade moderna europeia.

Um recuo necessário no tempo levou-nos até aos primeiros discursos modernos sobre Conservação e Restauro do património, protagonizados por Viollet-le-Duc, Ruskin e Boito, propostas indubitavelmente relevantes para a compreensão da evolução do pensamento arquitectónico em relação ao património. Sendo sempre pertinente o seu estudo, a presença directa neste documento não nos pareceu essencial, por se encontrar já presente, de forma crítica, no discurso directo dos autores do projecto.

³ O discurso oral tem, como é sabido, consideráveis problemáticas associadas. No entanto, julgamos que as suas mais valias, no auxílio à compreensão de temas de tamanha complexidade, tornam-no aqui válido. Além deste aspecto, a possibilidade de cruzamento de dados e a sua edição minimiza tais preocupações. Exemplos de instituições que usam esta metodologia são os *Archives of American Art* (AAA) da *Smithsonian Institution* em Washington que albergam a maior colecção de arquivos de história oral relativa à Arte Contemporânea e, presentemente, o *Oral history Archive*, projecto de investigação do Instituto de Teoria e História do ETH em Zurique, que se dedica a registar através de entrevistas os depoimentos pessoais de autores relevantes para a História da Arquitectura.

Estrutura

O trabalho estrutura-se em dois momentos distintos.

[Parte I] onde se qualifica e contextualiza o lugar da intervenção, e onde se enquadra, recorrendo a exemplos práticos e a discursos teóricos sobre o tema, os princípios metodológicos que suportaram a operação do Chiado.

[Parte II] onde se analisam os elementos fundamentais de uma operação arquitectónica: a encomenda, o processo e a obra, através dos discursos dos seus intervenientes directos.

O estudo do contexto

O primeiro capítulo deste trabalho pretende então caracterizar o lugar da intervenção, a partir do estudo da sua morfologia, da topografia onde se implanta, das suas construções mais relevantes, e da sua História.

Para tal, recorreremos ao estudo comparativo com a operação pombalina na Baixa pós-terramoto de 1755, como meio de entender as transformações do lugar mas, também, de compreender as motivações e a estratégia subjacente, que produziram à altura, uma enorme novidade. O contexto de urgência onde se insere esta experiência, revelou os instrumentos utilizados para reconstruir uma grande parte da cidade, que tinha ficado em ruína. O estudo produzido para tal, o modo como foi feita a encomenda, e o processo que gerou a forma da Baixa, teve repercussões no modo de pensar a cidade.

A morfologia das suas construções e espaços urbanos é definidora de toda a área, da Baixa ao Bairro Alto, abarcando a colina onde se implanta o Chiado.

É a partir do reconhecimento deste facto que nasce o desígnio da operação de reconstrução por Álvaro Siza, que é o de *manter a identidade do Chiado, restabelecendo a sua relação com o meio envolvente*.

Primeiros discursos sobre continuar a cidade

De forma a enquadrar o método extraído da experiência do Chiado foi necessário recuar até ao início das primeiras discussões sobre transformação e continuidade na cidade, que tomam particular relevo na Europa do pós-II Guerra Mundial.

Os primeiros debates sobre a cidade moderna dão se sobretudo nos anos vinte do séc. XX, quando os CIAM (Congres Internationaux pour l'Architecture Moderne) tentam uniformizar as metodologias de fazer cidade através das experiências europeias. A ideia principal era que a cidade histórica deveria dar lugar à cidade funcionalista, feita para o Homem.

Com o irromper da II Guerra Mundial, na década seguinte, este discurso foi sendo ultrapassado. Parafraseando Ignasi Solà-Morales, este cenário traduziu-se no maior episódio de destruição até então realizado, garantindo por isso um exponencial interesse reflectido pelas questões relacionadas com as temáticas da reconstrução na cidade: “Quedaba abierta, al silenciarse las armas, la tarea de la reconstrucción

pero también una aproximación mucho más cautelosa a los grandes problemas de la construcción de la ciudad.”⁴

A ideia de tábua-rasa, decorrente do discurso funcionalista da Carta de Atenas foi gradualmente dando lugar à relação próxima com o lugar e a tradição local, que propunha a recuperação dos antigos níveis de urbanidade, numa perspectiva histórica.

Dois autores importantes na definição destes pressupostos foram Ernesto Rogers, que introduz o conceito de *preesistenza ambientale*, e Aldo Rossi que problematiza as questões da análise urbana em *L'architettura della Città*. Outro importante contributo, foi o reconhecimento de que a cidade é um organismo composto por partes, e que qualquer tentativa de a definir como um todo, conduziria a operações fracassadas. A teoria de Fred Koetter e Colin Rowe, decorrente do livro *Collage city*, corrobora isso mesmo.

O discurso urbano evolui, passando então a valorizar-se a continuidade histórica e o respeito pela tradição. Neste processo, o grande desafio seria introduzir a variável *inovação* na intervenção sobre a cidade histórica, adaptando os novos projectos às necessidades contemporâneas.

Contemporaneidade

O discurso contemporâneo sobre a renovação urbana parece ter perdido a procura da síntese. Assistimos à associação anárquica de conceitos e ideias, resultando numa destruição da unidade da morfologia urbana. Tanto nos debruçamos com questões de “fachadismo”, assente em operações miméticas que reinventam o seu miolo por tipologias novas, como, num extremo oposto (ou não), com abordagens totalmente desenraizadas do lugar e da tradição, que abusam de morfo-tipologias questionáveis.

A evolução das entidades administrativas e promotoras responsáveis por estas intervenções tem sido significativa, principalmente nos últimos sessenta anos. Interessa-nos, ainda assim, compreender como poderá ser possível criar mecanismos mais eficazes de controle e conseguir imputar responsabilidades às entidades político-administrativas, quando trabalhamos nos tecidos históricos.

Parece-nos ainda pertinente perceber de que forma as condicionantes programáticas influenciam o processo e a forma, tentando compreender se um programa excepcional se deve traduzir numa forma transformadora da paisagem, especialmente quando abordamos a complexa estrutura das morfologias urbanas em contexto histórico.

⁴ SOLÀ-MORALES, Ignasi; *Territorios*; Barcelona: Gustavo Gili, 2002; pp.38

Coube-nos assim o estimulante desafio de estudar o *como* do processo e projecto da obra do Chiado. De apreender com a sua estratégia subjacente e, se possível, alargar o discurso da reabilitação urbana a temas mais profundos e complexos, cuja compreensão poderá ditar o sucesso das futuras operações de regeneração dos tecidos históricos.

Mais do que um documento exaustivo que analisa a forma do objecto arquitectónico, pretende-se estudar o processo que encaminha a *ideia*, os seus avanços e recuos, as suas motivações e condicionantes, como forma de aprender a ler o que “estava escrito no lugar, com aquela força, aquela inércia que têm as intervenções passadas (...)”.⁵

Parte I



Figura 2. *Arquitectura e entidades político-administrativas.* António Costa, presidente da câmara municipal de Lisboa à data, Nuno Portas e Álvaro Siza, observando o Chiado a partir do miradouro de Santa Justa, por ocasião do 25º aniversário do incêndio do Chiado.

1| O lugar

Lisboa (de Álvaro Siza)

“(…)
Lisboa com suas casas
De várias cores...
À força de diferente, isto é monótono.
Como à força de sentir, fico só a pensar.
(...)”¹

Em 1994 estreia *Lisbon Story*², filme para uns, documentário para outros, retrata Lisboa no início da década de 90, altura em que se começavam os trabalhos de reconstrução do Chiado, sob projecto de Álvaro Siza.

A Lisboa apresentada por Wim Wenders é *honest*, na medida em que nos é mostrada sem artefactos, tem sons de aldeia e máquinas de metrópole, uma cidade de contrastes. O “sopralluoghi”, como nos explica Vitorio Gregotti³, é essencial para perceber a matéria, humana e construída, do *lugar* onde foi feita a intervenção, que ora se propõe estudar.

¹ de CAMPOS, Álvaro; “Lisboa com as suas casas” (1934); *Obras completas de Fernando Pessoa, Poesias de Álvaro de Campos*; Lisboa: Edições Ática, 1980; pp.52

² *Lisbon Story*; Realização: Wim Wenders; Produção: Madragoa Filmes e Road Movies; (100min); 1994, Lisboa

³ *Sopralluoghi - Visita, inspeção ao local* (trad. livre da autora). In GREGOTTI, Vitorio; “Sopralluoghi a Wim Wenders”; GREGOTTI, Vitorio; *Diciassette lettere sull'architettura*; Roma-Bari: Laterza, 2000; pp. 141



Figura 3. Gravura que representa a panorâmica de Lisboa do séc. XVI, onde se denotam duas grandes Praças, o Rossio a Norte, e o Terreiro do Paço, junto ao Tejo, relacionadas pelo eixo que as une, a Rua dos Mercadores. George Braunio, (1598)

Figura 4. Planta Geral de Lisboa onde se percebe a complexidade da malha urbana pré-terramoto. Cópia do original de João Nunes Tinoco, (1650)

No filme, são apresentados dois modos de apreender a cidade: um através unicamente dos seus sons, e outro onde o realizador caminha com a câmara fixa nas suas costas, ambas na tentativa de alcançar a *verdade do lugar*, aquela que não é filtrada pelo olhar.

Também Álvaro Siza, procura entender esta *verdade do lugar*. Compreender a realidade do meio onde vai operar é sempre o primeiro passo: “Hoje em dia, levo tudo em conta, porque o que me interessa é a realidade. (...) tudo o que existe é importante e não se pode excluir nada dessa realidade.”⁴ Afirma.

Siza não era um *fascinado* por Lisboa, nem sequer, como ele próprio afirma e para desgosto de alguns, a conhecia bem. As memórias que detinha eram das viagens com seus pais, em tempos de menino, que pormenorizadamente descreve em “A ignorância de Lisboa”⁵.

Esta Lisboa de Pessoa, de Wenders, de Siza e de tantos outros, que dela reflectem o azul do Tejo e a luz das fachadas coloridas a pastel, implantadas nas ruas de pendente acentuada que serpenteiam as colinas, é o *palco* da reflexão a que nos propomos.

Recuando no tempo, em 1755, um terramoto violento assolou a cidade. O maremoto que se seguiu e, sobretudo, um infundável incêndio, deixaram a Baixa medieval totalmente destruída.

Voltaire, meses depois, alertava o mundo sobre a situação de Lisboa:

“(…)
 Accourez, contemplez ces ruines affreuses
 Ces débris, ces lambeaux, ces cendres malheureuses,
 Ces femmes, ces enfants l'un sur l'autre entassés,
 Sous ces marbres rompus ces membres dispersés;
 Cent mille infortunés que la terre dévore,
 Qui, sanglants, déchirés, et palpitants encore,
 Enterrés sous leurs toits, terminent sans secours
 Dans l'horreur des tourments leurs lamentables jours!
 (...)”⁶

Num processo de excepcional modernidade, Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e ministro de D. José, posteriormente reconhecido como Marquês de Pombal, iniciou uma operação de reconstrução da cidade. Para tal, encarregou o engenheiro militar Manuel da Maia que prontamente inicia um estudo ou dissertação para a renovação da Cidade de Lisboa⁷ completado no ano seguinte à tragédia, e traduzido em edificado anos mais tarde.

⁴ SIZA, Álvaro; “Sou sensível ao momento que se segue” (1977); Entrevista por Laurent Beaudouin e Christine Rousselot; Trad. Vera Cabrita; AA.VV.; *Álvaro Siza, uma questão de medida*; Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009; pp. 29,30

⁵ SIZA, Álvaro; “A ignorância de Lisboa” (1994); SIZA, Álvaro; MORAIS, Carlos Campos (ed.); *01 Textos*; Porto: Civilização Editora, 2009; pp. 141

⁶ VOLTAIRE; “Poème sur le désastre de Lisbonne” (1756); Disponível em: <http://www.site-magister.com/volrous2.htm>

⁷ *Dissertação para a renovação da Cidade de Lisboa* - nome dado ao documento exaustivo, encomendado pelo Marquês do Pombal e produzido por Manuel da Maia, logo após o terramoto, onde este aponta as cinco soluções alternativas para a reconstrução de Lisboa in TEIXEIRA, Manuel C.; *O Urbanismo português, séculos XIII – XVIII, Portugal – Brasil*; Lisboa: Livros Horizonte, 1999; pp. 289

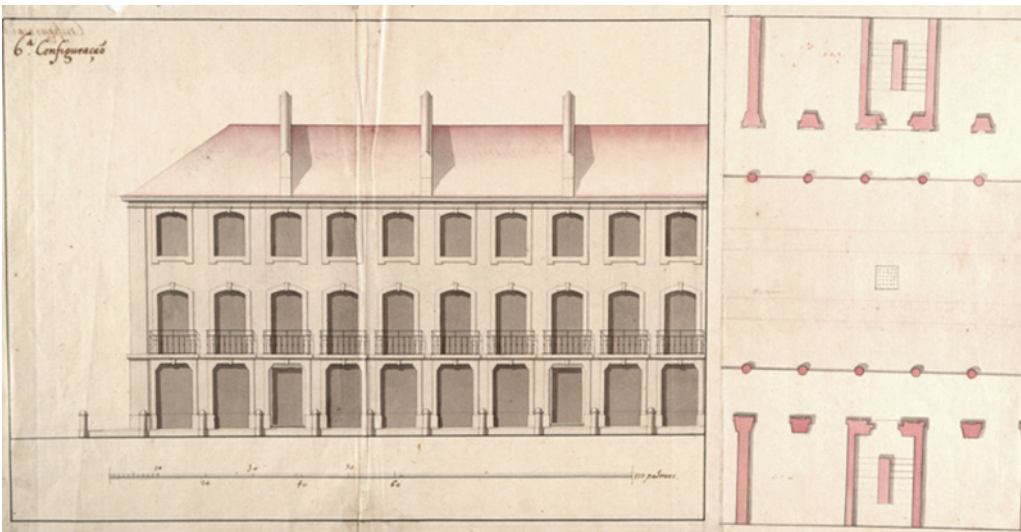
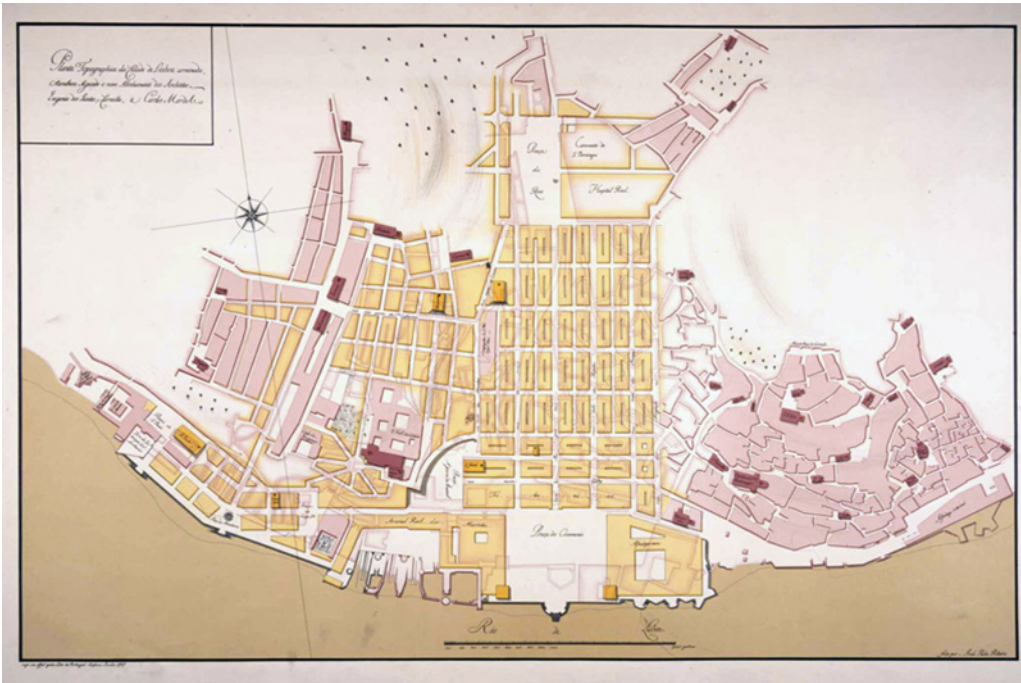


Figura 5. Planta Topográfica de Lisboa, representa o projecto escolhido para a reedificação da cidade pós-terramoto. A rosa claro estão representadas as áreas arruinadas pré-terramoto, e a amarelo sobrepõe-se a nova malha urbana. Eugénio dos Santos e Carlos Mardel, (1758)

Figura 6. Alçado-tipo dos edifícios propostos para a Baixa Pombalina. Ao lado, pormenor da implantação dos edifícios na rua. Eugénio dos Santos, (1756)

A novidade da intenção passaria, sobretudo, pela diversidade de soluções apresentadas por este, num total de seis, encabeçadas por diferentes equipas.⁸

A proposta escolhida pelo Marquês de Pombal, pertencente a Eugénio dos Santos, incluía um conjunto de edifícios apoiados numa malha complexa, de ortogonalidade perfeita, cuja tipologia e linguagem eram claramente definidas segundo premissas muito precisas: “(...) uma síntese do saber erudito da cultura urbanística europeia com a experiência prática do urbanismo português dos últimos séculos, realizada em grande parte nos territórios ultramarinos.”⁹

As referências pré-existentes seriam apenas as duas grandes praças: Rossio e Comércio, cuja implantação ditou a orientação progressista da nova malha urbana.

Além destes aspectos, a grande singularidade da operação prendia-se com a estandardização dos elementos que constituíam a fachada. Estes eram fabricados ex situ, e depois transportados para o local da obra, processo que reduzia custos e permitia uma fácil adaptação a um enorme conjunto de diferentes loteamentos. Esta ideia, e a linguagem que produz, unifica a imagem da operação pombalina e consequentemente da zona que nos propusemos estudar.

Na composição dos alçados, verificava-se a preocupação em distinguir entre os construídos nas ruas principais e nas secundárias, variante esta que tinha necessariamente que ver com o carácter mais comercial e voltado para o público que se coadunaria com as ruas de maior importância¹⁰. Como explica Manuel C. Teixeira:

“Dentro de uma grande uniformidade de padrões, os prédios variavam no que respeitava às cérceas, às dimensões dos vãos e ao tratamento das fachadas, em termos quer do desenho de pormenor quer do tipo e qualidade dos materiais empregues. Através da conjugação destas variantes existiam três tipos diferentes de fachadas, que se construíam em cada uma das ruas conforme a sua importância hierárquica.”¹¹

Quanto ao loteamento, quando este era regular, a frente contava com 17,5 metros por 12,5 metros de profundidade. Na divisão entre dois lotes tinha-se um saguão de três metros de largura que pretendia ser capaz de ventilar e iluminar, função que, afinal, não desempenhava, pela sua evidente estreiteza. O prédio pombalino tipo era constituído por cinco pisos, sendo o último de águas-furtadas. Era maioritariamente de habitação, com o rés-do chão e a sobreloja destinados ao comércio e ofícios.¹²

O conhecimento destes princípios de programa e projecto é importante, na medida em que nos possibilita o entendimento de algumas opções que chegaram à contemporaneidade, e de outras que, por razões várias, foram sendo alteradas.

⁸ FRANÇA, José-Augusto; *A Reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina*; Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa M.E.C., 1981; pp. 16

⁹ TEIXEIRA, Manuel C.; *op.cit.*; pp. 290

¹⁰ Esta ideia será continuada por Siza, introduzindo ou reinterpretando variações entre alçados voltados às frentes de rua principais ou aos seus tardoos que poderão ser voltados ao interior do quarteirão ou a ruas mais secundárias ou de serviços. Ver parte 2, Capítulo 2, deste trabalho

¹¹ TEIXEIRA, Manuel C.; *op. cit.*; pp. 291

¹² *Idem*

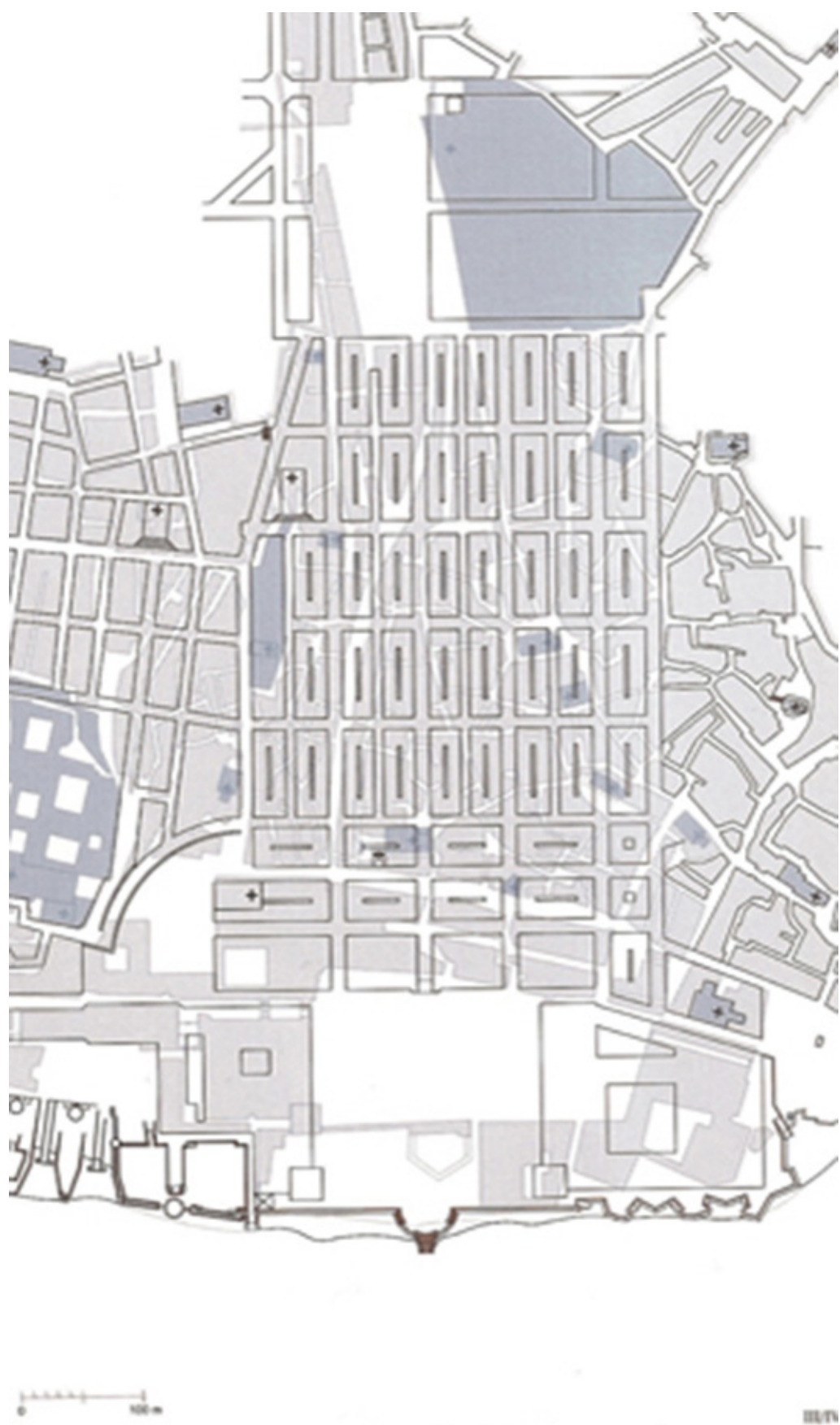


Figura 7. Evolução urbana até ao Plano de 1756. A complexidade e derivação da malha urbana pré-terramoto, em comparação com a malha ortogonal e a definição das Praças do Rossio e do Comércio do Plano de Eugénio dos Santos.

Aspecto relevante para este estudo é também o modo imperativo como foram tratadas as questões de propriedade e os seus senhorios.¹³ Tendo sido a zona totalmente arrasada, foi refeito o seu parcelamento e atribuída aos proprietários uma área de acordo com a avaliação dos valores patrimoniais precedentes ao terramoto.¹⁴

Neste plano, o Terreiro do Paço e o Rossio ganhariam um novo enquadramento, conseguido através do reposicionamento de duas ruas axiais que ligam as duas praças [figura 7]: a Rua Áurea e a Rua Augusta (estava prevista ainda uma terceira, a Rua da Prata, que acabou por desembocar, ao invés, na Praça da Figueira). Além destas, existem mais duas, paralelas e de comprimento sensivelmente idêntico, e três ainda, também com a mesma orientação mas que começam três quarteirões acima do Terreiro do Paço. De natureza transversal a estas, são sete as ruas que definem a área.

Este arranjo corajoso, a variação de largura das ruas e as ligeiras alterações de tamanho dos quarteirões produzidos, “determinam um processo urbanístico dinâmico”, como explica José-Augusto França.¹⁵

À área acima descrita, localizando-se na zona plana e baixa da cidade, e tendo sido totalmente refeita sob governo de Marquês de Pombal, passou a chamar-se Baixa Pombalina.

A Baixa Pombalina está implantada num vale. “[...]quando a quadrícula da Baixa pós-terramoto encontra as encostas, as colinas do lado do Castelo e do lado oposto, tem que inflectir, tem que procurar a forma de vencer esses desníveis e, em alguns casos, o traçado hesita mesmo na forma como é concluído.”¹⁶ moldando-se à topografia numa forma nem sempre eficiente no restabelecimento das relações entre a cota baixa e alta.

Do seu lado Oriental, a malha ortogonal segue até à Rua da Madalena (sentido S-N), lugar onde declive da encosta se torna muito acentuado e esta já não pode concordar com o a topografia do terreno. Assim, daí nascem uma série de arruamentos de direcção irregular, que sobem de forma quase labiríntica até ao Castelo de São Jorge, moldando-se à topografia e ao local de implantação de alguns edifícios, cuja manutenção da posição no território era indispensável, como é o caso da Igreja da Madalena.

Analisando a evolução urbana de 1756 a 1987 [figura 8] verifica-se que os loteamentos entre a Rua dos Fanqueiros (antes Rua Nova da Princesa) e a Rua da Madalena, sofreram alterações de configuração, unindo-se, o que deu origem a uma enorme massa edificada, que deixou de permitir uma circulação fluida entre a cota mais baixa e a zona do Castelo.

Do lado Ocidental, existia já um importante edifício nessa condição, o Convento do Espírito Santo da Pedreira, que deve o seu nome ao local de implantação, o Bairro da Pedreira, e cuja construção, que remonta ao século XII, apesar de danificada, resistiu

¹³ Actualmente, e como veremos, estas questões não são, naturalmente, resolvidas com esta agilidade, o que acarretou, no caso em estudo, vários problemas em relação à celeridade da obra e, também, variações programáticas ditadas pelos proprietários. Ver parte II, Capítulo 2, deste trabalho

¹⁴ TEIXEIRA, Manuel C.; *op. cit.*; pp. 291

¹⁵ FRANÇA, José-Augusto; *op. cit.*; pp. 26

¹⁶ SIZA, Álvaro; entrevista dada à autora; em anexo, pp.155

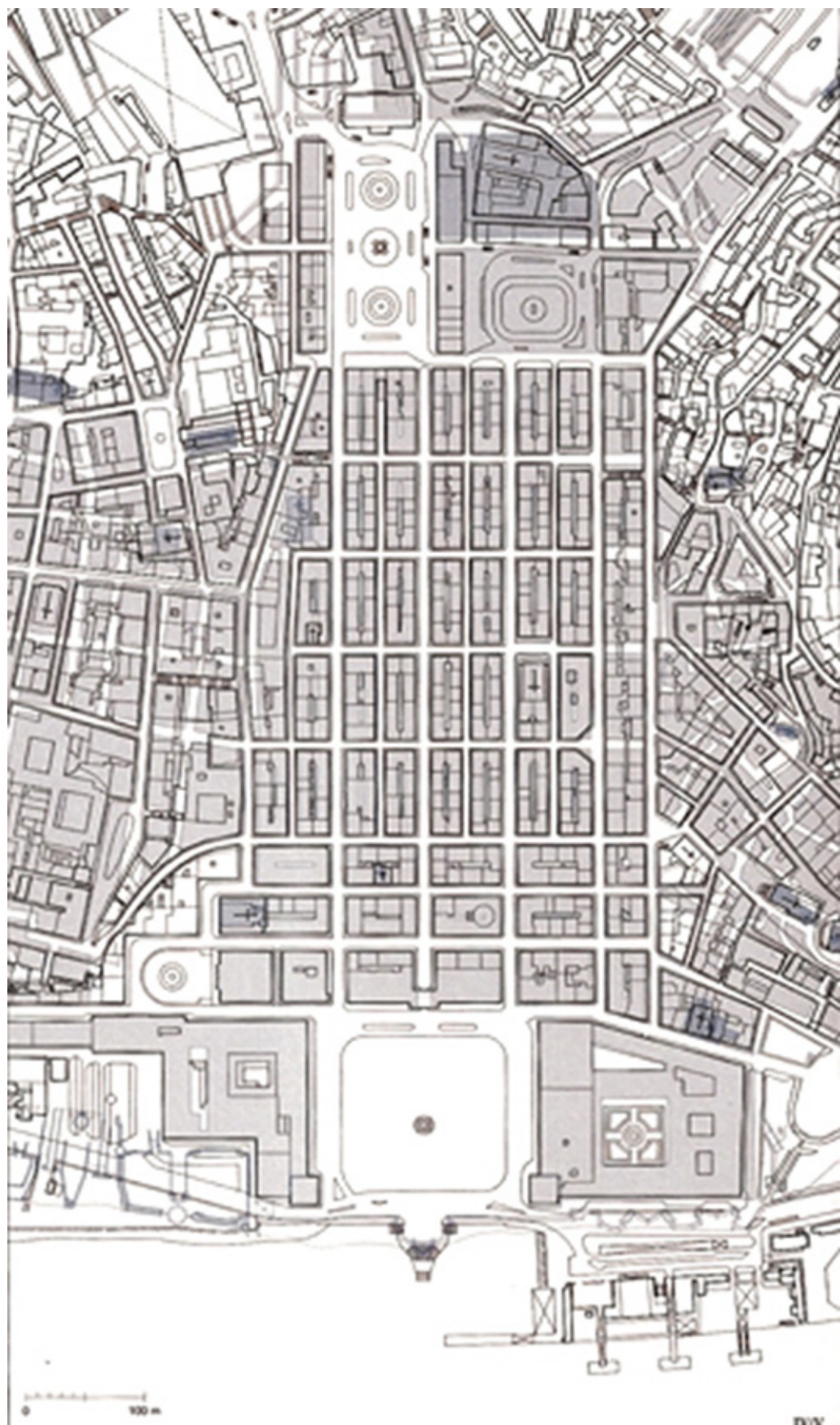


Figura 8. Evolução urbana desde 1756 até 1987, onde se observa a transformação dos loteamentos e do uso dos interiores de quarteirão.

ao abalo de 1755.¹⁷ Assim, sensíveis a este edifício, foi decidido que os arruamentos se moldassem à sua forma, ao invés de transportar a ortogonalidade do traçado da Baixa.

A diferença de cota entre a Rua do Crucifixo (última rua da Baixa do lado Ocidental), no limite da área do Convento, e a Rua Nova do Almada, outra frente do convento supracitado, é de nove metros [figura 12]. O acesso aos arruamentos da cota superior faziam-se a Norte pela Travessa de Santa Justa, a Sul pela Travessa de São Nicolau e, entre as duas, existia ainda a ligação através da Travessa da Assunção, ligação esta que terá deixado de existir nos anos subsequentes, como observamos na figura 8.

A esta zona se deu posteriormente, no século XIX, o nome de *Chiado*, nome do Taberneiro que existia de frente ao edifício do Convento, já no século XVI.

O Convento, depois de sucessivas transformações e alterações, tanto programáticas como de proprietários foi, em 1835, comprado por um comerciante que o transformou no Palácio de Barcelinhos, onde posteriormente passaram a funcionar zonas de comércio e Hotéis. Em 1894, após um incêndio e sucessiva reestruturação, instalam-se ali os *Grandes Armazéns do Chiado*, programa que chegou a 1988.¹⁸

Em 1906 foi construído um outro edifício de excepção – o *Grandella*. Tendo sido demolido o que lá estava, surge da junção de dois edifícios, um voltado para a Rua do Carmo, e outro para a Rua Áurea. As suas fachadas deixam de assumir a linguagem pombalina apresentando-se em pedra decorada onde sobressaem grandes vãos, adaptando-se às novas condicionantes programáticas (armazéns comerciais). No interior, a estrutura em ferro organizava o espaço, numa linguagem próxima da *Art Nouveau* ainda que se reconheça alguma sensibilidade à envolvente pombalina¹⁹, como sendo a sua cércea ou a cor da pedra utilizada na decoração das fachadas, que não divergia do reboco pintado dos edifícios adjacentes.

Como referimos acima, estes dois edifícios implantam-se numa zona de acentuada pendente. Assim, ambos apresentam uma variação de três pisos entre frente e traseiras.

No caso do *Grandella*, entre a sua entrada principal, na Rua Nova do Almada, e a secundária, da Rua Áurea, existia uma diferença de cota de catorze metros. Um complexo sistema de acessos verticais no interior (escadarias nobres, escadaria de serviço e um elevador), ligava as duas frentes do edifício²⁰. Tendo sido interrompida a passagem pela Travessa da Assunção, este sistema funcionaria assim como a terceira ligação entre a Baixa e o Chiado.

O Chiado situa-se então entre a Baixa, de arruamentos largos, axiais e planos, propícios à implantação de instituições de prestígio como Bancos e escritórios, e o Bairro Alto, degradado e predominantemente residencial.

Dada esta localização de charneira, o Chiado reflecte no seu carácter, a sinuosa posição que ocupa na paisagem, funcionando desde sempre como um local de passagem, pontuado por zonas de comércio e de estar, nem sempre operativas.

¹⁷ AA.VV.; Alvaro Siza, *A Reconstrução do Chiado, Lisboa*; Lisboa: Figueirinhas, ICEP, 2000; pp. 24-26

¹⁸ *Idem*; pp. 28

¹⁹ "Plano de Pormenor para a recuperação da zona sinistrada do Chiado – Lisboa" (26 de Abril de 1990)

in AA.VV.; Alvaro Siza, *A Reconstrução do Chiado, Lisboa*; Lisboa: Figueirinhas, ICEP, 2000; pp. 52

²⁰ "Armazéns Grandella"; Disponível em: <http://revelarlx.cm-lisboa.pt/gca/?id=1220>;

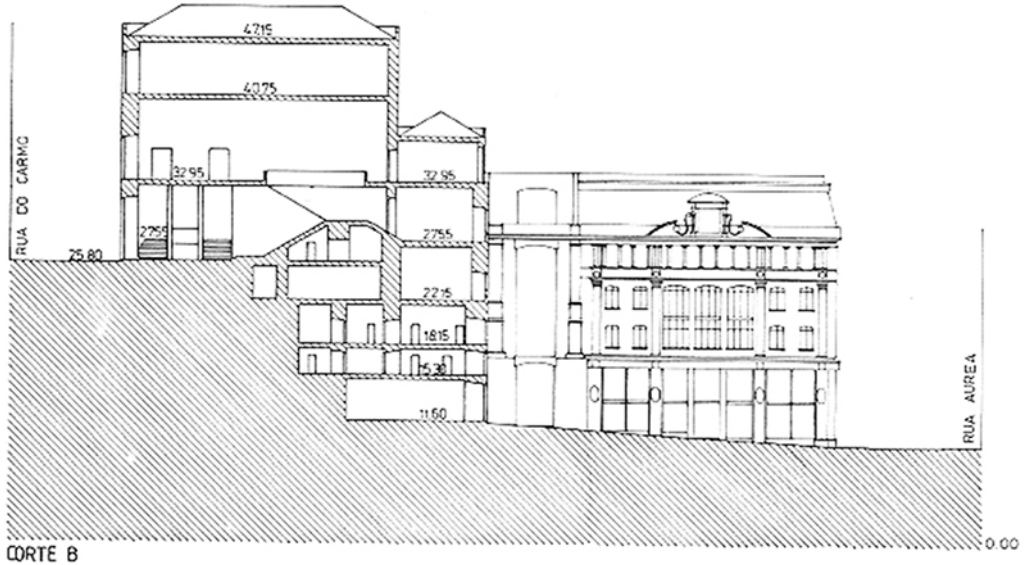
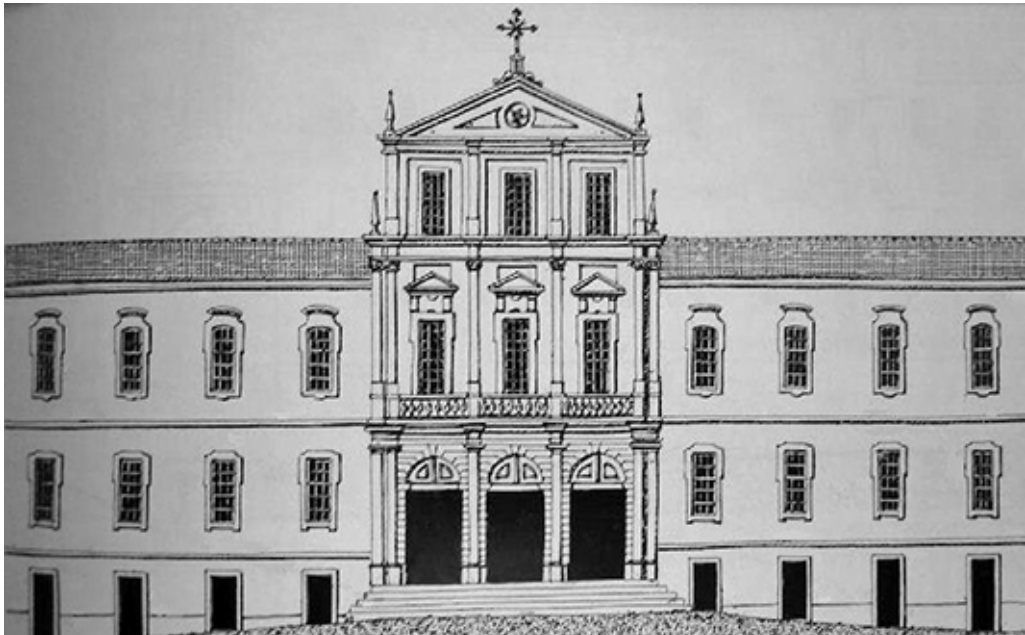


Figura 9. Alçado principal do Convento do Espírito Santo da Pedreira.

Figura 10. Alçado principal do edifício dos Grandes Armazéns do Chiado, início do séc. XX.

Figura 11. Interior do edifício dos Grandes Armazéns do Chiado, (1959)

Figura 12. Corte pelo interior do edifício dos Grandes Armazéns do Chiado onde se percebe a relação entre a cota mais baixa, na Rua do Crucifixo, e a mais alta, com acesso à Rua Nova do Almada.

“(…)o carácter dinâmico da topografia que necessitava de plataformas para vencer os desníveis existentes, por exemplo, entre o Rossio e o Carmo. As ruas de pendente acentuada criam um sistema de rampas, com descansos intermédios, como o remate da Rua Garrett, mesmo em frente aos Armazéns do Chiado, ou os Largos do Chiado, do Camões ou do Carmo, e nalguns casos só mesmo as escadarias permitem os percursos (Escadinhas de S. Francisco p. ex.).”²¹

Verificamos tal dificuldade na implantação do seu edificado, que necessitava de um programa específico, capaz de se adaptar à grande variação de cota, vencida por vezes por meio de acessos verticais no interior. Na frente de rua, os entablamentos eram um problema, muitas vezes não resolvido, e o acesso aos rés-do-chão, onde funcionaria o comércio, não era facilitado.

Por todas estas características, o edificado do Chiado, pombalino na sua génese, apresentava algumas alterações face aos desenhos mais puristas da Baixa, maioritariamente, de forma a moldar a sua linguagem às condicionantes topográficas e programáticas do lugar.

É de notar, que a caracterização do lugar (da Cidade) se faz, aqui, a partir da caracterização dos suas construções mais relevantes, dos seus *monumentos*²², uma vez que nos parece ser a via mais esclarecedora, também porque, a *identidade do lugar* decorre fortemente da linguagem dos elementos que constituem o seu edificado.

Na madrugada do dia 25 de Agosto de 1988, o Chiado ardeu.

Na área descrita anteriormente sobram fachadas descarnadas e armaduras de ferro torcidas pelo fogo. A maior parte das construções perdeu o seu miolo e, algumas das fachadas, ainda assim, resistentes, pela queda de alguns dos seus elementos de cantaria, e pela falta de apoio estrutural, corriam o risco de ruir. Nos prédios mais afastados do foco do incêndio, os danos foram ainda assim muito avultados, deixando a zona em ruína.

A este acontecimento seguiu-se um processo de consolidação e reconstrução complexo, que durou cerca de dez anos, e do qual se extraíram interessantes pressupostos ao nível da estratégia de intervenção na cidade consolidada, com resultados que marcaram a História da cidade de Lisboa e a arquitectura portuguesa contemporânea.

²¹ AA.VV.; *op. cit.*; pp. 32

²² “A teoria da permanência e os monumentos” in ROSSI, Aldo; *A arquitectura da cidade*, Trad. José Charters Monteiro e José Nóbrega Sousa Martins ; Lisboa:Edições Cosmo, 1977; pp. 64-69



Figura 13. Fotografia aérea que mostra dimensão da área afectada pelo incêndio e sua implantação na paisagem da Baixa.

Figura 14 e 15. Condições das fachadas que resistiram ao fogo. Edifício da Rua Nova do Almada e Edifício dos Armazéns do Chiado.



Figura 16. *O que sobrou*. Em primeiro plano, o Grandella; atrás, o Edifício dos Armazéns do Chiado



Figura 17. Álvaro Siza no *Museu Mimesis*, Paju Book City, Coreia do Sul

2| O método

“(…) uma das chaves essenciais para a compreensão da sua obra é a relação que vai estabelecendo com a envolvente geográfica e histórica, na contingência óbvia do programa e da diversidade de lugares, mas sujeita, antes de mais, à evolução do seu próprio posicionamento perante a realidade em transformação”²³

Apesar do contexto manifestamente diferente onde se insere esta obra, nesta reflexão de Alexandre Alves Costa acerca da *Piscina de Leça*, estão sumariados algumas das considerações sobre o método de Álvaro Siza, valores sobre os quais julgamos ser essencial reflectir: a relação com o(s) lugar(es), com a geografia própria do sítio e com a sua História, a importância da natureza programática, e sua posição perante as questões de transformação e continuidade. Estes princípios são observados tanto numa obra de raiz, ainda que com pré-existências naturais muito fortes como é a *Piscina*, como quando intervém em pré-existências edificadas, no tecido histórico ou periférico.

Apesar de Álvaro Siza afirmar que o principal argumento de um arquitecto é a sua obra, não deixa de ser inequívoca a sua relação com a teoria e a História do lugar. As suas obras *transpiram* estudo e metodologia rigorosa, que apesar de o próprio afirmar não ser a idêntica para todos os problemas, parece-nos evidente que existe e é manifestada neste projecto para Lisboa.

²³ Falando da posição da Piscina de Leça (1961-66) na paisagem; ALVES COSTA, Alexandre; “Álvaro Siza” (1990) in AA.VV.; *Álvaro Siza 1954-1976*; Ed. Luiz Trigueiros; Lisboa: Blau, 1997; pp.18



Figura 18. Fotografia aérea de Dresden, Alemanha, após os bombardeamentos da 2ª Guerra Mundial.

Figura 19. Ruínas de uma igreja na Sicília, após o terramoto que assolou o Vale do Belice em 1968.

Em relação à sua atitude projectual, Álvaro Siza demonstra cautela:

“Estudo correntes, redemoinhos, procuro enseadas antes de (ar)riscar. Posso ser visto só, passeando no convés. Mas toda a tripulação e todos os aparelhos estão lá, o capitão é um fantasma. Não me atrevo a pôr a mão no leme, olhando apenas a estrela polar. E não aponto um caminho claro. Os caminhos não são claros.”²⁴

Aliado a tudo isto está, uma enorme cultura de referências, teóricas e práticas, que vão pontuando serenamente o discurso do método. Falamos aqui da atenção àquilo que Giorgio Grassi chama de *boa arquitectura*, ou a arquitectura do passado, pela qual Álvaro Siza têm especial apreço e evidencia com clareza na operação do Chiado.

Interessa-nos então estudar o processo do projecto e obra, mais do que a obra como produto final. O seu “*como*” *acima de tudo*²⁵. É por isto notória, para nós, a necessidade de tratar estas questões com o devido cuidado.

Transformações ao longo da História da cidade (destruída)

“Como seres multicelulares, as cidades crescem, diferenciam-se e ou morrem, ou são capazes de se transformar através de um processo regenerativo.”²⁶

A questão da transformação na cidade existe desde o seu nascimento²⁷. Aldo Rossi, em *A Arquitectura da Cidade* teoriza sobre a difícil, e por vezes tangente, relação entre a transformação e a continuidade na cidade: “(...) así la unión entre el pasado y el futuro está en la idea misma de la ciudad que la recorre, como la memoria recorre la vida de una persona, y que siempre para concretarse debe conformar la realidad pero también debe tomar forma en ella.”²⁸

Contudo, esta questão, sobretudo associada a momentos de ruptura, sendo eles catástrofes, acidentes, ou momentos históricos com intervenções urbanísticas relevantes, é um assunto em debate, principalmente nos últimos sessenta anos.

A dificuldade de optar por manter presentes as memórias associadas ao episódio traumático e, portanto, preservar a ruína, ou transformar o objecto, devolvendo-lhe uma função atendendo à sua continuidade histórica, mais do que transformar para “novo”, tem sido a questão mais debatida.

²⁴ SIZA, Álvaro, “Oito Pontos” (1983) publicado in *Quaderns d'Arquitectura i Urbanisme* nº 159, Out.Nov. Dez 1983; e também in *[Electa]*, pp.65, *[Skira]*, pp. 203 e *[UCP]*, pp.27; SIZA, Álvaro; MORAIS, Carlos Campos (ed.); *01 Textos*; Porto: Civilização, 2009; pp.28

²⁵ “A nosotros nos interesa su secreto, por llamarlo de algún modo, técnico. Nos interesan los criterios, las modalidades: su *cómo* ante todo” in GRASSI, Giorgio; “Cuestiones de proyecto” (1983) Trad. Manuel Iñiguez, Alberto Ustároz, J L Gil Aristu; publicado com o título “Befreite, nicht gesuchte Form. Zum Problem architektonischen Entwerfens” in *Daidalos* 7, março de 1983; GRASSI, Giorgio; *Arquitectura lengua muerta y otros escritos*; Barcelona: Ediciones del Serbal, 2003; pp. 33 (Trad. livre da autora)

²⁶ SIMÕES, Manuel Sobrinho; “A construção de Seres Multicelulares: do Homem à Cidade”; in texto sinopse da sua intervenção no ciclo de conferências *Construtores do Mundo*, coordenada pela EPUL; Lisboa, Junho de 2012

²⁷ Roberto Collovà, em entrevista à autora, observa o exemplo da cidade muralhada no séc. XIX: Quando esta deixou de servir as necessidades da população crescente, foi preciso pensar em modos de reconverter as muralhas ou, de organizar o crescimento da cidade fora delas. E este é um dos primeiros projectos de reconversão na História das Cidades. O caso de Viena é disso exemplo. In COLLOVÀ, Roberto; entrevista dada à autora, em anexo, pp.113

²⁸ ROSSI, Aldo; *La arquitectura de la ciudad*; Barcelona: Gustavo Gili, 1999; pp. 228

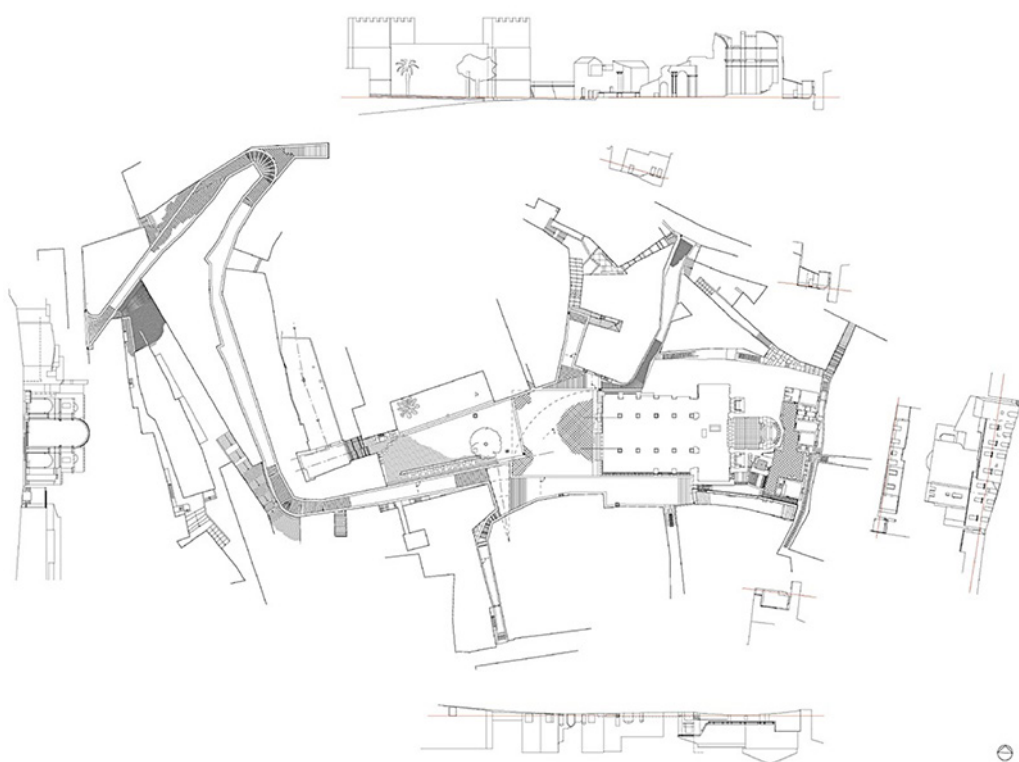


Figura 20. Planta do projecto de recuperação da *Piazza Alicia* e áreas adjacentes em Salemi, Itália, que inclui a reconstrução da *Chiesa Madre*.

Figura 21. *Chiesa Madre di Salemi*, após o projecto de reconstrução de Álvaro Siza em colaboração com Roberto Collovà.

Como afirma Mark Jarzombek, sobre a dialéctica da História pós-traumática na Europa, nas décadas que se lhe seguiram: “we have reclaimed painful memories for our cities and nations, but when it comes to reclaiming the density of a city’s history, we have failed.”²⁹

Este insucesso deve-se, pensamos, ao facto de que, na euforia da reconstrução do pós-guerra, condicionados pela necessidade de reedificar celeremente e em grande escala, aliada ao desejo de difundir as ideias modernistas, muitos projectos não foram capazes de estudar e compreender as condições da transformação solicitada à cidade actual, defendendo planos em total ruptura com a Memória e história do lugar. Posteriormente, particularmente em cidades fortemente dizimadas, a Memória passa a protagonizar os discursos de regeneração urbana, que usam a experiência traumática como elemento fundador do projecto, sem no entanto conseguirem intervenções verdadeiramente capazes e assentes na continuidade histórica .

Sobre este tema da transformação da cidade traumatizada, Siza tinha trabalhado. Na década de 80 participa no workshop *Belice 80*³⁰ e, na sequência deste encontro, inicia em 1982 um projecto em conjunto com Roberto Collovà, para uma área degradada em torno de uma igreja, que tinha ruído após o terramoto de 1968, em Salemi, na Sicília. Aqui, e sem um programa definido *à priori*, decide aproveitar a ruína da igreja, transformando-a em espaço público.³¹ Numa intervenção mais alargada, redefinem-se caminhos e acessos a habitações, e redesenham-se as construções adjacentes de forma a configurar uma praça de usufruto público, limitada apenas pelo fragmento de igreja sobrevivente.

Esta intenção, que à partida nos remete para uma relativa *museificação* da tragédia, é afinal uma forma de transformar a cidade, a partir da redefinição do seu espaço público: “(...) il cambiamento di forma della Piazza origina dall’intenzione di riconvertire gli effetti negativi del terremoto in elementi di relativa rifondazione della città scegliendo di ricostruire la Chiesa solo per sottrazione.”³²

Do que resistiu ao terramoto, foram demolidas as construções abusivas, pequenos acrescentos sem qualidade, e redesenhada a volumetria, para que as partes funcionassem como contrafortes do todo. “O projecto assenta assim nestes princípios: mostrar a anatomia do edifício e tornar o interior, exterior.”³³ demonstra Roberto Collovà.

Com as devidas ressalvas, atendamos ao facto de que, tanto nesta operação como na do Chiado observamos uma clara preocupação com a leitura do lugar, um entendimento do pré-existente e da História, e uma resposta a um problema da cidade, que neste

²⁹ JARZOMBEC, Mark; *Urban Heterology, Dresden and the dialectics of post-traumatic history*; Lund: Lund University, 2001; pp 22; Disponível em: <http://web.mit.edu/mmj4/www/writings.html>

³⁰ *Belice 80, Laboratorio di progettazione*: workshop que surge na sequência do terramoto que assolou em 1968 a zona do Vale do Belice, na parte ocidental da Sicília. Neste encontro, onde foram trabalhadas várias propostas de reconstrução, participaram Francesco Venezia, Franco Purini, Roberto Collovà e Álvaro Siza, entre outros.

³¹ Ver também o exemplo da Catedral de Coventry, bombardeada na 2ª Guerra Mundial.

³² COLLOVÀ, Roberto; “Piazza Alicia e Chiesa Madre di Salemi” (2006) in *Firenze Architettura*; “Il Frammento”; pp.58

³³ COLLOVÀ, Roberto; entrevista dada à autora, em anexo, pp.119

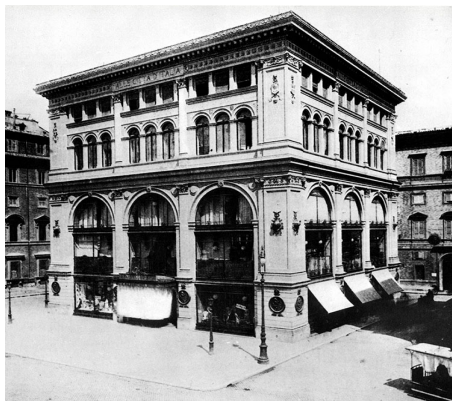


Figura 22. Fotografia aérea do Bairro residencial de Hansaviertel, em Berlim, desenvolvido na sequência do IBA'57 (*International Building Exhibition*).

Figura 23 e 24. *Modernidade com Tradição*. À direita o *Palazzo Rinascente* no início do séc. XX, na Via del Corso, à esquerda o Edifício *La Rinascente* completado em 1961, projecto de Franco Albini em estreita relação com a tradição do *edifício-mãe*, interpretando a geometria das cornijas originais com perfis de aço.

caso se prendia com a redefinição do espaço público desordenado, que não servia a população.

Ainda que em contextos diferentes, Álvaro Siza demonstra preocupações idênticas quando intervêm sobre tecidos pré-existentes, transpondo a sua metodologia própria que dissecaremos adiante neste trabalho.

Collovà, concretiza esta questão da difícil dialéctica da transformação na cidade histórica: “(...) na medida certa, a transformação é o único meio capaz de conservar.”³⁴

Tábua-rasa e Memória – Os loucos anos do pós-guerra

As décadas de 50 e 60 foram palco de grandes transformações na sociedade. Por osmose, também o debate sobre a cidade irrompe. Se por um lado o fortíssimo desejo de reerguer rapidamente as cidades se coordenava com as ideias mais puristas dos primórdios do movimento moderno, por outro, a difícil dialéctica com a Memória e a necessidade de compreender como continuar a cidade, transformando-a numa perspectiva histórica, ditaram o clímax da discussão sobre as temáticas da reconstrução, sobretudo dos tecidos consolidados.

Dentro do próprio CIAM, as ideias iniciais para a arquitectura, na sociedade do pós-guerra, apontavam no sentido da “(...) cidade nova para o homem novo (...)”³⁵, muito apoiadas na necessidade de resolver (apagar?) os traumas da guerra.

Aliada a esta vontade, a destruição provocada por conflitos armados “(...) habia convertido ciudades enteras (...) en campos abiertos a la experimentación”³⁶, muito favoráveis à apresentação de projectos de grande escala que traduziam as ideias modernistas.

Porém, perante a experiência da reconstrução, esta perspectiva mudou rapidamente, passando a valorizar-se a continuidade histórica: “(...)alguns anos de *tábua rasa* não satisfizeram ninguém.”³⁷ Afirma Siza. Cedo se entendeu a necessidade de compreender as condições do lugar e das pré-existências, e que só uma abordagem que reconhecia a fragmentação da cidade se traduziria em planos virtuosos.

“(...) a partir de finais dos anos 40, esta *tabula rasa* da história dará lentamente lugar a uma reconciliação com a memória, reintegrando os valores da cidade antiga como base de contestação ao dogma funcionalista da *Carta de Atenas*.”³⁸ Reforça Ana Tostões.

³⁴ COLLOVÀ, Roberto; entrevista dada à autora, em anexo, pp.114

³⁵ SIZA, Álvaro; entrevista dada à autora, em anexo, pp. 160

³⁶ SOLÀ-MORALES, Ignasi; *Teritorios*; Barcelona: Gustavo Gili, 2002; pp. 39

³⁷ SIZA, Álvaro; *op.cit.*; pp 160.

³⁸ TOSTÕES, Ana; “Percursos do Urbanismo e da Arquitectura modernos”; TOSTÕES, Ana; ROSSA, Walter; *Lisboa 1758: o Plano da Baixa hoje*; Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2008; pp. 206

Em 1964, a *Carta de Veneza* veio alterar profundamente o conceito de património e consequentemente o significado de Restauro, uma vez que o alargou desde o monumento isolado, até aos tecidos históricos, ressaltando a apreensão destes como um todo unificado e determinante na paisagem.

Assim, as questões relacionadas com a conservação e restauro na cidade, passam a ser relacionadas com o contexto onde se insere determinado problema, e não só com as construções únicas e singulares. Este pressuposto é muito relevante na operação levada a cabo no Chiado na medida em que é a partir da busca do que seria a *identidade do Chiado*, que Álvaro Siza baseia a sua metodologia de intervenção, reconhecendo que o Chiado faz parte de um todo que é a Baixa pombalina.

Reconhecemos assim a impossibilidade de caracterizar um objecto desprovido da sua envolvente, e do complexo sistema de relações que sempre se produz entre este e o lugar onde se implanta.

“A defesa da tradição, feita com rigor e com espírito progressista, criou um dado novo: uma obra referenciada à tradição e ao contexto era mais moderna que uma obra que continuasse acriticamente o estilo internacional.”³⁹ Remata Ana Tostões sobre a bifurcação entre tradição e modernidade, estabelecida pelo Moderno.

*Siza faz, em cada lugar, um projecto do lugar, mas também um projecto seu.*⁴⁰

Nos anos 50, Ernesto Rogers introduz o conceito de *preesistenze ambiental*⁴¹ como crítica à abordagem não apoiada no *lugar* e à ânsia de construir objectos icónicos, protagonizada pela primeira geração de arquitectos do movimento Moderno.

A ideia de Rogers seria a de que o objecto deveria dialogar com a envolvente e, a estratégia de produção arquitectónica deveria ser sempre apoiada na História desse lugar.⁴²

Aldo Rossi, apesar de alguma afinidade com esta ideia, criticava Rogers pela pouca clareza e definição da mesma. Para este, a arquitectura deveria atender ao *locus*, sendo por isso necessário entender a importância da análise da cidade feita através de edifícios relevantes – *monumentos*, e não do seu *ambiente*.⁴³ A cidade rossiana “se hace a través de piezas arquitectónicas, entendiendo por tal no sólo los edificios sino los espacios libres, las calles y plazas.”⁴⁴

³⁹ TOSTÕES, Ana; *op. cit.*; pp. 220

⁴⁰ COLLOVA, Roberto; entrevista dada à autora, em anexo, pp. 120

⁴¹ Conceito introduzido por Rogers nos editoriais da revista *Casabella Continuita*, do qual foi director entre 1953 (ano em que é relançada, depois da 2ª Grande Guerra) e 1964.

⁴² FORTY, Adrian; *Words and Buildings, A vocabulary of Modern Architecture*; Londres: Thames & Hudson, 2000; pp. 132

⁴³ ROSSI, Aldo; *op. cit.*; pp. 220

⁴⁴ SOLÀ-MORALES, Ignasi; *op. cit.*; pp. 47

O discurso de Rossi, introduziu uma complexidade até então desconhecida nas teorias da Cidade. Como nos explica Ignasi Solà-Morales:

“(…) el estructuralismo historicista de Aldo Rossi era, ante todo, una toma de posición polémica ante los excesos de entusiasmo futurista y utópico de la tradición moderna. El discurso rossiano hace desaparecer toda la frontera entre lo histórico y lo moderno igualando todas las experiencias.”⁴⁵

Para Álvaro Siza, este tema concentra-se na importância do *lugar*. Um lugar que é para o arquitecto um objecto em mutação, transformado e transformável, que vive essencialmente das relações que estabelece entre si e o que o rodeia, seja isso pedra de edificado ou homem.⁴⁶

Daí entendemos a não aplicação de uma “visão mistificada do lugar” mas sim uma aproximação à realidade que existe, sem pré-conceitos, aliada à cautelosa observação da transformação que a cidade impõe:

“A minha prática é totalmente diferente: eu procuro compreender as forças de transformação de têm um valor histórico, e trabalho a partir disso. Não se podem fixar imediatamente as características de um lugar que está em plena transformação; de um sítio para o outro, tudo é muito diferente e muito complexo. Não se pode aplicar uma linguagem preestabelecida, e é por isso que me é difícil teorizar neste momento. A noção de lugar têm igualmente importância, não só à escala do sítio, mas também nas relações que os espaços mantem entre eles, até ao pormenor de ligação entre os materiais.”⁴⁷

Esta ideia de *ambiente* estável, em Rogers, ou *lugar* mutável, em Siza, não produz necessariamente o mesmo tipo de resposta. Porém, vemos em ambas uma preocupação em estudar de que matéria é feito o território onde se vai intervir, seja ele urbano e consolidado, ou virgem.

Em 1958 ficou construída a *Torre Velasca*, de Ernesto Rogers. Aqui, os elementos de suporte da estrutura superior da torre são claras interpretações dos elementos construtivos da Torre Bona di Savoia, pertencente ao Castelo Sforzesco, também em Milão. Esta perspectiva é uma abordagem moderna, ancorada na tradição do lugar mas, pode também ser entendida como uma crítica aos discursos baseados no mimetismo como única via de respeitar o pré-existente ou o *ambiente*.⁴⁸ Apesar da sua critica o desejo de construir obras diferenciadoras na paisagem, a Torre Velasca apresentava-se com grande exuberância, no seio do casario milanês.

⁴⁵ SOLÀ-MORALES, Ignasi; *op.cit.*; pp.46

⁴⁶ SIZA, Álvaro; “Sou sensível ao momento que se segue” (1977); Entrevista por Laurent Beaudouin e Christine Rousselot; Trad. Vera Cabrita; AA.VV.; *Álvaro Siza, uma questão de medida*; Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009; pp. 29

⁴⁷ *Idem*

⁴⁸ COLLOVÀ, Roberto; Entrevista dada à autora, em anexo; pp.115

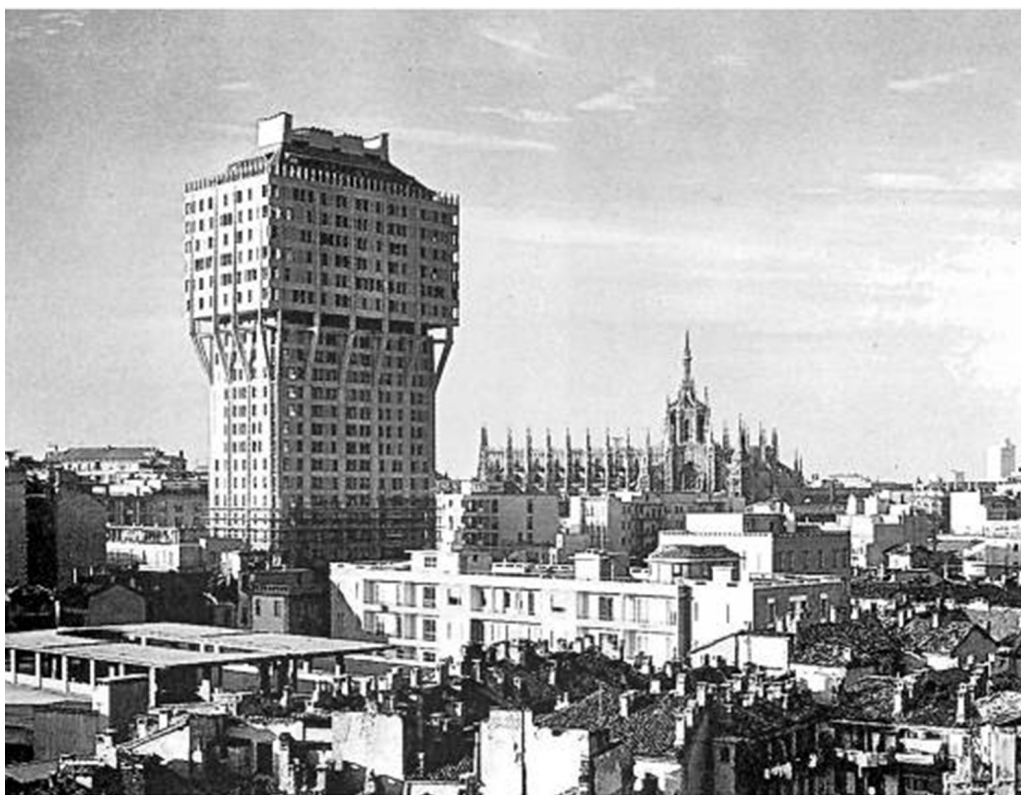


Figura 25. Torre *Bona di Savoia* do Castelo Sforzesco , Milão, Itália.

Figura 26. Torre Velasca implantada na paisagem milanesa, com o Duomo atrás.

Em São Victor (1974-77), uma operação de *renovação urbana*⁴⁹ que inclui conservação de edifícios já existentes e adição de novos blocos, Álvaro Siza desenha em estreita relação com as referências presentes no local, com o *lugar*. Vemos isto na determinação da sua ideia de manter o muro em ruína, que potencia a definição de uma travessia já presente, e articula o novo com o pré-existente, numa clara tentativa de hierarquizar escalas. E, também, na firme transformação do espaço intersticial tornando-o em espaço público dialogante, numa clara referência à tipologia da *ilha* do Porto “[...] cruzada de forma livre e operativa com algumas estratégias derivadas do período heróico do Movimento Moderno, como as do Bairro de Kiefhoek de J. J. P. Oud ou dos Siedlungen alemães.”⁵⁰ Como afirma Manuel Montenegro.

Em Oliveira de Azeméis (1971-74), a relação com o *lugar* aparece-nos de diferente forma, sem no entanto deixar de se fazer notar. Como afirma Álvaro Siza acerca deste projecto, “[...] as realidades exteriores à obra devem penetra-la e contaminar todo o projecto.”⁵¹ Aqui, a relação com a envolvente “faz-se segundo um elaborado processo geométrico, [...]”⁵² onde as linhas geratrizes da praça onde se insere, definem o novo volume. Podemos observar aqui uma clara analogia com a ideia de *monumento* de Rossi, em que o lugar é definido pelas suas construções mais relevantes e daqui apreendemos o seu todo.

Não havia *tendências substanciais de mudança*⁵³

Segundo Roberto Collovà, a questão da existência ou não da necessidade de continuidade, terá de advir forçosamente da natureza do problema e não, somente, do *lugar*.⁵⁴

No seguimento deste raciocínio, Siza discute sobre as tensões presentes na cidade, entre a vontade de destruir e fazer novo e as ideias de excessiva preservação. Aqui afirma a sua *busca pela serenidade*⁵⁵ numa tentativa de se desprender de ideologias

⁴⁹ *Renovação urbana* é a expressão utilizada por Álvaro Siza quando se refere à operação de São Vitor. Interessante fazer o contraponto entre esta ideia e a de *reconstrução urbana* que utiliza para o Chiado, ainda que as duas apresentem intervenções pontuais de reabilitação e novas construções. Enquanto na primeira o objectivo seria a realização de habitações de baixo custo, aproveitando uma área vazia da cidade consolidada e a sua envolvente construída, regenerando-a através da reformulação do espaço público (renovando-a), no Chiado tínhamos como primeiro objectivo o de reconstruir uma área da cidade histórica, destruída pelo incêndio, na qual era importante preservar a sua identidade (reconstruindo-a). Nuno Portas alerta para a perigosidade do termo “renovação”: “[...] sob esse termo cândido, fizeram-se em centenas ou milhares de cidades (...) as maiores devastações de áreas antigas (...)” in PORTAS, Nuno; *Os tempos das formas, Vol.1: A Cidade Feita e Refeita*; Guimarães: Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho (DAAUM), 2005; pp. 155

⁵⁰ MONTENEGRO, Manuel; “Álvaro Siza e a cidade como arquitectura”; In PINTO da SILVA, Madalena (coord.); *EURAU12 Porto | Espaço Público e Cidade Contemporânea: Actas do 6º European Symposium on Research in Architecture and Urban Design*; Porto, FAUP, 2012

⁵¹ SIZA, Álvaro; *op.cit.*; pp. 30

⁵² ALVES COSTA, Alexandre; *op. cit.*; pp.24

⁵³ SIZA, Álvaro; “A propósito da Reconstrução do Chiado” (1990); entrevista de José Salgado; AA.VV.; *Álvaro Siza a reconstrução do Chiado*, Lisboa; Lisboa: Figeirinhas, ICEP, 2000; pp. 74

⁵⁴ COLLOVÀ, Roberto; entrevista dada à autora, em anexo, pp.114

⁵⁵ “Essa espécie de tensão [entre o construído e o vazio] existe em todas as cidades, sobretudo nos centros, que atravessam profundas mudanças, degradações e ao mesmo tempo uma vontade de demolir, de especular ou de preservar exageradamente... Dessas tensões – que parecem ser uma condição moderna –, gostaria de libertar-me delas, ao ponto de as ignorar completamente. O que desejo é sempre buscar a serenidade. É para mim um objectivo, provavelmente difícil de atingir, e que pode mesmo chegar a revelar-se um erro.”; In SIZA, Álvaro; “Viver intensamente” (1991); Entrevista por Laurent Beaudouin; Trad. Vera Cabrita; AA.VV.; *Álvaro Siza, uma questão de medida*; Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009; pp. 72



Figura 27 e 28. Bairro de São Victor. Articulação do novo com a ruína do muro pré-existente.

específicas e praticar uma arquitectura apoiada naquilo que pensa ser certo, o *lugar* e a *História*. Problematisa: “Esta ideia de continuidade, que pode ser rica de dissonâncias sem nunca deixar de existir, encontra-se hoje em crise(...)”⁵⁶.

Barata Fernandes problematiza esta questão na contemporaneidade:

“O discurso contemporâneo, ainda que subsidiário do reportório funcionalista da carta de Atenas, presume que sempre que um edifício altera a sua função ou a sua organização interna, deve manifestá-lo na fachada. Este princípio tem conduzido a situações em que, sendo as transformações internas avultadas, se defende imediatamente a sua integral substituição por um edifício completamente novo. Assim se tem criado incoerência e descaracterizado o espaço urbano público – avenidas, ruas, praças – em nome de uma coerência funcionalista.”⁵⁷

Dando enfoque no caso de estudo, um acidente desta natureza, neste lugar, não se coadunava com a ideia de dar uma imagem diferente, de *fazer novo*. A carga emocional do incêndio não tinha força suficiente para funcionar como catalisadora de uma nova imagem, nem o programa preterido para o projecto assim o permitia.⁵⁸ Até porque, como afirma Francisco de Gracia: “Destacar en un ámbito urbano es una fácil operacion de diseño.”⁵⁹

Siza põe diversas vezes a tónica nesta questão: a natureza do programa define, em muitas ocasiões, o rumo da estratégia a adoptar em termos de linguagem e enquadramento no território.

Quando se trata de um edifício com funções altamente representativas e fundamentais na dinâmica da cidade: um museu, um centro cultural, um teatro, etc., haverá necessidade de que estas obras se imponham no traçado, que se distingam, mesmo quando implantadas nos centros históricos, isso é natural e até inevitável. Ao passo que, num programa como o proposto para o Chiado, essa questão não se colocava. O programa não era suficientemente transformador, *especial*.

Um edifício não se deve afirmar na cidade apenas pela sua imagem. Esta declaração deve ser fruto de premissas maiores que se prendem, inequivocamente, com as características do seu programa. É bastante clara esta ideia quando se pronuncia à cerca do edifício do CCB (*Centro Cultural de Belém*), de Vittorio Gregotti, cujo principal pressuposto, de servir a cidade de Lisboa, mostrar exposições, albergar concertos, etc., deve necessariamente traduzir-se na sua imagem exterior, voltada para a Cidade, para o *ambiente*.

“(...) ali tratava-se de um edifício com uma força interior enorme, pelo seu desempenho na cidade, como está a vista que tem. E portanto, esses edifícios têm que emergir naturalmente, e não há que estar a imitar Pombalino ou o que quer que seja, porque existe uma força própria que não é capricho do arquitecto, é a própria natureza do trabalho e o seu significado na cidade”⁶⁰

⁵⁶ A propósito da Casa de chá da Boa Nova; SIZA, Álvaro; *Imaginar a evidência*; Lisboa, Edições 70, 1998; pp. 84

⁵⁷ BARATA FERNANDES, Francisco; *Transformações e Permanência na Habitação Portuguesa, As formas da casa na forma da cidade*; Porto, FAUP, 1999; pp. 308

⁵⁸ SIZA, Álvaro; entrevista a Jorge Figueira, 2013 in *Público*, 25 de Agosto e “A propósito da Reconstrução do Chiado” (1990); entrevista a José Salgado; AA.VV.; Álvaro Siza a reconstrução do Chiado, Lisboa; Lisboa, Figueirinhas, ICEP, 2000; pp. 74

⁵⁹ GRACIA, Francisco de; *Construir en lo construido: la arquitectura como modificación*; Madrid, Nerea, 2001; pp. 291

⁶⁰ SIZA, Álvaro; entrevista à autora, em anexo, pp. 161

Neste seguimento, podemos afirmar que a excepção só existe por oposição á “continuidade anónima das múltiplas construções”⁶¹. No Chiado “(...)não havia nenhuma razão para fazer edifícios que se destacassem do contexto, à excepção dos que, numa certa medida, já se destacavam.”⁶² como seria o caso do Grandella.

A ideia de *continuidade*, surge-nos diversas vezes acompanhando o discurso sobre a ideia de projecto. Uma continuidade mais complexa do que a fácil apreensão de que foi mantida a linguagem dos alçados, uma vez que advém dum discurso altamente transformador. (A continuidade d)a cidade faz-se através de transformação e é aí que reside a complexidade desta intervenção. Transformações de uso, de programa portanto, transformações de conforto, transformações na utilização do espaço público, que se introduzem na continuidade do traçado pombalino, também este resultado de modificações e hibridismos.

A cidade a partir de fragmentos

A discussão sobre continuidade e transformação na cidade, está necessariamente ligada ao reconhecimento de que a cidade também se constrói a partir de fragmentos. Ou seja, de que a evolução também se faz a partir de intervenções pontuais e cirúrgicas que são capazes de desencadear processos altamente transformadores, suturando realidades hierarquicamente distintas. Vemos isso na operação para Berlim e também no Chiado.

Ignasi de Solà-Morales utiliza este raciocínio quando sintetiza a proposta metodológica de Oriol Bohigas para a reconstrução de Barcelona:

“A través de lo que se ha llamado la *metástasis urbana*, un conjunto de operaciones puntuales, sobre todo en el espacio público, debe tener la energía expansiva suficiente como para provocar una suerte de constelación e la que surja un cambio cualitativo en la globalidad de la ciudad.”⁶³

Ánton Capitel, quando problematiza a questão da conservação das cidades históricas, alerta precisamente para o reconhecimento desta questão, como elemento determinante no sucesso das operações levadas a cabo na cidade consolidada: “Como todas las ciudades, las que llamamos históricas y están protegidas como tales son individuales, pero no unitarias. Constituyen, por el contrario, un complejo conjunto de elementos y partes de valores y características muy variadas.”⁶⁴

⁶¹ SIZA, Álvaro; *Imaginar a evidencia*; 1998, Edições 70, Lisboa, pp. 97

⁶² SIZA, Álvaro; “Viver intensamente” (1991); Entrevista por Laurent Beaudouin; Trad. Vera Cabrita; AA.VV.; *Álvaro Siza, uma questão de medida*; Caleidoscópio, 2009, Casal de Cambra; pp. 72

⁶³ SOLÀ-MORALES, Ignasi de; *Territorios*; Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2002; pp. 50

⁶⁴ CAPITEL, Ánton; *Metamorfosis de monumentos e teorías de la restauración*; Madrid, Alianza Editorial, 2009; pp. 81

Para o autor, a aceitação de que a cidade é um conjunto de elementos, mais ou menos desconexos, estratificadas temporalmente, cujas construções têm mais ou menos qualidade, são diferentes no tipo e na forma e se encontram em graus de conservação diferentes, acarreta a responsabilidade de estudar atentamente cada problema específico, e constitui a grande complexidade da discussão sobre continuidade e transformação na cidade.⁶⁵

Collage City (1978)⁶⁶ de Collin Rowe e Fred Koetter, mais uma reacção às teorias utópicas dos primórdios do Modernismo, explanava já a necessidade de prever as operações urbanísticas através da fragmentação e não do idealismo do “total design” que presumia o controlo absoluto de todos os momentos de um projecto, fosse ele um objecto ou um Plano urbanístico.

No Chiado, esta perspectiva é concretizada, na medida em que, não se pretendeu aproveitar tal incidente para transformar para novo, ainda que a zona a intervirm apresentasse sintomas de degradação física e emocional.

Não se tratava de uma operação cujo objectivo era regenerar a Baixa de Lisboa das suas patologias, nem tão pouco de delinear um Plano capaz de acolher e resolver os vários problemas da cidade. Tratava-se sim de reconstruir uma área específica da cidade destruída por um incêndio, processo este de onde seria possível, se assim fosse entendido, extrair ideias e pressupostos passíveis de produzirem resultados em outras áreas da cidade consolidada.

Concretizando esta ideia, observemos o projecto de Álvaro Siza, *Terraços de Bragança*, situado alguns quarteirões abaixo do Chiado, na Rua do Alecrim, onde verificamos uma aproximação ao problema, algo divergente da primeira.

Aqui podemos observar um conjunto de edifícios novos, que se implantam naquele que é o último lote por edificar da Baixa pós-terramoto. Ainda que a linguagem das suas aberturas se remeta para a dos seus adjacentes, e que recupere pormenores alusivos à memória das construções lisboetas do séc. XVIII, como a utilização de azulejos como revestimento e o tratamento das varandas, trata-se de uma intervenção nova, que recupera muitos dos elementos que constituem os alçados-tipo da Baixa, mas sem recriações pitorescas.

Não houve portanto, aqui uma ideia de controlar toda a abrangência de que um Plano desta natureza podia fazer uso, mas sim de “costurar” áreas da cidade com problemas específicos, associando soluções também específicas, sem receita prévia ou absoluta.

⁶⁵ CAPITEL, Ánton; *op. cit.*; pp. 81,82

⁶⁶ ROWE, Collin; KOETTER, Fred; *Collage City*; Massachusetts: The MIT Press, 1978



Figura 29 e 30. Projecto residencial Terraços de Bragança. Em cima a sua implantação na Rua Alecrim, em baixo a relação com os edifícios contíguos, de linguagem Pombalina.

“Observo o crescimento das Cidades. Excluindo as que crescem sem controle, sob pressão irresistível e por isso clandestinamente, apercebo-me de duas tendências dominantes:

- A de relativizar o alcance dos planos, por considerar, na situação contemporânea, ilusório ou impossível o controle qualitativo desse crescimento, valorizando por isso a introdução de brilhantes objectos autónomos, núcleos que possam desencadear uma transformação ajustada e excitante.

- A de manter ou recuperar, como instrumento de plano e de projecto, a ideia de continuidade histórica, mais do que uma ruptura, não como expressão de conservadorismo, mas em resultado de uma análise alargada à história recente – e à outra.”⁶⁷

A construção de objectos icónicos e profundamente diferenciadores na paisagem era, como analisámos, uma abordagem recorrente nos discursos do Moderno. Nesta altura, estes eram parte integrante de operações de grande escala que pretendiam transformar porções de cidade.

Hoje, observamos fenómenos em que a introdução de uma obra de referência, motivada habitualmente por um programa *especial*, é utilizada como forma de regenerar tecidos, e cuja força poderia desencadear poderosos fenómenos de transformação. Contudo, quando generalizadas, estas opções promovem uma crescente perda da sua eficiência, e precipitam fenómenos não sustentados incapazes de responder às solicitações urbanas.⁶⁸

O debate sobre modernidade e conservadorismo esteve patente no processo do Chiado. Haveria quem defendesse o aproveitamento da oportunidade deixada pelas ruínas do incêndio para *fazer Moderno*. As propostas deste género, baseavam-se na introdução de edifícios de linguagem nova, “moderna”, em total ruptura com o pombalino pré-existente.

Álvaro Siza não concordava com esta opção de *fazer novo* uma vez que acreditava que a transformação necessária deveria ser conseguida através de outros instrumentos que não a transfiguração da forma do edificado: “(...) alguns anunciavam a oportunidade de modernizar o Chiado (pensando em formas?).”⁶⁹ Interrogava.

A noção de conservadorismo surge então como tentativa de definir esta desejo de Siza de reconstruir o Chiado, respeitando a linguagem pré-existente. Acrescentando nós, esta ideia parte duma perspectiva mais complexa, que é a que acima descrevemos, que se apoia num profundo conhecimento da História e da história do lugar, sem que por isso deixem de ser respondidos os problemas modernos: “(...) em termos de evolução da arquitectura, mesmo quando às vezes não parece, há uma grande continuidade... histórica.”⁷⁰ Sublinha Álvaro Siza.

⁶⁷ SIZA, Álvaro; “Gregotti” (2004); SIZA, Álvaro, MORAIS, Carlos Campos; *01 Textos*; Porto: Civilização ed, 2009; pp. 313

⁶⁸ *Idem*

⁶⁹ SIZA, Álvaro; “Abecasis” (1999); SIZA, Álvaro, MORAIS, Carlos Campos; *01 Textos*; Porto: Civilização ed, 2009; pp. 221

⁷⁰ SIZA, Álvaro; entrevista dada à autora, em anexo, pp. 160

Juan Domingo Santos menciona também esta questão, quando questionado sobre as preocupações ao operar na cidade consolidada: “Hoy ser moderno es ser conservador.”⁷¹ Referindo-se à lógica contemporânea de apoiar os discursos da intervenção na cidade consolidada, na alternativa da continuidade histórica.

Contudo, Álvaro Siza não se demonstra demasiado apegado a estas observações e esforços, talvez excessivos, de adjectivar o seu trabalho: “Não me importo de passar por conservador, se isso significar que não tenho nenhuma ânsia por ser moderno.”⁷²

Memória e catarse

“La memoria justa, feliz y viva, en el presente, no es ni olvidar todo, ni recordar todo, sino un “trabajo”, que construye la distancia optima entre el “recuerdo justo” e la “inovación justa””⁷³

Esta afirmação de Joseph Muntañola introduz a questão da importância do conceito de Memória, o qual tentaremos comparar a partir de operações motivadas por contextos de destruição.

Para tal, recorremos à observação da intervenção de Álvaro Siza em Kreuzberg, Berlim que, ressaltando as diferenças de escala e contexto histórico, abarca similitudes com a experiência no Chiado, concretizadas com algumas opções de projecto tomadas.

Quanto à natureza ou ao contexto da operação, Álvaro Siza afirma que estas não são confrontáveis. Apesar de se tratar de dois momentos de destruição na História de uma e outra cidades, em Berlim a Memória era um conceito tangível. Tanto pelos ainda presentes “fantasmas da guerra” como pela presença do Muro. Em Lisboa o incêndio foi marcante, sobretudo porque atingiu um número elevado de edifícios, numa zona relevante do centro histórico, no entanto, a perspectiva da Memória era catalisadora, transformadora: “(...) ardeu, é pena, mas pode ser refeita...”⁷⁴ disse.

Em Berlim, pelo contrário, a Memória era castradora:

“A questão psicológica de Kreuzberg condicionou profundamente o trabalho dos técnicos e dos arquitectos. Existe ali toda a emoção associada à presença do Muro. Daí essa impossibilidade de desenvolver plenamente as relações entre as diferentes partes da cidade. Há uma atmosfera verdadeiramente dramática, carregada de coisas do passado, de dúvidas em relação ao futuro. Em Lisboa, essa possibilidade é admitida, mais optimista.(...)”⁷⁵

⁷¹ SANTOS, Juan Domingos; Transcrição feita pela autora aquando da sua intervenção intitulada “Conversas sobre Arquitectura, Un encuentro [Arquitectura: A razão da memória]” em Matosinhos, Julho de 2013

⁷² SIZA, Álvaro; “Uma questão de medida” (1991); Entrevista por Dominique Machabert; Trad. Vera Cabrita; AA.VV.; *Álvaro Siza, uma questão de medida*; Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009; pp. 58

⁷³ MUNTAÑOLA, Joseph; “Arquitectura, proyecto y memoria”; In Forma y Memoria. DPA, *Documents de Projectes d'Arquitectura*, nº18, Abril de 2002; pp. 6; Disponível em: www.journals4free.com/link.jsp?l=27733307&al

⁷⁴ SIZA, Álvaro; “A propósito da Reconstrução do Chiado” (1990); entrevista a José Salgado; AA.VV.; *Álvaro Siza a reconstrução do Chiado, Lisboa*; Lisboa: Figeirinhas, ICEP, 2000; pp.72

⁷⁵ SIZA, Álvaro; “Talvez se venha a dizer que é a mesma coisa que antes” (1989); Entrevista por Dominique Machabert; Trad. Vera Cabrita; AA.VV.; *Álvaro Siza, uma questão de medida*; Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009; pp. 50

De facto, em Berlim, a questão da Memória e, sobretudo, a “escolha” de que memórias, é nuclear no desenvolvimento da cidade e da sua arquitectura. Apagar o passado ou lembra-lo? Como corrobora Garcia Vásquez:

“Em 1989, Berlim viu-se confrontada com uma situação certamente estranha nesse período do milénio: escolher uma memória. Não foi seguramente a primeira vez que a cidade sentiu essa chamada de identidade. De facto, a capital alemã passou todo o século XX procurando referências que sustentassem a sua construção, mas a descontinuidade, traumática do seu devir histórico impediu qualquer possibilidade de um consenso social.”⁷⁶

Fernando Távora concretiza:

“Ricordare e dimenticare sono atteggiamenti fondamentali e complementari. Dimenticare è un modo per selezionare, dunque una forma per il ricordo. Per progettare è necessario saper dimenticare, tanto nell’architettura quanto nella vita.”⁷⁷

Siza, para o Chiado, tinha como missão esquecer o incêndio e a pré-decadência, e recordar o seu papel de rótula de distribuição e a sua identidade, redireccionando fluxos através de percursos, auxiliados por plataformas de paragem, e recuperando ou melhorando o espaço público perdido. Em “Chiado: o que é, e o que será...” declara a sua visão sobre esta Memória que tentamos definir por *propulsora*, uma vez que dá o mote a uma operação altamente transformadora e não saudosista:

“O que não mais pode ser:
Comovente, fascinante máquina onde o passado é presente, onde tudo tem o encanto de um beco, pó doirado ao entardecer, grafittis desgastados, brilhos e fracturas, o encanto do kitsch e do fora de moda, do lixo, dos ambientes asfixiantes, de droga e de uma entrevista sobre o Tejo.”⁷⁸

Referências - *Composto e mistura*⁷⁹

“Cuando miramos a arquitectura del pasado, nosotros, como arquitectos, creos sin excepción, intentamos penetrar en su secreto. Hablo, naturalmente, de la buena arquitectura, de esos ejemplos que se imponen a nuestra atención y la retien, de esos ejemplos a los que volvemos siempre para reafirmamos en nuestro trabajo.”⁸⁰

⁷⁶ GARCIA VÁSQUEZ, Carlos; “Berlim, Memória com maiúsculas” (2008); AA.VV.; *Berlim, reconstrução crítica*; Porto: Circo de Ideias, 2008; pp.47

⁷⁷ TÁVORA, Fernando; “Pensieri sull’architettura”; in *Casabella* n° 678, Maio, 2000, Milano

⁷⁸ SIZA, Álvaro; “Chiado: o que é, e o que será...” (1989); AA.VV.; *Álvaro Siza a reconstrução do Chiado, Lisboa*; Lisboa, Figeirinhas, ICEP, 2000; pp. 66

⁷⁹ Referência à reflexão de Fernando Távora, “Uma das mais elementares noções de Química ensina-nos qual a diferença entre um composto e uma mistura e tal noção parece-nos perfeitamente aplicável, na sua essência, ao caso particular de um edifício.”, a propósito da Casa de Ofir (1957-58) in AA.VV.; *Fernando Távora*, Ed. Luiz Trigueiros; Lisboa: Blau, 1993; pp. 78

⁸⁰ GRASSI, Giorgio; “Cuestiones de proyecto” (1983), Trad. Manuel Iñiguez, Alberto Ustároz, J L Gil Aristu; publicado com o título “Befreite, nicht gesuchte Form. Zum Problem architektonischen Entwerfens” in *Daidalos* 7, março de 1983; GRASSI, Giorgio; *Arquitectura lengua muerta y otros escritos*; Barcelona: Ediciones del Serbal, 2003; pp. 33



Figura 31. Interior do quarteirão do edifício Schlesisches Tor. Berlim, Alemanha.

Figura 32. Pormenor do alçado tardoz, no mesmo edifício.

Figura 33. Pormenor do alçado tardoz do conjunto de edifícios correspondente ao denominado *Bloco B*, no projecto de reconstrução do Chiado.

Para Álvaro Siza, o uso de referências adquire um duplo sentido. Tanto nos deparamos com uma tentativa, talvez excessiva, por parte dos críticos e não só, de relacionar a sua obra com determinados modelos precisos como, por outro lado, o próprio afirma o seu reconhecimento do uso de referências, sem as quais seria impossível fazer (a sua) arquitectura, sem no entanto encarar o uso das mesmas como cópia gratuita: “As referências são instrumentos que um arquitecto possui; é o seu património de conhecimentos, de informações. Elas são a soma de todas as experiências que é possível conhecer e empregar.”⁸¹

A sua estranheza aquando da associação de algumas das suas obras, a modelos concretos, advém da condição natural a que atribui ao conhecimento do passado, ou como diria Giorgio Grassi, ao conhecimento da *boa arquitectura*, à qual Siza é extremamente sensível - “miramos para aprender cómo se hace”⁸². As memórias gravitam assim num universo hierárquico complexo e, por vezes, injustificável.

Como corrobora Carlos Castanheira, numa perspectiva mais operativa, em cada projecto, que se traduz logicamente num problema, é necessário o conhecimento de situações análogas e, além do mais, um profundo conhecimento da História, neste caso da história da cidade, de forma a compreender as suas transformações. No Chiado, não existe a aplicação directa de um modelo A ou B, mas sim a serena aglutinação de experiências já observadas e já testadas.⁸³

E esta questão é aqui fundamental, na medida em que um projecto desta natureza, urgente, complexo, tanto ao nível do elevado número de intervenientes com quem dialogar, como ao nível das equipas que foram preciso coordenar, exigia um forte apoio e estudo sobre “o que já foi feito”.

E para isso, um dos elementos essenciais, foi a presença do Engenheiro Pessanha Viegas como director do Gabinete do Chiado o qual tinha já trabalhado com Fernando Távora, aquando da sua intervenção em Angra do Heroísmo, no seguimento do terramoto de 1980, transmitindo por isso experiência necessária na coordenação dum projecto com estas características.⁸⁴ Apesar da falta de elementos gráficos e descritivos que o comprovem, estamos convictos que o estudo desta intervenção tenha feito parte do processo de desenvolvimento da operação do Chiado.

Neste projecto, parece ser possível defender que Siza estudou a operação da Baixa pombalina pós-terramoto, mas também a definição público-privada do miolo dos quarteirões da *Viena Vermelha*, ensaiado pelo próprio em Berlim⁸⁵, ou os *pátios* de Lisboa. Mas é também certa, ainda que não tão aparente, a relação com a sua intervenção contemporânea em Haia, no caso do pórtico de acesso, ou com a experiência vivida da reconstrução pós-terramoto na Sicília, anos antes.⁸⁶

⁸¹ SIZA, Álvaro; “Sou sensível ao momento que se segue” (1977); Entrevista por Laurent Beaudouin e Christine Rousselot; Trad. Vera Cabrita; AA.VV.; *Álvaro Siza, uma questão de medida*; Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009; pp. 27

⁸² GRASSI, Giorgio; *op. cit.*; pp. 33

⁸³ CASTANHEIRA, Carlos; entrevista dada à autora, em anexo, pp. 143

⁸⁴ SIZA, Álvaro; entrevista dada à autora, em anexo, pp. 159

⁸⁵ Consultar parte II, capítulo 2, deste trabalho

⁸⁶ Consultar, neste capítulo: “Transformações na História da cidade (destruída)”



Figura 34. Acesso ao pátio interno do conjunto de edifícios correspondentes ao Bloco A, no projecto de Reconstrução do Chiado.

Figura 35. Acesso ao *Pátio do Carrasco*, em Lisboa

Figura 36. Edifício de habitação social em Schilderswijk. Haia, Holanda. (1984-1989). Pormenor dos pórticos de acesso.

Uma amálgama de evocações, naturalmente diluídas nas soluções encontradas ou, apoderando-nos das palavras de Távora: “(...) um composto no qual entrasse em jogo uma infinidade de factores, de valor variável, é certo, mas todos, todos de considerar.”

Távora, cuja forte presença nesta discussão nos parece indispensável, encontra uma explicação exímia, a partir da Química, para a difícil justificação do uso de referências em arquitectura: “Em verdade, há edifícios que são compostos e edifícios que são misturas (para não falar já nos edifícios que são mixórdias...) (...)”⁸⁷.

E é aqui, acreditamos, que encontramos a definição da estratégia de Álvaro Siza para o Chiado: uma composição criteriosa de experiências, muito estudadas, relacionadas intimamente com respostas concretas e modernas, para um problema, também ele, moderno.

“O que quer dizer “Moderno”? (...) moderno é o modo de pensar, o método, o processo ou, pelo contrário, Moderno é só o estilo?”⁸⁸

Questiona Roberto Collovà, sumariando as nossas preocupações.

⁸⁷ TÁVORA, Fernando, a propósito da Casa de Ofir (1957-58) in AA.VV.; *Fernando Távora*, Ed. Luiz Trigueiros; Lisboa, Blau, 1993; pp. 78

⁸⁸ COLLOVÀ, Roberto; entrevista dada à autora, em anexo, pp. 114

Parte II



1| A encomenda

Quando o projecto se insere num contexto de urgência e excepção (acidentes, catástrofes naturais), o modo como é feita a sua encomenda assume contornos particularmente relevantes. Acrescido ao problema de resolver de forma célere as questões relacionadas com as necessidades humanas, quando estes acontecimentos tomam lugar no interior da cidade consolidada, há ainda a destacar a pertinência de uma intervenção particularmente cuidada e atenta, de acordo com a complexidade das transformações do tecido urbano pré-existente.

Numa situação de emergência ou excepção, as entidades políticas e administrativas tem, quase sempre, o papel crucial de orientar a encomenda, processo que pode ditar o sucesso ou insucesso de determinada operação.

No caso em estudo, a prioridade não seria o realojamento ou a melhoria das condições de vida da população afectada, uma vez que se tratava de uma área desabitada à altura do incêndio, mas sim o restabelecimento e melhoramento de características perdidas naquela área da cidade.

O contexto da Encomenda (directa)

O interesse mediático desta zona da cidade não era recente. O Chiado tinha sido palco das mais importantes transformações da sociedade e da cidade. A Lisboa mercantilista de Pombal foi dando lugar a uma sociedade aburguesada, que fazia do Chiado polo de atracção cultural.

Ponto de encontro de poetas, artistas e boémios, o Chiado assumiu-se como o lugar onde implantar os novos modelos de comércio da Europa. A sua posição na topografia Lisboeta, implantado numa colina entre a Baixa e o Bairro Alto, fomentava também o seu carácter plural nas funções que desempenhava.

A sua importância na vida da sociedade de Lisboa mantém-se até serem instaurados novos polos de atracção em zonas periféricas da cidade, principalmente substituindo o comércio tradicional pelos novos centros comerciais.

Aquando da ocorrência do incêndio, o Chiado era uma zona inanimada, pontuada por estabelecimentos comerciais arcaicos, e sem habitantes nocturnos.⁸⁹

Ainda que manifesta a sua recente condição decadente, a memória do anos prósperos do Chiado, associada à ruptura abrupta causada pelo desastre accidental, exprimiu-se através de um enorme alvoroço na opinião pública nacional e internacional.

Na opinião especializada, havia sobretudo duas correntes de pensamento: uma que ditava a reconstrução dos edifícios afectados segundo a traça original (pombalina ou pombalino híbrido) e outra que, por oposição, sugeria que esta seria uma oportunidade de romper com os cânones e introduzir modelos totalmente novos: “Há, portanto, que construir algo de actual e inovador. A zona é propícia à edificação de um centro cultural e também de comércio, não podendo, no entanto, ser esquecida a habitação.”⁹⁰ Afirmava Tomás Taveira no dia seguinte ao incêndio.

Ainda no dia 26, a Associação de Arquitectos Portugueses (que daqui em diante designaremos por A.A.P.), pela voz do seu presidente, Nuno Teotónio Pereira, iniciou o debate defendendo a criação de um Gabinete especial com características pluridisciplinares capaz de garantir a coordenação dos trabalhos.⁹¹

No mesmo período, a A.A.P. promove uma iniciativa no sentido de se realizar um “concurso público de ideias” para a zona sinistrada. Teotónio Pereira afirma que “Tal como o Marquês terá feito, e se a catástrofe foi assim tão grande, há que abrir um concurso público de projectos, como aconteceu quando se edificou a baixa pombalina.”⁹² Ainda que, como clarificado no primeiro capítulo deste trabalho, o Marquês de Pombal tenha encarregado do processo, e consequentemente da escolha da proposta de reconstrução, o Eng. Manuel da Maia, não se tratando, por isso, de um concurso inteiramente “público”.

⁸⁹ SALGADO, José; “A Baixa de Lisboa e o Incendio do Chiado de 1888” (1994) in AA.VV.; *Alvaro Siza, A Reconstrução do Chiado, Lisboa*; Figueirinhas, ICEP; Lisboa; 2000; pp. 24-28

⁹⁰ TAVEIRA, Tomás (1988); “Reconstrução divide arquitectos”. *O Jornal*, 26 de Agosto (em anexo)

⁹¹ TEOTÓNIO PEREIRA, Nuno (1988); “A reconstrução deve ser coordenada por um gabinete especial”. *O Diário de Lisboa*, 26 de Agosto (em anexo)

⁹² TEOTÓNIO PEREIRA, Nuno (1988); “a lição do marquês”. *O jornal*, 26 de Agosto (em anexo)

Num acto não habitual para a época, duas semanas passadas desde o incêndio, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, *Kruz Abecasis*⁹³, resolveu, por iniciativa própria, convidar o arquitecto Álvaro Siza Vieira para elaborar o posteriormente chamado *Plano de Pormenor para recuperação da zona sinistrada do Chiado*. Como nos relata o próprio:

“ – Está? É o arquitecto Siza? Estou a convidá-lo para dirigir a recuperação do Chiado.

Foi este o meu primeiro contacto com o Presidente Abecasis. Assim, com toda a convicção, quase uma ordem.”⁹⁴

Esta atitude, destemida e singular, resultante da natureza simbólica e urgente da operação necessária e, também, da figura do seu mandatário, culturalmente preparado, acabou por ditar o rumo acertado, duma operação que se previa profundamente complexa.

A reconquista da sociedade democrática, que em Portugal emerge depois do 25 de Abril de 1974, além de profundas transformações na forma da sociedade, conduziu ao desenvolvimento de duas características fundamentais para o sucesso de uma operação de arquitectura: o diálogo e a participação. Álvaro Siza, partilha este momento aquando da sua vigorosa participação na operação do S.A.A.L. (*Serviço de Apoio Ambulatório Local*), logo no seguimento da revolução, bem como posteriormente, em países do Norte da Europa:

“(…) eu defendo que ela [a participação] continua a ser actual na prática da transformação urbana, mesmo que se tenha tornado obsoleta para a maioria dos arquitectos. Experimentei isso de uma forma tão básica e fundamental na Holanda, assim como dez anos antes, no SAAL, do Porto.”

Esta questão tomará contornos relevantes neste trabalho, uma vez que a natureza do mesmo, sendo que o elevadíssimo número de intervenientes, tanto por parte dos proprietários e promotores, como por parte das diversas equipas participantes na construção, exigia um elaborado e cauteloso *plano de diálogo*.

Quando a noticia sobre o convite feito a Álvaro Siza se difunde, as ideias contrárias dissipam-se e o burburinho esbate-se. Não seria de estranhar, uma vez que Álvaro Siza acabava de ser galardoado com uma série de prémios⁹⁵, prémios esses que não seriam indiferentes à opinião especializada.

Neste contexto, imediatamente após o conhecimento deste convite, é publicada uma entrevista com os mesmos arquitectos, que até aqui se tinham pronunciado vivamente em prol de ideias contrárias, que por unanimidade, afirmam o seu apoio à escolha do nome.⁹⁶

⁹³ Nuno Kruz Abecasis foi presidente da Câmara municipal de Lisboa entre 1980 e 1989

⁹⁴ SIZA, Álvaro; “Abecasis” (1999) in Siza, Álvaro; *Textos 01*; Porto: Civilização ed., 2009; pp.221

⁹⁵ Entre eles a Medalha de Ouro de Arquitectura do Conselho Superior do Colégio de Arquitectos de Madrid, a medalha de Ouro da Fundação Alvar Aalto, o prémio *Prince of Wales* da Harvard University e o Prémio Europeu de Arquitectura da Comissão das Comunidades Europeias/ Fundação Mies Van der Rohe; In AA.VV.; Álvaro Siza; Lisboa, Editorial Blau, 1995; pp.211

⁹⁶ “O que pensam os arquitectos da escolha de Siza Vieira” (1988) in *Expresso*, 10 de Setembro (em anexo)

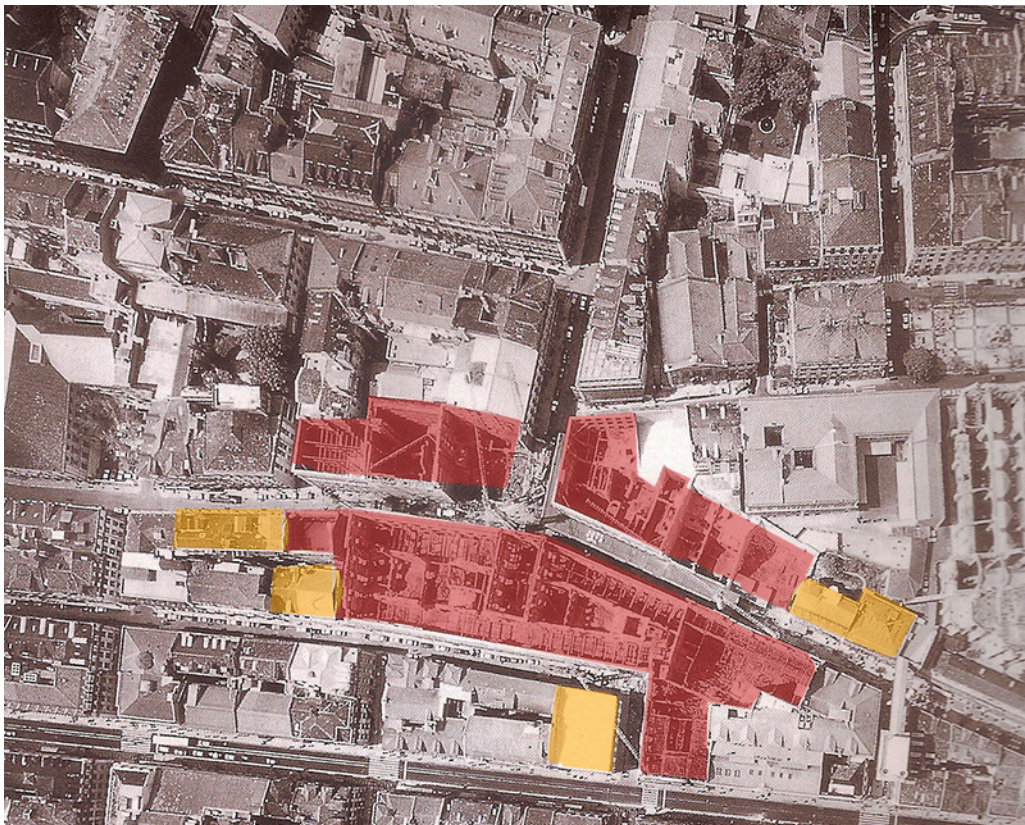
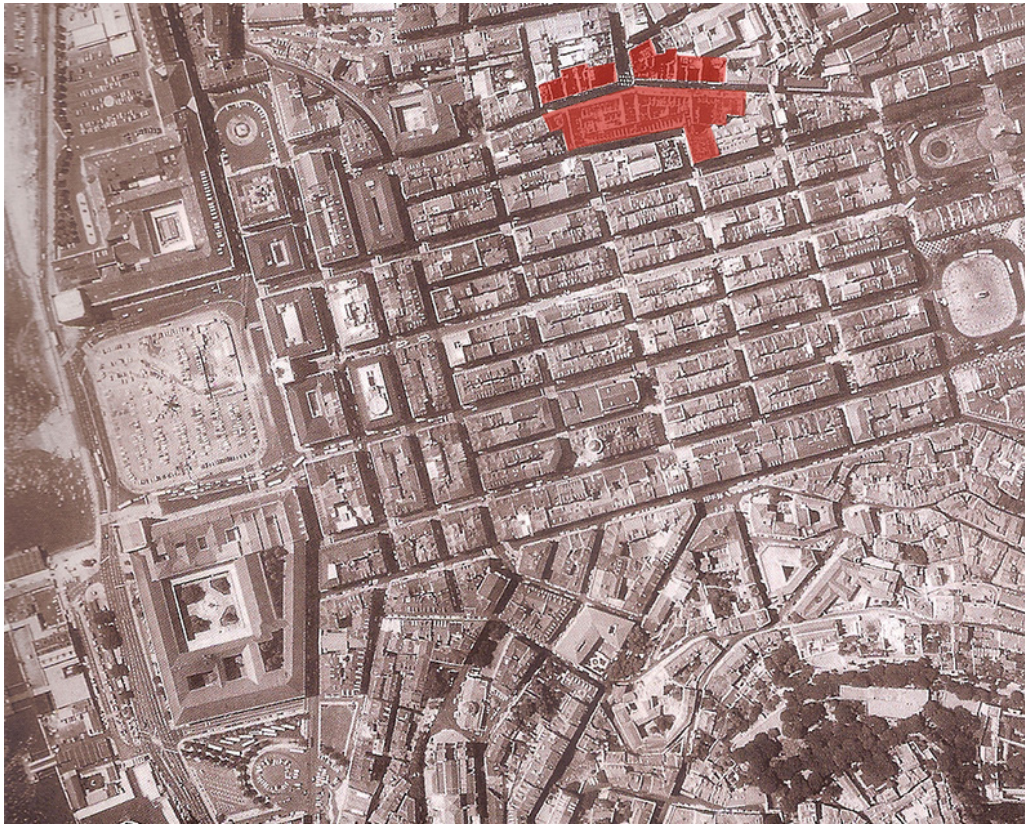


Figura 38. Fotografia aérea da Baixa Pombalina. A vermelho, a área *ardida*.

Figura 39. Fotografia aérea da zona do Chiado. A vermelho os *edifícios ardidos*, a amarelo os que não foram gravemente afectados, mas que foram incluídos no Plano.

A questão não era agora *quem* poderia coordenar a operação da reconstrução do Chiado, mas sim *como*. E aqui a A.A.P. não mudou a sua posição:

“A AAP mostra-se intransigente na execução do concurso de ideias aberto a arquitectos portugueses para a recuperação do Chiado e sua zona envolvente. Somos completamente contra a hipótese da organização de um concurso de pré-qualificação com base curricular para o fim em vista(...)”⁹⁷

Álvaro Siza não concordava com a ideia de um concurso público de ideias. Decide então alertar a A.A.P., dizendo-lhes que tenciona aceitar o convite frisando, contudo, que não julga correcto o raciocínio preterido por esta, uma vez que se previa já, que a negociação e o diálogo com os intervenientes seriam, forçosamente, necessários, e tal não se coadunaria com os moldes dum concurso, sobretudo de “ideias”.⁹⁸

Em suma, ficaria determinado que a cargo de Álvaro Siza ficaria a coordenação da equipa projectista de arquitectos que elaborariam o *Plano de reconstrução da área sinistrada do Chiado*, em relação directa com o recém criado *Gabinete do Chiado*, que teria à sua disposição uma série de profissionais de outras áreas, entre eles engenheiros, historiadores, arqueólogos e sociólogos, encabeçados pelo seu director, o Engenheiro Pessanha Viegas.

Quanto aos edifícios de habitação, a escolha dos arquitectos que os concretizariam, cabia a cada proprietário, sendo apenas exigido que estes conhecessem as premissas do Plano, e cumprissem o regulamento imposto para os interiores dos edifícios.

O Plano⁹⁹

A encomenda tinha como objectivo a elaboração de um Plano de Pormenor que, no seu essencial, regula todo o espaço público da zona a intervir que, neste caso, adquiriu características diversas, como veremos adiante, uma vez que o interior dos quarteirões torna-se também ele público. Incluindo assim arruamentos, fachadas dos edifícios e suas coberturas. E, concentra-se ainda em definir medidas a adoptar no interior dos edifícios tais como posicionamento dos paramentos internos em relação aos vãos exteriores e cotas de laje, de maneira a garantir a concordância dos interiores de todos os edifícios.¹⁰⁰

O Plano de Pormenor, mesmo depois de aprovado, continha a variante de poder vir a incluir todos os desenhos posteriores, uma vez que estes eram constantemente revistos e actualizados, à medida que novas especificidades surgiam. Essas situações específicas eram tratadas como em qualquer outro projecto, com base na participação e na razoabilidade.

⁹⁷ AFONSO, José (1988); “Chiado: Arquitectos insistem no concurso de ideias” in *Diário Popular de Lisboa*, 9 de Setembro (em anexo)

⁹⁸ SIZA, Álvaro; entrevista dada à autora, em anexo, pp. 156

⁹⁹ *Plano de Pormenor para recuperação da zona sinistrada do Chiado*, 26 de Abril de 1990; disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/planos-eficazes/plano-de-pormenor-da-recuperacao-da-zona-sinistrada-do-chiado>

¹⁰⁰ CARVALHO, Jorge; entrevista dada à autora, em anexo, pp. 132

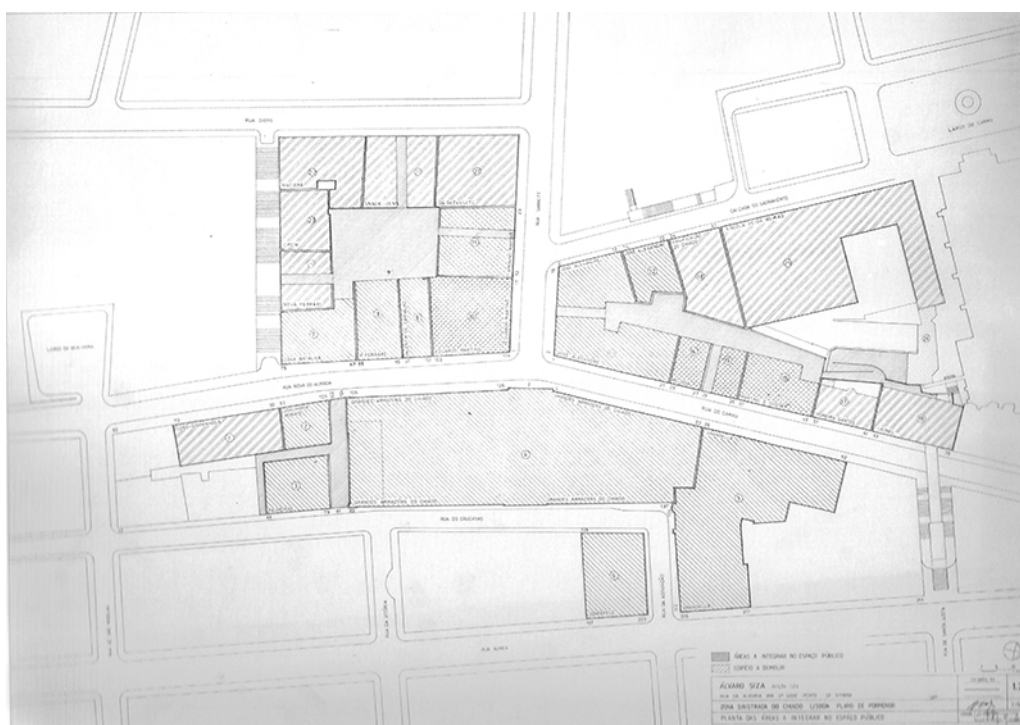
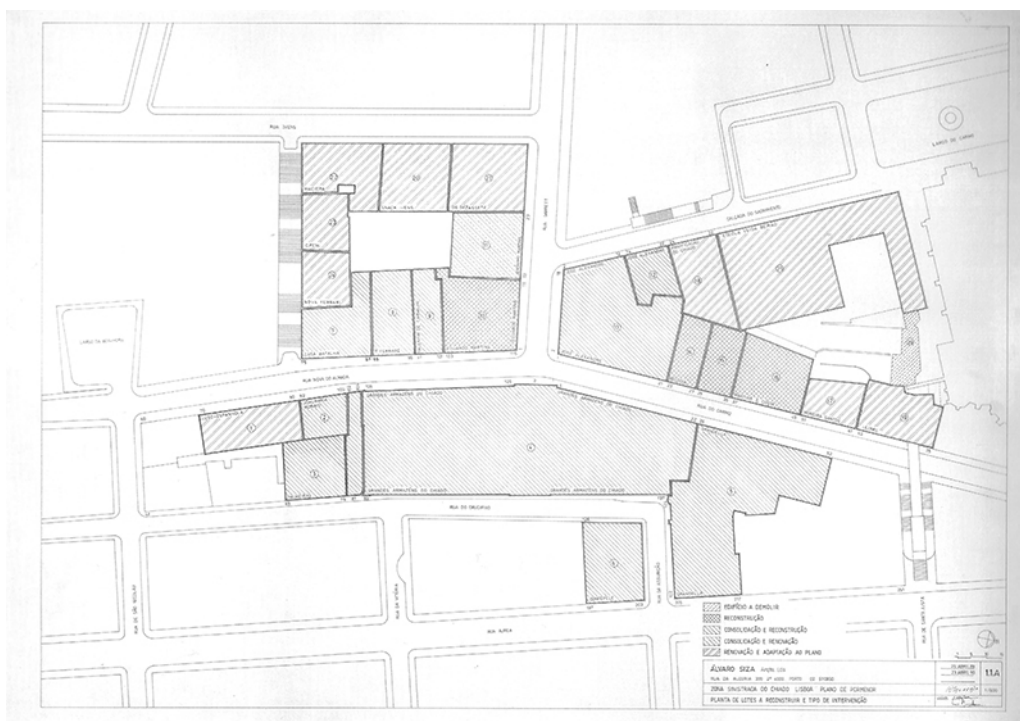


Figura 40. *Planta de lotes a reconstruir e tipo de intervenção*. Gabinete do Arq. Álvaro Siza, (26 de Abril de 1989)

Figura 41. *Planta das áreas a integrar no espaço público*. Gabinete do Arq. Álvaro Siza (23 de Abril de 1990)

Jorge Carvalho, colaborador da equipa projectista, descreve este cuidado da seguinte forma: “(...) temos circunstâncias que são diferentes em cada quarteirão, em cada casa, em cada utilizador... havia já histórias, uma História composta por pequenas histórias à qual ou às quais o Arq. Siza era sensível (...)” Não sendo por isso possível redigir um documento estanque, e que não contemplasse variações assentes numa estratégia dialogante e participativa.

Em linhas gerais, o Plano conjugava dois aspectos fundamentais: a reintrodução da função habitação, e o restabelecimento das relações e acessibilidades com as áreas envolventes. Aspectos estes, inseridos num programa que previa a manutenção ou reconstrução das frentes dos edifícios, com a linguagem que os identificava e tinha permanecido.¹⁰¹No caso do edifícios de excepção, o Grandella e o Armazéns do Chiado, este princípio era comum.

No Grandella, o programa, maioritariamente comercial, deveria garantir a continuidade do seu carácter de ligação entre a Baixa e o Chiado através de comunicações verticais. No Caso do edifício dos Armazéns do Chiado, o Plano previa a construção de um Hotel, com base na estrutura conventual ainda presente.

No âmbito geral, assume-se também a constância das volumetrias e cérceas, ainda que alguma excepção possa ser assumida quando justificada.¹⁰²

Quanto ao programa interno dos edifícios, exceptuando os de programa especial (Edifício dos Armazéns do Chiado e Grandella), sugeria-se uma relação de um terço (1/3) para cada termo programático: comércio, escritórios e habitação. A condição primordial seria a reposição das condições de salubridade, inexistentes devido à profundidade dos lotes e ao uso dos espaços dos saguões para acondicionamento de armazéns, adições abusivas, etc..¹⁰³

Eram ainda estabelecidas premissas que tinham que ver com a relação dos paramentos internos com os vãos exteriores, e com a implantação do núcleo de acessos verticais, que fará parte do plano estrutural de todos os edifícios.

Ao nível do espaço público, além de privilegiar o seu carácter de “charneira”, fomentando as ligações com as zonas envolventes, deveriam ser contempladas alternativas de estacionamento tanto para residentes como para população flutuante. Era de esperar também que fosse integrado o estudo do ramal de acesso ao metropolitano, que já se encontrava em curso.

Os aspectos aqui expostos serão, na sua maioria, desenvolvidos no capítulo seguinte onde se analisa, como meio de entendimento de conceitos, a obra em estudo, dissecando a relação entre Plano e Projecto.

¹⁰¹ SIZA, Álvaro; entrevista dada à autora, em anexo, pp. 157

¹⁰² in *Plano de Pormenor para a recuperação da zona sinistrada do Chiado*, 26 de Abril de 1990; *op. cit.*

¹⁰³ CASTANHEIRA, Carlos; entrevista dada à autora, em anexo, pp. 139



Figura 42. Pátio B, pormenor do alçado novo com a ruína do muro pré-existente.

2| A Obra

Identidade no projecto

*Era como me cair este botão, e eu pôr um botão vermelho.*¹⁰⁴

A topografia ditou a hibridez da linguagem pombalina que pré-existia na zona afectada. Nas suas zonas limítrofes, quando se aproxima da encosta, a malha torna-se mais flexível, verificando-se assim variações na regra pombalina, (que continua, no entanto, a ser bastante identificável) e, em alguns casos, uma quebra das suas relações com a envolvente. Será o restabelecimento destas relações, o principal mote deste projecto Álvaro Siza caracteriza assim os edifícios do Chiado:

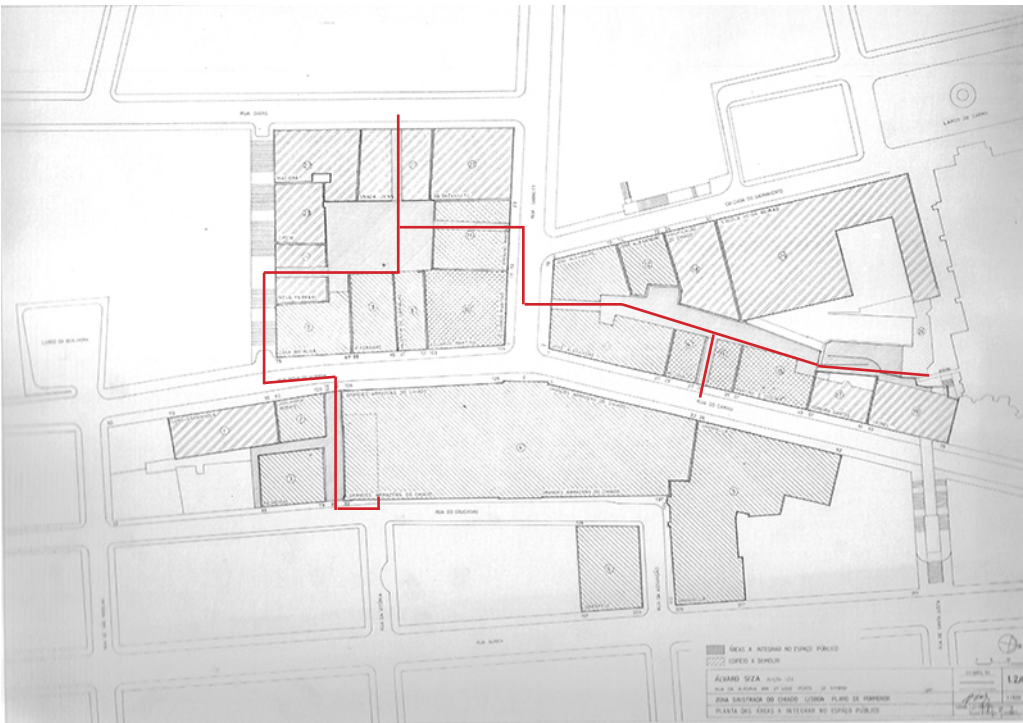
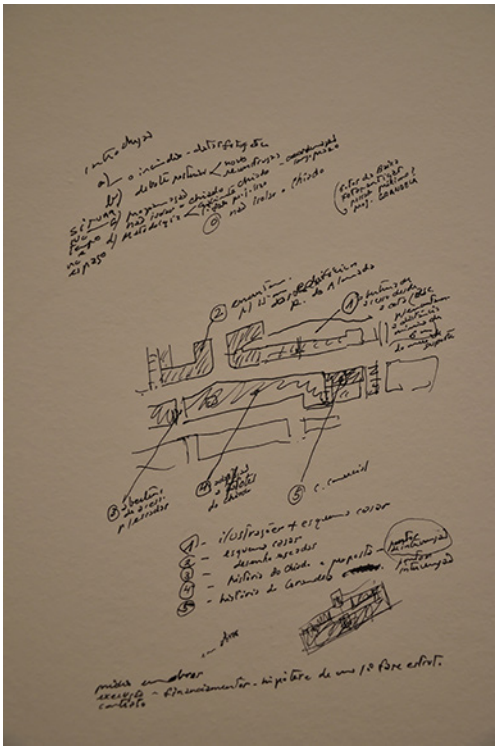
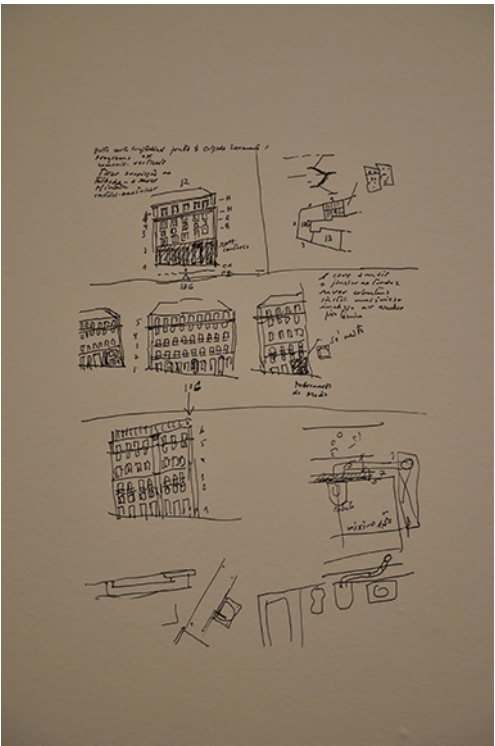
“O que acho é que são mais híbridos [em relação aos da Baixa], porque são formas de transição e daí lhes advém, o interesse; o que podemos chamar um abaixamento de qualidade, do ponto de vista do rigor ou purismo, é compensado por esse hibridismo que tem que ver com a complexidade que sempre aflora na transição entre partes diferentes da cidade.”¹⁰⁵

A ideia seria então, anular a aparente dicotomia entre a *continuidade* e a necessidade de transformação uma vez que, depois se verifica, as variáveis introduzidas não são ruptura mas sim, também elas, *continuidade*.¹⁰⁶

104 A propósito da ideia de *fazer novo* no Chiado e do seu entendimento desta ser uma zona com um forte carácter unitário; SIZA, Álvaro; entrevista dada à autora, em anexo, pp. 158

105 SIZA, Álvaro; “A propósito da Reconstrução do Chiado” (1990); entrevista de José Salgado; AA.VV.; *Álvaro Siza a reconstrução do Chiado, Lisboa*; Lisboa, Figeirinhas, ICEP, 2000; pp. 72 e 74

106 CARVALHO, Jorge; entrevista dada à autora, em anexo, pp. 130



Figuras 43 e 44. Esquissos de Álvaro Siza. À direita estudo da composição dos alçados. À esquerda, distribuição do programa no conjunto a intervir.

Figura 45. Planta das áreas a integrar no espaço público. A vermelho os percursos possíveis.

É daqui que nasce uma forte estratégia de manter, ou restabelecer, a *identidade* do Chiado, passando por alguns princípios que julgamos fundamentais: o restabelecimento das relações entre as cotas alta e baixa, o desenho de pormenorização das fachadas baseado na interpretação do pré-existente, e a abertura do interior dos quarteirões ao público, que aparentemente introduz novidade mas que é também ele, pensamos, *continuidade*, na medida em que surge como transformação necessária.

Como afirma Alberto Campo Baeza:

“(…) a Arquitectura da cidade é uma história viva. Mais, é a Arquitectura como fiel reflexo do seu tempo que verdadeiramente constrói a História das cidades. Roma é o Panteão, e Bernini e até Piacentini. E também Richard Meyer e Zaha Hadid. Tal como Madrid é Sabatini e o Marquês de Salamanca e Sáez de Oiza. E Lisboa é tanto Pombal como Siza.”¹⁰⁷

Foi então esta procura de *o que era*, e de *o que poderia vir a ser*¹⁰⁸ a *identidade* do Chiado, que pontuou todo o discurso do método processual. A ordem seria respeitar os valores dum Chiado que, ainda que detentor de uma arquitectura nem sempre estimulante, um *Pombalino de transição*, dependia de uma estrutura maior que é a Baixa. As características programáticas das suas construções, e as relações do espaço público, eram pobres ou inexistentes. Sentiu-se então necessidade de reinterpretar o espaço doméstico e transformar o espaço público, respeitando sempre aquilo que se considerava ser a *identidade* do lugar.

Restabelecimento das relações com a envolvente

*o caminho é labirinto*¹⁰⁹

O objectivo principal da operação seria então restabelecer a sua função de transição entre as duas cotas e, se possível, fomentar a paragem através da fixação de interessantes espaços comerciais, da reintrodução da habitação e ainda de espaços de lazer de carácter público.

Neste sentido, e de maneira a vencer a acentuada pendente, os percursos são encaminhados através dos pátios internos, espaços de estar por excelência, que se abrem ao exterior e que servem como caminhos alternativos para a cota alta.

Podemos então definir a intervenção, ao nível do restabelecimento de relações, em três planos: o dos acessos verticais, o dos pátios internos que se tornam parte do percurso, e o das suas respectivas ligações aos arruamentos justapostos.

¹⁰⁷ BAEZA, Campo; *Principia Architectonica*, Trad. Eduardo dos Santos; Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2013; pp. 47

¹⁰⁸ SIZA, Álvaro; “Chiado: O que é, e o que será...” (1989); AA.VV.; Álvaro Siza a reconstrução do Chiado, Lisboa; Lisboa: Figeirinhas, ICEP, 2000; pp. 66

¹⁰⁹ “(...) a circulação não está separada do contexto; o caminho é labirinto por entre serviços e encontros ocasionais de lazer; mas é também percurso orientado pela clareza da marcação de espaços significativos; caminho para comunicar e não apenas para circular mecanicamente.” in RODRIGUES, Jacinto; *Álvaro Siza obra e método*; Porto, Civilização Editora, 1992; pp. 39



Figura 46. Rua do Crucifixo. Pormenor do acesso ao metropolitano em primeiro plano.

Figura 47. Rua do Carmo. Ao fundo o entroncamento com a Rua Garrett.

Figura 48. Escadinhas do Santo Espírito da Pedreira.

Escadinhas do Santo Espírito da Pedreira

Na definição desta vontade, foi criada uma nova escada [fig. 48], que vem no prolongamento das já existentes escadinhas de S. Francisco, ligando a Rua Nova do Almada à Rua do Crucifixo. Este acesso, surge na sequência de uma descoberta que o incêndio fez notar. Verificou-se, observando as ruínas que restaram do edifício dos Armazéns do Chiado, que aquele espaço teria sido uma apropriação, uma vez que mais recuada surge, a fachada do edifício intacta, com as aberturas e respectivas molduras. O espaço indevidamente apropriado pelo edifício no passado, dá então lugar a uma escadaria que desce até a Rua do Crucifixo.¹¹⁰

Acesso ao metropolitano

Aqui aparece um dos importantes pontos desta ideia: a entrada do metropolitano, cujo avanço estava já definido. Este acesso [fig. 46], para além de ter mudado o carácter da Rua do Crucifixo, na medida em que esta era uma rua de serviços, pobre e de fraca afluência, e passa agora a ser a rua de entrada e saída de pessoas do metropolitano para a Baixa. Permite também chegar ao Largo do Chiado, através de um sistema de escadas rolantes e túneis, à imagem do que existia no passado, no interior do Grandella.

O acesso ao metropolitano está posicionado no entroncamento entre a Rua do Crucifixo e a Rua da Vitória, que dará acesso à Rua Augusta, importante artéria da Baixa. É exactamente neste ponto que surge, a nosso ver, a fragilidade desta operação. Ainda que o seu carácter tenha efectivamente sofrido alterações, a Rua do Crucifixo continua a ser um ponto estéril para fixar espaços comerciais, na medida em que o maior fluxo de pessoas circula pela Rua da Vitória até ao acesso do metropolitano, ficando a Rua do Crucifixo predominantemente destinada a entrada e saída viaturas próprias e comerciais, dos parques de estacionamento que servem o Chiado, aí situados.

Percurso do Carmo ao Chiado

A partir dum outro largo, o do Carmo, rompe o seguinte percurso: do portal Sul das ruínas da Igreja do Carmo, através dum sistema de plataformas, rampas, escadas, e agora um elevador¹¹¹, chega-se ao denominado pátio do Bloco B, ou *pátio B* que fica nas traseiras na Rua do Carmo. Daqui é possível chegar à Rua do Carmo, descendo por meio de um acesso vertical situado entre dois edifícios, que desemboca exactamente entre o Grandella e o Armazéns do Chiado. Ainda a partir deste pátio, é possível chegar ao início da Rua Garrett, que se encontra, neste ponto, à mesma cota que o pátio.

Este percurso [fig. 50 e 51], desde a zona onde se situa a Igreja do Carmo e a passagem para o elevador de Santa Justa, descendo até à zona dos Armazéns do Chiado, adquire para Siza contornos muito relevantes, sobretudo ao nível turístico.¹¹² A ideia deste

¹¹⁰ Siza, Álvaro; entrevistada à autora, em anexo, pp. 157

¹¹¹ Esta fase do Plano não estava concluída e a sua execução foi retomada em 2013 com algumas alterações não significativas.

¹¹² Esta ideia está envolta numa curiosa história. Álvaro Siza, enquanto passeava pelas ruínas do Carmo, observava, através dos restos descarnados das fachadas que sobreviveram, toda a área onde se situa o edificado do Chiado e pensou, como seria agradável prolongar as relações já existentes, com uma ligação entre estes dois pontos. Mais tarde descobre, através de uma historiadora que trabalhava juntamente com o Gabinete do Chiado, lhe mostra uma gravura do séc. XVII [figura 49] que um percurso com os mesmos contornos já teria existido. Na reconstrução pós-terramoto de 1755, esse percurso não seria refeito. SIZA, Álvaro, entrevista dada à autora, em anexo, pp. 157

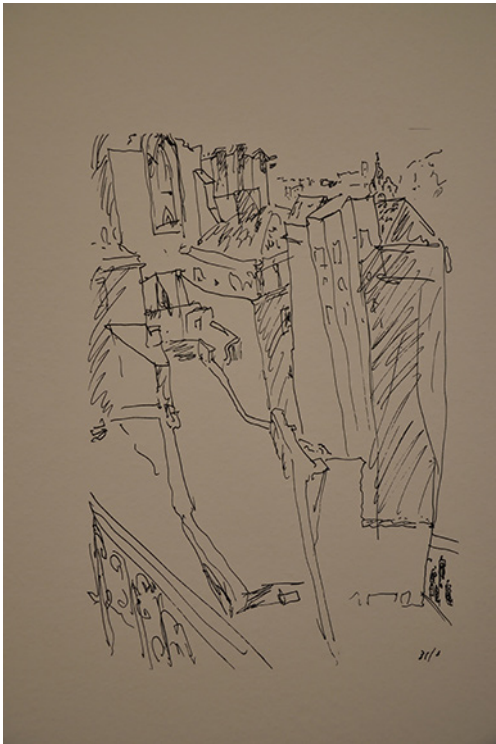
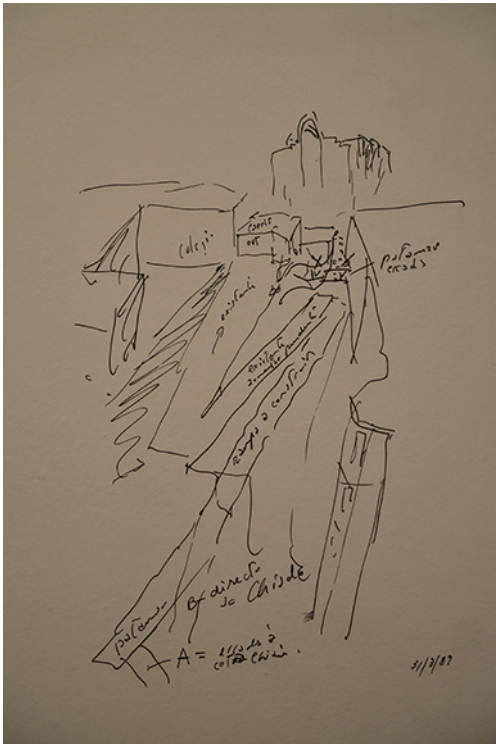


Figura 49. Representação tridimensional do que teria sido a ligação entre o Carmo e o Chiado até ao séc. XVII/ XVIII.

Figuras 50 e 51. Esquissos de Álvaro Siza sobre a proposta de ligação do Chiado à Igreja do Carmo, através de um sistema de acessos verticais a partir do *pátio B*.

percurso até ao Carmo, soube-se depois não ser original uma vez que havia registo de um semelhante, anterior ao terramoto de 1755. Aqui se observa a força do território, que guarda memória daquilo que é lógico, ainda que já destruído.

Diametralmente oposta ao acesso ao *pátio B*, alguns metros mais adiante na Rua Garrett, surge a entrada para o outro pátio, o *pátio A*, localizada no Edifício Jerónimo Martins. Daí se pode subir até à Rua Ivens ou descer até sensivelmente a meio das escadinhas de São Francisco, que nos levam de volta ao início da explicação.

O reaparecimento da escada contígua ao edifício dos Armazéns do Chiado, facilitou a subida directa até à Rua do Carmo, que anteriormente fazia apenas pela escadaria do elevador de Santa Justa, e fez respirar a grande massa edificada desta rua, que era, até então, um volume único e intransponível pelo exterior.

Observamos também um considerável melhoramento na ligação entre a Baixa e o Largo do Chiado, através dos túneis e acessos verticais do metropolitano, que minimizam os efeitos de uma deslocação em pendente acentuada como a que estudamos. No entanto, é notória a falta de uma saída na cota intermédia, que a dado momento aparece em desenho, mas que posteriormente não foi realizada, possivelmente devido a questões de propriedade. Ainda neste sentido, não é perceptível a justificação da não existência de uma passagem directa através do espaço comum do Centro Comercial, localizado no edifício dos Armazéns do Chiado. Esta faz-se actualmente, a partir do interior de uma loja, não permitindo assim, a fruição desejada pelo Plano de Álvaro Siza, pensamos. Esta questão estará certamente relacionada com a vontade dos promotores do dito Centro, alheia a Álvaro Siza.

Para Siza, este é o ponto fundamental da sua intervenção: o restabelecimento ou redefinição, e a multiplicação das ligações possíveis, entre a cota baixa e alta, entre a Baixa e o Bairro Alto, devolvendo assim à zona o seu carácter de passagem que dita o seu interesse do ponto de vista das actividades que se tornam possíveis no local, e do conforto com que se podem usar estes percursos.

A consideração de Francisco Barata acerca do espaço público parece-nos aqui pertinente, na medida em que reflecte a preocupação com a relação entre os espaços de diferentes vocações e a sua função determinante no todo da cidade:

“Consideramos que o espaço público tem sido normalmente entendido e desenhado a duas dimensões, como aquela superfície urbana e contida entre parcelas privadas. Pensamos que a sua definição deverá evidenciar um carácter tridimensional, dinâmico, heteromórfico, aglutinador e globalizante; deverá incluir a descrição das fachadas existentes ou de outros elementos que o delimitam formalmente; deverá estar sempre referenciada à hierarquia global do espaço público da cidade ou da parte da cidade; deverá incluir a descrição de cada parte e das soluções de articulação com outros espaços contíguos”¹¹³

¹¹³ BARATA FERNANDES, Francisco; *Transformações e Permanência na Habitação Portuguesa, As formas da casa na forma da cidade*; Porto, FAUP, 1999; pp. 306

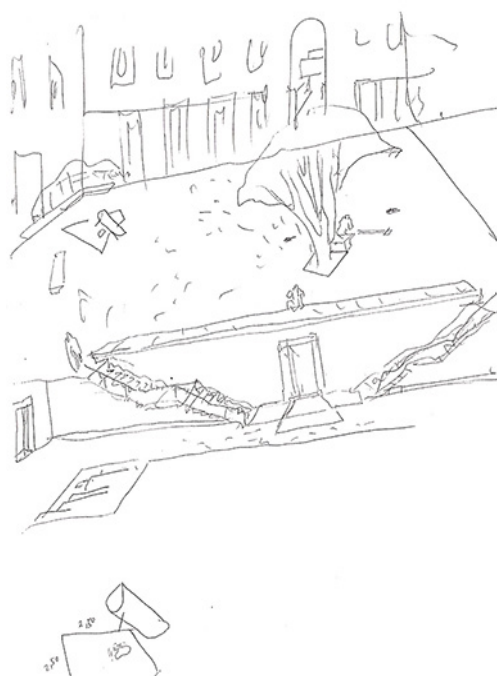


Figura 52. *Pátio A*, lado Sul.

Figura 53. Esquisso de Álvaro Siza sobre a configuração e a ligação entre as duas cotas do *Pátio A*.

Figura 54. Escadas de ligação entre a cota alta e baixa do *Pátio A*.
Pela cota alta acede-se à Rua Garrett e à Rua Ivens, pela cota baixa, às Escadinhas de São Francisco.

“(…) não utilizo essa ideia de tornar acessíveis os logradouros colectivos como um princípio. Isso parece-me demasiado simplista, demasiado linear. Na cidade, são necessários lugares quase protegidos, outros semi-públicos, outros de frequência massiva, etc., como numa casa. A forma e a utilização dos logradouros diferem muito consoante as cidades; é preciso reconhecê-las e levá-las em consideração no projecto. Para dar um exemplo: em Berlim, desde há alguns séculos, pelo menos dois, existem grandes logradouros cujo centro não é totalmente privado; encontramos sempre equipamentos no seu interior, espaços acessíveis, fábricas, por vezes igrejas, e há também outros logradouros que são reservados e privativos. É um *continuum* de espaços muito sensíveis a diferentes formas de utilização, que vão do público ao totalmente privado; são divisões delicadas. Tentei, sobretudo com o segundo trabalho de Schlesisches Tor, perseguir um reconhecimento profundo dessas condições históricas e também experimentar uma utilização dessa forma de vida particular.”¹¹⁵

Esta é realmente a grande novidade tipológica do projecto: trazer o espaço público para dentro dos quarteirões. Uma transformação do uso do pátio interno dos edifícios, que até então era privado e frequentemente usado para apropriações abusivas que tornavam as construções insalubres.

Uma ruptura no discurso programático da arquitectura pombalina, em contraponto com a ideia de *continuidade* defendida, porém apoiada em pressupostos bastante tradicionais.

Como afirma Barata Fernandes: “O conceito de espaço público abrange também o conjunto de espaço de fronteira, de interstício, que constituem aspectos particulares de determinados sectores da cidade ou da própria cidade”¹¹⁶, e é sobre estes espaços de interstício que se debruça a presente análise.

Como descrito em cima, existem dois pátios no interior dos Blocos A e B que são acessíveis ao público.¹¹⁷

O surgimento destes pátios provém de diferentes convenções. A maior sustentação desta operação era sem dúvida a falta de salubridade dos edifícios que eram de profundidade muito elevada, não permitindo assim uma salutar ventilação ou iluminação natural. Além desse aspecto, o espaço interno dos quarteirões era uma amálgama de construções abusivas que foram crescendo ao longo dos anos. Aquando do incêndio, essas construções, de pobre qualidade, desapareceram, deixando o espaço livre. E assim se apresenta o *pátio A*. Apesar de algumas transformações cirúrgicas na sua tipologia, sobretudo tendo que ver com os acessos a partir do exterior, este espaço existia já na sua conformação actual.

No caso do *pátio B*, a questão colocava-se de maneira diferente. Os edifícios que o conformam iam até ao muro de suporte da Escola Veiga Beirão o que levou à necessidade de encurtar a sua profundidade e de consolidar, sobre a forma de pregos

¹¹⁴ FIGUEIRA, Jorge; Entrevista a Álvaro Siza in *Público*, 25 de Agosto de 2013

¹¹⁵ Siza, Álvaro; “Viver intensamente” (1991); Entrevista por Laurent Beaudouin; Trad. Vera Cabrita; AA.VV.; *Álvaro Siza, uma questão de medida*; Caleidoscópio, 2009, Casal de Cambra; pp. 73

¹¹⁶ BARATA FERNANDES, Francisco; *op.cit*; pp. 306

¹¹⁷ Podemos afirmar que são semipúblicos uma vez que à noite, estes são encerrados.



Figura 55. *Pátio B*, lado Norte. Pormenor do muro em ruína.

Figura 56. *Pátio B*, lado Sul. Ao fundo, pormenor do acesso desde a Rua Garrett.

Figura 57. *Pátio B*, Acesso desde a Rua do Carmo. Pormenor da configuração da fachada.

Figura 58. *Pátio B*, Acesso desde a Rua do Carmo. Pormenor do pórtico.

o muro que passou a configurar outro pátio.¹¹⁸

A linguagem do detalhe destes dois pátios não é idêntica, exactamente pela sua origem não ser a mesma. Enquanto que no *pátio A* foram efectuados esforços de restauro de todos os elementos que constituíam as fachadas, precisamente por estas serem pré-existentes, no *pátio B* foi utilizada uma linguagem contemporânea com vãos únicos, sem esquadrias, e com alguma dinâmica no seu mapeamento.

Como afirma variadas vezes o arquitecto: “esta questão [da abertura dos quarteirões ao público] é muito discutível”¹¹⁹ e dela não é apologista de maneira generalizada. Esta condição torna-se legítima na medida em que é essencial para o retomar das ligações e percursos que acima descrevemos, de maneira cómoda, podendo ao mesmo tempo funcionar como ponto de paragem e lazer, para quem usa o Chiado como ponto de passagem, condição que desde sempre esteve no seu “ADN”.

Siza tinha já trabalhado com configurações semelhantes em Berlim, e foi esta experiência, que lhe permitiu manobrar com bastante destreza, este tipo de intervenção tipológica. Não era, porém, uma ideia nova. Tinha sido já apresentada nos projectos de Bruno Taut em Berlim, ou na chamada *Viena Vermelha*.¹²⁰ Aqui, a política socialista que iniciou a reforma da habitação em Viena, propunha nos seus projectos enormes interiores de quarteirão verdes, pontuados por equipamentos, e abertos à cidade¹²¹

Siza não é tão peremptório ao afirmar que a experiência de Berlim tenha alguma coisa que ver com a do Chiado. Contudo, quando abordamos as definições tipológicas do lote e do quarteirão, não se mostra tão inflexível. Admitindo assim que o panorama que experienciou em Berlim, e a cultura do interior dos quarteirões, era uma das referências que tinha em mente aquando da ideia de abrir os quarteirões ao público no Chiado. Frisando, no entanto, que esta atitude partiu sobretudo do *lugar* e da necessidade de utilizar os mesmos quarteirões, como plataformas dentro dos percursos criados ou restabelecidos.¹²²

Não obstante algumas semelhanças tipológicas, em Berlim a questão é muito mais rica e complexa uma vez que o interior dos quarteirões funciona em regime semiprivado/semipúblico, na medida em que, apesar do seu uso predominantemente público, havendo escolas, igrejas, equipamentos no geral, de noite os acessos são fechados. E isto torna-se muito interessante uma vez que é perceptível um rico “(...) entendimento entre a disciplina do uso público e do uso privado.”¹²³

Porém, como nos alerta Carlos Castanheira: “(...) Não foi o conhecer os pátios [de Lisboa e de Berlim] que lhe proporcionaram fazer o *pátio A* e o *pátio B*, foi a análise das situações, da topografia e de todo aquele contexto.”¹²⁴

¹¹⁸ SIZA, Álvaro; entrevista dada à autora, em anexo, pp. 157

¹¹⁹ *Idem*

¹²⁰ CARVALHO, Jorge; entrevista dada à autora, em anexo, pp. 137.

¹²¹ TAFURI, Manfredo; *Vienna Rossa: la politica residenziale nella Vienna Socialista*; Milão: Electa, 1980

¹²² SIZA, Álvaro; Entrevista dada à autora, em anexo, pp. 161

¹²³ *Idem*

¹²⁴ CASTANHEIRA, Carlos; entrevista dada à autora, pp. 143

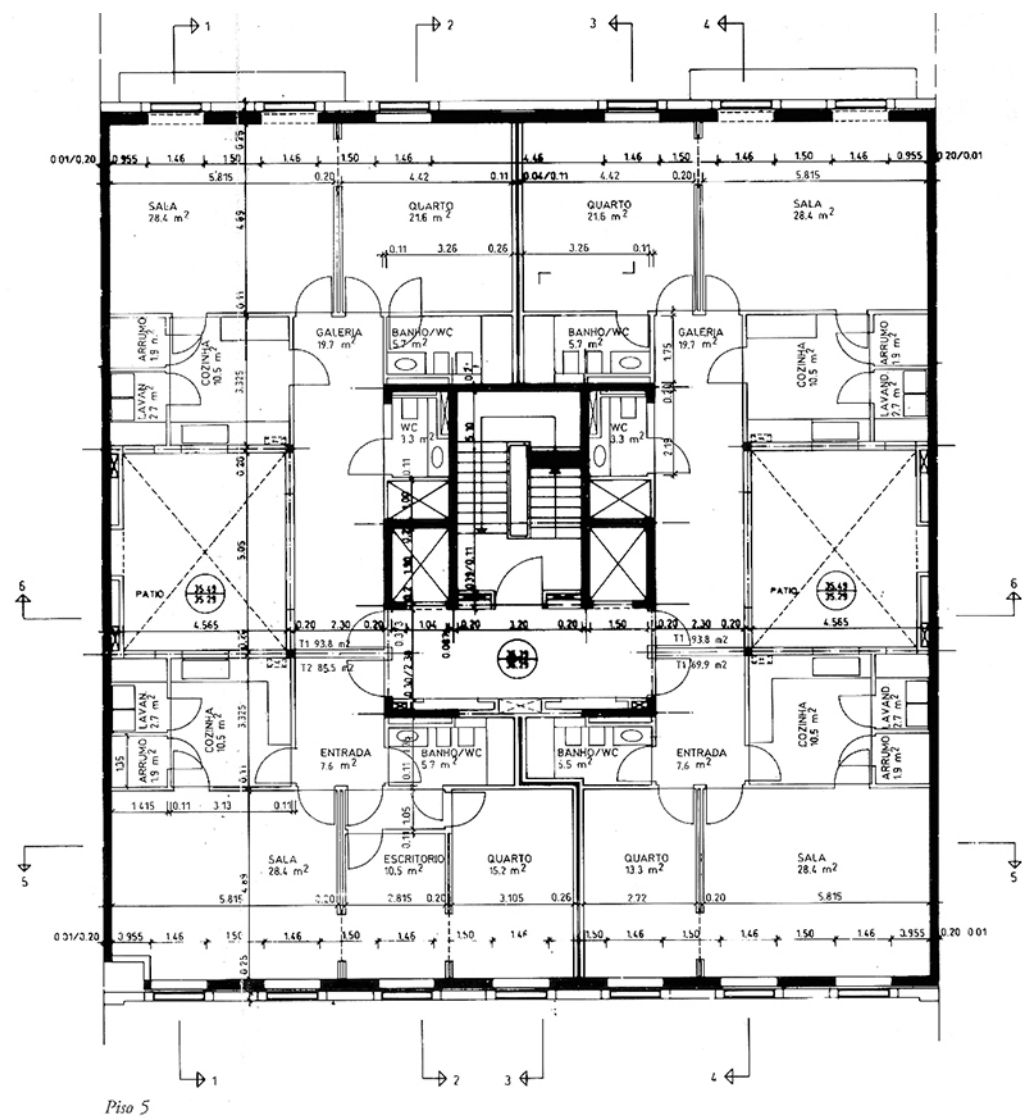


Figura 59. Planta-tipo do edifício Castro & Mello.

Figuras 60 e 61. Núcleo de acessos verticais. Entrada do prédio no rés-do-chão e escadas.

É aqui que reside a natureza mais transformadora desta operação. Ao entregar o miolo dos quarteirões ao espaço público, Álvaro Siza entra em ruptura com as premissas mais puristas da definição do lote pombalino, mas devolve à cidade a sua capacidade de servir as pessoas, restabelecendo caminhos antigos e criando novos, para novos usos. Continuando a cidade, transformando-a.

Adequação da tipologia interna

Álvaro Siza projectou o interior de apenas dois edifícios. Dado que a encomenda era de um plano, este não contemplava os projectos para este tipo de uso, ainda que estabelecesse algumas premissas no seu regulamento, como a relação com os vãos exteriores e a implantação da caixa de escadas, que descrevemos anteriormente.

No edifício Castro & Mello observamos a liberdade que a inserção de um núcleo central de acessos e equipamento, trouxe à organização da planta. Para além deste, foram desenhados dois saguões uma vez que o edifício em questão se situava entre dois outros, dificultando assim a entrada de luz na parte central da casa. Assim, temos uma planta de malha regular e ortogonal, cujos paramentos introduzidos vão de encontro à modelação dos vãos que, como afirma Álvaro Siza: “(...)permite uma enorme flexibilidade (...) uma vez que os “entre janelas” têm uma grande dimensão, de modo que permite jogar com as necessidades.”¹²⁵, ou seja, com o programa preterido pelos proprietários que neste caso se baseava na habitação de baixa densidade, T1 e T2, condição facilmente explicável com a procura do maior lucro e rentabilidade.

O arquitecto não era, contudo, totalmente apologistas destas tipologias mais pequenas, uma vez que considerava que não se coadunavam com a dignidade e a tal *identidade* da arquitectura pombalina.¹²⁶

Seguindo este raciocínio, Álvaro Siza organiza os apartamentos de maneira a que na frente de rua fiquem os compartimentos maiores, mais generosos, e atrás, os de dimensões mais restritas, adequadas ao “ritmo mais apertado”¹²⁷ dos pátios interiores.

Uma característica muito interessante, vinda deste pressuposto, e que se observa na planta-tipo [fig.57], é a da diferença de áreas nas habitações com o mesmo número de compartimentos. Para Álvaro Siza, a preocupação com a generosidade dos espaços dentro de uma casa e com as diferentes relações que adquirem em função do habitante, foi sempre uma constante. E, como corrobora Jorge Carvalho, os espaços ambíguos, que podem variar entre circulação e estar, dotam as habitações de uma enorme riqueza. “No fundo, as casas não devem ser iguais por terem o mesmo número de quartos. (...) Há uma casa maior e uma casa menor que, por coincidência, têm o mesmo número de quartos” finaliza.¹²⁸

¹²⁵ SIZA, Álvaro; entrevista dada à autora, em anexo, pp.165

¹²⁶ CARVALHO, Jorge; entrevista dada à autora, em anexo, pp.135

¹²⁷ SIZA, Álvaro; entrevista dada à autora, em anexo, pp.164

¹²⁸ Carvalho, Jorge; entrevista dada à autora, em anexo, pp. 135



Figura 62. processo de consolidação das fachadas do edifício Armazéns do Chiado.

Figura 63. Parede betonada contra as fachadas que não ruíram.

Do ponto de vista estrutural, colocava-se uma questão essencial que tem que ver com as características sismológicas da cidade de Lisboa. O próprio projecto pombalino previa, como é conhecido, a introdução de uma estrutura de madeira capaz de resistir a sismos. Na sua essência, a ideia da “gaiola pombalina” era a de uma estrutura capaz de resistir a forças de tracção e compressão, devido ao bom comportamento do material em relação às acções horizontais, estrutura esta que estaria embebida em paredes de alvenaria.¹³⁰ Esta ideia dos engenheiros militares que trabalhavam na reconstrução de Lisboa no pós-terramoto, teve por base o bom desempenho dos navios face às acções dinâmicas do mar, na medida em que se poderia comparar a resposta das estruturas de madeira das embarcações ao meio marítimo agitado, com a resposta das estruturas dos novos edifícios face às forças transversais que os fustigam durante um sismo.

Aquando da ocorrência de um sismo, as paredes em pedra poderiam ruir, os arruamentos estavam calculados para que este acontecimento não afectasse os edifícios imediatamente opostos, e a gaiola de madeira manter-se-ia de pé protegendo assim os seus ocupantes.¹³¹

Seria então necessário criar um método estrutural moderno, com características anti-sísmicas, e que ao mesmo tempo satisfizesse as premissas arquitectónicas para o interior dos edifícios a reconstruir.

Para tal, foi elaborado um projecto, em conjunto com uma equipa de engenheiros¹³², que previa a criação de um núcleo central de paredes rígidas de betão, no qual seriam inseridos os acessos verticais (escadas e ascensores) bem como equipamentos técnicos, coretes, etc. Além deste elemento, seria erguida uma parede que seria betonada contra as fachadas existentes, sustentando-as.

Funcionando em conjunto, estes elementos compreendem uma nova estrutura independente¹³³, à qual Siza se refere como *gaiola moderna*¹³⁴

No caso das fachadas que resistiram ao fogo, porque havia aquelas que logo de seguida tinham ruído, chegou a pôr-se a questão de ter de as apear. Este processo demonstrava-se mais seguro e até mais económico mas, por opção de Siza, não foi efetuado. Álvaro Siza afirmava veementemente que o demolir das fachadas conduziria a uma perda do carácter da arquitectura, uma vez que, a sua posterior reconstrução, implicaria um ajustamento da espessura das paredes e, conseqüente perda de relação com os caixilhos e com a vivência do interior dos espaços. Além do mais, a demolição das fachadas levaria a um vazio urbano não desejável. Ainda que por pouco tempo, as conseqüências de ter uma zona com a importância da em estudo, totalmente apeada, principalmente sendo um local de passagem entre a cota alta e a baixa, seriam devastadoras do ponto de vista da perda de relação estratégica com o resto da cidade.¹³⁵

¹²⁹ SIZA, Álvaro; *Imaginar a evidência*; Lisboa, Edições 70, 1998; pp.99

¹³⁰ Esta ideia dos engenheiros militares que trabalhavam na reconstrução de Lisboa no pós-terramoto, teve por base o bom desempenho dos navios face às acções dinâmicas do mar.

¹³¹ Sabe-se hoje que, na maior parte dos sismos junto à costa, e aconteceu também em 1755, o grande problema não é o próprio terramoto mas sim os maremotos que dele sucedem e os possíveis incêndios.

¹³² *Segadães Tavares e Associados*.

¹³³ CARVALHO, Jorge, Entrevista dada à autora, em anexo, qq. 133

¹³⁴ SIZA, Álvaro; Entrevista dada à autora, em anexo, qq. 158

¹³⁵ CASTANHEIRA, Carlos; Entrevista dada à autora, em anexo, pp. 145



Figura 64. Espaço comercial *Au Bonheur des Dames* onde se denota o *esforço sensível* de respeito pelas pré-existências. Fachada antes do incêndio, imediatamente após o incêndio, e actualmente, depois da intervenção de Álvaro Siza.

A estrutura em betão permitia ainda suportar a introdução de caves em quase todos os edifícios bem como o cumprimento do regulamento de segurança contra incêndios (SCIE).

Por conseguinte, o betão foi o material usado na construção deste projecto. Pelas questões acima descritas e, sobretudo, porque é um material que está enraizado na cultura construtiva portuguesa. Sendo o material, e as técnicas construtivas associadas, bem conhecidos pelas equipas técnicas, empregá-lo seria muito mais prático e célere, características importantes num projecto com esta complexidade, em oposição á introdução de um tipo de estrutura com pouca tradição em Portugal.¹³⁶

Pormenorização das fachadas

“For Siza, even detail is not an incident or a technological exhibition, but a dimension of the accessibility of architecture, a way of verifying by touch the feel, the uniqueness of a thing made for a particular place with contemporary techniques, to come into contact with the everyday things by handling them.”¹³⁷

Apesar do projecto ter sido construído com o pressuposto de manter as fachadas que perduraram após o incêndio, estas não constituíam um documento fiel, na medida em que já teriam sido alvo de alterações, algumas, e outras ficariam demasiado danificadas após o incêndio. Além de queimadas as peças em madeira, alguns elementos de cantaria chegaram a “cozer” com o calor do fogo, e outros ainda encontravam-se marcados pela força da água utilizada no combate ao incêndio.

Ora a arquitectura pombalina é uma arquitectura de regra, que vai desde os desenhos de conjunto, até á dimensão da cantaria ou aos remates dos edifícios. Os elementos eram prefabricados em várias partes do país e seriam depois dispostos na fachada segundo as regras de composição impostas. Apesar disto, não foram encontrados desenhos de pormenor de cada elemento, apenas do seu conjunto disposto nas respectivas fachadas.¹³⁸

Dentro deste contexto, foi feito um levantamento do existente, acompanhado por um estudo exaustivo das diversas formas e interpretações dos elementos, de maneira a encontrar uma linguagem capaz de sintetizar tudo isto respeitando, ainda assim, o carácter da arquitectura pombalina:

“Foi preciso fazer uma viagem em torno de todas as interpretações e modificações feitas e encontrar, não digo um lugar-comum, o que seria impossível, mas algo que sintetizasse, na sua influência, no carácter da arquitectura, o que tinha ligações com o passado e com essa dinâmica passada.”¹³⁹

Seguiu-se então um elaborado processo de redesenho de detalhe de todos os elementos constituintes das fachadas a cargo da equipa projectista com o auxílio

¹³⁶ CASTANHEIRA, Carlos; Entrevista dada à autora, em anexo, pp. 145

¹³⁷ GREGOTTI, Vittorio; “Thoughts on the works of Álvaro Siza” (1992), ensaio por ocasião da atribuição do Prémio Pritzker a Álvaro Siza; Disponível em: http://www.pritzkerprize.com/sites/default/files/file_fields/field_files_inline/1992_essay.pdf

¹³⁸ Ver parte I, Cap.1, deste trabalho

¹³⁹ SIZA, Álvaro; Entrevista a Jorge Figueira in *Público*, 25 de Agosto de 2013

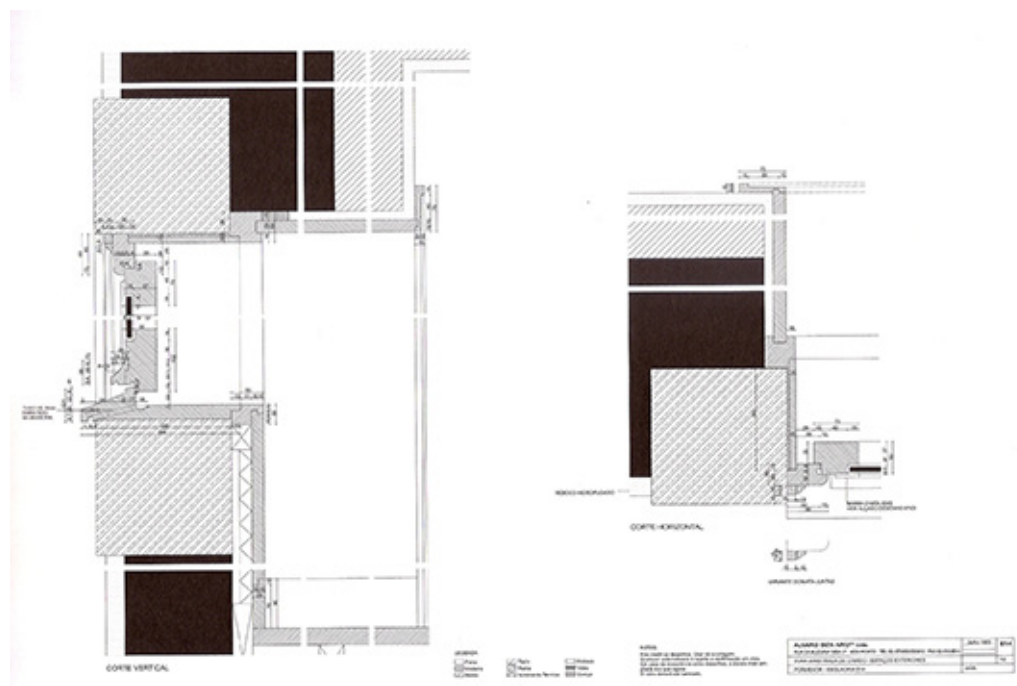


Figura 65. Adaptação da esquadria para guarnição interior tipo, janela com fachada mantida. Gabinete Arq. Álvaro Siza (Julho de 1933)

Figura 66 Aspecto exterior da janela nas fachadas mantidas.

Figura 67. Sistema de caixilharia dupla com caixa de ar entre os dois panos de vidro. Aspecto interior.

do Gabinete do Chiado. Em alguns casos foi ainda possível aproveitar os elementos existentes, fazendo o restauro das peças com pequenas incongruências ou falhas. Mas, na sua maioria, foram refeitos, segundo uma síntese entre o pombalino, as necessidades contemporâneas e a perspectiva do arquitecto.

E sobre essa síntese, Álvaro Siza revela as dificuldades que sentiu ao procurar entender a *identidade* do Chiado passado e como esta se poderia adaptar aos nossos dias:

“(…) tive uma grande relutância (…) em terminar os desenhos de certos elementos, aqueles que são mais transformadores do ponto de vista do desenho, como por exemplo, os pórticos de acesso aos pátios, as escadarias exteriores etc. (…) No fundo, porque eu não dominava ainda a atmosfera do Chiado em transformação e o vislumbre do Chiado futuro”¹⁴⁰

Janelas

O caso que mais reflecte esta preocupação é o das caixilharias, sendo o seu desenho um dos mais característicos da novidade deste projecto.¹⁴¹

Existe hoje um sem número de regulamentos e necessidades a que temos de atender. Um deles compreende a necessidade de isolamento térmico e as preocupações com as perdas energéticas. O modo mais usual de resolver estes problemas passa pela introdução de vidro duplo. A questão que se coloca, quando a intervenção se dá na cidade consolidada, é a perda do carácter das caixilharias que, com a introdução deste tipo de vidro, terão necessariamente de alterar a sua expressão.

No Porto, por exemplo, este problema assume particular importância uma vez que falamos de fachadas estreitas com o espaço entre as janelas de dimensões reduzidas.

Nuno Valentim, no estudo que faz sobre reabilitação de caixilharias de madeira no edificado do séc. XIX¹⁴², assume esta mesma preocupação, apresentando os diferentes casos possíveis, as suas vantagens e características desfavoráveis.

A solução encontrada aqui, passa por um modelo já existente no séc. XVIII, nos países do norte da europa, que se traduz na introdução de um caixilho interior, em adição ao exterior, com uma caixa de ar entre os dois, garantindo o isolamento térmico e acústico, coincidindo com um sistema de janela dupla. Devido á considerável espessura da parede das fachadas existentes, foi ainda possível criar uma portada de madeira.

Este aspecto ditou que fosse possível “reproduzir a delicadeza das carpintarias do pombalino, e do séc. XIX também”¹⁴³ de modo a integrar as novas janelas, no todo da linguagem pombalina da zona, artifício pelo qual Siza desde cedo manifesta o seu apreço. No entanto, e apesar do seu bom comportamento térmico e acústico, observamos aqui uma dificuldade acrescida na ventilação dos espaços, uma vez que é necessário abrir três estruturas para estar em contacto com o exterior.

De outra forma foram tratadas as janelas e caixilharias referentes ao *pátio B* [fig. 55-56]. Dado que se tratavam de novas fachadas, uma vez que foram resultado de

¹⁴⁰ SIZA, Álvaro; “A Reconstrução do Chiado. Três anos depois” (1993); entrevista de José Salgado; AA.VV.; *Álvaro Siza a reconstrução do Chiado, Lisboa*; Lisboa, Figeirinhas, ICEP, 2000; pp. 86

¹⁴¹ SIZA, Álvaro; entrevista dada à autora, em anexo, pp. 162

¹⁴² LOPES, Nuno Valentim Rodrigues; *Reabilitação de caixilharias de madeira em edifícios do século XIX e início do século XX: do restauro à selecção exigencial de uma nova caixilharia: o estudo do caso da habitação corrente portuense*; Texto Policopiado; Tese para a obtenção do grau de mestre; FEUP, Porto, 2006

¹⁴³ SIZA, Álvaro, entrevista dada à autora, em anexo, pp. 162

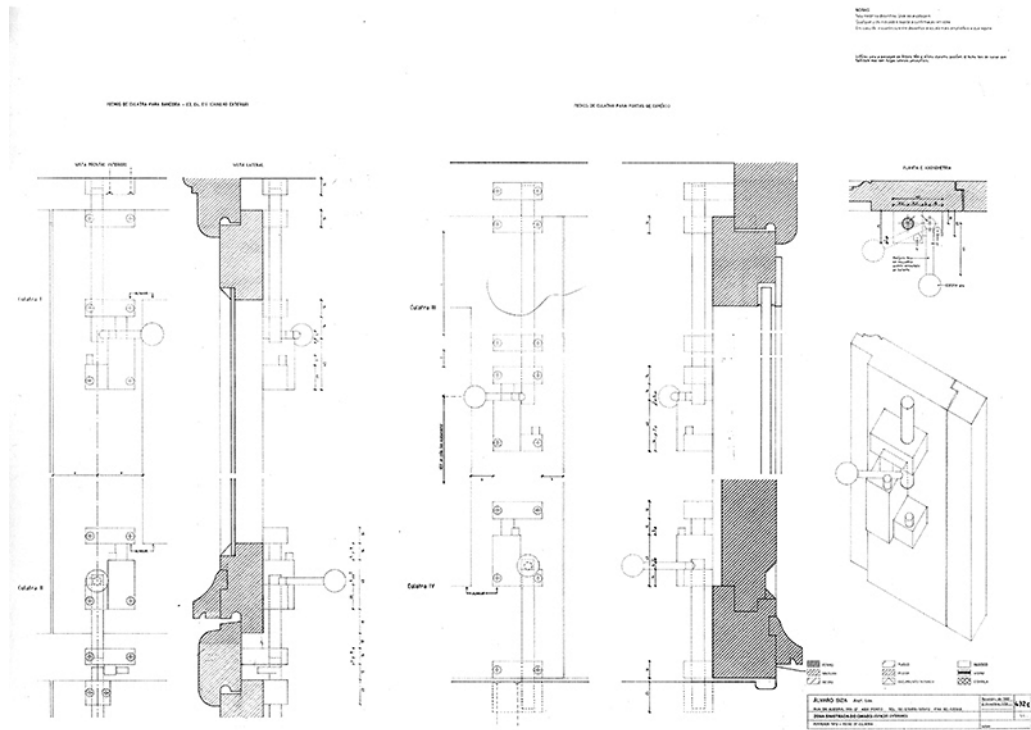


Figura 68. Pormenor tipo - Fecho de culatra. Gabinete Arq. Álvaro Siza (Novembro de 1992)

Figura 69. Botoneira de entrada.

Figura 70. Aspecto exterior da porta de entrada dos edifícios do *pátio B*.

uma redução da profundidade dos edifícios existentes, não faria sentido aqui, copiar ou interpretar o pombalino. Alçados novos pediam janelas contemporâneas. E assim, estas surgem numa posição reentrante na fachada, com apenas um pano de vidro único e sem esquadrias, e com carpintarias de expressão reduzida, ainda que de acordo com as apresentadas na frente de rua, tanto no material utilizado, a madeira, como na cor, o verde e o branco.

Portas, ferragens e campainhas

As portas, e sobretudo as ferragens usadas na sua construção, são um elemento muito interessante do ponto de vista da interpretação e redesenho dos elementos pombalinos.

Com o auxílio de fotografias e de alguns elementos que subsistiram, Siza cria vários modelos que, servindo as necessidades contemporâneas, são fruto, mais uma vez, do estudo e posterior interpretação, do desenho de pormenor da arquitectura do séc. XVIII.

A solução encontrada para as campainhas é também simbólica de toda a operação do Chiado. Com a introdução de novas valências, como por exemplo os ecrãs de “videoporteiro”, pôs-se a questão de como representá-los, sempre na ideia de não ferir o carácter da arquitectura pombalina. Foram então redesenhados os elementos que constituem a peça, sem esconder o que foi acrescentado, mas integrando-o no que poderia ser o original, condição fundamental da *continuidade* acima descrita.

Cor

A cor, e as características do revestimento exterior, acompanhando toda a frente de rua com as consequentes implicações no espaço público, são um elemento de extrema relevância para a intervenção na cidade consolidada.

De forma a garantir a integração das fachadas reconstruídas, foi efectuado um estudo, em relação aos edifícios afectados pelo fogo, dos pigmentos presentes tanto no revestimento das fachadas, como nos elementos de madeira. Esta análise avançou para além das camadas superficiais dos mesmos, indo até aos estratos mais antigos, de forma a suprimir os resultados provenientes de transformações mais recentes. Posteriormente foi elaborado um estudo da cor, tendo sempre em conta a patina que os edifícios iriam adquirir, que serviria de auxílio à sua integração com o envolvente.¹⁴⁴

Os telhados que são alçado¹⁴⁵

As coberturas em Lisboa, e em particular nesta zona, onde a colina sobe da Baixa ao Bairro Alto, têm um papel ingrato, uma vez que se assumem como um *quinto alçado* sendo visíveis a partir dos diferentes pontos altos da cidade, nomeadamente, do elevador de Santa Justa, miradouro de excelência, situado junto à intervenção. O problema do desenho das coberturas, tanto em Lisboa como em outras cidades, é uma

¹⁴⁴ Álvaro Siza na apresentação da exposição “Chiado em detalhe”, por honra do 25º aniversário do incêndio do Chiado, Agosto de 2013

¹⁴⁵ SIZA, Álvaro; “Ignorância de Lisboa” (1994) in SIZA, Álvaro, MORAIS, Carlos Campos; 01 Textos. Porto: Civilização ed., 2009. pp.142



Figura 71. Coberturas da área de intervenção onde se denotam os espaços destinados aos equipamentos de ar condicionado e a sua expressão *mínima* na paisagem.

Figura 72. Pátio interesticial onde estão os equipamentos de AVAC do edifício Grandella.

questão a considerar aquando da elaboração de um plano futuro e deve ser encarado globalmente e com mecanismos de controle, de forma a atenuar o seu impacto, na paisagem da cidade histórica.¹⁴⁶ Ora sendo este o local escolhido para a colocação dos equipamentos técnicos de climatização dos edifícios, o seu desenho foi um dos pontos mais problemáticos desta operação.

Havia a imposição, por parte de alguns proprietários e agentes imobiliários, da colocação de sistemas de ar condicionado e ventilação, nos edifícios de habitação. Siza não partilhava desta opção. “Há que saber usar as casas”¹⁴⁷ diz, na medida em que garantindo um bom isolamento térmico, e a ventilação transversal, Lisboa não tem dias de calor demasiado exigentes, que requeiram a necessidade destes equipamentos. Até porque o seu custo de manutenção é demasiado elevado e torna-se, na maioria das vezes, incomportável.

Ainda assim, a pressão por parte de promotores e proprietários foi demasiada, e houve necessidade de criar uma solução que minimizasse o impacto das máquinas, no desenho dos telhados do Chiado.

O plano previa já que a colocação destes aparelhos, quando necessária, fosse feita no sótão de cada edifício. No entanto, como é sabido, estes equipamentos, principalmente os chillers e as torres de arrefecimento, carecem de áreas de contacto com o exterior e portanto houve a necessidade de pensar as aberturas dos sótãos, de maneira a resolver um problema de forma, no desenho das coberturas.

Ao invés, alguns proprietários pretendiam fazer aprovar a utilização do espaço do sótão, para outros usos, nomeadamente habitação. Nesse seguimento, era necessário que estes apresentassem um projecto detalhado de colocação das instalações mecânicas, de forma a garantir que o regulamento do plano era cumprido e que existia uma coordenação entre os diferentes projectistas.¹⁴⁸

No caso dos edifícios de uso maioritariamente público, como é o caso do Grandella e do edifício dos Armazéns do Chiado, este problema foi resolvido com menor inibição, precisamente por se tratarem de edifícios de carácter excepcional. No caso do Grandella, os equipamentos foram dispostos num pátio intersticial, de cota mais baixa, entre dois corpos do edifício, ao fundo da Rua do Cruxifixo. No edifício dos Armazéns do Chiado, a sua presença é mais notória, através de corpos salientes na cobertura, mas ainda assim, é minimizado o seu impacto devido à integração conseguida através dos materiais utilizados.

“Eu fiz o menos mal que pude, mas não é solução (...)”¹⁴⁹ afirma desgostoso Siza.

Ainda num contexto próximo, existia o problema dos entablamentos.

¹⁴⁶ SIZA, Álvaro; entrevista dada à autora, em anexo, pp. 163

¹⁴⁷ *Idem*

¹⁴⁸ CARVALHO, Jorge; entrevista dada à autora, em anexo, pp.133

¹⁴⁹ SIZA, Álvaro; entrevista dada à autora, em anexo, pp.164

As ruas o Chiado têm pendente, o que se traduz numa dificuldade de tratamento ao nível do entablamento. Devido ao não muito acentuado declive, eram muitas vezes próximos, e tratados, aquando do seu projecto Pombalino e posteriores transformações, edifício a edifício, “com aquela liberdade e espontaneidade dos artesãos da época”, sem uma regra definida.¹⁵⁰ Para que tal fosse resolvido, foram estudadas variadas hipóteses, sobretudo sob a forma de esquisso, de maneira a encontrar um modelo rigoroso para o conjunto.

O cuidadosa interpretação e adaptação da linguagem dos alçados pré-existentes, e a transformação do miolo dos quarteirões em espaço público dialogante com uma série de percursos, motivados por opções projectuais criteriosamente estudadas, ditaram a *originalidade* desta obra.

Por estes princípios atravessa a genialidade da intervenção, que não deixa de ser uma forma moderna de intervir sobre pré-existências, sobre o passado.

Assente em premissas coesas, traduzidas do discurso dos seus intervenientes directos em entrevista à autora, no seu conjunto formam aquilo que foi a estratégia de intervenção ou, o seu *como*:

“La construcción nos apasiona, no la forma. Aquí nuestra capacidad de percibir está a salvo y puede abandonar toda precaución: miramos con los ojos del aprendiz, miramos con ojos atentos al *cómo*.”¹⁵¹

¹⁵⁰ SIZA, Álvaro; entrevista dada à autora, em anexo, pp. 162

¹⁵¹ GRASSI, Giorgio; “Cuestiones de proyecto” (1983) Trad. Manuel Iñiguez, Alberto Ustároz, J L Gil Aristu; publicado com o título “Befreite, nicht gesuchte Form. Zum Problem architektonischen Entwerfens” in Daidalos 7, março de 1983; GRASSI, Giorgio; *Arquitectura lengua muerta y otros escritos*; Barcelona, Ediciones del Serbal, 2003; pp. 34

O CHIADO
em discurso directo

*A arquitectura como saber específico tem avançado pouco na afirmação da sua credibilidade sobre a questão da forma da cidade.*¹⁵²

Concluído o processo de investigação, cabe-nos agora reflectir sobre a metodologia¹⁵³ utilizada que se concentra na preparação e análise do discurso oral dos arquitectos que directamente intervieram no processo de Reconstrução do Chiado, como forma de entender a estratégia subjacente a tal operação. As considerações produzidas por tais reflexões, foram dirigidas para o estudo e posterior discussão sobre questões mais latas que se manifestam entre os conceitos de *transformação* e *continuidade* na cidade moderna.

O papel da arquitectura na renovação da cidade consolidada

O contexto europeu, como descrito anteriormente, alberga ainda demasiados conjuntos de morfologias históricas destruídas por acções várias, e ainda não correctamente intervencionadas. As acções vão desde os conflitos bélicos à *ruína accidental*, causada pelo tempo, passando pela chamada *demolição intencional*.

Como alerta Josep Maria Montaner, parafraseando André Corbó:

“(...)a cidade é um hipertexto que é preciso decifrar, feito de estratos, muitos dos quais estão ocultos ou esquecidos não só por causa de guerras, mas também em razão dos processos de destruição planejada e sistemática do tecido histórico, para que sejam substituídos por novos produtos urbanos.”¹⁵⁴

A circunstância exige que o efusivo debate sobre reabilitação urbana se traduza rapidamente em operações realmente regeneradoras, cuja estratégia seja assente numa metodologia precisa e atenta, pluridisciplinar e incisiva. Gregotti, em *Território da Arquitectura*, defende exactamente a importância do problema metodológico e a criação de inter-relações entre as variadas disciplinas científico-humanísticas e a arquitectura.

“(...) come architetti, progettare, significa obbligatoriamente aprire un dialogo, entrare in un flusso di interrelazione per mezzo del proprio punto di vista: non il punto di vista dell’espressione delle intenzioni del soggetto ma quello dell’architettura come principio del fare dotato di senso e del risolvere nuovi e antichi problemi.”¹⁵⁵

Sintetizando, o papel do arquitecto não deve ser só aquele de projectar objectos transformadores e incrivelmente originais, mas sim o de resolver os problemas complexos da cidade, nova e antiga, periférica e histórica, como forma de atender aos desafios da contemporaneidade.

¹⁵² BARATA FERNANDES, Francisco; *Transformações e Permanencia na Habitação Portuense, As formas da casa na forma da cidade*; Porto, FAUP, 1999; pp. 311

¹⁵³ Ver introdução, metodologia, neste trabalho

¹⁵⁴ MONTANER, Josep Maria, MUXÍ, Zaida; *Aequitettura e política. Ensaio para mundos alternativos*; Barcelona: Gustavo Gili, 2014; pp. 160

¹⁵⁵ GREGOTTI, Vitorio; *Diciassette lettere sull’architettura*; Bari: Editori Laterza, 2000; pp126

Reflexões metodológicas

O subtítulo deste trabalho – “O Chiado em discurso directo” - aponta para o cerne da metodologia utilizada. Surgindo primeiramente como forma de compreensão de alguns temas não abordados na bibliografia sobre o tema, o espaço da entrevista revelou-se essencial para estruturar as questões levantadas nesta dissertação. Através dela foi possível compreender as condicionantes que motivaram as opções projectuais desenvolvidas na reconstrução do Chiado, e analisar o contexto da operação na perspectiva dos seus intervenientes directos.

Estudado o aspecto formal da obra, pretendia-se conhecer o método que a suportou: Que condicionantes programáticas existiam? Como se processou a gestão da obra e da equipa pluridisciplinar que a acompanhou? Quais eram os objectivos primordiais do arquitecto, e de que forma foram cumpridos? - Seriam as questões que pretendíamos ver respondidas.

Como seria de prever, o espaço de uma entrevista, condicionado e limitado no tempo, impunha algum rigor de síntese. Assim, ainda que tivessem surgido novas apreciações no decorrer de cada conversa, as questões abordadas foram as previamente preparadas que obedeciam a uma grelha de objectivos referentes ao respectivo momento da investigação. No seu âmbito, a reflexão proposta por nós neste trabalho, orienta-se a partir das preocupações que se revelaram transversais aos discursos dos entrevistados.

A par das entrevistas, a recolha e análise de recortes de periódicos, datados sobretudo dos meses que se seguiram ao incêndio, permitiu entender de que forma se processou a encomenda, e como decorreu o processo de participação da opinião pública e especializada. Desta forma foi também possível compreender de que modo a motivação da encomenda (o incêndio) influenciou tais discussões, e como é que a questão da “Memória” se integrou nestes discursos.

Nesta observação, parece-nos interessante salientar o fervor com que eram debatidas estas questões na década de 90, e como eram amplamente divulgadas pelos meios de informação não especializados. Ainda que fosse expectável o alvoroço jornalístico que uma situação desta natureza pudesse causar, o grau de maturidade e interesse com que eram debatidas questões relacionadas com arquitectura e transformação na cidade, cativou o nosso interesse.

Confrontando este material com anteriores entrevistas ao arquitecto Álvaro Siza, já publicadas na bibliografia existente, foi possível traçar um percurso do projecto de intervenção e entender a cronologia dos factos.

Aliadas a estes instrumentos estiveram várias visitas à obra que, através de análises gráficas e fotográficas, permitiram reconhecer as características da mesma no presente e conjecturar sobre o que as motivou.

A acompanhar este estudo da obra, estive a interpretação e reflexão sobre os discursos de autores relevantes para os temas da continuidade e transformação na cidade como foi o caso de Ernesto Rogers, Aldo Rossi, Giorgio Grassi, Ignasi Solà-Morales ou Rafael Moneo, que serviram para melhor enquadrar o método de Álvaro Siza.

Parece-nos seguro afirmar que os processos de regeneração na cidade consolidada são extremamente complexos, e não são passíveis de categorizar ou submeter a uma estratégia comum, mesmo quando acompanhamos autores de excepção.

Dito isto, foi possível identificar algumas premissas transversais, sob as quais pensamos que deve passar a intervenção nos tecidos históricos.

Continuar não pode só significar *museificar* ou sacralizar, assim como *transformar* não pode significar necessariamente, *fazer novo*. É no equilíbrio entre estas duas atitudes que reside a especificidade de intervir na cidade consolidada, e é aqui que se manifesta a essência da *boa architectura* à qual nos introduziu Giorgio Grassi em “Questioni di Progettazione” (1983)¹⁵⁶.

O respeito pelas pré-existências não se traduz *gratuitamente* na preservação dos tecidos históricos ou, numa perspectiva ainda mais *dramática*, das fachadas que os compõem. A ânsia de reabilitar a cidade consolidada “maquilhando-a” e dotando o seu interior de modernos instrumentos, processo recorrente na contemporaneidade, não representa um processo transformador mas sim, pelo contrário, impede a regeneração consolidada dos tecidos históricos urbanos.

Do mesmo modo, os centros não valem só pela linguagem dos alçados que caracterizam os seus edifícios, mas também pela riqueza das suas estruturas internas e pelas qualidades espaciais que representam, privadas e públicas.

Defendemos, também, que é importante ter a capacidade de compreender que os centros históricos não valem só pelos seus *monumentos* ou casos individualizados, mas sim, também e sobretudo, pelos conjunto dos seus tecidos fragmentados. É através desta ideia que nasce a necessidade do estudo do *lugar*.

Dentro deste contexto, também as condicionantes programáticas deverão ser determinantes na escolha do rumo projectual definido. Se por um lado os condições pré-existentes devem ser tidas em conta, por outro, um programa especial deverá ser motivador de um tratamento, também ele, especial na paisagem, desde que a sua função assim o imponha.

Experiências como as levadas a cabo no Porto são disso exemplo. Quando a necessidade de transformação não é acompanhada de um criterioso estudo, urbanístico e de fenómenos sociológicos, surgem operações que conduzem o património edificado à degradação precoce e, muitas vezes, à perda irrecuperável das características espaciais da *(boa)* *architectura* do passado.

Intervenções como a do “Quarteirão das Cardosas”, cuja única premissa foi manter (alguma d)a forma volumétrica das construções pré-existentes, (as suas fachadas principais), precipitaram fenómenos de gentrificação não sustentados, que se traduzem em casas vazias, suspensas em representações pitorescas da cidade oitocentista.

¹⁵⁶ Ver página 51 deste trabalho.

Aliado a tal feito, a transformação (não sustentada, de novo) do interior do quarteirão, de uso privado para público, acarreta pesadas consequências no contexto urbanístico, sob pena de “guetificar” um espaço, sem nenhuma aparente característica vantajosa.

Destroem-se as características espaciais e estruturais, e a linguagem dos alçados é *travestida* com novos revestimentos que escondem as anteriores técnicas, fazendo perder o rigor das carpintarias nos caixilhos, ou a original capacidade reflectora do vidro do séc. XIX.

Não somos, por isto, apologistas de abordagens académicas que prescrevem o Restauro como única via de conservação dos centros históricos. Pelo contrário, acreditamos que a continuidade e preservação dos seus tecidos, tem forçosamente de passar por uma atitude transformadora. Contudo, defendemos que é necessária uma avaliação criteriosa e feita por técnicos especializados, delineada caso a caso, mas necessariamente articulada pelo processo de transformação da cidade consolidada envolvente.

A estratégia para *manter a identidade do lugar*

Foi neste sentido, acreditamos, que Álvaro Siza delineou a sua estratégia para a operação do Chiado. O exaustivo estudo que produziu, ditou o seu princípio mais forte – o de *manter a identidade daquele lugar*, transformando-o de forma a servir aqueles que recebe. Ou seja, reconhecendo a História do lugar e respeitando a forma do edificado, ainda que redefinindo e adaptando a sua função.

Deste modo, torna-se importante analisar o método adoptado, que passou, primeiramente, por compreender a História e procurar entender quais seriam os seus *vectores de transformação*.

O estudo da operação pombalina foi decisivo, na medida em que se concretizou a importância da definição da totalidade da Baixa como um todo unificado.

A partir daqui, foi clara a ideia de repor os valores e a linguagem pombalina no Chiado, **reconstruindo-o**.

Consideramos que o contexto da encomenda é capaz de ditar o sucesso ou insucesso de uma operação desta natureza.

No caso em estudo, verificámos que a figura do seu redactor, o Eng. Krus Abecasis, presidente da câmara municipal à altura, e o modo como foram sendo geridas as questões ao longo do processo inicial, particularmente com a criação de uma equipa pluridisciplinar com experiência em *situações de emergência*, foram determinantes para o avanço sustentado de um processo que se previa moroso.

Aqui, foi também possível tomar consciência de como um momento abrupto na história de determinado edifício ou zona, como é o caso de um terramoto, de um conflito bélico ou, como neste caso, um incêndio de grandes proporções, pode agir como força catalisadora de regeneração.¹⁵⁷

¹⁵⁷ Veja-se, por exemplo, os casos do *Great fire of London* em 1666 ou do *Great Chicago fire* em 1871, a que se seguiram momentos altamente transformadores na história de uma e de outra cidades.

A necessidade de agir de forma celere, e os esforços incitados para resolver tal *traumatismo urbano*, inspiram, quase sempre, uma estimulante e perseverante análise, ainda que com resultados nem sempre satisfatórios. Foi assim na Europa do pós-guerra: se por um lado no Este europeu eram levadas a cabo experiências de reconstrução muito eficazes apoiadas no discurso da arquitectura moderna, que tratavam a grande escala e ensaiavam novos conceitos; por outro, no Norte da Europa, desenvolveram-se operações muito mais localizadas e cautelosas que, apesar de introduzirem conceitos modernistas, atendiam às condições do lugar, da História e do seu habitante.¹⁵⁸

Neste período, foram produzidos discursos sobre a complexa dialéctica entre as planificação autoritária e focada na grande escala, que cedo relevou a sua ineficácia, e a ideia da recuperação da Memória e da História do lugar, que propunha operações mais cautelosas e que tratavam sobretudo a escala intermédia dos tecidos urbanos, como aconteceu no Chiado.

No entanto, e um pouco em oposição ao que seria de prever, o tecido urbano afectado, no Chiado, foi caracterizado como ruína, sem que a sua proveniência (o incêndio) fosse definidora das opções projectuais a tomar.

Verificamos ainda a importância do Plano como instrumento de análise, proposta e regulamentação, essencial numa operação desta escala, nomeadamente atentando ao contexto de urgência onde se insere. No entanto, este não é capaz de acautelar todas as possíveis nuances que resultam de diferentes opções projectais e esta lacuna pode enfraquecer o todo planeado.

Restabelecimento das relações com a envolvente e transformações tipológicas do lote

Um dos pressupostos mais importantes desta operação seria a reposição do Chiado como zona de transição e passagem, charneira entre a Baixa e o Bairro Alto. Aqui, verificámos a audaciosa transformação do miolo dos quarteirões, em espaço destinado ao usufruto público, capaz de encorajar percursos antigos, e novas paragens de lazer. Neste fenómeno, acreditamos residir a grande novidade do projecto, na medida em que ocorre uma transformação da forma e das suas características morfo-tipológicas, de maneira a acompanhar as necessidades da zona onde se interveio.

Porém, não defendemos o uso desta proposta de forma genérica, e como *boa prática* de reabilitação, quando não sustentada por pressupostos realmente transformadores e necessários. “Um quarteirão é um quarteirão, e tem um interior.”¹⁵⁹ Afirmo categoricamente Siza.

Aqui, e ao contrario do que acontece na intervenção do “Quarteirão das Cardosas”, a transformação do miolo veio resolver visíveis dificuldades na adequação do espaço público ao seu uso actual. *Trazendo o público para dentro*, conseguiu-se aumentar a sua área e torná-la propícia ao lazer, do mesmo modo que tornou possível interligar as diferentes cotas através de percursos mais cómodos, como confirma Álvaro Siza:

¹⁵⁸ SOLÀ-MORALES, Ignasi; “Hacer la ciudad, hacer la arquitectura” (1994); Publicado em *Visiones Urbanas. Europa 1870-1993. La ciudad del artista* (catálogo da exposição homónima) In SOLÀ-MORALES, Ignasi; *Territorios*; Barcelona: Gustavo Gili, 2002; pp.40

¹⁵⁹ SIZA, Álvaro; entrevista dada à autora, em anexo, pp.161

“Eu considero legítimo [tornar o interior dos quarteirões, público] porque era condição inultrapassável, na minha maneira de ver, para conseguir retomar ou propor essas ligações (num sítio de topografia difícil), cómodas, directas, em múltiplos sentidos, para não contribuir para um eventual isolamento da zona, que é vocacionada e foi sempre uma zona de passagem.”¹⁶⁰

Ainda sobre este tema, podemos também admitir, com alguma firmeza, que a experiência no tratamento (semi)público do interior dos quarteirões, com a qual Siza contactou em Berlim, não foi totalmente indiferente para a materialização desta ideia no Chiado, ainda que com condicionantes muito dispares à partida. Jorge Carvalho partilha desta opinião:

“(…) não sei se ele o teria feito com a mesma clareza, sem dúvidas portanto, se não tivesse trabalhado antes em Berlim e se não tivesse compreendido bem como é que isso funciona, como é que isso se faz e como é que isso se relaciona com a arquitectura dos edifícios.”¹⁶¹

Defendemos também, que o espaço público deve ser entendido como parte integrante e aglutinadora dos tecidos históricos. O seu tratamento merece, por isso, uma cautelosa apreciação, sob pena de precipitar fenómenos não capazes de acompanhar as solicitações da cidade, deixando assim de responder ao seu propósito. Como argumenta Francisco Barata Fernandes:

“(…) a recuperação de antigos níveis de qualidade do espaço urbano público está directamente relacionada com a capacidade de integração e transformação desse património, o que passa pelo entendimento tipo-morfológico das obras em que se intervém, e não pela apreensão epidérmica da obra”¹⁶²

Adequação do programa interno

Ainda que os proprietários e promotores julgassem ser a disseminação de escritórios a via mais proveitosa, atentando sobretudo à proximidade com o agora extinto Tribunal da Boa Hora, Álvaro Siza defendeu a reintrodução da habitação por forma a redensificar a zona, garantindo a permanência da população, pontuando os rés-do-chão de comércio e serviços e cingindo os escritórios à sobreloja dos prédios.

As únicas premissas do Plano que deveriam ser respeitadas no programa interior dos edifícios eram: o facto dos paramentos internos terem que ser introduzidos de acordo com a modelação dos vãos, não indo de encontro aos mesmos, e a introdução do núcleo central de acessos verticais, que era basilar no desenho estrutural dos edifícios.

Nos interiores dos edifícios que foram entregues a outros arquitectos, verificamos uma clara subversão dos pressupostos traçados por Siza aquando da delineação do *Plano de Pormenor para Recuperação da zona sinistrada do Chiado*. Apesar de cumpridas as directrizes, foram criados espaços interiores que, segundo Álvaro Siza, “não se coadunam com a identidade do Chiado” na medida em que carecem de características

¹⁶⁰ *Idem*

¹⁶¹ CARVALHO, Jorge; entrevista dada à autora, em anexo, pp. 137

¹⁶² BARATA FERNANDES, Francisco; *op. cit.*; pp. 308

espaciais nobres, tanto na escolha de materiais como na organização espacial, dois pontos não totalmente contemplados no Plano.

Daqui retiramos a importância de adequar, também os espaços interiores, ao lugar e às circunstâncias onde se inserem. As questões de *escala* e a importância do reconhecimento da *dignidade* das construções antigas, são elementares para o sucesso das operações de renovação interna.

De um modo muito interessante, Álvaro Siza, no Edifício Castro & Mello, um dos dois que projectou, desenha dois apartamentos com tipologias idênticas, mas que na sua configuração e área são muito díspares. Esta opção prende-se com o reconhecimento profundo das relações entre as características espaciais internas e o exterior: "(...) atrás há um ritmo de construção mais apertado, à frente, mais generosidade no espaço."¹⁶³ Elucida Siza.

Uma operação de renovação interna não pode, assim, contemplar apenas as condicionantes programáticas que lhe são solicitadas, impostas muitas vezes por visões economicistas e que defendem a *habitação mínima*, mas sim, também, atentar à escala do lugar, à sua História, à definição da sua tipologia original e às suas características estruturais primitivas.

É urgente uma visão crítica e operativa, que defenda a razoabilidade dos níveis de espacialidade interna nos edifícios históricos renovados, e a sua relação com as suas morfo-tipologias primárias.

Actualização técnica

A zona sísmica onde se enquadra a operação, ditou a especificidade do desenho estrutural dos edifícios.

O betão foi o material eleito, fundamentalmente porque seria o mais enraizado na cultura construtiva do país, mas também porque responde bem ao regulamento contra incêndios, e às acções transversais das forças sísmicas.

É de notar que no Chiado, o interior dos edifícios, constituído maioritariamente por madeira, ficou totalmente destruído, o que acarretava problemas ao nível da sustentação das fachadas sobranceiras mas que, por outro lado, permitia uma maior liberdade na escolha dos materiais e técnicas a utilizar.

O núcleo de acessos verticais é definidor de toda a estratégia estrutural, deixando o resto da planta desimpedida, o que permite uma enorme flexibilidade na organização do programa interno.

Ainda que a sua utilização seja aqui pertinente, o uso do betão na reabilitação de edifícios históricos, deve ser cautelosamente reflectido, uma vez que as estruturas das fachadas, bem como as empenas dos edifícios que confinam a construção, podem não estar preparados para receber as cargas de um material com comportamento tão diferente da madeira, utilizada nas estruturas primitivas.

A resolução das questões de conforto térmico era também uma premissa importante.

¹⁶³ SIZA, Álvaro; entrevista dada à autora, em anexo, pp. 164

Neste contexto, observamos a necessidade de introdução de equipamentos de ar condicionado, não defendida por Álvaro Siza, mas que teria de ser respeitada.

A opção de produzir um exaustivo estudo sobre o desenho das várias coberturas, contemplando a introdução destes equipamentos (nas águas-furtadas, quando nos referimos a edifícios de habitação, e na cobertura em programas especiais), veio agilizar processos futuros, e criou uma homogeneidade na operação, o que não acontece, por exemplo, no resto da Baixa.

Parece-nos também importante reconhecer que as coberturas, pela posição que ocupam aqui na paisagem, funcionam como um *quinto alçado*, sendo por isso inevitável a reflexão sobre este tema.

Pormenorização das fachadas

A exaustiva análise e compreensão das pré-existências, nomeadamente da pormenorização das fachadas que resistiram e suas contíguas, permitiu criar uma base de dados fidedigna que poderá ser usada em toda a Baixa Pombalina.

Julgamos ser esta opção a tomar no que respeita ao tratamento das fachadas a intervir. O que Álvaro Siza produziu não foi uma cópia ou restauro dos elementos pombalinos, mas sim uma “interpretação” dos mesmos, “uma síntese entre o Pombalino, as necessidades contemporâneas e a sua perspectiva”¹⁶⁴, deixando contudo um testemunho do passado, e unificando o todo que é o edificado da Baixa Pombalina.

É por isso necessário saber adequar a função do edifício histórico ao presente, sem que por isso seja necessário comprometer a sua inserção na envolvente. Álvaro Siza testemunha este pressuposto com a introdução das janelas duplas, sendo que a que se encontra à face é uma reprodução fiel dos pormenores de carpintaria pombalinos. Consegue-se assim garantir o conforto térmico e acústico, sem adulterar a identidade pombalina daquele edificado.

Verificamos também a relevância do tempo como actor da obra. Se era verdade que, no início da operação do Chiado, as fachadas reconstruídas se destacavam da restante massa edificada, é notório agora que se envolvem no ambiente, revestidas pela patine e pelo uso, e isto foi, e assim deve ser, também material de projecto.

Age também –o tempo– como avaliador de opções projectais. Se em alguns casos confirmou a exequibilidade de determinadas escolhas, como foi o caso do *pátio A* cujo buliço e a forte actividade comercial pontuam, noutros demonstrou falta de adaptabilidade como se denota no difícil acesso ao metropolitano para quem circula no eixo Garrett-Carmo.

A *boa arquitectura* resulta do conhecimento da História e da Memória, da mesma maneira que deve prever o seu comportamento no futuro, por forma a garantir a conservação do património, salvaguardando os edifícios através da sua contínua utilização, redefinindo e transformando usos sempre que necessário.

Parafraseando Franco Purini: “In qualsiasi segno architettónico il passato e il futuro sono strutturalmente presenti e ne costituiscono, insieme, la memoria.”¹⁶⁵

¹⁶⁴ Enxerto retirado da pergunta feita pela autora a Álvaro Siza, em anexo, pp. 162

¹⁶⁵ PURINI, Franco; *L'architettura didattica*; Roma: Casa del Libro, 1979; pp. 21

As discussões e debates provocados pelo rescaldo duma Europa em ruína, foram indubitavelmente importantes no avanço do pensamento moderno sobre a continuidade da cidade. Ainda que não tenhamos hoje, na Europa, cidades destruídas, como aconteceu em meados do sec. XX, observamos o crescimento de práticas inadequadas que, no limite, se poderão traduzir, também elas, em verdadeiros *desastres urbanos*, difíceis de reverter.

Consideramos urgente actuar e, sobretudo, educar para a reflexão sobre cidade histórica. Neste sentido, é necessário que a consciência política acompanhe a sensibilidade cultural e urbana, sem que por isso os arquitectos se demitam do seu papel.

É também essencial recuperar antigos ofícios e enobrecer o seu valor. Para tal, acreditamos no estudo dos bons exemplos de arquitectura e na necessidade de aprender como respeitar as pré-existências.

Por fim, e retomando a questão de Roberto Collovà¹⁶⁶, acreditamos que a estratégia usada no Chiado é profundamente moderna e determinante no modo como se opera nos tecidos consolidados em ruína.

Fazer novo em condições como as estudadas, seria um acto pouco reflectido e que não defenderia as características especiais dos centros históricos e, por isso, pouco moderno... *Moderno talvez*.

Moderno é então o método e não o estilo, defendemos. Ainda que: “O Chiado, como a arquitectura em geral, não deve obedecer a obsessões: modernismo, conservadorismo, etc.. O importante é manter o sentido das proporções, mostrar comedimento, dialéctica.”¹⁶⁷

A intervenção de Siza no Chiado foi profundamente transformadora e revolucionária, e transpira a agilidade de um discurso que não é minimamente preconcebido ou descurado, mas sim, mutável e sensível, ao *lugar* e ao homem, que respeita a História e a Memória, por forma a continuar (a transformar diríamos) a cidade.

¹⁶⁶“O que quer dizer “Moderno”? (...) moderno é o modo de pensar, o método, o processo ou, pelo contrário, Moderno é só o estilo?”

¹⁶⁷ SIZA, Álvaro; “Uma questão de medida” (1991); Entrevista por Dominique Machabert; Trad. Vera Cabrita; AA.VV.; *Álvaro Siza, uma questão de medida*; Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009; pp. 63

Conclusão?

Talvez se venha a dizer que é a mesma coisa que antes, mas não será igual.

Álvaro Siza "Talvez se venha a dizer que é a mesma coisa que antes", 1989

Se vogliamo che tutto rimanga com'è, bisogna che tutto cambi.

Giuseppe Tomasi di Lampedusa, "Il Gattopardo", 1958

A estratégia de Álvaro Siza para a operação do Chiado, cujo desígnio seria a manutenção da identidade daquele lugar, foi conduzida através de um complexo sistema simbiótico, baseado nas atitudes abaixo elencadas:

- Restabelecimento das relações com a envolvente;
- Transformações tipológicas do lote;
- Adequação da tipologia interna;
- Actualização técnica;
- Pormenorização das fachadas;

Isto posto, verificamos, através do método que suporta tais opções, que a única via que conduzirá a continuidade e preservação dos tecidos urbanos históricos é aquela baseada numa atitude transformadora e adequada à contemporaneidade.

Assim, e numa analogia entre as duas frases apresentadas: se a arquitectura aceita, hoje, o importante desafio de continuar a cidade, *é preciso que tudo mude.*

O CHIADO
em discurso directo

- AA.VV.; *Álvaro Siza, A reconstrução do Chiado, Lisboa; Lisboa: Figueirinhas, ICEP, 2000*
- AA.VV.; *Berlim, reconstrução crítica; Porto: Circo de ideias, 2008*
- AA.VV.; *Chiado em detalhe. Álvaro Siza: Pormenorização técnica do plano de recuperação; Lisboa: CML, Babel, 2013*
- AA.VV.; *Santa Maria do Bouro; Construir uma Pousada com as pedras de um Mosteiro; Montemor-o-Novo: White & Blue, 2004*
- ARENGA, Nuno (ed.); *Vítor Figueiredo: Fragmentos de um discurso; Porto: Circo de Ideias, 2012*
- BAEZA, Alberto Campo; *Principia Architectonica; Trad. Eduardo dos Santos; Casal da Cambra: Caleidoscópio, 2013*
- BARDESCHI, Marco Dezzi; *Restauro: due punti a da capo; Milão: Franco Angeli, 2004*
- BEAUDOUIN, Laurent e ROUSSELOT, Christine (ed.); *Álvaro Siza, Uma questão de medida; Trad. Vera Cabrita; Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009*
- BOHIGAS, Oriol; *Reconstruccion de Barcelona; Madrid: MOPU, 1986*
- BOITO, Camilo; *Conserver ou Restaurer: les dilemmes du patrimoine; Paris: L'imprimeur, 2000*
- BRANDI, Cesare; *Teoria del Restauro; Torino: Giulio Einaudi, 1977*
- CAPITEL, Antón; *Metamorphosis de monumentos y teorías de la restauracion; Madrid: Alianza Editorial, 2009*
- CASTANHEIRA, Carlos e LLANO, Pedro; *Álvaro Siza obras e projectos; Madrid: C.G.A.C, 1996*
- CHOAY, Françoise; *Alegoria do Património; Lisboa: Edições 70, 2010*
- DE CAMPOS, Álvaro; *Obras completas de Fernando Pessoa, Poesias de Álvaro de Campos; Lisboa: Edições Ática, 1980*
- ECO, Umberto; *Como se faz uma Tese em Ciências Humanas; Lisboa: Editorial Presença, 1995*
- Enciclopédia Einaudi, volume1, Memória e História; Lisboa: Imprensa nacional-Casa da Moeda, 1984*
- FERNANDES, Francisco Barata; *Transformações e Permanência na Habitação Portuguesa, As formas da casa na forma da cidade; Porto: FAUP publicações, 1999*
- FORTY, Adrian; *Words and Buildings: a vocabulary of modern architecture; Nova Iorque: Thames & Hudson, 2000*
- FRANÇA, José-Augusto; *A reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina; Lisboa: M.E.C., 1981*
- FRANÇA, José-Augusto; *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura; Lisboa: Livros Horizonte, 1997*

FRANÇA, José-Augusto; *A Reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina*; Lisboa: Livros Horizonte, 1999

GIOVANNONI, Gustavo; *Vecchie città ed edilizia nuova*; Milão: Citta Studio, 1995

GRACIA, Francisco de; *Construir en lo construído: la arquitectura como modificación*; Madrid: Nerea, 2001

GRASSI, Giorgio; *Arquitectura lengua muerta y otros escritos*; Barcelona: Ediciones del Serbal, 2003

GREGOTTI, Vittorio; *Diciassette lettere sull'architettura*, Roma-Bari: Editori Laterza, 2000

GREGOTTI, Vittorio; *Architettura, Tecnica, Finalità*; Bari - Roma: Editori Laterza, 2002

GREGOTTI, Vittorio; *Território da Arquitetura*; São Paulo: Perspectiva, 2010

GREGOTTI, Vittorio; *Território e formação do arquitecto*; Lisboa: UIA Secção Portuguesa, 1969

JARZOMBEEK, Mark; *Urban Heterology, Dresden and the dialectics of post-traumatic history*; Lund: Lund University, 2001; Disponível em: <http://web.mit.edu/mmj4/www/writings.html>

MONEO, Rafael; *La solitudine degli edifici e altri scritti: questioni intorno all'architettura*; Torino: Umberto Allemandi & C., 1999

MONTANER, Josep Maria, MUXÍ, Zaida; *Arquitectura e política. Ensaïos para mundos alternativos*; Barcelona: Gustavo Gili, 2014

MONTENEGRO, Manuel; "Álvaro Siza e a cidade como arquitectura"; In PINTO da SILVA, Madalena (coord.); *EURAU12 Porto | Espaço Público e Cidade Contemporânea: Actas do 6º European Symposium on Research in Architecture and Urban Design*, Porto: FAUP, 2012

MORAIS, Carlos Campos (ed.); 01 textos, Álvaro Siza; Porto: Civilização Editora, 2009

OCKMAN, Joan (ed.); *Out of Ground Zero, Case studies in urban reinvention*; Nova Iorque: Prestel Publishing, 2002

PORTAS, Nuno; *Os tempos das formas, Vol1: A Cidade Feita e Refeita*; Guimarães: Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho (DAAUM), 2005

PURINI, Franco; *L'architettura didattica*; Roma: Casa del Libro, 1979

RODRIGUES, Jacinto; Álvaro Siza obra e método; Porto: Civilização Editora, 1992

ROSSI, Aldo; *A arquitectura da cidade*; Trad. José Charters Monteiro e José Nóbrega Sousa Martins; Lisboa: Edições Cosmos, 1977

ROSSI, Aldo; *La arquitectura de la ciudad*; Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1999

ROWE, Collin e KOETTER, Frederic; *College City*; Massachusetts: The MIT Press, 1978

- RUSKIN, Jonh; *Las siete lamparas de la arquitectura*; Barcelona: Alta Fulla, 1987
- RUSKIN, Jonh; *The stones of Venice*; Nova Iorque: J. G. Links, 1960
- SANTOS, M. Helena Ribeiro dos; *A Baixa Pombalina, Passado e Futuro*; Lisboa: Livros Horizonte, 2005
- SIZA, Álvaro; *Francesco Venezia*; Barcelona: Gustavo Gili, 1988
- SIZA, Álvaro; *Imaginar a Evidência*; Lisboa: Edições 70, 2000
- SIZA, Álvaro; *La strategia de la memoria*; Granada: Delegacion en Granada del Colegio de Arquitectura, 1994
- SIZA, Álvaro; *Professione Poetica*; Milão: Electa, 1986
- SIZA, Álvaro; *Textos 01 – Álvaro Siza*; Civilização Editora, 2009
- SOLÀ-MORALES, Ignasi; *Territorios*; Barcelona: Gustavo Gili, 2002
- TAFURI, Manfredo; *Vienna Rossa: la política rezidenziale nella Vienna Socialista*; Milão: Electa, 1980
- TEIXEIRA, Manuel C.; *O Urbanismo português, séculos XIII – XVIII, Portugal – Brasil*; Lisboa: Livros Horizonte, 1999
- TOMÉ, Miguel; *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*; Porto: FAUP Publicações, 2002
- TOSTÕES, Ana e ROSSA, Walter; *Lisboa 1758: o Plano da Baixa hoje*; Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2008
- TRIGUEIROS, Luiz (ed.); *Álvaro Siza 1954-1976*; Lisboa: Blau, 1997
- TRIGUEIROS, Luiz (ed.); *Fernando Távora*; Lisboa: Blau, 1993

Teses:

- CARDOSO, Mariana de Soares e Barbieri; *Continuar os antigos: Teatro de Marcello e Casa em Briteiros*; Porto: FAUP, 2012. Texto Policopiado; Tese para a obtenção do grau de mestre.
- LOPES, Nuno Valentim Rodrigues; *Reabilitação de caixilharia de madeira em edificios do século XIX e início do século XX: do restauro à selecção exigencial de uma nova caixilharia – o estudo do caso da habitação corrente portuense*; Porto: FEUP, 2006. Texto policopiado. Tese de dissertação para obtenção do grau de mestre.
- MORENO ÁLVAREZ, Carmen; *Lisboa, la ciudad interrumpida. Dibujos y escritos de las transformaciones de un proyecto urbano*. Granada: Universidad de Granada. Departamento de Expresión Gráfica, Arquitectónica y en la Ingeniería, 2008; texto policopiado; Tese de dissertação para a obtenção do grau de mestre.

OLIVEIRA, Margarida Maria Garcia Louro do Nascimento e; *Memória da cidade destruída, problemática da intervenção contemporânea*; Lisboa: FAUTL, 1998; Texto policopiado; Tese de dissertação para a obtenção do grau de mestre.

DE SIMONE, Raffaella; *Architettura contemporanea in Sicilia: sul disegno*; Nápoles: Università degli studi di Napoli Federico II, 2008. Texto Policopiado. Tese de dissertação para a obtenção do grau de doutor.

Publicações periódicas:

(Números avulsos)

Tempo; Lisboa [Consultados os números referentes aos dois últimos trimestres de 1988 e ao 1º trimestre de 1989]

Diário Municipal; Lisboa [Consultados os números referentes aos dois últimos trimestres de 1988 e ao 1º trimestre de 1989]

A Capital; Lisboa [Consultados os números referentes aos dois últimos trimestres de 1988 e ao 1º trimestre de 1989]

Comércio do Porto; Porto, 29 de Agosto de 1988

Correio da Manhã; Lisboa, 8 Outubro de 1988; 3 de Fevereiro de 1989; 16 de Setembro de 1988; 15 de Setembro de 1988; 27 de Agosto de 1988; 30 de Agosto de 1988

Diário de Lisboa; Lisboa, 15 de Setembro de 1988; 16 de Setembro de 1988; 17 de Setembro de 1988; 19 de Setembro de 1988; 8 de Outubro de 1988; 9 de Setembro de 1988

Diário de notícias; Lisboa, 8 de Outubro de 1988; 16 de Setembro de 1988; 26 de Agosto de 1988; 28 de Agosto de 1988

Diário Popular; Lisboa, 16 de Setembro de 1988; 2 de Setembro de 1988; 8 de Outubro de 1988; 9 de Setembro de 1988

Expresso; Lisboa, 21 de Janeiro 1989; 10 de Setembro de 1988; 23 de Junho de 1990; 24 de Setembro de 1988; 8 de Outubro de 1990

Jornal de Notícias; Porto, 17 de Setembro de 1988

Jornal de o dia; Lisboa, 10 de Outubro de 1988

O Diário; Lisboa, 8 de Outubro 1988; 17 de Setembro de 1988; 26 de Agosto de 1988

O Independente; Lisboa, 23 de Setembro de 1988; 7 de Outubro de 1988

O Jornal; Lisboa, 26 de Agosto de 1988

O Primeiro de Janeiro; Porto, 25 de Agosto de 1988

O Século; Lisboa, 8 de Outubro de 1988; 19 de Setembro de 1988; 26 de Agosto de 1988

Primeiro de Janeiro; Porto, 16 de Setembro de 1988

Semanário; Lisboa; 8 de Outubro de 1988

Voz Portucalense; Porto, 10 Outubro de 1988

Domus, nº 74, Março, 1990

Casabella, nº 678; Maio, 2000, Milão

Lotus Internacional, nº 64; Milão: Electa, 1989

Artigos específicos:

COLLOVÀ, Roberto (2006); "Piazza Alicia e Chiesa madre a Salemi" in *Firenze Architettura, Il Frammento*; primeiro semestre de 2006; Florença; pp. 68 a 73

FIGUEIRA, Jorge; "O interprete ideal" [Entrevista a Álvaro Siza] (2013); *Público*, 25 de Agosto, 2013, Lisboa; disponível em:
<http://www.publico.pt/local/jornal/o-interprete-ideal-26981924>

GRANDE, Nuno; WERMEILLE, Anne (2012); "Entrevista a Álvaro Siza e Eduardo Souto de Moura" in *Werk, Bauen+ Wohnen*, Julho de 2012, Zurique; disponível em:
<http://wbw.ch/de/content/entrevista-álvaro-siza-e-eduardo-souto-de-moura>

TAMBOBORRINO, Rosa (1989); "Soglie invisibili: il progetto di ricostruzione della Chiesa Madre a Salemi di Roberto Collovà e Álvaro Siza Vieira" in *Restauro & Città*, Vol. IV; Veneza; pp. 82 a 93

URBAN, Florian (2004); "Recovering Essence through Demolition: The "Organic" City in Postwar West Berlin" in *Journal of the Society of Architectural Historians*, Vol. 63, No. 3, Setembro de 2004, Santa Barbara; pp. 354 a 369

Documentos Audio-Visuais

Lisbon Story; Realização: Win Wenders; Produção: Madragoa Filmes e Road Movies; (100min); 1994, Lisboa

Reconversão; Realização: Thom Andersen; Produção: Curtas metragens C.R.L. e Dario Oliveira; (64min); 2012, Portugal

Emissões da RTP sobre o incêndio do Chiado, 1988 (consultado a 26 de Maio de 2013)
 Disponível em:

http://www.youtube.com/watch?v=Q_sICsgONQI
<http://www.youtube.com/watch?v=m9GTbhFhU-Y>
<http://www.youtube.com/watch?v=CuullabdsL>
<http://www.youtube.com/watch?v=jc6Jqd6hKsYE>
<http://www.youtube.com/watch?v=JDrDUzfBg1I>
<http://www.youtube.com/watch?v=4neLtkxzVE>
<http://www.youtube.com/watch?v=LE55783zlCA>
http://www.youtube.com/watch?v=W07_OtW0dqq
<http://www.youtube.com/watch?v=hcYSDYwc4fs>
<http://www.youtube.com/watch?v=kniOVVUsviY>

Documentário *Chiado Renascido – Siza Vieira*; 1994 (consultado a 4 de Junho de 2013)
 Disponível em:

<http://www.youtube.com/watch?v=WLuP5UnSM00>
<http://www.youtube.com/watch?v=VMvfcROEKpQ>
<http://www.youtube.com/watch?v=2yTl6SV1-mM>
<http://www.youtube.com/watch?v=Fwvo2tvi4PQ>

Emissões referentes aos 25 anos do incêndio do Chiado, 2013 (consultado a 26 de Agosto de 2013)

Disponível em:
<http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=675919&tm=4&layout=122&visual=1>
<http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=675915&tm=4&layout=122&visual=1>

O CHIADO
em discurso directo

<http://www.cm-lisboa.pt/noticias/detalhe/article/evocacao-dos-25-anos-do-incendio-do-chiado>

http://rr.sapo.pt/informacao_detalhe.aspx?fid=25&did=119407

http://rr.sapo.pt/informacao_detalhe.aspx?fid=25&did=119407

Reportagem da *Rai Tv* sobre o Terremoto do Vale del Belice de 1968 (consultado a 4 de Junho de 2014)

Disponível em:

<http://www.youtube.com/watch?v=9ZZptOb66ZA>

<http://www.youtube.com/watch?v=9ZZptOb66ZA>

<http://www.youtube.com/watch?v=wUBNKeruol0>

<http://www.youtube.com/watch?v=wUBNKeruol0>

Lista de figuras

LISTA DE FIGURAS

[capa] AA.VV.; Chiado em detalhe. Álvaro Siza: Pormenorização técnica do plano de recuperação; Lisboa: CML, Babel, 2013; pp.4

Figura 1. http://www.tripadvisor.it/LocationPhotoDirectLink-g187891-d3451048-i88329178-Duomo_di_Siracusa-Syracuse_Province_of_Syracuse_Sicily.html

Figura 2. Fotografia da autora

Figura 3. <http://www.museudacidade.pt/Coleccoes/Gravura/Paginas/Panoramica-de-Lisboa.aspx>

Figura 4. <http://www.museudacidade.pt/Coleccoes/Cartografia/paginas/Planta-da-Cidade-de-Lisboa-I.aspx>

Figura 5. <http://www.museudacidade.pt/Coleccoes/Cartografia/paginas/Planta-topografica-Lisboa-Eugenio-dos-Santos-Carvalho-Carlos-Mardel.aspx>

Figura 6. <http://www.museudacidade.pt/Coleccoes/Desenho/Paginas/projecto1-6configuracao-para-os-edificios-da-baixa.aspx>

Figura 7. . SANTOS, M. Helena Ribeiro dos; A Baixa Pombalina, Passado e Futuro; Lisboa: Livros Horizonte, 2005; pp.224

Figura 8. SANTOS, M. Helena Ribeiro dos; A Baixa Pombalina, Passado e Futuro; Lisboa: Livros Horizonte, 2005; pp.226

Figura 9. <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2012/01/grandes-armazens-do-chiado.html>

Figura 10. <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2012/01/grandes-armazens-do-chiado.html>

Figura 11. <http://goo.gl/9JE0eB>

Figura 12. AA.VV.; Álvaro Siza, A reconstrução do Chiado, Lisboa; Lisboa: Figueirinhas, ICEP, 2000; pp. 53

Figura 13. http://sol.sapo.pt/inicio/galerias/fotogalerias.aspx?content_id=83078

Figura 14. <http://goo.gl/vuSqT7>

Figura 15. <http://www.tvi24.iol.pt/multimedia/oratvi/multimedia/imagem/id/13941365/877x658>

Figura 16. <http://www.tvi24.iol.pt/multimedia/oratvi/multimedia/imagem/id/13941365/877x658>

Figura 17. <http://makingarthappen.com/2012/08/28/alvaro-siza-vieira-leao-de-ouro-e-exposicao-em-veneza/>

Figura 18. http://en.wikipedia.org/wiki/Bombing_of_Dresden_in_World_War_II

Figura 19. http://www.indire.it/cgi-bin/diafindcgi4?dbnpath=/isis3/dati/dia/immag&query=D-JFVG3XKI&formato=Completo&unico=1&file_header=/archivi/dia/header.php

Figura 20. Imagem gentilmente cedida pelo Arq. Roberto Collovà

Figura 21. Imagem gentilmente cedida pelo Arq. Roberto Collovà

Figura 22. <http://www.mai-nrw.de/IBA-1952-57.58.0.html>

Figura 23. http://it.wikipedia.org/wiki/La_Rinascente

Figura 24. <http://www.pinterest.com/pin/243475923575221202/>

Figura 25. <http://www.lombardiabeniculturali.it/fotografie/schede/IMM-LOM80-0000082/>

Figura 26. http://blog.societadantealighieri.org/it/corso/dettaglio_milano_nel_secondo_dopoguerra_tra_ricostruzione_e_sviluppo

Figura 27. <http://goo.gl/bMuWcw>

Figura 28. <http://goo.gl/hkJ5GI>

Figura 29. <https://www.flickr.com/photos/fadb/5511230160/>

Figura 30. <http://www.pinterest.com/pin/376402481326473775/>

Figura 31. http://arch.et.bme.hu/arch_old/korabbi_folyam/11/11bujd.html

Figura 32. <http://users.med.up.pt/vitorper/siza.htm>

Figura 33. Fotografia da autora

Figura 34. Fotografia da autora

Figura 35. <http://www.joaoleitao.com/fotografias-lisboa/alfama/patio-carrasco/>

Figura 36. <http://www.settenote.eu/entertainment/cache/10257.htm>

Figura 37. http://filmes.film-cine.com/le_mani_sulla_citta-m43228

Figura 38. AA.VV.; Álvaro Siza, A reconstrução do Chiado, Lisboa; Lisboa: Figueirinhas, ICEP, 2000; pp.73 imagem manipulada pela autora

Figura 39. AA.VV.; Álvaro Siza, A reconstrução do Chiado, Lisboa; Lisboa: Figueirinhas, ICEP, 2000; pp.75. imagem manipulada pela autora

Figura 40. AA.VV.; Chiado em detalhe. Álvaro Siza: Pormenorização técnica do plano de recuperação; Lisboa: CML, Babel, 2013; pp.56

Figura 41. AA.VV.; Chiado em detalhe. Álvaro Siza: Pormenorização técnica do plano de recuperação; Lisboa: CML, Babel, 2013; pp.57

Figura 42. Fotografia da autora

Figura 43. AA.VV.; Chiado em detalhe. Álvaro Siza: Pormenorização técnica do plano de recuperação; Lisboa: CML, Babel, 2013; pp.198

Figura 44. AA.VV.; Chiado em detalhe. Álvaro Siza: Pormenorização técnica do plano de recuperação; Lisboa: CML, Babel, 2013; pp.192

Figura 45. AA.VV.; Chiado em detalhe. Álvaro Siza: Pormenorização técnica do plano de recuperação; Lisboa: CML, Babel, 2013; pp.57; imagem manipulada pela autora

Figura 46. Fotografia da autora

Figura 47. Fotografia da autora

Figura 48. Fotografia da autora

Figura 49. <http://www.museudacidade.pt/Lisboa/3D-lisboa1755/Paginas/default.aspx>

Figura 50. AA.VV.; Álvaro Siza, A reconstrução do Chiado, Lisboa; Lisboa: Figueirinhas, ICEP, 2000; pp.69

Figura 51. AA.VV.; Álvaro Siza, A reconstrução do Chiado, Lisboa; Lisboa: Figueirinhas, ICEP, 2000; pp.67

Figura 52. Fotografia da autora

Figura 53. AA.VV.; Chiado em detalhe. Álvaro Siza: Pormenorização técnica do plano de recuperação; Lisboa: CML, Babel, 2013; pp. 196

Figura 54. Fotografia da autora

Figura 55. Fotografia da autora

Figura 56. Fotografia da autora

Figura 57. Fotografia da autora

Figura 58. Fotografia da autora

Figura 59. AA.VV.; Álvaro Siza, A reconstrução do Chiado, Lisboa; Lisboa: Figueirinhas, ICEP, 2000; pp. 123

Figura 60. AA.VV.; Álvaro Siza, A reconstrução do Chiado, Lisboa; Lisboa: Figueirinhas, ICEP, 2000; pp.127

Figura 61. AA.VV.; Álvaro Siza, A reconstrução do Chiado, Lisboa; Lisboa: Figueirinhas, ICEP, 2000; pp.129

Figura 62. <http://www.teixeiratrigo.pt/Armazens-do-Chiado>

Figura 63. AA.VV.; Chiado em detalhe. Álvaro Siza: Pormenorização técnica do plano de recuperação; Lisboa: CML, Babel, 2013; pp.25

Figura 64. Imagem manipulada pela autora. <https://www.flickr.com/photos/bibllarte/2710203902/>

Figura 65. AA.VV.; Chiado em detalhe. Álvaro Siza: Pormenorização técnica do plano de recuperação; Lisboa: CML, Babel, 2013; pp.124

Figura 66. Fotografia da autora

Figura 67. AA.VV.; Chiado em detalhe. Álvaro Siza: Pormenorização técnica do plano de recuperação; Lisboa: CML, Babel, 2013; pp.223

Figura 68. AA.VV.; Chiado em detalhe. Álvaro Siza: Pormenorização técnica do plano

de recuperação; Lisboa: CML, Babel, 2013; pp.131

Figura 69. Fotografia da autora

Figura 70. Fotografia da autora

Figura 71. <http://aviagemdosargonautas.net/2011/08/28/reconstrucao-do-chiado-alvaro-siza-vieira-por-clara-castilho/>

Figura 72. Fotografia da autora

Figura 73. Fotografia da autora

Figura 74. AA.VV.; Chiado em detalhe. Álvaro Siza: Pormenorização técnica do plano de recuperação; Lisboa: CML, Babel, 2013; pp.191

Anexos

Figura 1. Imagem gentilmente cedida pelo Arq. Roberto Collovà, manipulada pela autora

Figura 2. Imagem gentilmente cedida pelo Arq. Roberto Collovà

Figura 3. Imagem gentilmente cedida pelo Arq. Roberto Collovà

Figura 4. Imagem gentilmente cedida pelo Arq. Roberto Collovà

Anexos

O CHIADO
em discurso directo

1| Entrevistas

*Acciono maquinalmente o aparelho como o antigo fumador tira prazer do isqueiro e da pausa pensativa perante o fumo imaginário. (...)
A transcrição é o trabalho mais fastidioso de uma entrevista mas ao mesmo tempo o mais sensível porque, da mesma maneira que uma imagem fotográfica com um determinado banho se revela após um dado tempo e temperatura, assistimos, ao escutar a fita neste momento de verdade onde aquilo que trouxemos e retirámos sem saber bem o que – talvez algo grande –, se desvenda.*

Dominique Machabert; "Transcrições" (2007)

O CHIADO
em discurso directo

O presente anexo é a transcrição de uma entrevista/conversa com o arquitecto Roberto Collovà, que gentilmente se disponibilizou para discutir alguns temas relevantes no enquadramento geral desta prova, numa viagem de comboio entre o Porto e Lisboa, no dia 5 de Agosto de 2013, cabendo as questões à autora do presente trabalho e as respostas ao arquitecto Roberto Collovà.¹⁶⁸

ML: Antes de mais tenho de lhe agradecer por me receber nestas circunstâncias tão... singulares!

RC: Ora essa, é um prazer.

Matilde Lobo: Começo por lhe perguntar, quais são, para si, os pontos fundamentais para intervir na cidade consolidada?

Roberto Collovà: Em primeiro lugar, penso que deverá existir um tipo de intervenção, de prática rara até mesmo em Itália, que se baseia na conservação ordinária da cidade, mas também “especial”, porque cada núcleo histórico tem as suas particularidades. Isto é fundamental porque, se assim não acontecer, mais tarde ou mais cedo, terão de ser feitas intervenções extraordinárias. Este é um dos temas, o da cura, do cuidado constante.

No Oriente, por exemplo, não têm este tipo de preocupação. Eles transformam com bastante naturalidade. Se uma coisa se estraga, é substituída por outra, actual, sem nenhum pudor.

(...)

Há cidades destruídas ou semidestruídas pela guerra e depois há àquelas que foram vítimas de catástrofes naturais. Portanto, todas as cidades têm falhas; são aqueles lugares que não resistiram a certos traumas, e que por isso se tornaram “vazios urbanos”. A respeito deste tema, como tu sabes, há muitas directrizes.

(...)

ML: E falando nesta dimensão do pós-catástrofe, na Sicília por exemplo, com a questão dos terremotos principalmente, como se lida com conceitos como Memória, destruição... estas situações talvez precisem de uma estratégia diferente não?

RC: Ora bem, eu penso que o problema é mais geral e trata-se de encontrar uma espécie de estratégia fisiológica de transformar uma cidade. Isto é, penso que a questão fundamental é como lhe dar continuidade, apesar de terem existido períodos extraordinários na história das cidades onde assistimos a um tipo de transformação diferente.

Há um momento importante em que as cidades fortificadas se transformaram e perderam as suas muralhas, quando estas deixaram de ser necessárias por razões

¹⁶⁸ A entrevista foi integralmente realizada em italiano pelo que cabe à autora a sua tradução livre.

defensivas. Este foi o momento a partir do qual se começou a construir a cidade “além muros”, um fenómeno muito bem dirigido na Europa do séc. XIX, em cidades como Viena onde este tipo de projecto de reconversão foi um dos primeiros da História da cidade.

Desde há cinquenta anos que se fala muito em reconversão das cidades europeias. Esqueceram-se porém, que isto já aconteceu na altura em que as cidades históricas tiveram de considerar o que fazer com as suas muralhas. E o problema que surgia era : ou estas eram demolidas, como aconteceu em Viena e em tantas outras cidades, (inclusivamente em algumas cidades italianas como Brescia), ou permaneciam integras, dando-se início à construção de uma cidade fora dos antigos limites[das muralhas], como em Évora, por exemplo.

Portanto, é claro que se coloca o problema de “que estratégia adoptar”, mas a resposta é sempre a mesma : deve-se observar o fenómeno em causa e conseguir descreve-lo de modo crítico atendendo às suas necessidades. O problema da conservação é um dos muitos problemas da cidade contemporânea. Por exemplo em Itália, o problema é generalizado: a única maneira de trabalhar na cidade história é conservando-a e não promovendo a sua transformação.

Porém a minha ideia é que, na medida certa, a transformação é o único meio de conservar.

ML: Ouvi-o uma vez, numa entrevista, falar sobre a “observação” e, sobretudo, sobre a observação do território, é este o caminho que julga correcto? Porque penso eu, por ex. no caso da intervenção de Álvaro Siza no Chiado, havia tantos arquitectos que diziam que não era este o modo, que o modo era transformar totalmente, fazer uma coisa dita “moderna”. Para mim é claro que a estratégia de Siza era a mais coerente mas, como podemos fazer a relação entre estes dois pontos de vista? Qual será a lógica por de trás de cada um deles?

RC: Digamos que o ponto de vista do Siza é ancorado numa ideia de cidade histórica, numa ideia precisa de cidade contemporânea e na necessidade de continuidade. O ponto de vista dos arquitectos que afirmam que é preciso deitar tudo abaixo e construir de novo, num estilo moderno, é um ponto de vista estilístico, isto é, formalista.

A maior parte dos arquitectos pensa que é preciso usar as ocasiões de catástrofe, de destruição, para fazer arquitectura moderna. O que quer dizer “moderno”? Moderno é o modo de pensar, o método, o processo ou, pelo contrario, moderno é só o estilo?

Agora, o primeiro ponto de vista é um ponto de vista estruturado, que permite descobrir *como* fazer moderno. Assim, deve ser moderno o problema, sendo que a arquitectura vem do seu resultado. Aqueles que dizem que se deve deitar abaixo e construir de novo... é um ponto de vista estúpido, bastante estúpido! Dou-te um exemplo: Conheces Évora?

ML: Sim

RC: Ora bem, ao lado da Malagueira há uma quinta que se chama Quinta do Rosário, que eu fotografei há muitos anos.

Muito esquematicamente, faz um ângulo, e tem um muro com muita vegetação.

Era um espaço fantástico, lindíssimo! O que fizeram eles? Deixaram o muro da frente, que contem a entrada da quinta, e construíram um novo edifício por trás! Isto era um “edifício” dentro do qual existiam árvores. O problema aqui não é moralista - cortaram árvores, não se deve fazer isso, etc., é um problema conceptual! Se eu faço este tipo de intervenção, faço com que a fachada se torne um objecto. E qual é a parte mais importante? É a entrada da quinta. Os muros adjacentes são a parte secundária, mas isto é como um grandíssimo edifício que é a quinta. Portanto esta intervenção resulta num absurdo. E este é o ponto de vista daqueles arquitectos que falávamos anteriormente.

ML: Álvaro Siza diz que, um pouco nesta linha de pensamento, aquilo que o fogo destruiu faz parte dum edifício maior que é a “Baixa pombalina”...

RC: Não só, mas eu penso que a intervenção de Siza é um modo moderno de afrontar uma catástrofe, limitada é certo, mas bastante grave. E mais, havia uma temática importante: tu sabes que o Chiado como estava, já não funcionava... havia a necessidade de mudar o programa e trazer de novo as pessoas.

ML: Podemos encontrar diferenças entre as estratégias que foram adoptadas nos anos 70/80, em relação a estes temas, e hoje em dia?

RC: Mas em geral?

ML: Podemos começar por Itália. Porque em Portugal por exemplo temos a legislação vigente, com a qual seria impossível fazer um projecto como o do Chiado agora. Talvez em Itália se sinta também esta pressão por parte dos organismos coordenadores...

R: Nos anos 70/80 em Itália, numa situação semelhante à do Chiado- um quarteirão destruído, penso que teriam optado por o construir tudo de novo. É que nessa altura havia um ponto de vista pouco convencional sobre estas questões.

Nos anos antes, anos 60, a orientação geral era a de uma construção um pouco mimética. Isto é, reconstruía-se um edifício moderno com as formas que faziam lembrar os edifícios antigos. Por exemplo, em Florença, encontramos imensos edifícios com pilastras, mas que têm a cobertura inclinada, caleira, etc. ... assemelhando-se vagamente aos edifícios do séc. XV e XVI da cidade. Este ponto de vista é muito ingénuo.

À nossa volta há exemplos diferentes deste, como a famosa Torre Velasca de [Ernesto] Rogers, em Milão, na qual se fez uma coisa um pouco semelhante, mas com uma componente irónica bastante evidente!

Eu não compartilho muito deste ponto de vista, mas é claro que esta construção antecipa o ponto de vista que vem posteriormente, o qual considero ser o mais rico, mais critico, o mais nobre, que é o do regionalismo critico, a teoria que nos traz Frampton. Mas é evidente que a Torre Velasca se assemelha muito à Torre de Bona di Savoia do Castelo Sforzesco.

Hoje é diferente, há leis mais rígidas sobre este tema, o que, ainda assim, não impediu a destruição de uma grande quantidade de coisas.

ML: Talvez até pelo contrario não?

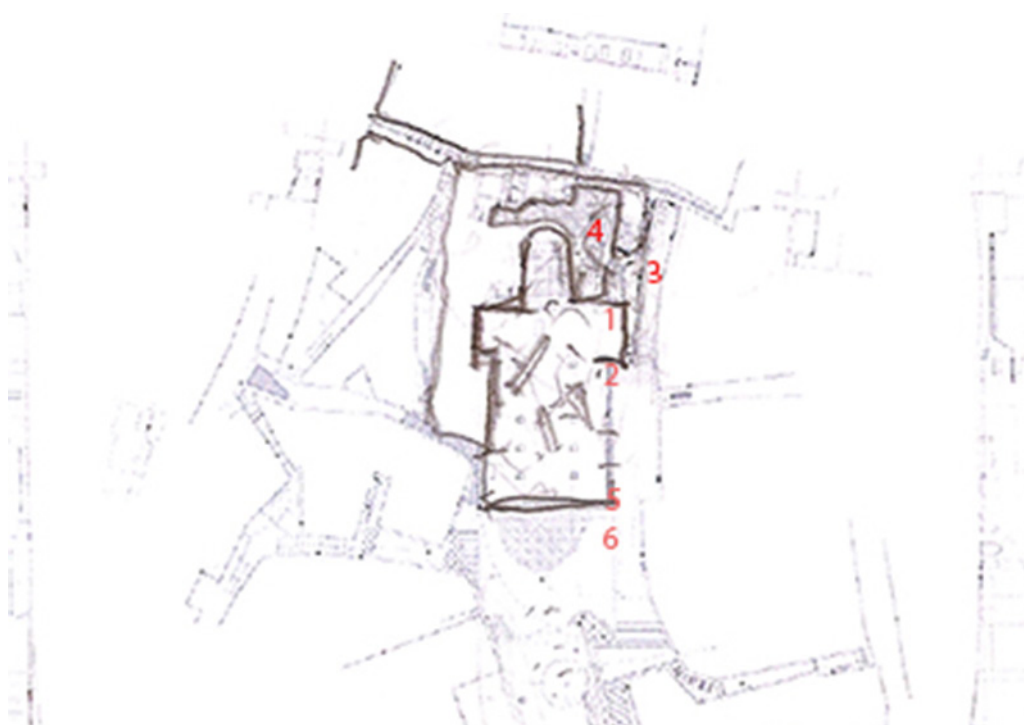


Figura 1. Esquisso de Roberto Collovà sobre a Planta da Chiesa Madre de Salemi e áreas adjacentes.

Figura 2. Passagem adjacente à Igreja. Pormenor do tratamento da ruína como parte integrante do novo projecto.

RC: Sim, eu penso que são demasiado rígidas [as leis]. O que é preciso é trabalhar muito sobre quem faz o projecto, isto é, sobre a qualidade na arquitectura. Tornam-se assim importantes os concursos, os confrontos, e também os exemplos de quem já fez as coisas com um bom resultado.

Penso que esta é uma questão importante, porque todos aprendem, não a fazer um estilo, mas a usar um método de trabalho.

ML: Falando da intervenção na Piazza Allicia, a ruína teve um papel fundamental neste projecto, estou certa? Como receberam as pessoas um projecto desta natureza? Pensando naquilo que falávamos antes, a Memória, a destruição... Quando há uma catástrofe, faz sentido manter estas memórias ou não? Observamos também este discurso em Berlim.

Neste projecto penso que é muito notório que foi objectivo preservar a memória da catástrofe...

RC: Mais importante do que a Memória é, sobretudo, a forma como se processa a transformação. É como quando morre alguém, isto é, no início todos estão muito abalados, mas não se pode estar triste toda a vida. É preciso continuar a viver e é necessário que aquela dor tenha uma transformação, que se torne parte da vida.

Falando das pessoas, eu penso que o que sucede é que cada geração toma uma distância da geração precedente e assume como sendo natureza, aquilo que existe, aquilo que vê, aquilo que encontra, não tem um problema com o passado. Não tem, nem quer ter! E talvez esteja correcto que assim seja.

Penso que este problema seja um exagero. Não é assim tão verdade, como todos dizem, que a Memória tem um papel fundamental. As pessoas acabam por aceitar uma coisa [uma obra], se ela for boa. Eu não me preocuparia tanto com isso. Preocupar-me-ei muito, ao invés, com a qualidade da obra, como disse anteriormente, discutindo ideias, observando criticamente os projectos já realizados, e utilizando isso como um confronto possível... mas não tanto com a questão da Memória. Esta interessa, não pela memória em si, mas porque rompe uma forma de continuidade, sem encontrar uma outra. Aliás, se tivesse encontrado um meio alternativo, eu consideraria isso uma coisa até bastante natural, uma transformação natural.

ML: Neste projecto o sentido era, também, organizar um fragmento da cidade certo?

[Resposta apoiada com desenho do entrevistado_Fig.1]

RC: Sim, como sabes, as coisas eram assim: a fachada da igreja era aqui [1] e a praça era esta [2]. Imediatamente após o terramoto, por problemas de segurança, (a construção era muito pobre. Era uma construção com pedras maiores e aqui um “cimento” feito de areia e pedrinhas... tudo muito pobre) foi demolida uma parte do edifício. Após o terramoto aconteceram muitas coisas deste género, era uma forma de aproveitar para destruir.



Figura 3. Teatro All'Aperto, Salemi. Relação entre os materiais, e entre estes e a envolvente.

Figura 4. Implantação do teatro no *lugar*.

Quando chegamos à obra, encontramos colunas assim [3] e muitas ruínas. Depois toda a construção por trás era enorme!

Tu conheces esta história do workshop *Belice 80*¹⁶⁹?

ML: *Sim sim...*

RC: Bem, este era um dos dois projectos, o outro era o das Caves de Cusa que fez o Siza sozinho. Consistia em três séries de desenhos que representavam um caso oposto, isto é, um exemplo de descrição de um problema sem uma intervenção e, por conseguinte, um exemplo de “anulação” do arquitecto uma vez que se reduz só a uma escolha de itinerário. Os desenhos são a descrição de três percursos em relação aos quais Siza, no final, disse: “1,2,3...melhor este”. No entanto, não se chega a construir nada.

No projecto de Salemi, as primeiras ideias foram desenhar a ruína, desenhar isto [4] e depois pensar “isto não se deve reconstruir” [5].

No ano a seguir deram-nos o encargo da obra e este raciocínio consolidou-se, sendo que a descrição deste quarteirão tornou-se mais completa. Estas eram construções adossadas [6], algumas deviam ser retiradas porque eram abusivas, e libertava-se este espaço [7] formando aqui um pátio. Portanto, o plano previa demolir tudo isto [6] e fazer chegar os carros aqui [7] fazendo aqui um parque de estacionamento de forma a ver a abside.

Bem, a ideia extraída do workshop, que mais tarde se tornou a nossa ideia de projecto, foi: manter esta fachada [4] e esvaziar o interior, (quem quiser entra), forma-se um pátio e daqui se pode ver a abside. Mas esta fachada permanece em pé. De resto a coisa é muito simples: o projecto consiste em fazer cortes horizontais na estrutura que resistiu, tudo em relação com a resistência das partes. Isto funciona tudo junto porque é como uma caixa; estes dois pedaços são ligados e funcionam como contrafortes e este, que é o mais distante de todos, é cortado mais em baixo porque é o menos resistente. Tudo isto funciona como um bloco, como um pedaço de anatomia.

O projecto assenta assim nestes princípios: mostrar a anatomia do edifício e tornar o interior, exterior.

Portanto, este espaço [5], que era o interior da igreja, torna-se um espaço da praça, que não tem mais a fachada aqui [1] mas sim aqui [4]. O problema torna-se até delicado porque isto [1] é da paróquia e isto [2] é da câmara. E foi preciso estar muito atento porque, imagino eu, os padres quereriam pôr aqui [1] um portão... ou até construir uns muros, e fazer uma outra igreja! Felizmente não tinham dinheiro para fazer isto.

A estratégia era portanto esta. A este projecto juntou-se ainda todo o redesenho dos arruamentos, das passagens e do espaço público que o compreende. Aqui por exemplo [fig.2] havia um edifício que queriam demolir e nós introduzimos uma fachada, e mantivemos a esquina, promovendo assim uma transformação tipológica. Estes eram

¹⁶⁹ *Workshop Belice 80* decorreu em 1980 e surge na sequência do terramoto de 1963, que assolou o Vale de Belice nomeadamente a cidade de Gibellina, cujo plano de intervenção é sobejamente conhecido. Neste encontro participaram arquitectos como Álvaro Siza, Francesco Venezia, entre outros.

compartimentos do edifício e tornaram-se abertos pela pérgula; É uma mudança de tipo.

ML: Vemos neste projecto uma grande atenção aos materiais e á sua relação com o território envolvente, o mesmo acontece com o Teatro all'aperto...

[Resposta apoiada nas fig.3 e 4]

RC: Aqui o que usamos foi uma pedra banal, esta é diferente mas é na mesma siciliana. É uma pedra com incrustações marinhas, conchas etc., que se usa para fazer pavimentos; a outra é uma pedra calcária branca com a qual se fazem normalmente os pavimentos da estrada.

Era normal pensar em fazer tudo com o mesmo pavimento, para dar uma união dos dois espaços, porém, como temos esta diferença de cota, visível aqui com os degraus, esta parte é bujardada esta é polida porque aqui não temos veículos, só pessoas.

A escolha dos materiais foi bastante natural; são materiais de uso trivial.

No teatro [all'aperto] também é assim. No projecto original, onde havia maior influência do Francesco Venezia, havia pedra lávica, porque ele a usava sempre nos seus projectos, e até cerâmica... Porém, quando nós continuamos o projecto, eliminamos estes materiais e passamos a ter três: pedra calcária branca, seixo do rio, e uma outra pedra calcária. Também aqui uma escolha bastante pacífica e natural.

Neste caso havia a necessidade duma continuidade porque a forma já era um pouco diferente. Como se vê na imagem, este bairro era bastante degradado.

ML: Não havia também um problema de programa relacionado com o contexto geológico?

RC: Ora bem, nesta zona não se pode construir habitação porque há uma falha geológica. Mas isto é, também, uma estupidez. Foi uma leitura técnica que fizeram há muitos anos atrás, que declarou toda a zona como inabitável, mas que, entretanto, já se podia ter revisto uma vez que hoje já é possível construir em terrenos muito acidentados.

Em suma, só é permitido fazer intervenções deste género, de conservação. Nós propusemos um jardim porque não havia nenhum de carácter publico.

ML: Falando do Arquitecto Álvaro Siza, conhecendo bem a sua obra, consegue identificar algumas das suas preocupações essenciais relativas a esta temática da intervenção no património? Porque normalmente ouvimos Siza dizer que não há uma estratégia comum aos seus projectos, que eles dependem do programa e do lugar, mas penso que isso não será bem assim...

RC: Eu uma vez escrevi, a propósito de Siza, mais ou menos isto: "Siza faz, em cada lugar, um projecto do lugar, mas também um projecto seu". Assim, como aliás deve acontecer, é inevitável que um arquitecto traga qualquer coisa ao lugar. Mas este - trazer qualquer coisa ao lugar- vem do facto de ser capaz de ver o lugar, mas não só aquele... ver também outros lugares. Isto é, cada um de nós teve tantas experiências, fez tantas viagens, viu outras obras... obras modernas, cidades antigas, etc. , que torna possível construir uma espécie de depósito do próprio arquitecto.

Eu penso que tudo depende da conjugação destas duas coisas. E também aqui não

creio na “mística” do lugar... porque depois isso desenvolve a ideia, sobretudo nas universidades, do contextualismo absoluto. Há um meio termo. Todas estas coisas acabam por tornar-se, na escola, uma espécie de ideologia, sobretudo para aqueles que não são assim tão bons e precisam de se agarrar a uma “fé”, de agregar-se a um partido, e dizer que se deve fazer de determinada maneira.

Eu penso que é preciso usar muito a cabeça, e a única maneira é aprender a ver as coisas, aprender a observar. O resto vem com o tempo. Porque se a tua experiência crescer ao longo da vida, através dos acontecimentos, dos encontros, etc., terás mais coisas para dizer.

Mas não, seguramente não me interessa a ânsia daqueles que querem, como tu dizes, meter a sua “assinatura” num projecto, isso não serve para nada.

(...)

ML: Existem diferenças formais entre a arquitectura italiana e a arquitectura portuguesa, isso penso que podemos dizer, agora são diferenças de método, de pensamento, ou... A arquitectura italiana não teve uma progressão linear estou certa?

RC: Essa é uma pergunta muito complexa... Em Itália existe uma espécie de paradoxo: por um lado foi um país que, por um período de tempo bastante amplo, se destacou pelos seus elaborados teóricos de arquitectura, as revistas etc.. Mesmos os arquitectos portugueses, formaram-se com livros italianos! De Zevi, Benevolo, entre outros.

Por outro lado, e disso resulta o paradoxo, esta produção teórica - incluindo, por exemplo, toda a produção de análise urbana de Aldo Rossi, Grassi - embora tivesse tido uma influência enorme na escola, não teve uma equivalente relevância na cultura e na projectação arquitectónica actual. Tornou-se por isso uma espécie de ideologia da escola, o que resultou numa paralisação total.

É verdade que muitas coisas eram interessantes. Eu próprio, muito frequentemente nas minhas aulas, incentivava a leitura dos livros de Aldo Rossi. No entanto, fazia-o com uma certa distância, introduzindo outras práticas. Porque o problema da análise urbana, um pouco como a urbanística é: “depois de ser feita [a análise], como se faz arquitectura?” Como aparece a arquitectura depois da análise? Não aparece! Havia um salto, uma espécie de falha entre a teoria e a prática. E a arquitectura, nesta altura, é sempre muito esquemática. Antes de haver qualquer linguagem, tentava-se teorizar uma espécie de essência de linguagem, que de qualquer forma é uma coisa interessante. Este é verdadeiramente um paradoxo italiano.

Um outro aspecto deste paradoxo italiano é a política. É um país bastante estranho porque é muito avançado do ponto de vista industrial, mas não é igualmente avançado do ponto de vista político, ou por outras palavras, na cultura dos políticos.

Ora, enquanto em países como França, Alemanha, países do Norte da Europa, talvez Inglaterra, a arquitectura ganhou o seu estatuto cultural, em Itália não foi assim.

Por exemplo, no que se refere ao cinema, as pessoas estão muito mais informadas do que sobre arquitectura. Em Portugal as pessoas sabem muito mais de arquitectura do que sabem os italianos. Isto é, os italianos médios, normais, não sabem nada de arquitectura!

Depois há um outro tema que é o da urbanística, para mim o mais desastroso de todos. A urbanística é uma ciência técnica, que se destacou no século XIX, na altura das metrópoles industriais, quando se começou a pensar na organização e funcionamento das cidades. A questão que se coloca é: qual será o seu limite? A cidade não é uma máquina! Não se pode pensar que a cidade possa ser só fundada através do seu funcionamento. Basta observar uma cidade histórica, onde existem coisas que aparentemente estão em conflito, mas que na verdade funcionam bem. Isto quer dizer que durante a história houve processos de adaptação sucessiva e de auto-regulação, que não tiveram necessidade de planos reguladores.

Enquanto que nós agora teorizamos um sistema de planos que são leis. Todas as cidades se fazem fazendo planos... Planos urbanísticos. Mas um sistema de planos que são fundados sobre quê? Sobre o conceito de standard? Sobre o "zoning"? , onde a cidade é feita de partes especializadas por função - aqui faz-se uma coisa, ali outra?! É um conceito, em parte, até lógico, mas depois tudo é parametrizado, ou seja parte-se do princípio que a regulação da cidade pode advir somente procurando regular as quantidades. Exclui-se portanto todos os modelos que conhecemos de densidade baixa, média e alta, o problema da distribuição dessa densidade... não como problema conceptual mas como problema prático. Porque quando esta ciência técnica permanecer só técnica, não se observa mais a cidade, não se vê como continua-la. E este é um problema muito grande em Itália, porque é o sistema de leis urbanísticas que governa tudo.

Mas também isso é um outro paradoxo, porque somos um dos países europeus, a par da Grécia e de Espanha talvez, com maior número de construções clandestinas. Agora, como é possível que um país que tem um sistema de leis urbanísticas, aparentemente um dos mais avançados no mundo, não conseguir regular este tipo de construções? Há qualquer coisa que não funciona...

ML: Voltamos à política...

RC: Não propriamente. Os arquitectos têm também muita influência, pela sua ideia de arquitectura muito individualista e subjectiva. Poucos conhecem a matéria com que é feita a cidade, e poucos estão em posição de observar a cidade, de a descrever, de a explicar... é como um músico que sente intuitivamente a música, e é capaz de a descrever, de a reproduzir, de a trabalhar. Penso que a situação italiana seja esta...

Além de tudo isto, em Itália há a questão dos "benni culturali", gerida por um organismo onde existem muitas pessoas com uma bagagem cultural insuficiente, e que se defendem com um sistema de prescrições que, muitas vezes, não tem razão de ser, que não são capazes de produzir qualidade só por si. A qualidade é uma outra coisa que nasce dum processo complexo, onde qualquer um que é formado para fazer isso, interpreta uma visão colectiva.

E aqui há outro problema: a contemporaneidade. Esta visão colectiva, no mundo moderno, é uma visão "em crise". Ela não pode mais ser unitária como era no século XIX e até ao fim da arquitectura clássica, digamos. No momento em que esta unidade desaba, a visão colectiva deve ser muito mais inteligente ; é uma obrigação que seja

inteligente.

ENTREVISTA
a Roberto Collovà

ML: Em jeito de provocação, falando do Duomo de Siracusa, por exemplo, um edifício com vinte e quatro séculos de transformações, cuja última intervenção, no séc. XIX, introduziu uma fachada barroca deixando porém colunas do Templo Grego à vista... Seria possível fazer um tipo de intervenção destas hoje em dia?

RC: Uma questão importante aqui é que, quando foi feita a intervenção barroca, não havia uma democracia. Todas as intervenções da antiguidade que nós observamos com tanta admiração, foram sempre feitas por autoridades muito concentradas, num mundo em que a estratificação de classes dominava, havendo por isso pouquíssima participação externa. Não estou a dizer que sou apologista dessa ideia, estou apenas a dizer que até ao século XIX, altura em que se criaram os estados burgueses modernos, tudo aconteceu duma outra forma. Isto é, havia um príncipe, um bispo ou um cardeal, um presidente, etc., que decidia como fazer uma cidade. Em Paris aconteceu isto; Pombal fez a mesma coisa em Lisboa. Era muito fácil quando só havia uma entidade com o poder de decisão

A visão cultural é a da classe que naquele momento tem o poder, e é uma visão cultural onde os outros encontram espaço, um espaço definido hierarquicamente.

Este modelo de sociedade ficou em crise, assim como ficou em crise a ideia de classicidade. Depois do modernismo segue-se o Moderno, altura em que a classe burguesa substitui a classe aristocrática. E só mais tarde nasce uma sociedade democrática. E assim se mantém; em Portugal desde 1974, em Espanha também, mais ou menos, desde essa altura, e em Itália, um pouco antes, desde o fim da guerra da libertação dos anos 40. Mas tratam-se de democracias, onde todos podem sentar-se de volta de uma mesa e chegar a um acordo... e isto é mais difícil de aprender porque é preciso ser muito maduro para aceitar.

Eu penso que muitas formas de poder do antigamente, estão dentro desta aparente democracia, que muitas vezes é uma oligarquia, um exercício de autoridade de pequenos poderes, hoje chamados lobbys. Uma verdadeira democracia ainda não existe e a participação acaba por não acontecer porque há sempre alguém no meio que exerce manipulação.

Resumindo, o problema é principalmente um problema político e, além de político, é um problema cultural. Em Itália, pelo menos, eu penso que é assim... o que produz um ambiente muito corrupto.

Em Portugal e Espanha, apesar de terem tido períodos ditatoriais diferentes – em Espanha uma ditadura já capitalista e, em Portugal, latifundiária, mais arcaica-, observa-se a mesma coisa! Alguns modos de agir - vejo até na maneira como as pessoas comunicam entre si-, que eram típicos deste tipo de sociedade mais autoritária, permaneceram usuais. E na verdade eles foram úteis à democracia que veio depois, para lhe dar um corpo, uma sustentação.

Em Itália houve um corte. Depois do fascismo, uma das ditaduras mais duras (que no entanto produziu obras de arquitectura muito interessantes) chegou a Democracia Cristã, uma força que tinha participado na resistência junto com o partido comunista.

Depois de um governo em comum, por seis meses, o partido comunista saiu e a Democracia Cristã governou por 40 anos.

Mas em Itália o problema é sempre muito particular porque temos o Papa. Toda esta atmosfera influencia muito. E depois, outra coisa importante, é o facto de Itália ser feita de um certo número de regiões, todas diferentes, que foram em tempos pequenos principados. Cada região italiana era praticamente um estado e, portanto, seria naturalmente uma confederação [e não um país].

Estamos a falar só de política...

ML: Uma curiosidade... a arquitectura do Sul de Itália é diferente da do Norte? Ou será só uma natural questão de lugar e da influência do mesmo?

RC: É diferente acima de tudo por razões culturais. Por exemplo, na arquitectura moderna, o lugar onde esta era produzida - o centro da Europa substancialmente-, influenciava as regiões do norte, mas não só. Esse processo lentamente foi difundido, em parte através das escolas de arquitectura, até ao sul. Este é um processo de descida lenta de alguns novos modelos até à região mais próxima de África.

Também há razões específicas. Na Sicília há uma característica que conheço muito bem, trabalhei com ela até instintivamente, que é: qualquer coisa, até as coisas não tão belas, através da luz, que não é a luz do Norte, enobrecem-se, tornam-se diferentes.

E talvez isto esteja também na base da classicidade Grega, e depois também na dos modelos Gregos que foram exportados.

Além disso, na região do sul de Itália - Sicília, Campagna, etc. , os templos e construções gregas são maiores que os templos na Grécia! Agrigento, Segesta... são edifícios gigantescos! Há também uma outra dimensão no território, criaram um outro ambiente.

Penso que todos nós temos isto em mente, observamo-lo. Penso que é um aspecto muito diferente da arquitectura do Norte. Mas não quero com isto dizer que há uma arquitectura siciliana, não é isso. Há grupos de pessoas que fizeram mais ou menos escola, mas não é essa a questão. É um problema que tem que ver com as características, como as matérias primas.

(...)

ML: Uma das minhas perguntas, e penso que de muitos na minha condição de estudante, quando iniciei esta prova, era - como se aprende a observar? a fazer um juízo crítico? Porque não há uma regra, talvez seja uma questão de inteligência ou de experiência. E depois há a questão da distância entre o método, e a imagem formal que a obra adquire. O exemplo de David Chipperfield no Neues Museum é muito rico, na minha opinião...

RC: Podemos falar de modelos, no caso da intervenção de Chipperfield no Neues Museum, ali ele faz uma operação, que ninguém falou nas publicações, onde utiliza o mesmo material, com uma espessura de trabalho conceptual muito estreita. Isto é, o mesmo material é cortado como uma pedra, polido e em alguns casos, bujardado em três ou quatro modos diferentes, para fazer coisas diferentes. Quer sejam escadas, ou

uma balaustrada, a sustentação das obras, uma parede, é sempre a mesma matéria. Eu acho isto extraordinário, porque é uma forma de auto-redução do arco criativo.

O arquitectos pensam que, fazendo tudo diferente exprimem-se melhor. Para mim Chipperfield, naquele museu, fez uma obra extraordinária porque podia perfeitamente ter pegado naquele pedaço, e ter feito uma coisa nova, que se visse a 1km, mas não se vê... e não se deve ver, mas não é uma operação mimética!

Por exemplo em Itália, as próprias autoridades receitam, que tudo o que é integrado numa construção antiga, mas que é novo, se deve ver. É ridículo. Imaginem um edifício como o Neus, em que eles dizem: "Queres construir isto, tudo bem, mas tem de ser num outro material, e deve-se notar que é novo". Assim é como se puséssemos a assinatura do arquitecto.

Mas na intervenção de Chipperfield, pelo contrario, o edifício é reconstruído, completado de novo.

ML: O caso do Chiado seria impossível com este tipo de legislação?

RC: É claro que era impossível. Ali há um procedimento conceptual. E há outra questão, a falta de programa, que era uma característica importantíssima. Porque no início decidiram fazer a reconstrução mas, como não havia ainda investidores, ela tornou-se aberta e ia sendo trabalhada, pouco a pouco, á medida que eles começavam a surgir. Portanto devia ter, por um lado, características de uma construção industrial, e por outro, uma forte definição morfológica da zona. Mas a favorecer esta situação veio a própria implantação da zona, bem como algumas escolhas de programa público.

ML: Neste caso do Chiado, há também o modo em que foi escolhido o arquitecto, que foi um pouco controverso. O presidente da câmara fez uma escolha directa. Esta escolha, podia ter sido, também ela, uma catástrofe...

RC: Sim, é verdade, podia. Neste caso vemos aquilo que disse antes, um retorno ao passado, onde a autoridade esta muito mais concentrada. Aqui, a escolha de Siza, prende-se com o facto de ele ter sido medalhado e de já ter um curriculum de grande qualidade.

Sendo o Chiado um problema de carácter nacional, o presidente, (que era de direita se não me engano), assumiu a responsabilidade de o escolher. Uma escolha nacional, não uma escolha académica.

Em Itália, por exemplo, tinham chamado o director de uma faculdade. Seguramente que teria sido assim. Enquanto que ali pensaram: "Quem é o nosso melhor arquitecto? Não me interessa se é de direita ou esquerda, eu chamo aquele porque é o que temos de melhor." - E esta é uma escolha muito inteligente, em parte autoritária, é certo.

Além disso, tratava-se de uma situação de emergência que necessitava de uma visão equilibrada e sensível para aquele problema. Imagina se tivessem chamado o [Ricardo] Bonfill ou o [Tomás] Taveira...[Risos]

ML: Podemos dizer que encontramos similitudes nos princípios de afrontar um projecto desta natureza? Berlim, Salemi, Chiado...

RC: Do ponto de vista do método sim. Depois em cada lugar o problema é um pouco diferente. No Chiado há a questão do programa, do traçado precedente, da “gaiola”, das fachadas que ficaram em pé e consentiram que se construísse atrás... são tudo problemas muito específicos.

Em Salemi, há que dizer ainda uma outra coisa, o confronto [entre as duas obras] não é assim tão fácil porque no Chiado havia a necessidade de trazer a habitação etc., em Salemi, o programa foi feito por nós! Dissemos: “Transformemos o espaço publico!”, aproveitando o facto de não haver recursos financeiros.

ML: Podemos ver, nestes dois casos, que a principal preocupação é o espaço público...

R: Sim, o novo espaço público!

E a propósito do Moderno, eu penso que isto [referindo-se ao obra de Salemi] é Moderno! Porque a praça, não é mais aquela praça histórica, tornou-se uma praça, mas não é um restauro... aquilo não é um restauro! Eu penso que neste momento não nos deixariam fazer aquele projecto, muito menos o do teatro [all’aperto]. O teatro tinha uma ruína, tinha dois arcos, duas colunas, capiteis, etc. . Tu viste que na cena, e isto fiz eu pessoalmente, há uma base, uma coluna e um capitel, que funcionam como uma subversão, se quiseses uma recordação/ memória, e é até algo que nos faz lembrar do terramoto, de certa forma. Mas mais do que isso é uma evocação de um fragmento que não existe mais, e que não se pode reconstituir.

(“Próxima paragem: Coimbra”

Quanto tempo falta para chegarmos ao Porto?

Uma hora, penso...)

[Conversamos ainda sobre o seu novo livro “Piccole figure che passano”, sobre a Malagueira, sobre a casa dos seus pais, sobre lugares e sobre memórias...]

O CHIADO
em discurso directo

O presente anexo é a transcrição de uma entrevista com o arquitecto Jorge Carvalho, que gentilmente se disponibilizou a responder a algumas questões sobre o Plano de Reconstrução do Chiado, do qual foi coordenador da 2ª fase de trabalhos. A entrevista foi realizada no seu escritório, no Porto, no dia 13 de Agosto de 2013, cabendo as questões à autora do presente trabalho e as respostas ao arquitecto Jorge Carvalho.

Matilde Lobo: Sabemos que a relação entre o projecto e a obra nem sempre é uma linha contínua, há contratempos, imprevistos, etc., que fazem com que a imagem final da obra não seja a do projecto. Foi o caso no projecto do Chiado?

Jorge Carvalho: A resposta a essa pergunta depende do que é que se entende que são os limites do projecto. Se entendermos que o processo ainda continua, e que o projecto, a construção, e até possíveis acompanhamentos de evolução da realidade, após a construção formal, fazem parte do projecto, então pode dizer-se que o projecto vai incorporando essas surpresas.

Eu comecei a trabalhar no projecto em 91 e, nessa altura, aquilo que é o documento que juridicamente enquadra a operação, que foi o Plano de Pormenor, estava já elaborado e aprovado e, no entanto, o regulamento que tinha e tem validade jurídica fazia incluir os desenhos que viessem a ser produzidos. A forma como o processo foi gerido contemplava a produção constante de desenhos que acompanhavam o diálogo com os diversos intervenientes. Desenhos esses que iam sendo constantemente revistos, actualizados e produzidos também, alguns deles, como resposta a situações específicas.

A arquitectura pombalina é uma arquitectura de regra que vai desde o quarteirão até à dimensão da cantaria ou aos frisos decorativos e remate dos edifícios. Bom, e como o arquitecto Siza está farto de explicar, quando essa regra encontra a colina, ela vai se adaptando, mas continua a ser muito identificável. Por outro lado, temos circunstâncias que são diferentes em cada quarteirão, em cada casa, em cada utilizador... havia já histórias, uma história composta por pequenas histórias à qual, ou às quais, o arquitecto Siza era sensível e, assim, fazia parte da ideia que essas especificidades fizessem parte do projecto.

Deste modo, não penso que se possa dizer tanto: “havia um projecto e depois ele não foi realizado”. Faz parte do próprio processo ir conhecendo essas especificidades e, portanto, esse desconhecimento faz parte da ideia à partida e vai sendo incorporado no projecto à medida em que se torna conhecimento.

(Para responder a esta pergunta, seria bom fazeres um levantamento no arquivo das datas de emissão dos desenhos e das datas de revisão dos mesmos. Existe uma lista de todos os desenhos e será bom comparar. Talvez possas obter no Gabinete do Chiado algum tipo de registo da evolução da construção. Portanto, as datas em que cada um dos edifícios foi aprovado no seu projecto de arquitectura e as datas em que começou

a construção, correspondência trocada eventualmente, as datas de finalização de construção de cada edifício, etc., e comparar. Refazer uma espécie de cronograma de trabalhos e depois fazer um cronograma de trabalhos do projecto e fazer a sobreposição das duas coisas: trabalho de projecto, e aquilo que estava a acontecer na realidade com os intervenientes do ponto de vista dos seus projectos e do ponto de vista da construção. E essa sobreposição poderá responder a esta pergunta.

Eu diria fazer um diagrama de Gantt, ou 2 diagramas de Gantt sobrepostos.)

ML: Apesar de ter entrado mais tarde nesta obra, em 91, saber-me-á dizer quais eram as principais preocupações do Arq. Álvaro Siza aquando da elaboração do plano para a Zona Sinistrada do Chiado?

JC: Ele não é pessoa, principalmente no escritório, de fazer essas sínteses. Fa-las, normalmente, quando a isso é obrigado, em público. No escritório orienta a sua postura no sentido da produção. O que eu posso dizer vem da minha leitura nas entrelinhas das muitas coisas que ele ia dizendo e, também, de alguns raros momentos de síntese. Raríssimos! E vem, também, daquilo que eu li desses momentos em público.

Eu escrevi recentemente um artigo, aliás com base numa comunicação que fiz num seminário de reabilitação urbana da Ordem dos Arquitectos, Secção regional Norte, em Setembro de 2012, onde pus a tónica numa tensão entre a continuidade e a conservação do património, a transformação que é necessária e esta aparente dicotomia. A ideia de projecto, a meu ver, pode-se resumir num trabalho de síntese que anula esta dicotomia e em que, afinal, com um trabalho aprofundado de conhecimento, de levantamento da arquitectura Pombalina e do Chiado, e das suas histórias, percebe-se que a transformação sempre existiu, e que a transformação que se introduz não corresponde a um corte mas sim, precisamente, a uma continuidade.

Isto parece um jogo de palavras mas, na verdade, é essa a ideia do projecto na prática, e naquilo que é a especificidade da arquitectura na sua execução.

ML: O Arquitecto Siza diz-nos, numa entrevista, que esta obra associou, pela primeira vez, o seu nome à palavra “conservador”; no entanto, quando a estudamos, observamos uma enorme dose de novidade, tanto em pequenos detalhes, como na grande escala das variações programáticas e tipológicas, e mais ainda no método e na estratégia. Partilha desta opinião? Pensa que estas variações não foram apreendidas pelo usuário comum do Chiado? Talvez seja normal que assim seja...

JC: Ele disse isso mas eu não me lembro de existir uma polémica pública acerca de conservadorismo ou vanguardismo do Siza no Chiado. Aliás, o Siza ficou surpreendido quando o Prémio Secil foi atribuído ao edifício Castro & Mello. Ficou surpreendido porque esse prémio tinha sido, até então, atribuído a obras de raiz deixando, assim, o Arq. Siza sem perceber as razões da sua atribuição.

Mas, na verdade, as razões do júri foram, precisamente, a compreensão da importância da anulação dessa dicotomia não se notando assim o interesse numa polémica de se é conservador ou vanguardista.

Portanto, à luz do que são as ideias do projecto, apesar do Siza ter dito isso, penso que em momentos importantes como este, e noutros em que se escreveram artigos

sobre o projecto, a ideia foi compreendida e ele não ficou rotulado de conservador. Na opinião publica não especializada não dei conta, também, disso acontecer... e tu?

ML: Bem, eu parti para a recolha de informação com uma ideia de que a história teria sido polémica e, depois, quando comecei a estudar a questão, acabei por perceber que não houve, por assim dizer, momentos de grande discórdia. Foram só aqueles dias logo a seguir ao incêndio: a questão da maneira como foi escolhido o Arquitecto... as ideias contrárias, as opiniões do Arq. Taveira, etc. mas, de resto, pelo que percebi, penso que o projecto foi mais ou menos bem aceite.

JC: É isso...

ML: Entretanto, neste seguimento, perguntava-lhe se se sentia algum tipo de pressão, por parte da opinião pública, durante o projecto. Talvez na questão dos prazos...

JC: Exacto, a principal pressão que se sentia nem tinha muito a ver com a elaboração do projecto, mas tinha a ver com o arrastamento das obras no tempo, o que teve mais a ver com a lentidão da justiça portuguesa porque, como sabes, os armazéns do Chiado estavam hipotecados, um Banco reclamou a hipoteca, o assunto andou em tribunais muito tempo. Os Armazéns do Chiado eram uma peça muito importante porque formavam uma frente de rua que, estando não executada, ou em obras, estando morta ou, até, a perturbar o espaço público, afectavam a urgência dos restantes proprietários.

ML: À parte desses problemas político-administrativos, havia outros que atrasaram a obra no seu projecto de execução? Alguma questão de natureza técnica ou arquitectónica...

JC: Não, de natureza arquitectónica não, nem técnica, construtiva. Por parte dos construtores tudo correu normalmente, dentro daquilo que é a complexidade de uma obra deste tamanho, que envolve coordenação entre infra-estruturas públicas, espaço público e os privados, cada um com sua obra, movimentos de pessoal, etc. Trata-se de uma operação complexa que tem de ser coordenada mas, enfim, já não era novidade, já se fez em muitos sítios, foi bem coordenada e correu bem.

Aquilo que realmente correu mal, em termos do tempo decorrido, foi o caso do edifício dos Armazéns do Chiado e aquilo que se arrastou até hoje, que é o acesso ao largo do Carmo. Para o qual parece que já existe dotação financeira prevista pela câmara e, portanto, prevê-se para breve a execução dessa obra.

ML: Mas ali havia também condicionantes de natureza técnica, não? Li que houve necessidade de consolidar aquela colina.

JC: Sim, descobriu-se durante o projecto, através de indícios, penso que neste edifício da Escola Veiga Beirão, que a colina não estava consolidada. Isto também coincidiu com a execução do metro. Não posso fazer uma acusação directa mas, como se sabe, em geral, a execução de obras em subsolo desvia lençóis freáticos ou até pressão freática que, por sua vez, vai afectar outros edifícios, fundações etc..

A detecção desse problema coincidiu com o avanço das obras dos túneis do metro sobre esta colina. Mas isso foi resolvido, e a razão pela qual se arrasta até hoje a execução desta obra prende-se, penso eu, com questões de diálogo com a escola.

ML: Falando da interacção e cooperação entre as várias equipas, como é que esta funcionava?

JC: A encomenda da câmara é de um Plano. O Plano detalha tudo o que é espaço público, incluindo fachadas, coberturas, etc. (e lembramos que o espaço público também passou a incluir os interiores dos quarteirões) e, além de detalhar tudo o que é o espaço público e, por inerência, os exteriores dos edifícios, regula também algumas características dos interiores dos edifícios tais como cotas de laje e posições das paredes relativamente aos vãos exteriores, na tentativa de que os espaços interiores tenham alguma naturalidade na sua relação com os vãos exteriores e, portanto, na vivência do que são os interiores dos edifícios.

O projecto também propôs uma estratégia tipo para os lotes de dimensão mais normal, isto é, excluindo os grandes edifícios como os Armazéns do Chiado e o Grandella, estratégia essa que consistia num núcleo central de acessos verticais, de escadas, elevadores e coretes, que se podiam repetir na maior partes dos edifícios que foram destruídos pelo fogo; porque depois há todos aqueles que fazem parte do plano e que não foram destruídos pelo fogo, possuindo assim premissas diversas.

Esse projecto de estruturas, que incluía também uma parede resistente em betão que acompanhava a fachada existente, podia ser adaptado ou, pelo menos, estávamos abertos a que fosse adaptado pelos projectistas de cada edifício. No entanto, o que se verificou é que o estudo provou ser eficaz e na maior parte dos casos foi adoptada a solução proposta.

Qual era a pergunta?

ML: Como é que funcionava a interacção das diferentes equipas, arquitectos, engenheiros, empreiteiros, proprietários...

JC: Ah! Pronto, isto relativamente às soluções de projecto de cada edifício.

Essa é uma pergunta cuja resposta é longuíssima, que se tem de decompor, não tem fim esta resposta...

Eu diria que há o campo das soluções de projecto, quanto à organização espacial interna desses edifícios, ao qual já respondi. Depois existem questões programáticas que são as seguintes: procurou-se reintroduzir a habitação, como sabes, nos dois últimos pisos de cada edifício, excluindo mais uma vez os edifícios do Grandella e dos Armazéns do Chiado e isso é uma novidade que encontrou alguma resistência, digamos por parte dos proprietários, mas esta obrigatoriedade foi sempre defendida pela Câmara, felizmente.

Por outro lado tentou-se, sempre que possível, criar condições para que o comércio que existia antes do incêndio, e que se sabia ter vontade de ali permanecer, pudesse voltar. Temos o caso da infra-estruturação onde se previam coretes com dimensão suficiente onde havia uma confeitaria, por exemplo, numa tentativa de diálogo o mais aberto possível com os proprietários, donos de obra.

Esta programação estava prevista em fichas, edifício a edifício, fichas essas que registavam, em desenho e em quadros de áreas, o programa definido para cada zona e piso do dito edifício.

Por outro lado, com as entidades públicas, houve também a necessidade normal

de coordenar os projectos de infra-estruturas e de coordenar também a sua execução.

A pergunta era?

ML: Coordenação das várias equipas que constituíam a obra...

JC: Os nossos interlocutores eram normalmente os donos da obra e os seus arquitectos. A relação entre os donos de obra e os arquitectos era diferente caso a caso, por conseguinte, nalguns casos, essa relação fazia aparecer mais o arquitecto, noutros fazia aparecer mais o dono de obra. E nós dialogávamos abertamente com quem, de facto, assumia essa responsabilidade da parte de cada uma das obras.

Quanto às várias especialidades, nas infra-estruturas públicas havia os serviços camarários que, em termos de projecto, conhecem bem os problemas e têm de ser coordenados.

Quanto a cada edifício, aquele projecto de que te falei do núcleo de acessos e da estrutura, foi preparado com uma equipa de engenheiros do *Segadães Tavares e associados* estando, portanto, o dimensionamento viável para todas as situações.

A relação com as equipas de projecto muitas vezes tornava-se crítica ou, pelo menos, se não crítica, tornava-se necessário ser mais detalhada no que diz respeito às instalações mecânicas porque o que se passava, normalmente, era o seguinte: o Plano prevê que o espaço do sótão seja destinado a equipamentos de AC ou equipamentos técnicos dos edifícios, no sentido de evitar que esses equipamentos apareçam sobre as coberturas dos edifícios. No entanto, como sabemos, os equipamentos precisam de áreas de contacto com o exterior, principalmente os chillers e/ou as torres de arrefecimento e, portanto, aí põe-se um problema de desenho, um problema de forma dessas aberturas no contexto das coberturas. Por outro lado, alguns dos donos de obra pretendiam alegar que não precisavam desse espaço para os equipamentos do edifício, e pretendiam fazer aprovar outras utilizações. Aí, abertos nós ao diálogo, o que era necessário era eles apresentarem desenhos detalhados do projecto das instalações mecânicas, que é aquele cujos atravancamentos são mais problemáticos e, então, com base nesse dimensionamento detalhado, era possível aferir se se podia destinar alguma parte desses espaços sobre as coberturas para outras utilizações. [risos]

Muitas horas....

[Risos]

ML: Como é que se lida com a carga emocional, com a memória, a destruição, vocábulos tão usados nestes casos? Numa situação como esta, sentiu que havia necessidade de falar sobre isso?

JC: Eu como não estive no início posso falar sobre como se lidou com essa carga emocional numa fase em que ela já não era tão visível. Quando eu entrei aquilo era um enorme estaleiro e o que ainda era visível da catástrofe eram algumas fachadas ainda queimadas.

Há uma carga emocional que não vem só da catástrofe mas vem, também, após a catástrofe, de uma certa ansiedade que é normal em obras destas dimensão. Há

uma complexidade da própria obra, uma complexidade derivada do número de intervenientes, uma complexidade derivada da própria importância mediática da obra, da sua sensibilidade política, que não se encontra em obras pequenas, portanto, isso vai sendo lido nas pessoas com quem se contacta, essa pressão, essa ansiedade de “nesta oportunidade vamos fazer bem”. Mas o fazer bem é diferente para todos e, portanto, o que acontece é as opções de projecto tentarem ser específicas mas com a consciência de que não podem ser uma resposta literal porque, de qualquer modo, esses desejos são muito plurais, muito diversos, e é um equilíbrio muito difícil fazer a síntese desta complexidade.

Fazia parte desta complexidade a memória que alguns dos intervenientes conservavam, mesmo durante a construção, do que era o Chiado. Portanto, digamos que há um lastro de, mesmo nesta ansiedade de “agora vamos fazer bem”, “agora temos oportunidade”, há, de qualquer modo, um lastro que se sente nas pessoas, um lastro dessa memória.

ML: Mas que a transforma até num sentimento positivo, impulsionador de transformação...

JC: A beleza está sempre nos olhos do observador...

ML: Neste sentido pensa que os problemas vigentes na altura foram resolvidos? Passados 25 anos...

JC: Bem, parte dos problemas ainda têm de ser resolvidos com o acesso ao Largo do Carmo. Isso vai fazer com que a rede de espaços públicos, que é suposta reforçar as ligações entre a Baixa e a Alta, funcione plenamente e de forma mais evidente.

Por outro lado, quanto à questão da reintrodução da habitação, eu lembro-me de nos primeiros anos ela ser só relativamente bem sucedida, na medida em que algumas das habitações foram compradas como investimento e não estavam a ser utilizadas. Eu julgo que hoje em dia isso está mais ou menos ultrapassado, mas... não conheço neste momento a realidade para responder a isso.

Tu vais saber isso e depois dizes-me...

ML: O problema que eu penso que continua a existir é o da especulação imobiliária, continuam a ser casas muito caras...

JC: Mas não são utilizadas? Não há pessoas que fazem a vida do Chiado?

ML: Pelo que eu fui falando com as pessoas e observei nas ruas, e até em sites de imobiliária, continua a ser um espaço privilegiado, onde poucos tem acesso, e isso denota-se nas placas “vende-se” que ainda lá estão. Mas isso acaba por ser uma característica transversal ao país... talvez não se possa tirar dados daqui.

JC: Pois é...

ML: Quanto ao edifício Castro & Mello, li que o programa da câmara previa a introdução de tipologias baixas, T1 e T2, e que o Arquitecto Siza não concordava totalmente com esta opção... Ou estou errada?

JC: Eu acho que não...

Que eu saiba não havia um programa da Câmara. Havia um programa para os edifícios que foi proposto pelo Siza, pelo atelier, através das tais fichas de que eu falava. Esse programa, que eu saiba, só previa a utilização (habitação), mas não definia tipologias.

O Siza tinha na cabeça tipologias maiores, não sei se ele explicou isto, mas eu penso que se deve a ele querer um espaço interior com dimensão proporcionada com aquela dimensão de edifícios, com o carácter dos edifícios. Por outro lado, as habitações muito pequenas parecem sempre ter um carácter mais moderno, remetem-nos para um *existenzminimum* que não é bem o carácter que ele pretendia.

No Castro & Mello, a pressão para incluir tipologias mais pequenas veio do proprietário. E estas foram incluídas, em parte.

ML: Daí que eu tenha lido alguma coisa sobre o Arquitecto Siza pensar que este tipo de edifícios, o seu carácter e esta modelação de vãos, tinham mais a ver com tipologias maiores. Talvez fosse então a ideia do proprietário, atrair uma população que eles pensavam que seria mais fácil de fixar, que era uma população mais jovem...

JC: Pois, penso que sim. Eu penso que a ideia é que, provavelmente com duas habitações menores, tu consegues um preço de venda por m² superior. Quer dizer, tu não compras um T4 pelo dobro do preço de um T2, dois T2 valem mais no mercado do que um T4. Penso que, basicamente, o problema é esse.

ML: Isto resultou numa diferença de áreas entre a mesma tipologia que não é habitual...

JC: Sim, sim, exactamente!

Esta irracionalidade das áreas é um assunto interessante, a meu ver. Eu acho que aprendi alguma coisa ao trabalhar neste projecto porque... (enfim, aprendi neste e aprendi em todos... ainda estou a aprender) nós como arquitectos tendemos a arrumar tudo em desenho, de uma forma que não corresponde à realidade. E tendemos a arrumar os compartimentos de uma habitação com proporções que normalmente estão viciadas. E ter espaço com alguma área extra, e com proporções que não se percebem, que são ambíguas entre circulação e estar, acaba por dar muita riqueza às habitações. Conheço uma destas habitações a funcionar e este espaço, aparentemente exagerado, (aponta para o espaço de entrada) funciona muito bem, não diminui a qualidade da casa, pelo contrário. No fundo, as casas não devem ser iguais por ter o mesmo número de quartos. São casas diferentes. Há uma casa maior e uma casa menor que, por coincidência, tem o mesmo número de quartos.

ML: Podemos dizer que as alterações programáticas conduziram, em grande parte, este projecto? Nos Armazéns do Chiado penso que isso é bem visível...

JC: Eu não reduziria a reconstrução do Chiado ao mote da alteração programática. Eu reduziria àquela primeira ou segunda resposta que dei, àquela tensão entre conservação e transformação, e a transformação do programa é uma das transformações incluídas.

A negociação quanto ao programa dos Armazéns do Chiado assumiu muita importância no processo, e porquê essa questão? Caso não se conseguisse uma negociação, e houvesse intransigência de todas as partes, poderia ser um obstáculo à reconstrução do Chiado e portanto, a certa altura, era um assunto que poderia fazer a charneira entre o sucesso e o insucesso da operação. E, de facto, o programa transformou-se claramente com essa negociação que houve, mas essa opção foi partilhada com a câmara. Não sei se respondo à pergunta, qual era a pergunta?

ML: Se num caso como este, em que há alteração do programa original (acaba por ser um edifício cujo programa já foi alterado várias vezes), se nesta fase, como nas outras, é o programa que dita grande parte do resultado.

JC: Se te referes à programação que foi proposta no seguimento do incêndio, sendo uma programação para uso de hotel, ela insere-se na estratégia de introduzir habitação, e o hotel é a habitação adequada a um antigo convento.

A estratégia de introduzir habitação/hotel tem a preocupação de evitar uma especialização funcional e, portanto, grandes variações de vivências daquela zona e, por extensão, até dos centros das cidades.

ML: Bem, hoje em dia com a legislação...

JC: [Interrompe rindo-se] Pois... isso agora... provavelmente teria de se classificar aquilo antes de se iniciar os trabalhos. Teria de se gastar mais tempo e de tornar o IGESPAR cúmplice. Fazer o Chiado hoje é um outro projecto...

A zona sinistrada do chiado tinha edifícios não afectados pelo incêndio e os edifícios afectados pelo incêndio, e a situação perante a legislação da térmica e das acessibilidades é muito diferente num caso e noutro.

A situação dos edifícios não afectados pelo incêndio é muito mais próxima em todos os centros históricos, é onde essa dificuldade de intervenção cria mais impasses.

Nos edifícios que colapsaram, e que foram reconstruídos, foi mais fácil até introduzir isolamento térmico e condições de acessibilidade contemporâneas. A única diferença é que, na altura, não se usavam as espessuras de isolamento que se usam hoje. De resto, provavelmente até está muito perto de cumprir o RCCTE actual.

A principal dificuldade está nos edifícios que se mantêm ocupados e que têm um sistema construtivo coerente, no qual qualquer intervenção é problemática.

Mas realmente, quanto à reconstrução, uma catástrofe generalizada seria a maneira de pôr todo o património a cumprir o RCCTE. [rindo-se]

Eu até diria que a obrigatoriedade do cumprimento do RCCTE e do RCESE nos centros históricos pode constituir uma catástrofe semelhante à do incêndio no Chiado.

ML: Como falávamos há pouco, este Plano fazia parte ou o anseio era que ele impulsionasse um Plano mais complexo que era o Plano da zona da Baixa. Pensa que isso aconteceu? Que houve projectos influenciados por este plano? O Siza diria que não...

JC: [Rindo-se] Ficou o exemplo... eu acho que o modelo do Chiado, e o sucesso do Chiado, ficou sempre como exemplo e está sempre latente em qualquer discussão sobre reabilitação urbana em Portugal, pelo menos.

Se de facto esse exemplo tem mais força do que outras forças... isso de facto tem de ser discutido caso a caso.

Por outro lado, é como tudo na arquitectura, por vezes os exemplos paradigmáticos são depois interpretados e seguidos de forma parcial. Essa parcialidade vê-se segundo diferentes aspectos, em cada realização e em cada situação. Há exemplos em que se valorizou mais a criação de espaços públicos no interior dos quarteirões, há exemplos em que se valorizou mais a questão da resolução do sistema de transportes e acessos, etc..

Mas não estou a referir-me à Baixa de Lisboa, estou a referir-me à influência em centros históricos em geral. Quanto à Baixa de Lisboa... a própria necessidade da Baixa nem precisaria do exemplo do Chiado e, tal como noutras situações, a parte do Chiado que pode ser mais directamente trasposta para a Baixa é a parte dos edifícios que foram intervencionados e que não tinham sido afectados pelo fogo.

ML: Por último, saber-me-á dizer que referências ou que modelos estudava o Arq. Álvaro Siza na altura do Plano?

JC: Ele nunca me falou nisso mas a minha leitura é a mesma que tu já deixaste explícita há bocado quando falaste de Berlim. [Remete para uma introdução que a autora faz no início da entrevista, onde explica o tema da sua investigação]

Na verdade, tornar público os interiores dos quarteirões, não sei se ele o teria feito com a mesma clareza, sem dúvidas portanto, se não tivesse trabalhado antes em Berlim e se não tivesse compreendido bem como é que isso funciona, como é que isso se faz, como é que isso se relaciona com a arquitectura dos edifícios.

Embora haja exemplos disso ao longo da história da arquitectura moderna. Exemplos de formas urbanas aparentemente tradicionais, portanto de rua e quarteirão, mas em que todo o espaço exterior é público. O próprio plano de Barcelona, o plano “Berlarge” de Amsterdão, projectos do Bruno Taut em Berlim nos anos vinte, a chamada “Viena Vermelha”, também nos anos 20... e essas experiências foram, digamos, acarinhadas nos vários projectos da IBA. Portanto, não foi o Siza que levou isso para Berlim, ele contactou com essa linha ao trabalhar na IBA.

Muito obrigada.

De nada, boa sorte!

O CHIADO
em discurso directo

O presente anexo é a transcrição de uma entrevista com o Arquitecto Carlos Castanheira, que gentilmente se disponibilizou a responder a algumas questões sobre o Plano de Pormenor da Recuperação da zona sinistrada do Chiado, do qual foi coordenador nas várias fases de projecto. A entrevista foi realizada no seu escritório, em Gaia, no dia 7 de Setembro de 2013, cabendo as questões à autora do presente trabalho, e as respostas ao Arquitecto Carlos Castanheira.

Matilde Lobo: Sabemos que a relação entre o projecto e a obra nem sempre é linear. Existem contratempos, imprevistos, etc., que fazem com que a imagem final da obra seja, por vezes, diferente do projectado. Foi o caso na intervenção no Chiado?

Carlos Castanheira: Sim, muitas vezes o projecto é só mesmo uma intenção daquilo que se pretende fazer, depois é preciso adapta-lo, sobretudo em projectos desta natureza, quando não há registos suficientes das pré-existências, e onde a intervenção arqueológica deve estar presente.

ML: São conhecidas as questões político-administrativas que dificultaram o processo inicial desta intervenção. Para além destes contratempos, que problemas de outra natureza atrasaram o processo na sua fase de execução?

CC: Contratempos acontecem sempre. Agora houve, sobretudo, para além da parte administrativa, falta de preparação para uma situação desta natureza, que não é frequente e surge inesperadamente.

Houve também alguma resistência, em aceitar aquilo que foi quase imediatamente decidido, que era estruturar o programa em: 1/3 de comércio, 1/3 de escritórios e 1/3 de habitação. A maior parte dos proprietários, pretendiam lucro o mais imediato possível, e efectivamente o valor do m^2 numa loja é superior ao valor do m^2 de um escritório, e o valor do m^2 de um escritório é superior ao de uma habitação. Além disso, dizia-se que ninguém queria lá viver, e pensava-se que com a proximidade do Tribunal, os escritórios teriam muito sucesso. Mas é sempre muito difícil fazer futurismo.

Hoje, vemos um grande desenvolvimento na área comercial, algum desenvolvimento habitacional, e os escritórios estão até a desaparecer! Temos também de ter em conta que as solicitações vão mudando, e a cidade tem que estar preparada para isso, tem de se adaptar.

Havia também o problema do estacionamento. Apareceram várias propostas, algumas entretanto realizadas. Mas era um problema de prós e contras: se eu faço um parque de estacionamento vou criar mais tráfego, se não faço, talvez não crie tráfego porque não há condições mas, mesmo assim, há muita gente que tende a entrar no centro da cidade.

Outra questão muito complicada, com a qual nós tivemos um ou outro contacto,

não ao nível do Chiado mas sim da Praça de Espanha, foi a Banca, e o Siza tinha perfeita consciência disso. Se já era difícil negociar com comerciantes que não estavam em actividade, porque também houve esses contactos, (houve até protocolos que a câmara fez em que as lojas iriam ser entregues aos proprietários originais, obviamente com outro tipo de rendas, para manter essas pessoas no local), imagine-se com a Banca!

Houve portanto, sobretudo por parte dos proprietários, alguma renitência, mesmo já depois da obra construída. Contudo, as questões políticas foram sendo resolvidas, principalmente através do presidente da câmara da altura, que nos deu muito apoio.

ML: Poder-me-á explicar como funcionou essa interacção com os proprietários? O projecto foi bem recebido por todos eles? E como se processou a gestão das respectivas equipas de arquitectos?

CC: Chegou-se a argumentar, logo no início, que a melhor solução seria tomar posse administrativa de toda aquela área (sendo “posse administrativa” uma maneira ligeira de dizer expropriação), mas a própria cor política do presidente da câmara na altura [PSD], não se coadunava com este tipo de intervenções: expropriar, usurpar propriedade privada... Mas eu penso que, em alguns casos, poderia ter sido feito. A coisa poderia ter sido mais célere, sobretudo quando os edifícios eram de empresas e de bancos. No que toca aos privados, cada um com a sua particularidade, acabaram por alinhar.

Havia uma frase, muito famosa entre nós, que utilizávamos para distinguir os dois tipos de intervenção que fizemos: “os ardidos e os não ardidos”, referindo-nos aos edifícios que ficaram destruídos pelo incêndio, e aqueles que não foram grandemente afectados, mas que por razões várias, beneficiariam de intervenção. Estendendo o Plano aos “menos ardidos”, toda a área afectada ganhava. Desses edifícios, entregaram ao Siza, se não me engano, três ou quatro. Os restantes, foi opção dos proprietários desenvolver-los por meios próprios. Alguns proprietários tinham já equipas preparadas, como por exemplo o edifício da *Jerónimo Martins*, que tinha até consultores. Isto transparece que as pessoas tinham ideias próprias, que nem sempre eram as que estavam decididas e aprovadas no Plano.

Houve soluções, na nossa opinião, menos interessantes. O Plano era bastante claro naquilo que devia ser feito, contudo, havia variações que não alteravam muito o espírito do Plano mas que, do ponto de vista estético e tipológico, eram ligeiramente diferentes. Exemplo disso são algumas tipologias de comércio introduzidas, que têm uma espécie de *mezanines*, que se traduz numa relação não tão directa com a rua, como acontecia primitivamente.

O que o Siza fez foi um Plano, e teve a inteligência de não o tornar tão rígido, que impossibilitasse que a construção fosse o mais célere possível. Se ele tomava uma posição demasiado rígida para com os outros projectistas, (promotores como agora se diz), as questões eram capazes de bloquear e depois... “ou vai, ou racha!”, e era capaz de “rachar”. Se a coisa for elástica, conseguem-se obter resultados melhores.

Houve, no entanto, várias situações muito complexas, nas quais não foi possível intervir, como foi o caso dos prédios com questões de propriedade relacionadas com heranças. E aqui sim, era preciso ter coragem de fazer uma posse administrativa. Estou a referir-me, por exemplo, ao edifício de canto junto ao Grandella. Como era uma zona “periférica” [no Plano] pensamos que acabaria por ir “por arrasto”. E foi, mas passado muito tempo. A questão estava completamente “armadilhada” e, soube agora, quando estamos a fazer a 2ª fase, que iniciaram a obra. Portanto eu penso que os proprietários perderam, não só a qualidade, mas também dinheiro. Passaram 25 anos!... mantiveram aquilo ali em “banho maria”, não aceitando as regras do Plano. Atenção, não as negaram completamente! Mas nunca colaboraram...

ML: O arquitecto Siza diz-nos que “estava a espera de mais polémica”. No entanto, é sabido que a decisão de enveredar por este tipo de caminho projectual, não era consensual na altura. Sentia-se a pressão por parte da opinião pública? Como se lida com a carga emocional e as expectativas criadas numa caso como este?

CC: Em 88 eu estava a viver na Holanda, a trabalhar nos primeiros projectos que o Siza lá fez. Vinha cá habitualmente de férias e, naquela altura, estava cá especialmente para entregar o trabalho final de curso. Nessa manhã, acordei e liguei o televisor, um gesto banal, e estava o Chiado a arder.

Por coincidência, estava em casa da irmã do Siza, de quem sou amigo, e que me estava a ajudar nas correcções. Dois dias depois, ligaram de Lisboa à procura do Siza. Ele estava na Galiza, havia a hipótese de um trabalho lá, e chegaria mais tarde nessa dia, para jantar connosco.

Ao fim do dia toca a campainha... era ele. Eu apareci e, enquanto o ajudava a tirar as coisas do carro, dei a novidade: “Olhe que, em Lisboa, andam atrás de si por causa do Chiado!”, [Álvaro Siza:] “Ah não... não pode ser...”.

“Não pode ser porque”, a vivência que havia em Lisboa, do ponto de vista da arquitectura, de certa maneira apoiada pelo presidente da câmara, não tinha nada a ver com o Siza e foi, por isso, uma surpresa.

Bem, logo a seguir ao incêndio, e antes do Siza ser convidado para fazer o Plano, houve uma série de *manifestos* de vários colegas nossos, e isso foi publicado em vários jornais.

Uns diziam que se devia demolir tudo e fazer tudo novo, enquanto outros diziam que se devia reconstruir. Tomás Taveira, Gonçalo Byrne e bastantes outros mais, deram as suas opiniões, todas elas ligeiramente divergentes.

Foi um período díspar no curriculum do Siza porque ganhou, naquela altura, uma série de prémios, e saía todos os dias nos jornais! Foi, talvez, indiferente ao público em geral, mas para a comunidade ligada à arquitectura, não. E rapidamente, quando sai a notícia de que o presidente Abecassis convidou o Siza para fazer o [Plano de reconstrução do] Chiado, é publicada uma entrevista com os arquitectos que tinham comentado o assunto antes, e ninguém teve a coragem de dizer que foi uma má ideia, todos lhe

desejaram imensas felicidades, e tudo mais¹⁷⁰.

Evidentemente que estávamos numa época menos burocrática. Eu penso que seria mais fácil contestar o Siza agora, do que na altura. Hoje, talvez houvesse alguém a levantar uma objecção, a apresentar uma queixa no Tribunal Europeu, quem sabe... Mas, foi uma decisão tomada no momento certo. Se tivessem passado mais algumas semanas, a decisão era capaz de ser “mais a frio”. Foi tudo muito repentino, sendo por isso difícil contesta-la.

Foi só quando voltei da Holanda, em Janeiro de 89, que tomei conhecimento do que entretanto se tinha passado. Havia uma série de correspondência, pessoas que tinham escrito cartas ao Siza a dizer que gostavam muito dele e da obra dele. Outros, pelo contrário, diziam que o odiavam!

Foi nesta altura que começamos a trabalhar a fundo e, quase de imediato, fez-se uma espécie de apresentação pública da situação, na Sociedade Nacional de Belas Artes. Ainda não havia projecto, só intenções, e houve já algumas críticas, mas nada de violento.

Depois o projecto foi avançando, com mais ou menos objecções. Houve algumas decisões da câmara, que não passavam pelo Plano propriamente dito, que também foram muito contestadas. O próprio Abecassis era também alvo de muita controvérsia. Sempre foi, pelas posições políticas que tomava. Mas isso é uma questão banal, seria estranho agradar a todos.

Exemplo disso foi questão do passadiço, que na minha opinião foi uma opção muito interessante porque aquela ligação, do Largo de Camões com a Baixa, era fundamental! Se assim não fosse, as pessoas iriam arranjar alternativas, e essas alternativas podiam enraizar-se, e fazer perder o hábito de passar pelo Carmo.

Esta questão foi muito contestada, mas acabou por ser aceite.

ML: Saber-me-á dizer que modelos ou referências teriam em mente o Arquitecto Siza e a sua equipa?

CC: Uma coisa clara, para quem conhece o trabalho do Siza e o seu método de trabalho, é que ele é exactamente uma pessoa sem modelos.

Isto não quer dizer que não seja uma pessoa de uma enorme cultura. Não extravasa essa cultura do ponto de vista, digamos, académico, porque o que escreve é tão condensado, que é preciso ler “entre, entre, entre” as linhas. Apesar de na sua maioria serem textos muito curtos, dizem muito! Portanto, a teoria que o Siza faz, resume-se à obra que tem, e ao pouco que escreve.

Agora não penso que siga modelos. O que segue é a História da arquitectura.

Ter conhecimento do que é que foi feito em situações idênticas, (porque não há situações iguais), e trabalhar no local, são algumas das regras principais.

Aquela famosa frase de Siza que diz que “a ideia está no sitio”, já foi muito explorada

¹⁷⁰ “O que pensam os arquitectos da escolha de Siza Vieira” (1988) in *Expresso*, 10 de Setembro; ver anexo – Recortes de Periódicos.

e traduzida, mas eu penso que a essência se mantém! E foi com a análise no local que veio a ideia, se é que podemos dizer que houve uma ideia, e com ela a decisão de ir por aquele caminho.

Tudo se resume numa espécie de “cocktail de conhecimentos”.

Muitas vezes, não só no Plano do Chiado como noutros trabalhos que temos com ele, admiramo-nos, e perguntamos: “Mas porquê isto?” e percebemos que fica surpreendido.

Percebe-se que há opções que derivam do conhecimento de modelos, mas o Siza não está a aplicar nem o modelo *A* nem o *B*... se calhar está a aplicar o *AB*, e $2/3$ do *C*! E isso vêm duma perspectiva muito própria.

Por exemplo, quando passeia pela rua, é capaz de parar e tirar um apontamento, copiar *aquela* caixilho *daquela* porta e nós pensamos: “agora chega a casa, arruma aquilo muito bem arrumadinho, e amanhã precisa dum caixilho duma porta, e vai lá buscar!”... Não! Ele não sabe mais onde é que aquilo está... mas ficou o registo.

Portanto, ele sabe que viu qualquer coisa, não sabe exactamente onde, e depois vai fazer uma pesquisa. Essa pesquisa pode ser ir aos cadernos, à procura daquele esquiço ou, por exemplo, ir a um manual antigo de construção. É uma constante procura.

Hoje em dia, há dois tipos de abordagens em relação ao uso de *modelos*: uma é exactamente explicar aos clientes o que é que entendem fazer, mostrando imagens (tenho visto colegas que, para explicar como é que querem fazer o piso duma praça, vão buscar uma fotografia duma praça “não sei onde”, e às vezes cai-se no ridículo, porque é uma peça daqui, outra dacolá, e depois não funciona!); outra é, sejam arquitectos, críticos ou público em geral, procurarem modelos para depois justificar opções – “*Aquilo* é uma casa que eu vi na Sicília” - Se calhar o Siza esteve lá, se calhar já viu a casa, mas não penso que a arquitectura seja feita desse tipo de colagens. As colagens são feitas na cabeça dele, digamos assim, e muitas vezes sem ele saber... Sabe que existem mas não sabe, ou não quer, justifica-las.

Ao contrário de outros arquitectos, tem a sua dose de pragmatismo, mas tem também uma dose de não fundamentar as suas opções, apesar de serem justificáveis.

Uma das atitudes com que muitas vezes brincamos é o facto de, quando o Siza está a fazer um desenho, e nós lhe perguntamos: “Mas porque é que isso é assim?”; ele quase estremece e responde: “Porque eu gosto.”

É uma resposta bastante *fácil*, mas para mim legitima muita coisa. Quando começamos a procurar justificações, iniciamos uma demanda forçada. Há coisas que gostamos e pronto, e às vezes isso é suficiente.

Esse exercício, de saber o que se gosta, é que já não é tão fácil...

ML: E Berlim? A experiência de trabalhar o espaço público a partir de dentro, a organização interna dos quarteirões, não terá influenciado a estratégia adoptada no Chiado?

CC: (A nossa vida é feita de experiências, não é verdade?)

Em Berlim, Siza vê-se confrontado com situações muito desiguais. A principal diferença da operação de Berlim é que o Siza não foi chamado a fazer um Plano, foi chamado a fazer intervenções em partes de quarteirões. E digo *partes* porque a realidade de Ber-

lim tem aqueles vários *layers*: há o edifício da fachada, depois passa-se para um pátio, e depois há outro edifício. É muito interessante.

Logicamente, talvez seja possível extrapolar um pouco e dizer: “Essa utilização que Siza viu como era interessante em Berlim, (não foi ele que a inventou), tentou introduzi-la em Lisboa”; é possível... Mas ele também conhecia os *pátios* de Lisboa! (Em Lisboa chamam-se *pátios*, aqui no Porto chamam-se *ilhas*.)

Contudo, não foi o conhecer os pátios que lhe proporcionou fazer o *pátio A* e o *pátio B*. Foi a análise das cartas e desenhos antigos (com o apoio do Museu da Cidade), da topografia, de todo aquele contexto...

Portanto é um conjunto, na minha opinião, menos linear e mais analítico.

Mas uma coisa muito interessante que aprendi com o Siza foi que, por um lado, porque também não quer dar um salto no escuro, ele não faz nada sem uma análise, mas também não deixa que a análise seja o denominador da decisão.

Apesar de precisar de perceber, entender, conhecer bem o Chiado, começa a esquiçar, também para o compreender melhor, mas ao mesmo tempo à procura de soluções.

É como acontece, às vezes, com o mobiliário. Temos exemplos de esboços em que ele desenha uma cadeira, não direi que não está contente com a cadeira, mas pensa: “Será que não há uma cadeira melhor?”, e continua a desenhar cadeiras, algumas delas completamente tontas, digamos assim, mas são uma espécie de “prova dos nove” se aquela cadeira é boa ou não... Depois, repega nessa cadeira ou, muitas vezes, abandona tudo aquilo e, passado um tempo, volta ao tema “cadeira”. Ele tem lá os esboços que fez, mas vai fazer uma outra.

E a mesma coisa se passou no Chiado. Há ali um estrutura teórica prévia muito grande, mas ao mesmo tempo uma vontade de não querer saber tudo duma vez só, de ir conhecendo, ir testando.

E daí, voltamos à primeira questão. A grande vantagem deste método de trabalho, em que é possível sempre ir adaptando, é a sua flexibilidade. Por exemplo, o próprio Plano escolhido pelo Marquês de Pombal, acabou por ser muito rígido e, ao mesmo tempo, muito flexível! E é isso que é necessário num Plano.

ML: Do ponto de vista estrutural, Siza fala da “gaiola” de betão que substitui a “gaiola” de madeira. Pode explicar-me esta ideia?

CC: Bom, passados tantos anos [desde o terramoto de 1755] devíamos ter aprendido alguma coisa.

Um dos grandes problemas dos terramotos, como agora temos visto, nem se quer é o próprio terramoto. No caso do Japão, por exemplo, foi o maremoto e depois os incêndios.

Naturalmente que queremos melhorar [as condições anti-sísmicas dos edifícios] e houve, em 1755, uma procura de como resolver o problema, e foi então inventada a *gaiola pombalina*.

A *gaiola pombalina* era uma estrutura de madeira e, dependendo do lote do edifício,

uma, duas ou até três, fachadas em pedra. As ruas estavam preparadas de maneira a que a queda das fachadas não interferisse com as fachadas do outro lado. As ruas ficavam cheias de “entulho”, a *gaiola* abanava, mas não ruía.

É uma teoria nunca testada, felizmente [risos], mas inteligente.

No Chiado, o que mais me surpreendeu, foi o facto dos edifícios que estavam sob pedra, (aquilo não era bem pedra, eram arenitos de pouca qualidade, não sei se por questões especulativas, penso que terá sido isso), não terem fundações! Tinham aberto um pequeno buraco e começaram a fazer as paredes a partir daí.

O problema que se punha era que, entretanto, apesar de ter sido possível alguma negociação, foi introduzida a nova legislação. E com isso passou a ser preciso resolver, por exemplo, elevadores e caixas de escadas de segurança, uma questão complicada em virtude das duas funções: terciário e habitação.

Mas depois lá conseguimos, com o apoio dos bombeiros que faziam parte da equipa, arranjar uma espécie de compromisso, em que a habitação partilhava a escada do terciário, o que, segundo a legislação, não era possível. Conseguiu-se então unir as funções, não só de segurança, mas também técnicas, entre outras. Se não tivéssemos chegado a este consenso, a certa altura tínhamos elevadores e escadas e mais nada!

Uma das grandes discussões que houve, foi a de que seria muito mais fácil, muito mais económico, e muito mais seguro, apear todas as fachadas e, depois, reconstruí-las. Aí houve uma determinação muito forte do Siza, que se apercebeu claramente de que, se apeasse as fachadas sem necessidade, (porque havia algumas que estavam muito lesadas e precisavam mesmo de ser apeadas), tudo ia perder o carácter... Íamos passar de paredes que tinham 60/80 cm, 1m, para paredes de 40 cm, o que levaria a uma relação dos caixilhos completamente diferente. Além disso, conduziria a alterações também na vivência ao nível do interior, questão relevante porque a cidade não é só o que se vê por fora, mas também aquilo que se vive lá dentro.

Tudo foi muito complicado e houve, aí sim, uma posição muito forte por parte da nossa equipa, apesar dos promotores quererem fazer de outra maneira, que se baseava na criação de uma estrutura de betão por dentro, que era betonada contra a fachada existente, segurando-a. Apesar de betonada contra a parede limpa, havia sempre algum atrito porque se trata de materiais diferentes, o que fazia com que se mantivesse o mesmo carácter de *gaiola*.

O betão foi o material eleito para a estrutura, principalmente porque é o que está mais enraizado na nossa cultura construtiva (ao contrario do metálico que é quase sempre associado a estruturas industriais), mas também porque responde bem ao regulamento do SCIE, facilita a construção de estruturas não existentes como é o caso das caves, e resolve melhor os problemas acústicos do que outros materiais mais leves, como a madeira.

ML: O Arquitecto Siza diz-nos, numa entrevista, que esta obra associou, pela primeira vez, o seu nome à palavra “conservador”, no entanto, quando a estudamos, observamos uma enorme dose de novidade, tanto em pequenos detalhes, como na grande escala das va-

riações programáticas e tipológicas, e mais ainda no método e na estratégia. A pergunta seria: Prender-se-á esta posição mais com a uma abordagem centrada na História e no contexto, e menos com uma ideia estilística de conservadorismo, ou não foi a posição do arquitecto apreendida pelo usuário comum?

CC: Eu dou-me muito bem com o Álvaro Siza, talvez porque não aceito o que ele faz à primeira. Discuto com ele, discuto comigo próprio, penso sobre coisas... E, apesar de terem passado já 25 anos, lembro-me perfeitamente de algumas questões que discuti com ele. Talvez na minha inconsciente juventude, pus em cima da mesa algumas propostas, e ele foi muito peremptório. Uma delas prendia-se com o Grandella.

Hoje, talvez não fosse possível construí-lo. O Arquitecto [George Demay] entrou por ali dentro, deu cabo de tudo, e fez uma coisa completamente nova e completamente desenraizada do local, implantando um *modelo de moda* que estava a decorrer em Paris. Porém, implantou-o tão bem, com tanta qualidade, que ficou absorvido.

Mas, depois do incêndio, ficou tão martirizado, (o fogo atingiu temperaturas muito altas e houve até pedras que foram cozidas, o ferro então parecia “um prato de esparquite”) que eu cheguei a comentar com o Siza: “É aqui que se pode fazer uma coisa nova”; e ele disse-me: “Não, não, não, tem que se fazer o que cá estava”. E eu aprendi que, na vida, há momentos para tudo. Há momentos para realmente fazer uma coisa nova, e outros momentos em que há que refazer, custe o que custar. E acho que só se deve fazer “coisa nova”, quando realmente a qualidade não existe.

Seria ridículo ter, por exemplo, uma coisa muito feia, muito má, e refaze-la. No Chiado, havia um ou outro “pontapé na gramática”, uma coisa menos bonita, menos bem feita, mas havia uma grande unidade naqueles edifícios... e até qualidade, através dessa unidade. E hoje realmente eu concordo, não concordei no início mas concordei passado algum tempo, e continuo com essa certeza, que a intervenção era de refazer.

Se tivesse acontecido, segundo as imagens que temos, o que aconteceu no terramoto [de 1755], onde a qualidade medieval era pobre (temos agora coisas muito bonitas mas que já foram muito recuperadas, muito salubrizadas, mas no medievo aquilo era tremendo!) a ideia de criar um modelo novo de salubridade, luz, drenagem, etc., faria sentido! O que não era o caso [no Chiado], ainda por cima naquele sítio tão específico.

Em jeito de exemplo, tenho clientes que me perguntam: “Será que eu posso trazer para aqui a cómoda da avó?”, e eu costumo dizer: “Se a cómoda for boa, cabe em qualquer sítio e apaga tudo o resto!”. O problema é a qualidade.

Penso que a solução foi a justa, não se perdeu nenhuma oportunidade e, como disse Siza numa entrevista, (estávamos, talvez, no início da glória da construção): “Não faltam aí sítios para fazer experiências, façam-nas bem.” [referindo-se à periferia], o que não aconteceu.

ML: Um anseio que penso ser vigente, desde o início da elaboração do Plano, era o de que este fizesse parte de um Plano mais completo e complexo, que envolvia toda a zona da Baixa Lisboeta. Pode o Plano do Chiado ter influenciado outros projectos sucedentes?

CC: Por várias vezes nos foi falado em “salvar Lisboa”, digamos assim, chegou até a falar-se em mais do que a Baixa... E aí o Siza foi muito cauteloso... quando falam de

determinados assuntos mas não decidem nada, ele *pura e simplesmente* fica a aguardar.

Entretanto, foram se sucedendo alterações políticas: a seguir ao Abecassis veio o Jorge Sampaio, houve um relacionamento muito bom com ele, com a sua equipa um pouco menos; depois veio o João Soares, as coisas mudaram ligeiramente. Mas o convite nunca foi concretizado.

O Siza aceitou fazer o Plano do Chiado. Contudo, como disse há pouco, houve um alargamento da área, para os tais [edifícios] “não ardidos”. Foi até criada uma associação, que funcionou relativamente bem, onde estavam incluídas pessoas dos edifícios que tinham ardido, e dos que não tinham ardido mas que se aperceberam que aquilo podia trazer alguma dinâmica comercial. Aperceberam-se que seria melhor *ir na onda do que ir contra ela!*

A Baixa apresentava questões muito complicadas, os próprios bombeiros chegaram a levantar a questão de alargar o Plano porque, quando faziam inspecções, detectavam imensos problemas. Mas, como disse à pouco, o convite nunca foi materializado, ainda que a câmara careça de um Plano Geral. Tem umas equipas (agora parece que até foram extintas) que vão resolvendo problemas, mais do que “fazer Plano”.

ML: Mas em relação à pequena escala, por exemplo ao nível do interior dos edifícios, tem conhecimento de projectos que adoptaram as premissas do Plano do Chiado, ou que as estudaram pelo menos?

CC: Alguma coisa com certeza houve. Mas o que eu acho é que, há muita coisa que acontece nas cidades, não por iniciativa da administração, e pela realização de Planos, mas sim pela iniciativa privada, comercial, que vem dar resposta às alterações criadas, duma maneira mais ou menos harmonizada.

No caso aqui do Porto, por exemplo, observemos o fenómeno do turismo: Não foi a cidade do Porto que fez desenvolver o turismo, foi a aceitação da Região Metropolitana do Porto em criar uma plataforma para as companhias aéreas “low cost”, que criaram uma série de turismo, específico é certo, mas que fomentou uma série de actividades comerciais, que surgem para dar resposta a esse fenómeno que, como é típico em Portugal, é feito completamente sem controlo, desencadeando uma crise comercial, (como é o caso dos Hosteis).

Depois há alguns empresários mais dinâmicos, que começam a ver que ali já estão esgotadas as possibilidades, e vão para um sítio mais degradado, onde o aluguer e a compra são mais baratos. E com essa gente as coisas mexem! Já assistimos a “ups and downs” do Bairro Alto, por exemplo.

Mas isto não nada tem a ver com o planeamento, tem sim a ver com uma demografia comercial que é criada. E aí os gabinetes locais, infelizmente, não são mais nem menos do que entidades *pseudo-fiscalizadoras*. Na maior parte dos casos são só, *pura e simplesmente*, atrapalhadoras! Não só porque as equipas não são qualificadas, mas também porque ficam, muito rapidamente, absorvidas pela burocracia.

O Siza tem consciência (ou subconsciência) de tudo isto, por isso, se lhe tivesse sido feito o convite directo, pensava nele. Se calhar aceitava, se calhar não aceitava... Eu já o vi aceitar projectos sobre os quais ele tem consciência que são muito complexos, e onde a intervenção é demasiado penosa para se obter o resultado. Mas, verdadeiramente, é este o objectivo: atingir a qualidade. Se não for essa a finalidade, ele recusa-se a participar.

ML: Pensa que hoje, coma legislação vigente, seria possível fazer um projecto como o do Chiado? Sentiu diferenças em relação a isso com o retomar do projecto de ligação do pátio B às ruínas do Convento do Carmo?

CC: Não. Eu aí quase punha a questão ao contrário – isto só vai ser possível, porque existe a 1ª fase. E digo isto porque, em virtude de se ter feito uma série de regras para o Chiado, que foram construídas e que estão legais porque foram licenciadas, nós, como fomos convidados pela câmara, dona do terreno e entidade licenciadora, estamos a fazer um “prolongamento do Chiado”, [e não uma intervenção autónoma e nova].

E é por isso que nos vai ser possível, por exemplo, fazer as guardas que estamos a fazer! Porém, apesar de ser a câmara o nosso cliente, quando chega a um determinado departamento, o pormenor é chumbado: “A guarda não está bem”; e nós temos que explicar: “Está a ver aquela guarda ali? Esta é a continuação daquela.” Com alguma relutância, lá é aprovado. Chegamos depois à fiscalização... a mesma questão.

As entidades fazem o seu trabalho, mas é, constantemente, uma corrida de obstáculos.

Agora, evidentemente que há algumas coisas que evoluíram, e que temos de ter em conta. (E quando digo evoluíram é na positiva). Umas já tinham alguma raiz, como é o caso das acessibilidades para deficientes: No *bloco A*, havia já alguma preocupação com a questão dos elevadores, também tendo em conta a própria topografia onde se implanta o edifício.

Hoje temos regras mais específicas, que estamos, logicamente, a ter em conta: foi já introduzido um elevador no edifício Leonel, por exemplo. Há percursos em rampa e percursos em escada. Temos consciência que as rampas não são confortáveis para a utilização de uma cadeira de rodas porém, estão previstas alternativas para que se chegue aos mesmo pontos.

Mas depois existe também questão que se prende com a localização. [no Carmo] Estamos numa zona arqueológica muito complexa.

No resto do local de intervenção já foi tudo “esburacadíssimo”, os comerciantes tomaram conta disso. Há, por exemplo, o caso da loja da Ana Salazar, que foi o último projecto a entrar na câmara, já depois das obras feitas, que é do Carrilho da Graça, que vem até abaixo da cabeceira do Carmo, ilegalmente obviamente.

Bem, foi então já tudo escavado, e a arqueologia já está toda estudada. Mas, à volta da igreja não. Ainda tem aparecido uma série de surpresas, toda uma série de coisas que vão surgindo mas estão muito suportadas pelo Plano, porque se não fosse isso, era muito mais complicado.

ML: Em relação a esta 2ª fase, a sua conclusão vai fechar um ciclo muito importante para o Plano do Chiado, uma vez que garante todas as ligações previstas entre as cotas alta e baixa, objectivo primordial deste projecto, estou certa?

CC: Esta ligação era uma das premissas relevantes do Plano. Não foi realizada por razões de algum interesse por parte de alguns dirigentes da câmara.

O *Pátio B* é hoje um beco sem saída. As pessoas que lá entram, vão-se logo embora, porque não se sentem bem. Apesar de haver outro acesso, não é muito perceptível. Tomando como exemplo os centros comerciais, quando há um beco sem saída, essas lojas não funcionam, porque esta questão afecta psicologicamente.

Mas havia também uma coisa que estava a *aborrecer* o Manuel Salgado, que tem muita responsabilidade neste assunto, que eram todos aqueles “barracos” da GNR que ali existiam. Houve, na altura, uns contactos *simpáticos* com a GNR, que permitiram demolir as construções, apesar de não ter sido fácil (e de ter sido pago a peso de ouro).

As pessoas, por vezes, vêm a estes pontos altos e vêm para longe... mas também se vê para baixo! E esta zona estava realmente a precisar duma intervenção. Daí que o projecto se chama: “Pátio B e Terraços do Carmo”.

ML: Vinte e cinco anos passados, o que pensa do Chiado hoje?

CC: Eu penso que o Chiado melhorou muito, mas também melhorou porque as outras áreas não souberam desenvolver-se. Por exemplo, sempre achei fascinante, mesmo antes de começar a estudar arquitectura, aquele intrincado de ruas regulares que é a Baixa. É muito simples mas muito interessante ao mesmo tempo, por causa da hierarquia, por causa dos pisos, por causa das perspectivas...

Dito isto, penso que, apesar de estar cheia de turistas, a Baixa perdeu bastante, até do ponto de vista comercial, muito por teimosia dos comerciantes, favorecendo o Chiado. Esse favorecimento se calhar é uma questão difícil de explicar, porque é tradicional. Não é por acaso que grande parte das boas lojas se localizavam numa subida, que até nem é assim muito fácil de vencer, mas que as pessoas faziam.

Isto é uma diferença grande entre o Porto e Lisboa. Eu não me lembro de passear com o Siza no Porto, e dou grandes passeios com ele em Lisboa, porque não metem muito medo. Obviamente que há algumas zonas mais complicadas, mas descer a Av. da Liberdade, e voltar para trás, não exige grande esforço, porque as subidas são suaves. Aqui, no Porto, é bastante mais complicado.

Portanto, acho que o Chiado ganhou por isso. E se, com o apoio administrativo, souber dinamizar-se, eu penso que irá ser sempre melhor. “Ah mas aquilo safou-se porque foi para lá a FNAC” [diz a opinião pública]. Não, a FNAC foi para lá porque o sítio era bom! Tem malta que estuda o assunto, vêem qual é o melhor sítio, e vão para lá. Se não for vantajoso, não vão!

É preciso dinamismo. A administração tem as suas responsabilidades e obrigações mas, quem lá vive, quem lá faz vida, também as tem.

E realmente há este fenómeno: apesar da topografia não ser muito favorável [no Chiado], as coisas estão a funcionar. Mesmo tendo logo ali abaixo uma coisa *bestial* que é um centro comercial plano e confortável, mas que não está a ser explorado [a Baixa].

Eu costumo dar um exemplo que é o de um café em Oliveira de Azeméis, perto de onde eu vivi, que abriu as portas há 30 anos, com uma decoração já na altura muito discutível, e que continua a mesma! Aquilo obviamente está decadente, são quase só os preguiçosos que lá vão, porque realmente não é possível estar num espaço assim. Se disséssemos: “Ah mas aquilo é uma *Brasileira*... tem uma qualidade *bestial*”; mas não, aquilo não vale nada!

Pelo contrario, vou muito regularmente a Itália, e fico sempre surpreendido, entro num café e está diferente! As coisas têm que mexer! E falta esse dinamismo. São esses tais empresários que falei, que de certa maneira são uma espécie de oportunistas, que se movem de zona para zona, aproveitando os alugueres mais baratos etc., mas que dão essa força, porque são mais tácticos.

Passando para Lisboa, é muito interessante ver uma loja que vende bacalhau, mas se calhar também tem que vender bolinhos de bacalhau, percebes? Não estou a dizer que tenha de perder o carácter mas... em muita coisa somos muito tacanhos, e as pessoas não percebem que não se vende bacalhau da mesma maneira que se vendia há trinta anos.

ML: Eu vivi um ano em Itália, e senti diferenças em relação ao tratamento das problemáticas associadas ao património. Em países de expressão oriental, penso que essa diferença seja ainda mais exacerbada. Trabalhando o arquitecto frequentemente no estrangeiro, o que pensa sobre este assunto?

CC: Tendo em conta a nossa experiência, (falo de mim e do Siza), em Itália, tudo o que envolva o património, eu diria que, não vale a pena trabalhar, porque se encalha imediatamente na *soprintendenza*¹⁷¹ que é uma coisa absurda!

A nossa experiência é mesmo de alguma malvadez! Tivemos um caso em Otranto, perto de Lecce, exemplo disso mesmo. É uma cidade fantástica e estava tudo a correr bem, até termos um encontro com o director da *soprintendeza*, que nos disse: “Aqui ninguém mexe, isto é tudo meu!”, quase literalmente! Nem discussão houve, e a câmara estava interessadíssima! Gerou-se logo ali um mal-estar, até porque, quando se explicou o projecto, estava tudo bem, e afinal de contas, ele já tinha decidido que não o ia aceitar. Isso em Itália é um problema muito grave.

Depois há o problema da qualidade. Eu acho é que eles têm tanta coisa... tem muito mais património do que nós, e algum dele muito mais antigo, e estão, de certa maneira, mais focados em edifícios específicos e nas áreas de protecção desses edifícios.

Bem, sobre isto, tenho um exemplo dum amigo nosso na Sardenha, que fez um trabalho perto dumas ruínas romanas, que têm uma protecção de trinta quilómetros...

¹⁷¹ Organismo periférico do Ministério para os Bens e Actividades Culturais (MIBAC), em Itália, que tutela as operações no património paisagístico, cultural, arquitectónico, museológico, etc..

Trinta!! É a mesma coisa que para fazer um projecto em Gondomar, ser necessário pedir ao IGESPAR autorização, por causa da Sé do Porto... é completamente incompatível.

Eu penso que em Itália a questão é: o que fazer e como fazer. O Siza fez algumas coisas, quase todas elas por acabar. Mostrou que é possível fazer bem, e mostrou que alguns arquitectos locais fazem bem quando fazem com ele. É portanto uma questão de método e de posição, e sobretudo de exigência com a qualidade.

A Ásia, por outro lado, é uma experiência completamente diferente.

O nosso primeiro contacto com a Ásia foi na Coreia [do Sul]. Começamos por fazer um pequeno pavilhão num Parque natural que é uma zona de passeios pedonais, (os Coreanos são vidrados em passeios pedonais. Vê-se aqueles grupos de pessoas super equipadas, parece que são profissionais daquilo), e realmente o único problema que ali havia eram os cemitérios, que fazem parte de uma zona de protecção, mais pela “alma” do que pela arquitectura. Nem as árvores são protegidas... (Outro dia falávamos com o nosso arquitecto paisagista, sobre eles mudarem as árvores de um lado para o outro. Não sei porquê, mas eles pegam num pinheiro e metem-no do outro lado da estrada com uma facilidade impressionante, e aquilo não morre! Se fosse cá morria tudo...)

Eu fui quarenta vezes a Seul. Dessas, fiquei trinta e oito no mesmo Hotel, que é uma torre alta, e todas as vezes tirava, pelo menos, uma fotografia da janela do meu quarto, e é impressionante observar a reconstrução, de novo.

A Coreia [do Sul] é um caso muito específico. Teve vários problemas de colonização, foi várias vezes assaltada, primeiro pelos Chineses, depois pelos Japoneses que foram tramados, deram cabo de tudo, mas reconstruíam.

Depois deu-se a 2ª Guerra Mundial, logo a seguir, a Guerra Civil... uma serie de eventos destrutivos, que tornaram difícil encontrar uma estrutura com alguns anos.

Além disso, devido a um certo dinamismo que foi implementado, vinte anos é considerado muito tempo para uma construção. Portanto, um edifício com vinte anos é considerado velho. É preciso deitar a baixo e fazer novo, porque a procura de espaços e o crescimento da população assim permite. A não ser um ou outro palácio ou convento, que exista nas montanhas, tudo o resto não é classificado.

Já o Japão é diferente, apesar de os critérios não serem os mesmos que os nossos. São muito focalizados em alguns monumentos ou edifícios especiais. Depois há alguns sítios, como o caso Osaka, em que há um núcleo urbano com alguma preservação, quase tudo casas de madeira.

Mas o critério é completamente diferente, por isso é que eles adoram vir á Europa, para ver estas estruturas medievais e até anteriores ao medievo. Esta riqueza que nós temos dos burgos, e também de alguns palácios isolados, onde ainda vive gente, é uma coisa que lá não há.

A China é uma *desgraça* completa. Pequim tem a *Cidade proibida* mas tudo o resto é

novo. Não há esse tipo de preocupações, eles resolvem metendo as coisas nos museus!

Xangai é uma cidade bastante mais interessante, e aí há algum critério. Os Chineses e Japoneses foram muito inteligentes, quando começaram a ver chegar os descobridores, (que é uma palavra um bocado discutível, em vez de os deixarem entrar), criaram postos de transacção.

Macau, Hong Kong e sobretudo, Xangai, fazem parte de uma zona muito rica, desenvolveram-se uma série de colónias: a colónia alemã, a colónia francesa, inglesa etc., e isso é muito interessante. Há, por isso, muitas casas de boa qualidade arquitectónica e construtiva, que agora estão classificadas, ou porque foram dum mercador importante ou outra razão desse género, estando algumas delas transformadas em restaurantes, hotéis, etc.. Há uma vivência interessante, e há muita urbanidade, coisa que noutras cidades não se sente.

No resto do país esta a ser tudo arrasado, com abertura de avenidas e construções novas, e com o abandono dos centros, que consideram velhos. Quando querem fazer novo, fazem fora! Há aqui, realmente, um problema, que vai certamente ser estudado mais tarde, de desenvolvimento urbano.

Eu penso que a China, também do ponto de vista antropológico, é um caso a estudar... penso que ainda não se aperceberam do problema que é, uma sociedade sem irmãos.

E em relação aos problemas urbanos, estão agora a fazer uma coisa que eles chamam de “renovação urbana”, que no fundo é deitar tudo abaixo, fazer tudo novo, e por uma *capa* igual ao que havia. Mas lá dentro não tem nada a ver, e depois, aí sim, aplicam modelos a imitar.

ML: Pois, eu ouvi uma história, penso que acerca da muralha da Coreia do Sul, em que uma porta de madeira ardeu, e eles reconstruíram-na em betão e pintaram-na de castanho, a imitar a madeira...

CC: Pois, e depois até dizem: “Então mas esta porta até vai ficar melhor... nem apodrece! Está bestial, e está igual à outra!”...

[Risos]

Muito Obrigada.

Nada, espero que te tenha ajudado.

O CHIADO
em discurso directo

O presente anexo é a transcrição de uma entrevista com o arquitecto Álvaro Siza, que amavelmente se disponibilizou para discutir algumas questões relativas à sua intervenção na operação de reconstrução do Chiado, bem como outras de carácter mais lato que se relacionam com o tema da cidade e a sua transformação. A entrevista foi realizada no escritório do Arq. Carlos Castanheira, em Gaia, no dia 7 de Setembro de 2013, cabendo as questões à autora do presente trabalho e as respostas ao arquitecto Álvaro Siza.

[Esta entrevista foi realizada com o conhecimento prévio do tema principal a abordar. Assim, sem que fosse feita nenhuma questão, o arquitecto introduziu a conversa expondo os princípios que julga serem de maior relevância.

A liberdade decorrente deste tipo de discurso inicial, parece-nos enriquecer a análise do documento, na medida em que nos é possível observar as verdadeiras razões e motivações do caso em estudo.]

Álvaro Siza: Eu fui confrontado com a notícia [do incêndio] e explicaram-me, logo no dia seguinte, que o que tinha ardido, ou ainda estava no rescaldo, era a zona do Chiado.

Mais tarde saberia que ficaram destruídos, ou parcialmente destruídos, dezoito edifícios. Todo o interior ficou destruído e algumas das paredes exteriores, em pedra, resistiram.

Isso incluía dois grandes edifícios: o [Armazéns do] Chiado e o Grandella, onde aliás começou o incêndio. E o resto, os restantes dezasseis edifícios, eram arquitectura pombalina, a mesma arquitectura da Baixa Pombalina.

O Chiado está na transição da Baixa Pombalina com o Bairro Alto mas, arquitectonicamente, é idêntico à Baixa.

A diferença principal vem da topografia. Isto é, quando a quadrícula da Baixa pós-terramoto encontra as encostas, as colinas do lado do Castelo e do lado oposto, tem que inflectir, tem que procurar a forma de vencer esses desníveis e, em alguns casos, o traçado hesita mesmo na forma como é concluído.

Esta condição viria a revelar-se essencial para a condução do projecto, para o seu conceito. E é um caso muito especial porque a Baixa e, na sua sequência, também o Chiado, foram projectados globalmente. Existem edifícios e ruas inteiras do Séc. XVIII desenhadas nos arquivos da câmara e, pode dizer-se, que são edifícios pré-fabricados. Isto é, os elementos eram feitos fora de Lisboa (caixilharias, varandas, elementos em pedra, entablamentos) e trazidas para as obras, sucessivamente, à medida do necessário.

De maneira que, na minha interpretação, e julgo que não só na minha, trata-se de um grande edifício pré-fabricado, e isso tem muita influência na atitude ou opção tomada que, de resto, corresponde à opção da câmara, imediatamente após o incêndio, por unanimidade.

De maneira que, fui surpreendido com um telefonema do Eng. Abecassis, que me convidou para tomar conta do Plano e do projecto. E o que fiz, logo de seguida, foi ter uma conversa com os colegas da OA¹⁷² (porque estava em curso uma iniciativa no sentido de se fazer um concurso), dizendo-lhes que tencionava aceitar o convite porque o concurso me parecia não ser uma boa solução, visto que, era simples de prever, seria necessário uma negociação com toda a gente que habitava ou tinha actividade ali (habitantes a viver quase não havia, mas com proprietários, inquilinos, etc....).

Até porque, outra decisão tomada já pela câmara, era a de não proceder à expropriação mas sim, negociar ou tornar os proprietários responsáveis pela recuperação dos edifícios.

Eu concordei com ambas as opções, que correspondiam exactamente ao que eu pensava porque: por um lado, o facto de haver dezoito edifícios, aos quais depois se anexaram mais três, a fazer parte daquele conjunto unitário, não justificava outra coisa que não fosse a reconstrução desses edifícios; por outro, pensava que a expropriação traria um vazio prejudicial no trabalho da reconstrução abrangente e, portanto, seria melhor haver sempre gente directamente interessada na zona.

Achei também muito inteligente a decisão que foi tomada, imediatamente, pelo presidente da câmara, o Eng. Abecassis, de construir uma passagem elevada para as pessoas circularem, que permitiu que os trabalhos de acesso aos lotes de máquinas e de trabalhadores se fizessem sem problemas e, ao mesmo tempo, não fosse interrompido aquele percurso tão importante de ligação da Baixa ao Bairro Alto, a parte alta da cidade.

Isto teve o resultado pretendido: nunca houve um vazio, em nenhum aspecto, e sempre houve o fluxo de gente indispensável, até para não afectar o comércio e, por outro lado, permitiu que as pessoas assistissem à reconstrução: paravam a ver o que se passava e davam a sua opinião.

Isto que estou a dizer está associado, como introdução, àquilo que foi a estratégia de trabalho.

O Plano de reconstrução, incluindo as propostas para cada edifício, foi feito num tempo bastante curto.

Chamei o [Carlos] Castanheira (que já tinha trabalhado comigo na Holanda), que prontamente se dispôs a voltar para Portugal e fazer parte da equipa.

Esse Plano incluía propostas para a intervenção naquela tipologia, mantendo ou reconstruindo as frentes dos edifícios com as características que tinham, o que passou (com muito estudo de pormenor, isso feito já depois do plano, no esquema de intervenção portanto) pela introdução dos ascensores e a distribuição do programa, que era também uma decisão da câmara com a qual eu, mais uma vez, estava de acordo, porque era a reintrodução da função habitação que quase tinha desaparecido.

¹⁷² Denominada *Associação de Arquitectos Portugueses*, à altura

Mas incluía, também, outra coisa que, no fundo, é o essencial da intervenção planeada, ou seja, as relações com as zonas envolventes que, como dizia há pouco, nalguns casos tinham sido interrompidas por causa da tal hesitação da grelha [pombalina] ao chegar a topografia, por condições físicas diferentes.

Isso, no que foi indicado já no plano, passa pela abertura de uma nova escadinha, que vem no prolongamento das escadinhas de S. Francisco, e que liga à Rua do Crucifixo, aproveitando uma zona dos Armazéns do Chiado, que se verificou ter sido uma apropriação. Como consequência do incêndio, verificou-se que era mais atrás que estava a fachada do edifício, intacta, com as molduras e aberturas, o que permitiu esta nova ligação à Rua do Crucifixo complementada, com maior eficácia, pela possibilidade que houve de negociar com o metropolitano, cuja construção estava já decidida, os acessos na praça onde é *A Brasileira*, através de uma ligação em túnel à Rua do Crucifixo, actualmente muito influente.

A Rua do Crucifixo era a última rua da Baixa. Era uma rua de serviço, das mais pobres daquela zona, e passou a ser a rua do movimento: é ali que chegam e partem as pessoas que saem do metropolitano. Por outro lado, permite pelos mesmos túneis e escadas rolantes que existem, uma ligação entre a Baixa e a parte mais alta do Chiado, que vem complementar a que existia já, muito antes, dentro do Grandella.

Havia também um aspecto importante, que só agora está a ser realizado mas que estava já previsto no plano, que é a ligação ao Carmo.

É uma história interessante para mim porque, nos dias seguintes ao incêndio, quando eu passeava por ali entre as ruínas, chamou-me a atenção a presença do portal Sul da igreja do Carmo, que tinha ficado a descoberto com a destruição das coberturas todas dos edifícios sobre a Rua do Carmo, e pensei, olhando para aquele espectáculo, que estava mesmo a pedir uma ligação cá abaixo, o que mais tarde verifiquei que era uma leitura correcta, porque tinha um precedente histórico: pode ver-se numa gravura antiga, uma escada que descia lá de cima do convento do Carmo.¹⁷³

De modo que, ao princípio, pensei que era uma representação minha, mas, realmente, estava escrito no lugar, com aquela força, aquela inércia que têm as intervenções passadas, mesmo quando destruídas.

Depois do terramoto, essas escadas não foram refeitas e, em vez disso, os edifícios sobre a Rua do Carmo tinham crescido até bater no muro de suporte da colina.

Como uma das necessidades ou condicionantes do programa era a função habitação, e essas casas não tinham ventilação transversal, tinham uma grande profundidade e sem condições de salubridade, eu pensei em encurta-las, deixando por trás um pátio. E, como é evidente, os muros transversais desse casario são os próprios contrafortes do muro de suporte, de maneira que, para fazer isso é necessário fixar com pregos, um trabalho de engenharia que foi difícil.

Há outro pátio, do outro lado da Rua Garrett, mas esse porque no interior do bairro havia barracos e construções posteriores, armazéns etc., que entretanto

¹⁷³ Ver figura 49, pp.70

tinham também ruído.

O interessante desta sequência é que, com o que se vai completar agora, é possível, desde o Largo do Carmo, descer por um sistema de rampas e escadas, e um ascensor que já está lá, e vir até à cota do pátio por detrás da Rua do Carmo [*pátio B*], e esse pátio tem exactamente a cota de uma saída sobre a Rua Garrett.

Portanto, é muito fácil vir cá abaixo, e completa-se um percurso interessante, sobretudo do ponto de vista turístico, que é subir o elevador de Santa Justa e, depois, descer até cá abaixo. Mas, sobretudo, multiplica a possibilidade de movimentos fáceis naquela zona, e de ligação às zonas vizinhas.

Essa saída, para a Rua Garrett, vinda desse pátio que chamamos o *pátio B*, está quase em frente ao acesso do outro pátio, que chamamos *pátio A*, onde por sua vez, há uma ligação à Rua Ivens. Da mesma forma que, a meio do pátio anterior, também há uma ligação, uma escada, a meio da Rua do Carmo (portanto, implicando uma menor diferença de nível, uma vez que a Rua do Carmo vai subindo e a meio já não é grande a diferença de nível para o pátio).

Isto, completado pelas escadinhas de São Francisco, pelo ascensor e pelo metropolitano, mostra como realmente se multiplicaram as relações e as possibilidades de movimento, que tem interesse tanto do ponto de vista do conforto, como do ponto de vista das actividades na zona. E, para mim, é esse o ponto mais importante.

Havia uma polémica em que alguns entendiam que esta era uma oportunidade para introduzir o Moderno mas, como disse antes, eu achava que não.

Era como me cair este botão [aponta para o botão branco, da sua camisa branca] e eu pôr um botão vermelho... eram dezoito edifícios (depois acabaram por ser vinte e um) para recuperar!

Por outro lado, existia o próprio programa da câmara [que ia no sentido de optar pela reconstrução dos edifícios], portanto havia aí um princípio.

Bem, a primeira coisa que se fez foi a consolidação das paredes que não caíram com umas estruturas temporárias em ferro. Algumas não se puderam aproveitar e, portanto, tiveram que ser refeitas.

O que se fez, no fundo, foi uma “gaiola” moderna, com diferentes matérias. Há uma estrutura independente outra vez [referindo-se à “gaiola pombalina”, desenhada depois do terramoto de 1775], mas com muito poucos apoios. Portanto, é uma planta muito aberta, o único apoio é, praticamente, um núcleo central com escadas e ascensores.

Como a escolha dos arquitectos a executar as obras era livre por parte dos proprietários, havia, naturalmente, um regulamento.

O essencial do regulamento, para além do que traz o regulamento geral, era o respeito pelos vãos existentes. Não era permitido, como nessa altura se fazia por vezes, fazer-se uma segunda fachada para depois trabalhar livremente as divisórias interiores. Essas tinham sim, que conseguir coincidir com os planos da fachada.

Bom, e depois foi todo um trabalho de pormenorização que agora, aliás, está documentado no livro [Álvaro Siza,] *Chiado em detalhe*.

O que se fez foi um trabalho intensíssimo de desenho do exterior, visto que o exterior, dentro dessa estratégia de manter o Pombalino, foi inteiramente redesenhado pela minha equipa em conjunto com o *Gabinete do Chiado*.

Uma das coisas que eu pedi na altura ao Eng. Abecassis, foi para formar um escritório no local, dedicado à recuperação do Chiado. Para o dirigir, ele chamou uma pessoa muito experiente e, além disso, uma pessoa excelente, que já nos falta – o Eng. Pessanha Viegas, que trabalhava na dependência directa do presidente.

Portanto, não houve ali problemas de burocracia porque o tratamento era directo: havia o director do gabinete do Chiado, a equipa projectista e a presidência, com os assessores que tinha o Eng. Abecassis.

O regulamento implicava também que os dois últimos pisos, ou três, conforme, eram para habitação, dois pisos seriam de escritórios e dois pisos de comércio.

E aqui uma coisa relevante foram as pressões que existiram no início: primeiro os proprietários, na sua maioria, queriam tudo escritórios; segundo, o problema dos parques de estacionamento.

A este último nós respondemos que não era possível escavar e fazer parques subterrâneos, pelos próprios problemas estruturais, agravando os que já existiam mas, também, porque iria criar uma *pressão* na Rua do Carmo e na Rua Nova do Almada, em nosso entender, inoportável.

E, portanto, o que o plano propunha era, na periferia do Chiado, em pontos onde não se punham esses problemas, fazer parques de estacionamento. (Havia julgo que seis a serem discutidos no *Gabinete do Chiado*, dos quais alguns se realizaram, não todos.)

Outra questão que se debateu sobre o trânsito, e com a qual eu não concordava, tinha que ver com a ideia de tornar tudo pedonal. Tive que fazer algumas cedências, como no caso da Rua do Carmo, porque houve muita pressão nesse sentido.

Mas o que devo dizer é que o apoio por parte da câmara, da presidência antes de mais, foi total!

Portanto, foi possível vencer algumas tendências noutro sentido, porque a câmara apoiou o que tinha deliberado como programa e a execução do trabalho. E esse apoio continuou com os próximos presidentes, felizmente, o que nem sempre acontece porque este trabalho atravessou oito presidências [risos] embora tenham sido dez ou doze anos.

Toda a gente dizia - “nunca mais acaba!”. Mas foi, na verdade, muito rápido, e partiu dum Plano definido, também muito rapidamente, (num ano), e portanto, foi um trabalho intensíssimo, apoiado como disse pela câmara, mas também pelo *Gabinete do Chiado* e pelo seu director, e pelo meu gabinete por parte dos colaboradores que participaram

Matilde Lobo: Em jeito de provocação, é sabido que muita gente conotou este projecto, ou conotou-o a si, de “conservador”. Pensa que a obra não foi bem apreendida por parte da opinião publica?

AS: Não, fui eu próprio que disse numa entrevista, não me lembro qual, que era conservador.

Mas conservador tem diferentes significados, porque eu acredito que em termos de evolução da arquitectura, mesmo quando às vezes não parece, há uma grande continuidade histórica. E daí ter dito “conservador”.

Ou seja, oposto à ideia: “vamos inventar uma nova arquitectura”, que foi o que se passou na arquitectura nos anos depois da guerra em certa medida, até para apagar os traumas terríveis - “Cidade nova, para um homem novo”, era tudo novo... E isso, mesmo dentro do CIAM ¹⁷⁴, e nas estratégias iniciais para a reconstrução das cidades destruídas pela guerra. De resto, vinha já de um raciocínio sobre o Moderno anterior, porque na famosa escola *Bauhaus* não havia a disciplina de história, havia uma crença – “tudo novo”.

Mas rapidamente isso mudou. Dentro do próprio CIAM, antes de ser extinto, modificou-se essa posição. Portanto, a consideração da História e da continuidade histórica foi assumida.

Alguns anos de tábua rasa não satisfizeram ninguém. E portanto, os mesmos protagonistas dessa ideia, grandes figuras da arquitectura, mudaram a sua posição perante aquilo que foi a *experiência da reconstrução* [do pós-Guerra].

Maneira que, conservador não quer dizer que seja reaccionário etc.. Agora eu nessa entrevista devo ter dito isso em reacção às vozes que defendiam que o Chiado devia ser aproveitado para introduzir a *nova arquitectura*... o que numa área tão vasta e unitária, seria um grande fiasco.

Quando se discutia isso, eu costumava dizer a alguns colegas: “Há muitas oportunidades para a arquitectura moderna nas novas cidades que se estão a construir. Na periferia não faltam!”

ML: Falou também na importância que o programa tem aquando da intervenção na cidade consolidada. Por exemplo, em relação à obra de Gregotti, no Centro Cultural de Belém, que também foi alvo de polémica, mas ali havia um programa especial...

AS: Claro... No chiado há duas excepções, que foram respeitadas, dentro das mesmas características: o Grandella e o [Armazéns do] Chiado; assim como na Baixa há algumas. Mas, de um modo geral, é um projecto unitário, sólido... muito sólido.

Por exemplo no [Armazéns do] Chiado, a ideia do Eng. Abecassis, com a qual eu também estava de acordo, era fazer um grande Hotel em todo o edifício, e o projecto, o estudo no plano, é nesse sentido. E isso podia ser muito interessante porque existem ainda os desenhos do projecto do Ludovice, o que permitia fazer um Hotel baseado na organização espacial do convento.

¹⁷⁴ CIAM – Abreviatura de Congrès Internationaux d'Architecture Moderne

Mas não apareceu nenhum investidor. A páginas tantas, já em desespero, apareceram uns holandeses, mas que queriam fazer um centro comercial e eu consegui que os últimos pisos ficassem para hotel, que tem aquele terraço com uma vista fantástica sobre São Jorge.

Infelizmente, quando chegou a altura dos interiores, a pessoa que ficou com o Hotel, como de resto é uso hoje em dia, disse-me: “Ah, os arquitectos isso não sabem fazer, vou contratar um decorador.” Contratou um decorador e este fez uma barbaridade, não é...

Mas no CCB houve de facto muitas reacções. Eu lembro-me até que, na altura, escrevi um texto a que chamei “Outro italiano em Portugal”, a propósito do Gregotti, porque se considerava um pecado fazer aquele edifício novo tão próximo dos Jerónimos.

Ora, a fachada próxima dos Jerónimos, aquela que faz o “L” com o CCB, é desenho de um italiano no séc. XIX, (que era um homem que veio para Portugal, para a corte, para desenhar cenários para teatro e, suponho que foi o mesmo que construiu o Buçaco) mas que não era arquitecto. Portanto, não é o manuelino que depois sim, do outro lado, está em toda a sua glória.

Mas, por outro lado, mesmo que fosse o manuelino, ali tratava-se de um edifício com uma força interior enorme, pelo seu desempenho na cidade (como está à vista que tem). E, portanto, esses edifícios têm que emergir naturalmente, e não há que estar a imitar o Pombalino ou o que quer que seja, porque existe uma força própria que não é o capricho do arquitecto, é a própria natureza do trabalho e o seu significado na cidade.

ML: Em relação aos pátios internos e à questão do “público a partir de dentro”, já o questionaram muitas vezes a cerca deste tema, poderá a experiência de Berlim ter tido aqui alguma influência? Talvez não directamente mas o ter contactado com essa realidade...

AS: ... Sim, talvez... sim, talvez. Embora a abertura dos quarteirões seja muito discutível.

Este foi um dos aspectos daquele Plano que foi muito discutido. E é discutível porque não é generalizável.

Eu considero legítimo ali porque era condição inultrapassável, na minha maneira de ver, para conseguir retomar ou propor essas ligações (num sítio de topografia difícil), cómodas, directas, em múltiplos sentidos, para não contribuir para um eventual isolamento da zona, que é vocacionada e foi sempre, uma zona de passagem. Facilitar essa passagem era essencial e, portanto, é um caso especial.

Agora, de um modo geral, a abertura dos quarteirões para espaço público é discutível! E na maior parte das vezes até, na minha perspectiva, é errada.

Por exemplo, agora fez-se isso aqui no Porto, nas Cardosas, e é uma intervenção absolutamente lamentável... - Não, o quarteirão é um quarteirão, e tem um interior.

Em Berlim isso é muito interessante e realmente o conhecimento desses trabalhos não me terá passado ao lado.

É que em Berlim os quarteirões são semiprivados/ semipúblicos. Normalmente há portas que dão acesso ao interior, são quarteirões muito grandes e dentro há sempre, ou quase sempre, equipamentos: uma escola, uma igreja, umas oficinas, ou assim. E à noite é fechado o acesso ao interior do quarteirão. Praticamente em todos eles, mas

sobretudo nessa zona do séc. XVIII, *Kreuzberg, Charlottenburg*.

E portanto, aí há um entendimento entre a disciplina do uso público e do uso privado.

Agora não sou partidário, assim em abstracto, por exemplo neste caso extremo, em mau, do Passeio das Cardosas, da abertura dos quarteirões ao público.

Naquele caso sim, achei que era fundamental.

ML: Quanto à pormenorização das fachadas, podemos dizer que o sentido do estudo seria encontrar uma síntese entre o Pombalino, as necessidades contemporâneas e a sua perspectiva também?

AS: Sim. O que mais reflecte isso, o mais claro, (e que é um problema também muito importante no Porto, e que não está a ser bem encarado, de um modo geral) é que, aquela arquitectura, vive muito de todos os seus elementos, e um deles são as caixilharias.

No Porto, por exemplo, que são fachadas estreitas e entre as janelas há uma curta distância, é importantíssimo a expressão das caixilharias.

Mas, hoje em dia, é necessário e mesmo obrigatório, o isolamento térmico. Ora quando se põe, o que se faz muitas vezes, vidro duplo, as caixilharias mudam completamente porque a sua expressão tem que aumentar muitíssimo.

Portanto, o que nós fizemos foi (também não é uma invenção, é uma coisa que no séc. XVIII já se usava em países do Norte e na Alemanha) criar um caixilho exterior e, depois, outro caixilho no interior. Portanto, existe uma caixa de ar entre os dois que garante o isolamento, sendo assim possível reproduzir a delicadeza das carpintarias daquela altura, e do séc. XIX também.

O segundo caixilho pode ser com um vidro só, não precisa de ter as quadrículas, e portanto nem se nota! Como as paredes são muito espessas, foi possível ter os dois caixilhos e ainda uma portada, que cabe no vão.

E, portanto, conseguiu-se o isolamento térmico mas não se feriu a integridade da arquitectura.

Esse é um exemplo, mas depois há muitos outros. Por exemplo, era necessário introduzir os intercomunicadores nas portas: campainhas, aparelhos de segurança, etc., e tudo isso foi preciso desenhar para que não fosse afectar a expressão da arquitectura.

ML: Ainda neste campo da linguagem exterior, falava com o Arq. Jorge Carvalho, numa entrevista que lhe fiz há cerca de um mês, sobre as dificuldades que ocorreram ao nível do desenho das coberturas... foi um processo complicado!

AS: Bem, foi tudo complicado! [risos]

Só para dar outro exemplo: como as ruas têm pendente, nunca há um entablamento seguido mas, às vezes, são próximos, e aquilo era feito casa a casa, e com aquela liberdade e espontaneidade dos artesãos da época.

Mas hoje não se podia fazer assim. Foi preciso estudar caso por caso para que o encontro dos entablamentos, embora com níveis diferentes, fosse uma coisa rigorosa.

Todo o trabalho da pedra, em geral, exigiu muito trabalho de pormenor.

Além disso, há uma outra questão, que de resto nem acho que tenha ficado bem resolvida em definitivo, porque era muito difícil, que foi a exigência em introduzir o ar condicionado.

Por um lado eu achava que não era preciso introduzir ar condicionado havendo bom isolamento térmico porque Lisboa, mesmo sendo o clima mais exigente do que o Porto nesse aspecto, não tem muitos dias em que seja insuportável estar dentro de casa sem ar condicionado. Ventilação transversal sim, isso é forçoso!

Eu penso que há, em certa medida, uma perda do *saber usar as casas*. Lembro-me de ver num desses Verões muito quentes, em que houve um grande alarme em relação aos idosos (a questão da desidratação, dos perigos do calor, gente hospitalizada) e vi na televisão uma entrevista a um alentejano, de idade na qual o locutor dizia: “Isto é terrível! Como é que o senhor consegue resistir a este calor?” E ele respondeu: “Isto não me custa nada!”. E disse esta coisa, que eu nunca esqueci: “O que é preciso é saber usar a casa, a gente de dia fecha as portadas e mantém a casa quase escura, à noite quando se levanta uma brisa (no Alentejo realmente há uma grande diferença entre as horas do dia) abrem-se as janelas, ventila e mantém-se a temperatura”.

Outra coisa é a espessura das paredes, que hoje também se pode substituir com o isolamento térmico.

Mas realmente a opção do ar condicionado... enfim, não estamos nos trópicos!

E o ar condicionado também tem problemas de manutenção que, normalmente, as famílias não estão em condições de garantir. (E depois a pessoa pode ter na sua casa ar condicionado, sai e apanha com um bafo de calor, porque no escritório onde trabalha não há ar condicionado... constipa-se! Ou vice versa. É mais normal o contrário.)

Mas a pressão para isso foi enorme e, portanto, nós pusemos o ar condicionado na cobertura onde há uns buracos, porque os aparelhos precisam de contacto com o exterior.

E para isso a Baixa, e as encostas do lado, têm um aspecto ingrato: é que as coberturas são como uma nova fachada. Enfim, minimizou-se o impacto.

Mas, por exemplo, no Grandella os aparelhos não se viam, porque estavam num pátio ao fundo da Rua do Crucifixo. E no [Armazéns do] Chiado então, não tinha impacto nenhum. Mas no edifício a seguir, que é o que fica ali nas barbas da passagem de Santa Justa, é um caos! Quer dizer, nós tivemos uma trabalhadeira a tentar resolver esse problema, e os senhores do lado, que não estavam dentro do programa, toca a pôr uma barbaridade! E mesmo no Hotel do Chiado (outro dia estive lá), já apareceram umas coisas que eu não sei porque é que foram lá parar.

Bom, foi difícil, mas a Baixa toda tem esse problema. E quando se encarar a recuperação da Baixa, o problema tem de ser encarado globalmente e com mecanismos de controlo, porque se não aquilo torna-se uma máquina infernal...

Depois há outros exemplos, como este programa recente de recuperação das escolas, que se fez com muito dinheiro, e que teve como imposição ter ar condicionado, (e ar condicionado da pesada, daquele em que as janelas não abrem). Mas eu sei que foi uma imposição, não foi da cabeça ou culpa dos arquitectos, e eu falo à vontade porque não fiz nenhum desses trabalhos.

Ao fim do primeiro mês de despesa, os directores das escolas tiveram que fechar a 'torneira' do ar condicionado porque o custo de manutenção era incomportável e, depois, tiveram que fazer obras para abrir janelas porque, senão, morriam asfixiados.

De maneira que, há coisas sobre as quais é preciso pensar muito bem antes de avançar. Eu tentei não pôr ar condicionado (a não ser no Grandella e no Chiado), mas a pressão era muito grande, diziam que não se alugava nem vendia nada sem ar condicionado, e portanto eu fiz o menos mal que pude, mas não é solução, não é solução... (e julgo que a maioria deles estão parados, senão o condomínio...)

ML: Em relação ao edifício Castro & Mello...

AS: [Interpelando] Não, esse o proprietário quis entregar-me o projecto.

Os dois únicos edifícios que eu fiz foram o Castro e Mello e o outro ao lado, que dá para as escadinhas de São Francisco, do Eng. Chaves. Nesses, desenhei todo o interior, e no do Eng. Chaves, inclusivamente, mobiliário para o apartamento dele.

Em relação aos outros edifícios havia o regulamento: o controle do exterior e a implantação das caixas de escadas, evidentemente, mas depois era o proprietário que escolhia o arquitecto.

Infelizmente, de um modo geral, não tiveram critério na escolha dos arquitectos. O único edifício que foi entregue a um arquitecto de qualidade (ao Nuno Teotónio Pereira) era de uns italianos. Nos outros não havia arquitecto, havia a assinatura do arquitecto.

Foi pena, porque realmente visitando os edifícios percebe-se a diferença.

ML: Eu acho interessante esta questão no Castro e Mello, que sendo apartamentos com a mesma tipologia, têm uma grande diferença de áreas! foi propositado ou tem que ver com uma organização apoiada na modelação dos vãos?

AS: Se eu bem me lembro, há duas casas e depois há um saguão, porque o edifício é bastante profundo e é preciso trazer luz. Em termos da variação, o que era fixo era as paredes virem dar ao vazio, não se podia fugir disso! E depois há diferentes tipos de casa conforme o programa que pedia o proprietário. Mas, de um modo geral, os quartos melhores são para a rua, porque atrás eram os pátios e, portanto, atrás há um ritmo de construção mais apertado e à frente, mais generosidade no espaço.

ML: Era sua ideia, esta de introduzir tipologias menores?

AS: Não, não, era o pedido pelo proprietário. Eu funcionei como qualquer outro arquitecto, em diálogo com o proprietário: este tinha as suas ideias de programa e rentabilidade, e dentro daquilo que correspondia ao regulamento, e que eu considerava

boa organização, é que se fizeram os diferentes projectos. No entanto, as dimensões são bastante boas.

Sabe que nos arquivos da câmara aparecem quantidades de alçados... mas não aparece uma única planta!

Contudo há uma questão importante, é que a modelação estabelecida, permite uma flexibilidade enorme. Eu não tive nenhuma dificuldade em seguir os programas propostos porque realmente é muito flexível a modelação aqui estabelecida, uma vez que os “entre janelas” têm uma dimensão bastante grande, de modo que permite jogar com as necessidades. E, depois, o núcleo estável está no centro, de modo que liberta todo o espaço.

ML: E esse foi o núcleo central desenvolvido pela equipa de engenheiros com vista a ser replicado nos outros edifícios?

AS: Sim, e isso foi cumprido.

Não sei se visitou as entradas no rés-do-chão dos prédios... mas esta [apontando para a imagem da entrada do edifício Castro & Mello] é uma coisa à escala da arquitectura pombalina. Porém houve outros que, cumprindo o regulamento, fizeram coisas mesquinhas. Porque o regulamento não podia desenhar as casas. Cumprindo-se o regulamento não se podia reprovar por *não gostar*.

Q10: Li numa entrevista sua, de 1989, a seguinte frase: “O Chiado é uma espécie de laboratório do qual sairão resultados que talvez não estejam à altura das expectativas”. O que pensa hoje, vinte e cinco anos passados, da mesma frase?

AS: Não sei porque é que disse isso... eu acho que, no campo das expectativas dos diferentes intervenientes, podem, por exemplo, querer voltar a meter uma fachada falsa para dividir à vontade. Acho que é uma coisa criminosa, mas alguém controlará isso... ou não.

Agora, o que foi todo o esforço de pormenorização, mantendo o espírito da arquitectura, e resolvendo os problemas elementares e de conforto, isso acho que é aproveitável!

Se não for aproveitado é um desperdício, *não é*? Foram dez anos de estudo, com a experiência feita e analisável. Pode ser melhorada é certo, mas é um *corpus de formação* que naturalmente pode servir.

Q11: Isso tem também a ver com a questão de este Plano ter sido feito com o intuito de impulsionar outro maior, que era o Plano de recuperação da Baixa, estou certa?

AS: Bem, não foi bem como impulsionador. Como digo, muito desse trabalho que aí está é aplicável na Baixa.

Agora, em determinada altura, eu fui convidado pelo presidente [Jorge] Sampaio para ampliar a intervenção do Gabinete do Chiado à Baixa toda. Eu agradei, evidentemente,

mas disse-lhe que não achava boa solução porque o ritmo era outro. Aqui [no Chiado] é uma zona pequena, numa grande urgência, com um ritmo específico e limitado na problemática, enquanto que na Baixa os problemas são multiplicados: problemas de propriedade, sociais, jurídicos, etc..

De modo que eu disse ao presidente que achava que, para a Baixa em conjunto, devia a câmara formar um gabinete camarário, como tem Alfama, o Bairro Alto, etc..

Portanto, era um outro ritmo, não se podia misturar os dois com prejuízo para ambos, e julgo que é isso que a câmara irá fazer.

Q12: Já fora do tema do Chiado, eu vivi um ano na Sicília, e tive oportunidade de estudar a sua obra em Salemi, fiz também uma entrevista ao Arq. Collovà. Reparo que não fala muito dela, é por falta de solicitação ou não nutre especial interesse pela mesma?

AS: Não, essa obra foi publicada, e bem publicada (já não me lembro em que revista) e, depois, não houve mais solicitação. Mas é uma obra da qual eu guardo grande recordação. Simplesmente foi uma obra que foi interrompida naquelas situações sicilianas: o presidente foi preso com acusações de ligações à máfia, depois veio outro e aquilo encravou, uma série de complicações.

Entretanto o projecto ficou encarregue somente ao Collovà, numa outra zona, a uma cota mais baixa, em que ele trabalhou muito, mas que muito pouco se fez e, a páginas tantas, parou em definitivo.

Aliás, a determinada altura, exigiam mesmo assinar o contrato comigo, e o que eu disse ao presidente de então, que já não era o mesmo: “ Vocês têm aqui um bom arquitecto, e eu não posso vir para a Sicília, isto é um trabalho evidentemente de proximidade, portanto façam o contrato com o Collovà!”.

Mas foi, realmente, muito interessante. Aquilo começou num seminário (o Collovà deve-lhe ter explicado) em Gibellina onde houve uns workshops. O grupo que me ficou adstrito era o Collovà, o [Eduardo] Souto Moura (novíssimo), e o Nuno Ribeiro Lopes.

Foi daí que partiu, depois, o convite do presidente da câmara.

O Collovà ainda lá fez um anfiteatro com o Francesco Venezia que está, julgo eu, abandonado. Mas a praça [Piazza Alicia] e a igreja, julgo que ainda estão mais ou menos conservadas.

Bom, pronto, já lhe contei a minha vida toda...

[Risos]

ML: Muito obrigada, e parabéns que ganhou hoje outro prémio, com o quartel de Bombeiros de Santo Tirso...

AS: Ai já se sabe?! Mas onde é que leu?

Eu só soube ontem, o comandante dos bombeiros é que ficou radiante da vida. Só por isso, valeu a pena.

O CHIADO
em discurso directo

02| Recortes de periódicos

Notas Prévias:

O seguinte anexo representa uma pequena amostra do material recolhido em periódicos datados da altura do incêndio e dos anos subsequentes, correspondentes ao decorrer das obras de reconstrução do Chiado.

A não divulgação do todo correspondente, prende-se com a falta de qualidade de algum do material gráfico/fotográfico, assim como pela inexistência de referências de data em alguns dos recortes, pelo qual pedimos desculpa.

No entanto, julgamos que o enxerto apresentado é suficiente para compreender tanto o contexto da encomenda, como o decorrer do complexo e moroso processo da obra.

As imagens das páginas 170- 187 foram gentilmente cedidas pela Biblioteca Francisco Keil do Amaral – OASRS. As restantes foram recolhidas na Hemeroteca Municipal de Lisboa, no *Jornal de Notícias* (Porto) e no *Público*.

19-2.º E
XODEX

'' R E C O R T E ''
ORGANIZAÇÃO PORTUGUESA DE RECORTES DA IMPRENSA, LDA.

DIÁRIO (O)	Lisboa	26. 10. 1988
BENFICA	Lisboa	
PUBLITURIS	Lisboa	

108

Reconstrução deve ser coordenada por um gabinete especial

— propõe presidente da Associação de Arquitectos

A reconstrução do núcleo destruído da baixa lisboeta é, após a catástrofe, a principal preocupação da Associação dos Arquitectos Portugueses (AAP).

Medidas reflectidas, seguindo o exemplo das que foram tomadas após o terramoto de 1755 pelo marquês de Pombal, coordenadas por um gabinete especial, foram defendidas pelo presidente da AAP, Nuno Teotónio Pereira.

«Não temos projectos feitos, mas temos ideias sobre a metodologia a seguir para a reconstrução», afirmou Nuno Teotónio Pereira, que chamou a atenção para o facto de se tratar de um trabalho que, mesmo feito rapidamente, demorará «vários anos».

Nuno Teotónio Pereira defendeu a criação de um gabinete especial «com muita capacidade operacional e com pessoas competentes nas várias disciplinas». Primeiro, disse, é preciso «avaliar os prejuízos e ver o que se pode aproveitar. A partir daí, há duas opções — ou a reconstrução dos edifícios dentro do mesmo perímetro e mantendo as paredes, ou aproveitar-se para fazer uma remodelação profunda daquela área, com a eventual abertura de novos espaços».

«No caso de novos edifícios, disse o presidente da Associação dos Arquitectos Portugueses, estes devem ter uma expressão actual, nada de imitações dos edifí-

cios pombalinos». Não se deve, no entanto, segundo Teotónio Pereira, «aumentar os volumes de construção».

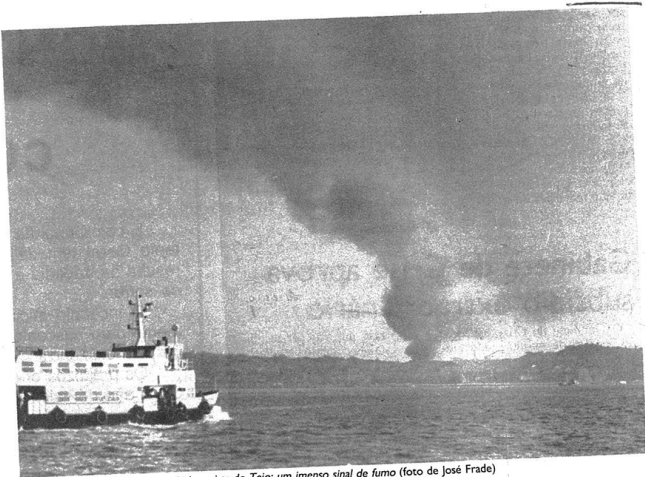
Nuno Teotónio Pereira comentou depois as recentes alterações feitas pela Câmara Municipal de Lisboa à Rua do Carmo (instalação de bancos de jardins e esplanadas) que ontem dificultaram o trabalho dos bombeiros.

«A Associação dos Arquitectos manteve sempre uma posição muitíssimo crítica sobre as obras que considerou descaracterizarem a área». Na altura, recordou, o parecer elaborado pelos bombeiros concluía que os bancos e outras construções «não constituíam obstáculo em caso de incêndio».

«Mas bastava ir à Rua do Carmo durante a semana e ver o pandemónio de gente e de camionetas a descarregar...», disse Teotónio Pereira.

O arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles, vereador da Câmara Municipal de Lisboa, que votou contra as alterações introduzidas na Rua do Carmo, afirmou, por seu turno, que ontem «deveria ter entrado por ali um *bulldozer* e arrasado tudo para dar passagem aos bombeiros para combaterem o incêndio».

Ribeiro Telles criticou a «política errada do Governo», de deixar a baixa lisboeta desabitada. «Se a zona estivesse mais habita-



Lisboa vista do Tejo: um imenso sinal de fumo (foto de José Frade)

da, provavelmente o incêndio teria sido detectado mais cedo e as pessoas teriam combatido imediatamente os primeiros focos de incêndio», acrescentou.

Uma perda muito grande

A conservadora do Museu da Cidade, Cristina Leite, em declarações a «o diário» afirmou, «perfeitamente abalada», que «perdemos um núcleo muito importante da Lisboa pombalina, uma zona de intensa vida comercial e cultural desde o século XIX».

«É uma perda muito grande para a cidade e, por isso, uma perda muito importante para o Museu, como núcleo de investigação histórica», afirmou Cristina Leite que, no entanto, salientou não possuir ainda todos os dados necessários para fazer um balanço do que está perdido.

Trata-se, afirmou a conservadora do Museu da Cidade, de «um revés à recuperação do marquês de Pombal». Cristina Leite lembrou que no terramoto de 1755 a maior parte das destruições resultaram dos incêndios

que se lhe seguiram, facto que fez com que o marquês de Pombal se preocupasse tanto com os guarda-fogos, que existiam naquele núcleo histórico da cidade.

Cristina Leite lembrou que, apesar das alterações sofridas, os armazéns do Chiado, onde se situou o convento do Espírito Santo e, mais tarde, um hotel, mantinham a entrada característica da arquitectura oitocentista. Recordou também que na Rua Garrett, antiga Rua das Portas de Santa Catarina, se situou uma das entradas da cidade medieval.

"RECORTE"
ORGANIZAÇÃO PORTUGUESA DE RECORTES DA IMPRENSA, LDA.

DIÁRIO POPULAR
Lisboa
CARDEAL SARAIVA

5 SET 1988

A.A.P.
Biblioteca

O súbito convite de Abecasis ao arq.º Siza Vieira para planear a reconstrução do Chiado surpreendeu a Associação Portuguesa de Arquitectos. Uma reunião havida ontem esclareceu o papel que ele vai desempenhar, mas a AAP insiste no lançamento do Concurso de Ideias.

CHIADO: ARQUITECTOS INSISTEM NO CONCURSO DE IDEIAS

O convite feito pelo presidente da Câmara de Lisboa ao arq.º Siza Vieira para projectar a reconstrução da parte da Baixa atingida pelo incêndio do dia 25 de Agosto coheu de surpresa a Associação dos Arquitectos Portugueses, disse-nos, esta manhã, o arq.º José Afonso, do Conselho Directivo Regional do Sul da Associação. «Surpresa — disse-nos — não pelo nome, que todos sabem ser de alta valia nacional e internacional, mas porque pressupõe uma alteração ao que já havia sido assente em reunião com a Câmara e outros organismos oficiais estatais.»

Ontem mesmo, o arq.º Siza Vieira teve uma reunião com a direcção da AAP para esclarecimento da situação e do papel que

ele deverá vir a desempenhar.

«A AAP mostra-se intransigente na execução do concurso de ideias aberto a arquitectos portugueses para a recuperação do Chiado e sua zona envolvente. Somos completamente contra a hipótese da organização de um concurso de pré-qualificação com base curricular para o fim em vista. Há uma tendência para os organismos oficiais funcionarem nesta base, mas ela corta a possibilidade de uma maior competitividade entre a classe, em detrimento da qualidade e do aparecimento dos novos valores. Analisam-se currículos e não propostas.» O arq.º José Afonso disse esperar que o presidente da Câmara compreenda esta posição.

«Há, de imediato, uma série de acções a emprender, de estudos sobre os prédios em ruína, sobre aspectos arqueológicos, de remoção de entulho, e muitos outros estudos que não podem esperar e que juntamente com o estudo das intenções dos proprietários e dos comerciantes serão base para um correcto e profícuo concurso de ideias sobre a recuperação do Chiado e toda a zona envolvente da Baixa pombalina. Pois é aqui que entra o arq.º Siza Vieira. Caberá a ele coordenar a recolha e análise de todos estes elementos para que, na altura da abertura do concurso de ideias, esses elementos sejam postos à disposição e assim haver uma melhor produtividade» — esclareceu o arq.º José Afonso.

"RECORTE"

ORGANIZAÇÃO PORTUGUESA DE RECORTES DA IMPRENSA, LDA.

DIÁRIO DE LISBOA

Lisboa

DIÁRIO do MINHO

Braga

-9. SET. 1988

...ra a reconstrução do Chiado

A. A. P.
Biblioteca

ARQUITECTOS PORTUGUESES ESTÃO DE "CORPO E ALMA" COM SIZA VIEIRA — diz dirigente da AAP

Os arquitectos portugueses estão de «corpo e alma» com Siza Vieira quanto às bases programáticas do plano geral de obras para a zona do Chiado — disse esta manhã um dos dirigentes da AAP (Associação dos Arquitectos Portugueses) ao «DL».

A direcção da AAP encontrou-se ontem na sua sede com o mais conhecido de todos os arquitectos portugueses na recuperação de zonas históricas, pouco depois do presidente da Câmara Municipal de Lisboa haver anunciado ser sua intenção convidar Siza Vieira para a recuperação do Chiado.

«Esse ponto não virá a ser polémico, em princípio», afirmou-nos o mesmo dirigente da AAP (arq.º José Afonso), segundo o qual entre a Associação e Siza Vieira há concordância quanto à metodologia a seguir. «Não abdicamos do concurso de ideias», acrescentou o mesmo responsável.

A AAP havia inicialmente considerado — ontem à tarde — não ser «muito clara a natureza» dos serviços a prestar pelo arquitecto Siza Vieira, «na hipótese deste vir a aceitar

o convite» de Abecasis para elaborar o plano geral de reconstrução do Chiado.

Esta posição foi expressa ao princípio da tarde de ontem por Pedro Brandão, secretário-geral da AAP, mas, horas depois, Nuno Teotónio Pereira clarificava a situação, após uma reunião com Siza Vieira que para o efeito se deslocou do Porto a Lisboa.

Já então, a grande questão era esta: que é que o presidente da Câmara Municipal de Lisboa pretende do arquitecto Siza Vieira e se, já noutro plano, tal opção não entraria em contradição com o que ficara acordado. Concretamente, a realização de um concurso de ideias e soluções para a selecção dos arquitectos que vão recuperar o Chiado.

Vereação não sabia

Nenhum dos vereadores da Câmara Municipal de Lisboa sabia que Krus Abecasis iria apresentar aos jornalistas o nome de Siza Vieira como o arquitecto que vai liderar o plano geral de reconstrução do Chiado — soube esta manhã o «DL».

«Foi como que tirar, por artes mágicas, um coelho de uma cartola», disse ao «DL» fonte bem colocada, acrescentando que a indicação, não do nome do arq.º Siza Vieira — cujo mérito, valor e projecção não estão em causa — de uma outra linha de actuação e metodologia, colheu todas as pessoas de surpresa.

Note-se que a realização do concurso de ideias e soluções, ainda sem data, foi marcada em 30 de Agosto, numa reunião entre o presidente da Câmara Municipal e a própria vereação, o Instituto Português de Património Cultural (IPPC) e a direcção da Associação dos Arquitectos Portugueses.

Por isso — disse ontem um dos dirigentes da AAP — logo que teve conhecimento das intenções de Abecasis, Siza Vieira comunicou à Associação que «não tomara posição nenhuma antes de falar» com os seus dirigentes.

«Não estamos ofendidos, pois fomos informados previamente sobre esse convite, embora com antecedência mínima», disse Pedro Brandão ontem à Lusa.

Pré-qualificação não é necessária

A revelação ontem feita por Nuno Abecasis, de que a reconstrução do Chiado passaria por uma fase de pré-qualificação dos projectos de execução dos edifícios pelas equipas seleccionadas pelos proprietários, apanhou de surpresa a AAP.

«Nós não defendemos tal ideia. Quanto a nós, é da maior vantagem o processo de concurso de ideias e soluções», disse José Afonso esta manhã ao «DL».

Concurso esse que, centrado sobre a zona sinistrada, poderia ser alargado às partes envolvidas quanto a aspectos que nela interferiram e em que, como nas demais fases de todo o processo, as equipas premiadas deveriam ser contratadas para o desenvolvimento dos projectos de arquitectura a serem aplicados nos dezoito lotes atingidos pelo fogo.

Resumindo e comentando: entre a AAP e Siza Vieira, depois da reunião de ontem à tarde, há «completa e perfeita sintonia», disse José Afonso ao «DL».

A Associação de Arquitectos

tem, no que toca ao processo de recuperação do Chiado, a incumbência de organizar o concurso público e vai fazer uma reunião para elaborar as bases em que tal concurso se realiza.

Curriculum de Siza Vieira

O arquitecto Siza Vieira, recentemente distinguido com o prémio Alvar Aalto, o mais prestigiado na área da arquitectura mundial, tem no seu curriculum numerosas obras de recuperação de zonas históricas, entre as quais se destacam as do Bairro Judeu de Veneza e do Bairro de Kreuzberg, em Berlim Oriental. Está a dirigir desde 1985 a recuperação da zona histórica de Haia, na Holanda.

A Associação Internacional de Críticos de Arte atribuiu-lhe em 1982 o prémio de arquitectura do ano. Em 1987 recebeu um prémio de arquitectura da Associação de Arquitectos Portugueses e, em 1988, foi distinguido com a medalha de ouro de arquitectura do Colégio de Arquitectos de Espanha, a medalha de ouro da Fundação Alvar Aalto e do prémio «Prince of Wales», instituído pela Universidade de Harvard.

"RECORTES"
ORGANIZAÇÃO PORTUGUESA DE RECORTES DA IMPRENSA, LDA.

CAPITAL (A)

Lisboa

15. VII. 1988

VEREADORES PSD SUBLINHAM CONTEXTO CITADINO

RECONSTRUÇÃO DE CHIADO «NÃO PODE SER ISOLADA»

A. A. P.
Biblioteca

Arquitectos concorrentes com Abecasis

A Associação de Arquitectos Portugueses, por seu turno, considerou «positiva» a indigitação de Siza Vieira como arquitecto responsável pelo plano global de reconstrução do Chiado.

Num comunicado ontem divulgado, a AAC considera Siza Vieira um arquitecto «susceptível de recolher amplo consenso para as acções de elaboração de um plano de conjunto e coordenação dos projectos», mas considera que o processo seguido «não correspondeu inteiramente» ao que ficou acordado com a Câmara Municipal e o Instituto Português de Património Cultural.

Para a AAP, os objectivos a atingir com a proposta que apre-

sentou de realização de um concurso de ideias «não são anulados pela indigitação do arquitecto Siza Vieira», com o qual «manterá diálogo permanente» e cujo trabalho «apoiará».

A Associação defende, como um dos seus objectivos fundamentais no processo de reconstrução do Chiado e de reabilitação da Baixa lisboeta «a garantia de que através deste se considera uma viragem na gestão da cidade em termos da participação correcta e responsável de todos os intervenientes na vida urbana» — afirma o documento.

A AAP considera que o debate se deve intensificar «numa base cultural rigorosa, permitindo o envolvimento empenhado da população na discussão da cidade».

A reconstrução do Chiado «não pode ser isolada do contexto do centro da cidade, nem pode constituir no plano urbanístico uma atitude de excepção», consideram os vereadores social-democratas da Câmara Municipal de Lisboa. Os vereadores do PSD afirmam, em comunicado, que nos últimos 25 anos «o processo de crescimento intersticial e de expansão do centro atingiu proporções preocupantes».

Adiantam os mesmos vereadores que, embora o sector dos serviços seja importante em Lisboa, «a cidade tem que disponibilizar espaço para a actividade terciária», função, todavia, que não pode ser assumida «em prejuízo das condições de vida e de acesso ao centro da cidade».

Mais do que falar em «reconstituição integral ou utilização de novas linguagens arquitectónicas», importa «definir os programas de utilização dos imóveis a reconstruir, as bases metodológicas para o trabalho a desenvolver e os meios a utilizar para a reconstrução do Chiado», consideram ainda os vereadores do PSD.

Requalificar a Baixa pombalina

Para aqueles autarcas, é necessário colocar «sobre bases duradouras um plano de trabalho que vise requalificar a Baixa pombalina e o Chiado».

As derrocadas e ruínas subsequentes ao incêndio «fizeram caducar os contratos de arrendamento» e qualquer legislação especial que vise «ressuscitar» os contratos de arrendamento e manter o valor das rendas «só irá levantar dúvidas e conflitos» e poderá provocar um grande atraso na reconstrução e reactivação daquela área citadina, adianta o comunicado dos vereadores social-democratas.

Segundo eles, resta à Câmara utilizar os instrumentos jurídicos, financeiros e urbanísticos dispo-

níveis ou a criar, «para acordar com os proprietários as soluções que vierem a considerar mais convenientes para esta área da cidade e controlar o processo especulativo».

Visando a requalificação daquela área da cidade, os mesmos vereadores defendem a criação de um gabinete técnico local ou de uma direcção de projecto, tendo como zona de intervenção o Chiado e a Baixa pombalina.

Socialistas criticam atitudes de Abecasis

Em relação ao problema do Chiado, os vereadores socialistas manifestam a sua «apreensão» face às atitudes do presidente Krus Abecasis «em anunciar decisões que não discutiu com ninguém e que não foram objecto de prévia análise».

Congratulando-se com a possível coordenação do arq.º Siza Vieira do projecto de recuperação do Chiado e não pondo em causa as principais decisões anunciadas, os vereadores do PS, em comunicado, recordam que o presidente do Município «não pode decidir sozinho nada que se refira à recuperação do Chiado», tendo em conta que por sua proposta, aprovada por unanimidade, a Câmara criou uma comissão de vereadores de todas as forças políticas para «acompanhar o processo».

Os autores socialistas adiantam que importa manter o «espírito de diálogo» com os munícipes e com diversos organismos,

como a Associação dos Arquitectos, Ordem dos Engenheiros e Instituto do Património Cultural, que, com os seus conhecimentos e capacidades, possam contribuir para o projecto de recuperação.

Os vereadores do PS manifestam ainda a sua surpresa pelas críticas que lhe são feitas pelo PCP, nomeadamente quanto à questão da Rua do Carmo, matéria em que «a atitude dos vereadores dos dois partidos foi em tudo idêntica: repetidas vezes afirmaram a sua discordância com o que estava construído».

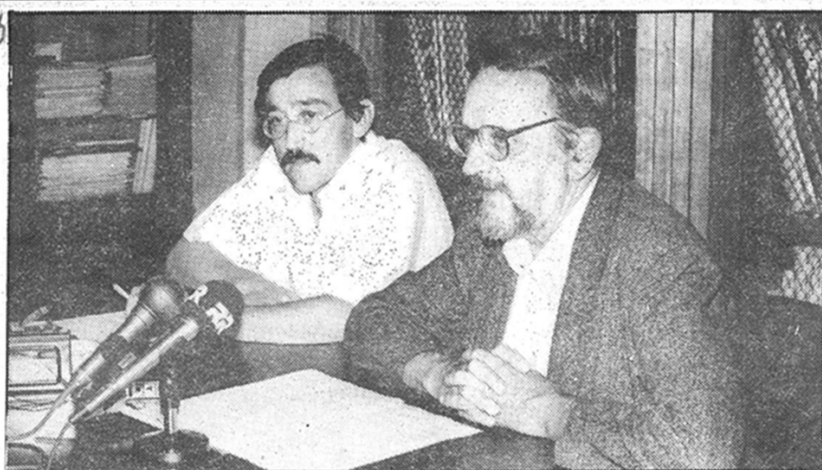
Concluindo, os autarcas do PS insistem em que «procurarão, como até aqui, aplicar todas as suas energias nas tarefas que neste momento devem ocupar toda a Câmara: recuperar o Chiado, sem precipitações e num clima de grande participação».

Espanha apoia reconstrução

O ministro espanhol dos Negócios Estrangeiros manifestou ontem, em Lisboa, ao seu homólogo português a disponibilidade da Espanha em colaborar técnica e urbanisticamente na zona do Chiado nos termos que o Governo de Lisboa pretender.

Uma fonte da parte espanhola disse ainda que Fernandez Ordoñez garantiu também às autoridades portuguesas que a Espanha apoiará qualquer iniciativa internacional para a zona histórica da capital portuguesa.

Fernandez Ordoñez e João de Deus Pinheiro reuniram-se ontem, no Palácio das Necessidades, numa primeira fase dos trabalhos preparatórios da cimeira luso-espanhola de chefes de Governo que se realiza em Novembro, em Lisboa.



Nuno Teotónio Pereira e Pedro Brandão, da Associação dos Arquitectos Portugueses, durante a conferência de imprensa realizada ontem na Sociedade Nacional de Belas-Artes

Arquitectos vão organizar concurso sobre o Chiado ^{A. A. P. Biblioteca}

Os critérios que garantem uma reconstrução de qualidade no Chiado, a escolha de Siza Vieira para a coordenação do projecto e as linhas gerais do Concurso de Ideias que vai ser aberto em Outubro foram os temas principais tratados na conferência de imprensa convocada ontem pela Associação dos Arquitectos Portugueses (AAP).

«A ACTUAÇÃO DA AAP durante o processo do Chiado incide em dois vectores fundamentais: assegurar-se da existência de critérios de qualidade nos planos para a zona sinistrada e garantir, ao mesmo tempo, que esta intervenção não separe o Chiado do contexto da zona envolvente», declararam Nuno Teotónio Pereira e Pedro Brandão no início da conferência de imprensa.

Na opinião dos responsáveis da AAP, já existe neste momento um quadro suficientemente claro acerca da metodologia que vai ser seguida neste caso. O processo resultou de um diálogo entre a Câmara, o Património e a Associação de Arquitectos, tendo esta última avançado com sugestões definidoras dos critérios que, em seu entender, deveriam ser seguidos durante a reconstrução.

A indigitação do arq. Siza Vieira para coordenador do futuro plano «foi uma nomeação polémica, mas é um aval que assegura a manutenção de seriedade e qualidade na condução das obras», disse Teotónio Pereira, que declarou ter a AAP acompanhado de perto a sua

nomeação, tendo estado inclusivamente reunida com Siza Vieira, antes de este aceitar formalmente o cargo. «Siza teve aliás uma grande preocupação em harmonizar esta aceitação com a estratégia da AAP neste campo.»

Os dois responsáveis fizeram várias vezes eco da preocupação da AAP em clarificar todo o processo Chiado, contribuindo para a sua transparência e assegurando a sua discussão pública, de forma a que os métodos de decisão e os calendários sejam absolutamente transparentes.

Ideias para o Chiado

O Concurso de Ideias, que a Associação vai lançar no próximo mês, e que terminará em finais de Dezembro, será uma peça fundamental para garantir a opinião pública a possibilidade de exercer uma certa vigilância sobre o processo de reconstrução. Pedro Brandão explicou aos jornalistas presentes a metodologia e linhas gerais do concurso, que terá três objectivos fundamentais: criar um banco de dados que seja um contributo para a síntese programática de Siza Vieira; seleccionar os projectistas para os edifícios; criar uma dinâmica que conduza a um processo de estudo de toda a Baixa lisboeta.

Elementos fundamentais do programa de intervenção irão beneficiar com o concurso, diz o arq. Teotónio Pereira, tais como volumetrias, linguagens arquitectónicas e metodologias a seguir no relacionamento com os proprietários afectados da zona.

Para a AAP esta é a única forma de colocar a competição

interarquitectos numa base correcta, isto é, centrando-a no campo «da qualidade em função das soluções».

As melhores ideias recolhidas enriquecerão o trabalho de Siza Vieira, sobretudo porque o seu saber e competência lhe vão permitir torcear as dificuldades, enriquecendo com elas o plano geral da obra, sem destruir a sua harmonia.

«O Concurso de Ideias será a única forma de colocar em bases culturalmente sérias um debate que necessita de ser público», disse Pedro Brandão.

Reconstruir o Chiado sem o desvincular da Baixa

«As obras do Chiado serão uma oportunidade única para repensar a zona da Baixa, que anda muito desvirtuada, nos usos, e na arquitectura», diz Nuno Teotónio Pereira, que acrescenta considerar esta oportunidade um momento importante para melhorar a articulação entre infra-estruturas e redes de transportes, o que será essencial para garantir a revitalização económica e humana da zona sinistrada. Sintetizando, os responsáveis da associação consideram que o processo de reabilitação do Chiado terá de implicar um processo de revitalização da cidade, «visível em toda a parte mas sobretudo na Baixa», que não poderá ser desvinculada do Chiado que nasce da reconstrução.

No final os responsáveis da Associação referiram-se ao perigo que representa para a cidade, concentrar as atenções apenas no Chiado, «diminuindo a vigilância nas restantes áreas, que são cada vez mais maltratadas».

"RECORTE"
ORGANIZAÇÃO PORTUGUESA DE RECORTES DA IMPRENSA, LDA.

CAPITAL (A)	Lisboa	16. SET. 1988
JORNAL de AVEIRO	Aveiro	
DEFESA (A)	Évora	

Av. Almirante Reis, 19-2.º E.
CODEX

RECONSTRUÇÃO DO CHIADO

A. A. P.
Biblioteca

108 ASSOCIAÇÃO DE ARQUITECTOS CONTRA DECISÕES «UNILATERAIS» DE ABECASIS

A Associação dos Arquitectos Portugueses (AAP) manifestou-se, ontem, em conferência de

imprensa, contra a decisão individual do presidente da Câmara de Lisboa, em escolher o coordenador do pro-

cesso de reconstrução do Chiado.

A Associação não contesta a escolha do arquitecto

Siza Vieira, mas o facto de o convite de Krus Abecasis ter sido feito «sem a prévia concordância das entidades en-

volvidas no processo», acto que classifica de «precipitado e unilateral».

O presidente da AAP, Teotónio Pereira, considerou que tal nomeação cai fora do «processo consensual», provoca «sobressaltos e interrogações» e obriga a «rever a filosofia de todo o processo».

Entretanto, a Associação, continua a defender que o sinistro que destruiu parcialmente a zona do Chiado, seja aproveitado para «uma viragem na política urbana de Lisboa».

Aliás, o convite do presidente da Câmara a Siza Vieira, cuja obra tem sido distinguida no campo da arquitectura mundial, pode significar o «início de uma viragem na forma de intervir na cidade, condição colocada pela AAP para dar credibilidade ao processo de reconstrução do Chiado».

Concurso

Decorridas três semanas sobre o incêndio a Associação considera que estão lançadas as bases de acção para um correcto desenvolvimento do processo de reconstrução, no âmbito do qual salienta a sua proposta de um concurso de ideias público nesse sentido.

Sobre tal iniciativa falou o arq.º Pedro Brandão, secretário do conselho directivo da Associação.

Três escalas de problemas são consideradas na área de intervenção do concurso: o plano de reabilitação da Baixa de Lisboa; o plano parcial da zona sinistrada do Chiado e os projectos dos edifícios para a reconstruir na zona atingida pelo incêndio.

Segundo o espírito do concurso, os concorrentes para além de intervirem sobre a zona sinistrada do Chiado, terão de ter em conta todos os

aspectos das zonas envolventes que poderão ser afectadas, positiva ou negativamente, pelo processo de reconstrução.

O concurso deverá também dar um forte contributo para a programática necessária ao plano de reconstrução, nomeadamente quanto a usos, densidades, tráfegos e infra-estruturas, síntese programática que constituirá uma das tarefas do responsável pelo plano em diálogo com as entidades nele envolvidas.

Júri escolhe projectistas

De acordo com as regras do concurso, os projectistas a designar para a elaboração dos projectos dos edifícios da zona sinistrada serão escolhidos, obrigatoriamente, de entre os distinguidos pelo respectivo júri. Aqueles elaborarão os projectos em contacto com o autor do plano e segundo as directrizes definidas na síntese programática.

A avaliação parcial ou global do projecto será feita por uma comissão composta por elementos designados pela CML, pelo Instituto Português do Património Cultural, pela AAP, pela Ordem dos Engenheiros e pelo autor do plano.

Do júri farão parte os presidentes da Câmara de Lisboa e do Instituto do Património Cultural e arquitectos nomeadamente por aquelas duas entidades e ainda pela AAP e pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, um especialista do LNEC, um membro da Ordem dos Engenheiros e, finalmente, o arq.º Siza Vieira.

Escalonado em várias fases, o concurso deve estar completo em Dezembro deste ano, a fim de permitir, se possível, o começo das obras de reconstrução em Julho de 1989, conforme foi já anunciado pela CML.

'' R E C O R T E ''
ORGANIZAÇÃO PORTUGUESA DE RECORTES DA IMPRENSA, LDA.

INDEPENDENTE (O)

Lisboa

POSTAL DO ALGARVE

Tavira

23.11.1988

S O C I E D A D E

LA. P.
Biblioteca

CHIADO

Teotónio Pereira contra Siza Vieira

Nuno Teotónio e Siza Vieira andam de candeias às avessas por causa do Chiado. Um quer soluções. O outro ideias. Temendo que Siza se vá, o PS avança proposta. E já passou um mês.

As relações entre o arquitecto Siza Vieira e a Associação Portuguesa de Arquitectos estão a atravessar alguns problemas após a apresentação por esta última, no passado dia 15, de um documento onde se preconiza a «a manutenção do Concurso de Ideias como forma de enriquecer o programa para o Plano de reconstrução, como forma de selecção dos projectistas dos edifícios e de primeira abordagem para um plano de reabilitação da Baixa Pombalina».

As divergências entre Siza Vieira e Nuno Teotónio Pereira situam-se, segundo Pedro Brandão da direcção da AAP, no «carácter mais ou menos vinculativo do concurso, de que resulta uma gradação do vínculo em relação aos resultados que é preciso aferir». Em bom português o que está em causa é saber até que ponto os resultados do concurso serão impostos a Siza Vieira e se este está ou não decidido a aceitá-los.

Fonte próxima do arquitecto português declarou esta semana a **O Independente** que enquanto Siza defende um «concurso de ideias», Nuno Teotónio pretende «um concurso de soluções». Os resultados que dele saírem, disse serem «do maior interesse» devendo reflectir um amplo debate centrado no caso do Chiado e na relação com a Baixa envolvente.

«Pode haver problemas entre Siza e Teotónio», admite também um dos vereadores da Câmara de Lisboa que se referiu ao assunto. A explicação. «Durante anos a Associação de Arquitectos defendeu a realização de concursos públicos e por isso tinha que o defender agora. Mas é fundamental que haja entendimento sobre o que é o concurso. Se é um

concurso de ideias, maleável, ou se é um concurso muito apertado, definindo já soluções».

Socialistas avancam proposta

Na próxima segunda-feira, durante a reunião semanal do executivo municipal, os vereadores socialistas Vasco Franco e Pombal Cardoso vão apresentar uma proposta para a criação imediata de um «Gabinete Executivo para a Reconstrução do Chiado» (GERC), recordando que trinta dias depois pouco se avançou em acções de consolidação e de demolição.

A proposta que se admite vir a receber o apoio de outros vereadores, incluindo do PSD, pretende, segundo Pombal Cardoso, possibilitar a «coordenação de todas as acções imediatas» a realizar no Chiado. Tarefas até agora concentradas isoladamente em Nuno Abecasis. Para isso cria uma «estrutura operacional descentralizada, reunindo os melhores técnicos dos diferentes serviços da câmara».

Para além disto a proposta encerra um outro objectivo. Defender Siza. É Vasco Franco que explica. «Se deixarmos as coisas correrem no vácuo corre-se o risco de o Instituto Português do Património Cultural começar a invadir a área de intervenção de Siza Vieira».

A este nível, o GERC poderá funcionar como gabinete de apoio técnico ao arquitecto português tanto mais que este tem «problemas de tempo». «Por outro lado», diz Vasco Franco, «Siza é garantia do que se vai fazer, para todas as entidades internacionais que se solidarizaram com Lisboa».

O modelo preconizado por aqueles vereadores aponta para um modelo diferente dos gabinetes técnicos locais. Não só o projecto não necessita ser elaborado pelo gabinete, como a própria construção não será da responsabilidade da autarquia. A fórmula preconizada possi-



Siza Vieira: os aplausos arrefeceram

bilitaria chamar a este trabalho outras componentes que consideram essenciais: historiadores, sociólogos e engenheiros de diversas especialidades. No fundo, procura-se através da criação do GERC dar seguimento à deliberação de formação de uma comissão de vereadores para «apoio e acompanhamento» de diversas iniciati-

vas municipais junto dos trabalhadores, empresários e proprietários da zona, aprovada unanimemente pela câmara sob proposta do PS, em 29 de Agosto.

Contrato «de cavalheiros»

Na reunião de segunda-feira, Vasco Franco e Pombal Cardoso vão solicitar ainda a Nuno Abecasis que procure urgentemente

«passar a escrito e definir claramente os contornos» do «acordo de cavalheiros» com os proprietários do Chiado dando-lhe força legal. Preocupa-os também a questão dos contratos de arrendamento e em particular a possibilidade de venda de terrenos «que pode ser o maior obstáculo à reconstrução». A

partir daí não há projecto nem há prazos que se possam impor. Poderão suceder situações semelhantes à do Monumental. Ontem os proprietários reuniram e estavam a preparar uma resposta a Abecasis.

Entretanto, os vereadores do PS iniciaram a preparação de um debate internacional sobre planos directores a ter lugar em Novembro.

Segundo Vasco Franco um dos seus promotores «procurar-se-á definir que plano director para a cidade de Lisboa». Os vereadores socialistas consideram o actual plano «pesado» e em alguns aspectos «desenquadrado», procurando contrapor-lhe um novo instrumento que permita uma «gestão pragmática e flexível da cidade e que consinta reformulações».

Para além de técnicos portugueses entre os quais Nuno Portas, serão convidados especialistas estrangeiros, nomeadamente das cidades de Madrid e Barcelona.

Pedro Pedrosa

Hotel de luxo substitui o Monumental

Um novo hotel de cinco estrelas pertencente ao mesmo grupo do Hotel de Montecarlo irá surgir durante o próximo ano no espaço do antigo Monumental, na praça Duque de Saldanha.

De acordo com o novo proprietário do terreno, o empresário hoteleiro Duarte Júnior, as obras poderão começar em Abril de 1989. «Problemas com infiltrações de águas só nos permitirão iniciar as obras depois das chuvas de Inverno», afirmou o empresário a **O Independente**. Numa primeira fase será aberto um enorme buraco de dezoito metros de fundo para construção das fundações. Aí ficarão também alojadas cinco caves, das quais duas para estacionamento. No total estão previstos mais de

quarenta mil metros quadrados de área construída.

Antes disso, porém, terá de entregar «alterações ao projecto» na Câmara de Lisboa. E esta terá que as aprovar. Esse trabalho tem estado a cargo do arquitecto Ramos Chaves e deverá dar entrada na CML nos próximos 60 dias.

Recorda-se que Duarte Júnior adquiriu recentemente o terreno onde estava instalado o Monumental à Sociedade Cinematográfica e Teatral onde pontifica o empresário Mesquita e Carmo.

Torre do Restelo avança

Por outro lado, está para decisão na reunião do executivo camarário de dia 26, uma proposta visando a construção de um edifício de 18 andares na

zona do Alto do Restelo.

O edifício em questão engloba-se num conjunto já existente, cujo projecto data de 1973, englobando dois outros de cinco andares cada e um terceiro de treze, situado na confluência da Rua Helen Keller com a estrada da Cruz do Caramachão. Aquele prédio é o último da urbanização aprovada pela CML na referida data e tem projecto de arquitectura, tal como os demais, de Carlos Roxo.

Segundo esclarecimentos obtidos na Câmara Municipal de Lisboa a construção da referida torre exige a venda de um pequeno lote de terreno municipal encravado na urbanização pertencente ao empresário António Sousa.

A nossa fonte refere ainda que «apesar de ter passado

mais de um ano» sobre o loteamento, o que legalmente «faria caducar» a licença de construção, o facto de ter «havido por parte do proprietário iniciativas administrativas» concede-lhe «direitos adquiridos». Estes só poderão ser amortizados mediante o pagamento de indemnização a pagar pela CML a António Sousa.

«É a única grande construção que falta executar», salienta o mesmo elemento. «Existe um plano que é homogéneo e ou se pára logo no início ou se deixa concluir».

A aprovação não é pacífica. Apresentado em sessão de câmara em 12 de Setembro, onde Nuno Abecasis não estava, foi remetido para a reunião de dia 19 para esclarecimentos. Os problemas prendem-se agora com a volumetria do edifício.

" RECORTE "		
ORGANIZAÇÃO PORTUGUESA DE RECORTES DA IMPRENSA, LDA.		
Av. Almirante Reis, 19 - 2.º E. 1114 LISBOA CODEX	INDEPENDENTE (O)	-7 OUT. 1988
	Lisboa	
	POSTAL DO ALGARVE	
	Tavira	
	A. A. P. Chiado: 108 Biblioteca arquitectos zangados	
	<p>A Associação dos Arquitectos Portugueses vai reavaliar a sua participação no processo de reconstrução do Chiado. A decisão, agora divulgada, resulta da circunstância de o presidente da Câmara ter recusado a realização de um concurso de ideias nos termos defendidos pela associação.</p> <p>Instado por O Independente a comentar esta posição, o eng. Abecasis optou por não fazer quaisquer declarações.</p> <p>As razões apresentadas pelos arquitectos prendem-se com o facto de o presidente do município não aceitar partilhar a promoção do concurso com o Instituto Português do Património Cultural. Abecasis é também acusado de querer seleccionar os projectistas «por processos exteriores ao concurso de ideias». Por último, a associação não aceita um concurso «meramente decorativo».</p>	
28		

RECORTE

ORGANIZAÇÃO PORTUGUESA DE RECORTES DA IMPRENSA, LDA.

O SÉCULO

Lisboa

29 AGO 1988

CRIME (O)

Lisboa

AUTO SPORT

Defenda

19-2.º E

INDEX

208

Modernismo ou romantismo
a escolha decide o futuro

Tal como Fénix renascida das cinzas, também Lisboa verá saradas as suas feridas. A vida voltará a palpar no coração da cidade, mas na memória dos portugueses a lembrança desta chaga permanecerá.

Por mais projectos de reconstrução que nasçam, por mais fiéis que sejam à traça original, não há arquitecto que consiga reanimar o Chiado. E, daqui a alguns anos (lembramo-nos de que a reconstrução só deve começar para o ano), a quem subir a Rua do Carmo só restará a saudade.

Os escombros estão ainda fumegantes mas na mente de dirigentes políticos e urbanistas fervilham já as ideias. Reconstruir, sim, mas como? Dando largas ao modernismo ou mantendo o romantismo do velho Chiado de Eça ou Pessoa? Arquitectos e urbanistas dividem-se.

Taveira surpreende (ou talvez não) ao afirmar que onde se ergua o Chiado e o Grandella só tem lugar uma construção "pós, pós modernista". Talvez a segunda edição das torres das Amoreiras ou outro edifício ainda mais modernista saia do estirador do

arquitecto.

Outras vozes se opõem. E enquanto do lado oficial, a Secretaria de Estado da Cultura apela à preservação do

páginas da Imprensa estrangeira. "The Guardian", "The Independent" e "Daily Telegraph" fazem eco das várias posições tomadas sobre a reconstrução. Unânicos todos eles no reconhecimento de que Lisboa ficou ferida na sua beleza.

Teotónio Pereira: conjugar tendências

Manter a traça original dos edifícios ou enveredar pela implantação de edifícios modernos são alternativas que, na opinião do presidente da Associação dos Arquitectos Portugueses, devem ser bem ponderadas.

Nuno Teotónio Pereira defende que todas as perspectivas devem ser consideradas. O arquitecto admitiu a possibilidade de demolição do edifício dos armazéns do Chiado, considerando plausível que se adopte uma solução diferente da que lá estava pois a construção sinistrada também não se integrava "no sistema de prédios e quarteirões edificados na reconstrução pombalina". Esta é, para Teotónio Pereira, "uma solução perfeitamente legítima", a não rejeitar "a priori".

Aliás, o arquitecto recordou que temos

exemplos, em Lisboa, de soluções semelhantes adoptadas também após outros incêndios. No local do Teatro D. Maria II erguia-se outrora o tribunal da Inquisição e onde hoje são os Paços do Concelho havia uma construção pombalina arruinada por um incêndio. Soluções diferentes podem, e devem, ser adoptadas noutros edifícios. De respeitar é a traça de prédios pombalinos cujas paredes resistiram ao embate das chamas e permanecem sólidas. Essas, sim, devem ser aproveitadas para manter a unidade dos quarteirões pombalinos.

Para Nuno Teotónio Pereira, há dois vectores a respeitar na reconstrução: a manutenção e revitalização da zona comercial, fundamental para recuperar a continuidade entre a Baixa, propriamente dita, e a zona alta do Chiado.

Outro caminho apontado pelo arquitecto dirige-se no sentido da reconstrução acompanhada de repovoamento. Para Teotónio Pereira, devem ser construídas habitações não só no Chiado mas em toda a Baixa concebida por Manuel da Maia.

Socorrer o Chiado é tarefa que exige dos bombeiros actuação incansável

(Foto Pedro Mensurado)

Arquitectos demarcam-se do concurso de ideias

A Associação dos Arquitectos Portugueses (AAP) demarcou-se ontem do concurso público de ideias para a reconstrução do Chiado, por terem sido recusadas as condições que oportunamente propusera. A AAP sublinha em comunicado que, após reuniões com o presidente da Câmara Municipal de Lisboa e com o presidente do Instituto Português do Património Cultural (IPPC), «ficou claro que a proposta da AAP não é aceite nos seus princípios fundamentais». Por outro lado — adianta —, «as alternativas sugeridas não são aceitáveis para a AAP».

A Associação salienta que o presidente Krus Abecasis «não aceita partilhar a promoção do concurso com o IPPC» e pretende que «a selecção dos projectistas, que virão a colaborar nos projectos dos edifícios da zona sinistrada, seja feita por processos exteriores ao concurso de ideias».

A AAP considera ainda que «se pretende deslocar o âmbito do concurso de ideias, desviando-o dos problemas da reconstrução do Chiado», pelo que não aceita um concurso reduzido a uma função decorativa e paralela — salienta o comunicado.

Sublinha ainda não aceitar «um concurso legitimador da falta de transparência, despolarizador do debate em torno da reconstrução e propiciador de especulações exteriores aos seus objectivos» e afirma que, «sem que todas as entidades com responsabilidades no processo façam um esforço de clarificação quanto à forma como este se deverá desenvolver, sem que sejam definidas as regras do jogo, vê-se obrigada a reavaliar a sua própria participação neste processo».

Numa reunião, em 30 de Agosto, convocada pelo presidente da Câmara Municipal de Lisboa, a AAP apresentou, entre outras, a proposta de realização de um concurso público de ideias, que foi aceite consensualmente, ficando a Associação incumbida da preparação das respectivas bases.

Intitulado «O processo do Chiado: o nascimento e a morte de um concurso» o comunicado da AAP recorda que, após o acordo com o arquitecto Álvaro Siza Vieira quanto à «compatibilidade entre a sua intervenção e o concurso de ideias» entregou no dia 12 de Setembro ao presidente Abecasis e ao presidente do IPPC um documento «caracterizador dos princípios fundamentais para a organização do concurso de ideias».

A AAP salienta ainda que «não quer alimentar polémicas nocivas ao desenvolvimento do trabalho», mas «não é já possível manter o calendário para a realização do concurso de ideias».

Diz o mesmo texto: «no processo subsequente ao incêndio do Chiado, a AAP tem insistido na clareza do relacionamento, no envolvimento consensual e na circulação de informação entre todas as entidades envolvidas».

"RECORTE"
ORGANIZAÇÃO PORTUGUESA DE RECORTES DA IMPRENSA, LDA.

SEMANÁRIO	Lisboa
ÁFRICA JORNAL	Lisboa

-8. JUL. 1988

108. P.
Biblioteca

A Associação dos Arquitectos Portugueses decidiu não participar no Concurso de Ideias para a Reconstrução do Chiado. Partidos da vereação camarária chumbam propostas uns aos outros. Comissão de vereadores reuniu pela primeira vez.

Chiado – arquitectos recusam concurso de ideias; vereadores rejeitam proposta do presidente

A Associação dos Arquitectos Portugueses (AAP), comunicou na passada quinta-feira à Câmara Municipal de Lisboa a sua intenção de não participar no Concurso de Ideias para a recuperação da zona do Chiado. Explica a sua decisão com a recusa, quer da Câmara Municipal quer do Instituto Português do Património Cultural, em aceitar as condições propostas pelos arquitectos para o Concurso. A carta da AAP termina dizendo: «não querendo alimentar polémicas nocivas ao desenvolvimento dos trabalhos para o Plano de Reconstrução da Zona Sinistrada, nem sendo já possível manter o calendário para a realização do Concurso de Ideias, a AAP vê a sua proposta inviabilizada. Sem que todas as entidades com responsabilidades no processo façam um esforço de clarificação quanto à forma como este se deverá desenvolver, sem que sejam definidas as regras do jogo, a AAP ver-se-á obrigada a reavaliar a sua própria participação no processo».

Desde o dia do incêndio (25 de Agosto) a Câmara Municipal tem apreciado várias propostas. Vale a pena fazer uma retrospectiva: o vereador do PPM, Ribeiro Telles, apresentou uma proposta para a demolição dos bancos e canteiros da Rua do Carmo. O PS, que propôs a afectação anual de uma parte do Orçamento do Município para apoio aos bombeiros, viu a sua proposta aprovada. Mais tarde, o mesmo partido propôs a abertura de um inquérito sobre o incêndio e também aí recebeu a aprovação das outras forças partidárias. Ainda o PS, apresentou uma proposta classificando Lisboa como uma cidade de alto risco e propondo a criação do pelouro de segurança, mas o plenário de vereadores decidiu adiar a discussão destas propostas. Depois, propôs um plano de reposição do Chiado mas a Câ-



• Nuno Teotónio Pereira está descontente com a Câmara de Lisboa; fac-símile do documento da AAP que recusa a participação no Concurso de Ideias para o Chiado

mara só aprovou o ponto que dizia respeito à criação de uma comissão de vereadores para tratar dos assuntos da zona incendiada. Então, o PCP apresentou uma proposta para atribuição de um subsídio de emergência aos trabalhadores daquela zona, e a Câmara aprovou. E propôs, ainda, um regulamento para a utilização dos fundos de solidariedade, proposta que foi remetida para apreciação pela comissão de vereadores. O PSD avançou com uma proposta para que o Governo declarasse a área crítica e os direitos de preferência na zona do Chiado (foi aprovado). O PCP apresentou mais duas propostas: uma para que as famílias sem casas fossem realojadas e outra para que o Governo mantivesse em 89 o subsídio aos trabalhadores. A

partir daqui o processo do Chiado entrou em fase crítica com os partidos a chumbarem as propostas uns dos outros e a Associação dos Arquitectos a «saltar fora do barco». O PS propôs a criação de um gabinete executivo mas todos os outros partidos votaram contra. O presidente da Câmara apresentou uma proposta global sobre o Chiado e viu a sua proposta rejeitada. O PCP propôs um gabinete executivo e a proposta não foi aprovada.

Comissão de vereadores faz primeira reunião

O PS recusou a proposta de gabinete executivo apresentado pelo PCP porque diz que não concorda que esse gabinete te-

nha poderes de coordenação e gestão na recuperação do Chiado. A proposta do PS foi recusada porque retirava (no entender do PSD e do CDS) poderes ao presidente da Câmara. Uma fonte do gabinete de Nuno Abecasis adiantou-nos mesmo que o presidente da Câmara avisou os vereadores do PS que lhes retiraria os pelouros se continuassem a querer tirar-lhe poderes a ele, presidente. No entanto, o vereador socialista, Vasco Franco, negou que Nuno Abecasis lhes tivesse manifestado tal intenção.

Os vereadores do PS negam, ainda, que o objectivo da sua proposta fosse retirar poderes ao presidente da Câmara. «Era uma maneira, e só isso, de pôr as coisas a funcionar uma vez que nem a comissão de inquéri-

to nem a comissão de vereadores tinham começado ainda a funcionar».

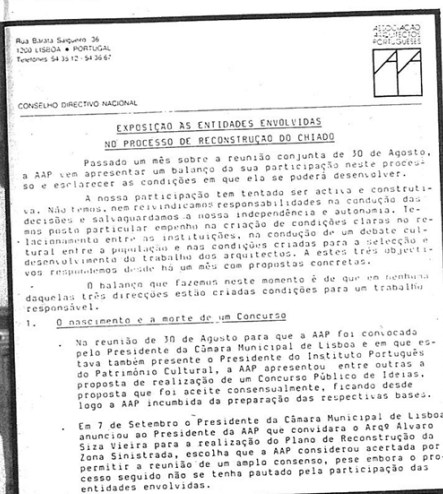
Na passada quinta-feira a comissão de vereadores reuniu pela primeira vez e nessa mesma altura é confrontada com a decisão da AAP de não promover o concurso de ideias. Siza Vieira irá constituir um gabinete com técnicos que ele próprio escolherá e a Câmara vai pedir a todos os arquitectos que, independentemente de um Concurso organizado pela AAP, apresentem ao gabinete de Siza Vieira as suas sugestões.

A primeira reunião da comissão de vereadores discutiu duas propostas do PSD, uma sobre as bases a que deve obedecer um concurso de ideias a lançar para a recuperação da zona da Baixa e Chiado — a esta propos-

ta foram retirados, na ocasião, os três primeiros pontos já que estes se referiam ao Concurso de Ideias da AAP para o Chiado — e outra solicitando ao Governo apoio para os comerciantes que queiram reiniciar a sua actividade fora da zona onde estavam instalados na altura do incêndio.

Quinta-feira da próxima semana a comissão de vereadores reúne mais uma vez para que todos os partidos apresentem sugestões para alteração das propostas dos vereadores do PSD e, nessa altura, poderá decidir-se que a própria comissão de vereadores subscrisse as duas propostas dos socialistas-democratas.

Maria João Vieira



"RECORTE"
ORGANIZAÇÃO PORTUGUESA DE RECORTES DA IMPRENSA, LDA.

JORNAL DE O DIA	Lisboa	10 OUT 1988
FESTA	Lisboa	
Noticias da Amadora	Amadora	
JORNAL DE AMARANTE	Amarante	

1.ª e 2.ª E.
LISBOA CODEX

Biblioteca

Reconstrução do Chiado

Recusadas condições propostas pela AAP

A Associação dos Arquitectos Portugueses demarcou-se do concurso público de ideias para a reconstrução do Chiado por terem sido recusadas as condições que propôs.

Em comunicado, a AAP salienta que após reuniões com o presidente da Câmara Municipal de Lisboa e com o presidente do Instituto Português do Património Cultural (IPPC), «ficou claro que a proposta da AAP não é aceite nos seus princípios fundamentais».

Por outro lado, adianta, «as alternativas sugeridas não são aceitáveis para a AAP».

A associação salienta que o presidente Krus Abecasis «não aceita partilhar a promoção do concurso com o IPPC» e pretende que «a selecção dos projectistas, que virão a colaborar nos projectos dos edifícios da zona

sinistrada, seja feita por processos exteriores ao concurso de ideias».

A AAP considera ainda que «se pretende deslocar o âmbito do concurso de ideias, desviando-o dos problemas da reconstrução do Chiado».

«A AAP não aceita um concurso reduzido a uma função decorativa e paralela», salienta o comunicado, sob o título «o nascimento e a morte de um concurso».

Sublinha ainda não aceitar «um concurso legitimador da falta de transparência, despolarizador do debate em torno da reconstrução e propiciador de especulações exteriores aos seus objectivos».

A AAP afirma que, «sem que todas as entidades com responsabilidades no processo façam um esforço de clarificação quanto à forma como este se deverá desen-

volver, sem que sejam definidas as regras do jogo, vê-se obrigada a reavaliar a sua própria participação neste processo».

Numa reunião em 30 de Agosto convocada pelo presidente da Câmara Municipal de Lisboa, a AAP apresentou, entre outras, a proposta de realização de um concurso público de ideias, que foi aceite consensualmente, ficando a associação incumbida da reparação das respectivas bases.

A AAP recorda que, após o acordo com o arquitecto Alvaro Siza quanto à «compatibilidade entre a sua intervenção e o concurso de ideias», entregou no dia 12 de Setembro ao presidente Abecasis e ao presidente do IPPC um documento «caracterizado dos princípios fundamentais para a organização do concurso de ideias».

"INCÊNDIO DO CHIADO - CINCO MESES DEPOIS"

- Debate Público -

organizado pela
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES
e
SOCIEDADE NACIONAL DE BELAS ARTES

- CONCLUSÕES -

O Debate Público "INCÊNDIO DO CHIADO - CINCO MESES DEPOIS", organizado pela ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES e pela SOCIEDADE NACIONAL DE BELAS ARTES, permitiu fazer um balanço do processo para a reconstrução e reabilitação do Chiado, desenvolvido até ao momento por parte das entidades intervenientes.

Entre as condições explicitadas para o sucesso do empreendimento, estão a transparência do processo, a informação permanente e o debate público. Se na reconstrução do Chiado o papel dos arquitectos assume um carácter da maior importância, sabe-se que os múltiplos e graves problemas que a mesma implica, são uma tarefa de todos: profissionais de diferentes áreas disciplinares, formações políticas, agentes económicos, sociais e culturais, e o conjunto da população.

Deste modo, o debate permitiu, referenciar as perspectivas contraditórias e os pontos de aproximação entre essas entidades.

As questões expostas e debatidas nos vários painéis foram agrupadas e sintetizadas ao nível das conclusões em cinco conjuntos temáticos:

- I - Problemática Histórica Cultural e Artística
- II - Problemática Sociológica e Geográfica
- III - Problemática Urbanística e Arquitectónica
- IV - Problemática Tecnológica, Construtiva e de Segurança
- V - Problemática Política, Jurídica e Administrativa

I - PROBLEMATICA HISTORICA, CULTURAL E ARTISTICA

Tendo em conta o perfil do conjunto e o seu comportamento no tempo histórico passado e presente, pode concluir-se que:

- A zona histórica que identificamos como Chiado é uma memória de sucessivas intervenções em tempos históricos diversos e distintos.
- A estrutura urbana e o conjunto construído assumem-se não só como heranças históricas ao nível do testemunho arqueológico material, mas, fundamentalmente, como "memórias vivas" das sucessivas intervenções urbanísticas e arquitectónicas.
- Mais do que uma memória específica "deste" ou "daquele" tempo histórico preciso, o conjunto desenvolveu-se no processo histórico assumindo-se sempre como uma progressiva memória das pré-existências sucessivamente integradas e adoptadas nas novas ambiências urbanas e vivências sociais.

- Os edifícios integram valores arquitectónicos pelas linguagens artísticas e também pela especificidade das tipologias funcionais e espaciais que devem ser elementos considerados.
- Os valores históricos exprimem-se por vezes em certos edifícios e "espaços-memórias" que referenciam acontecimentos destacados do passado e se relacionam com os aspectos da vida lisboeta e com personalidades da história local.
- O conjunto assume o valor de espaço cultural no âmbito da cultura urbana local e no contexto nacional.
- A ambiência da vida urbana marcada por um perfil histórico obriga, necessariamente, a uma ponderação do valor social a nível da problemática das acções de recuperação e valorização.
- O Chiado identifica-se como espaço de vanguardas artísticas do século XX. Nessa linha, o seu processo de revitalização deve constituir uma ponte entre o século XIX e o século XX, superando a decadência em que se encontrava no domínio da cultura urbana.

II - PROBLEMÁTICA SOCIOLOGICA E GEOGRAFICA

Os aspectos funcionais desta área, que antes do sinistro já mostrava sinais de decadência, devem ser encarados no contexto geral das relações entre a Baixa e o Chiado e as zonas

de prolongamento para norte (Marquês de Pombal, Av. Novas, etc.), de modo a introduzir algumas medidas correctas e estruturantes.

Importa definir claramente as actividades que interessa estimular no Chiado, tomando, nesta perspectiva, a relação com a Baixa e com o Bairro Alto.

Deve previligiarse o aumento dos índices da habitação e os equipamentos que atraem uma população jovem, nomeadamente a manutenção das Escolas de Belas Artes e da faculdade de Arquitectura assim como teatros, cinemas, galerias.

Deve retomar-se a animação cultural, social e comercial da zona, revitalizando e previligiando as funções culturais, lúdicas e comerciais de qualidade.

- O Chiado faz parte do centro de Lisboa que tem que ser pensado no seu conjunto.
- A intervenção na zona deveria ter sido precedida de um estudo interdisciplinar.
- A morosidade das obras de recuperação tende a agravar a decadência da área do Chiado.

Os aspectos relacionados com a acessibilidade e circulação constituem um dos pontos mais problemáticos para a revitalização da zona. Metropolitano, autocarros, circulação pedonal e automóvel, estacionamento para moradores e lojas, ligação entre a "Baixa" e a "Alta" congregam um conjunto de problemas que terão de ser devidamente articulados com o sistema geral de circulação e tráfego da cidade.

A catástrofe do Chiado constituiu um marco catalizador da opinião pública quanto aos problemas urbanos; daí a necessidade de se fazer ouvir e auscultar continuando motivada para as questões de revitalização cultural, da qualidade das

transformações urbanas e dos problemas da gestão da cidade.

- É necessário equacionar a relação entre o valor económico e o valor cultural do património construído.

É necessário também definir e distinguir conceitos, separar direitos de propriedade e de uso do solo, para efeito de um correcto planeamento físico.

Existe uma relação entre direito de propriedade ao nível dos solos, com as soluções de desenho urbano e o espaço construído ou a construir. Confirmou-se que o cadastro do solo na área sinistrada não será alterado.

III - PROBLEMATICA URBANÍSTICA E ARQUITECTÓNICA

C

- A intervenção do Chiado não pode ser dissociada da compreensão dos problemas gerais da cidade, particularmente do Centro Histórico.
- É necessário orientar a intervenção no Chiado no contexto das qualidades e tendências do Plano Pombalino, acentuando a malha estruturante e a fachada como elemento do cenário urbano e de articulação entre espaço público e privado. Qualquer adição de elementos arquitectónicos deve ser feita sem perda de sentido de unidade do todo.
- A intervenção no Chiado deve dar a maior articulação entre a malha regular ortogonal da Baixa com o tecido medieval orgânico das zonas de encosta, tomando como referência o modelo urbanístico pombalino.

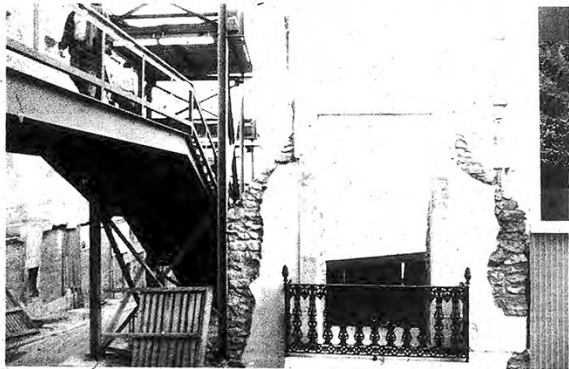
- É necessário definir critérios de avaliação qualitativa do património de modo a definir o que se pode demolir e o que se vai conservar e construir.
- A gestão casuística da cidade tem de ser uma questão de excepção e não a regra.
Trata-se de um espaço que já se encontrava em decadência devendo pelo contrário estar em reabilitação.
- É necessário fazer da intervenção do Chiado um caso exemplar e um ensaio para outras intervenções na cidade e no país quer a nível técnico, quer a nível da gestão urbanística.
- Mantém-se actuais, na generalidade, as "Bases para o arranque do processo de reconstrução do Chiado" visando as acções directas a empreender, propostas pela Associação dos Arquitectos Portugueses alguns dias depois do incêndio.

Num primeiro ponto, consagrado às medidas cautelares e de emergência defende-se:

- A preservação integral de todos os bens patrimoniais que não foram destruídos e que se consigam manter, cujo destino será definido em tempo oportuno, incluindo o respectivo levantamento, inventariação e depósito.
- A realização de pesquisas de carácter arqueológico, sem prejuízo do calendário das obras, por forma a colher elementos de eventual interesse para a história da cidade.
- A continuidade do trabalho de análise das estruturas afectadas, incluindo as fundações dos edifícios, e ainda a prospecção geológica dos terrenos, com vista à definição de condições que possam informar a elaboração dos planos e projectos.

Câmara vai discutir propostas

Siza quer Chiado pombalino e cómodo



«Janela protótipo» montada pelo Gabinete de Reconstrução do Chiado: banco de ensaio no local outrora ocupado pelo Eduardo Martins

«OS LISBOETAS vão assistir ao nascimento do novo Chiado. Não será uma obra dramática, pois não terá grandes surpresas. Não se trata de fazer um Chiado diferente, mas de uma regeneração que irá surgir no quotidiano das pessoas» — disse ao EXPRESSO Siza Vieira, a propósito dos estudos que entregou à Câmara e que serão apreciados em sessão extraordinária de vereadores, marcada para a próxima segunda-feira.

Se a Câmara aprovar as propostas de Siza — como tudo indica —, em meados de Setembro deverão iniciar-se as obras de reconstrução das antigas fachadas da Rua do Carmo, Garrett e Nova do Almada. Assim, se, então, a «tuna reinterpretação do estilo pombalino à luz das condicionantes e das exigências de comodidade dos nossos dias», acrescenta o arquitecto.

As grandes inovações que o plano do Chiado introduz estão na criação de dois espaços para utilização pública e na abertura de uma escadaria que fará ligação directa entre a Rua do Crucifixo e a Rua Nova do Almada, o que obriga a reduzir a dimensão do prédio dos ex-armazéns do Chiado.

Este imóvel, que Siza quer ver ocupado por um hotel, albergará a saída da futura estação do Metroropolitano, prevista numa linha de prolongamento ao Cais do Sodré.

Pátio nas traseiras do Eduardo Martins

Quer a saída do Metro quer a nova escadaria darão acesso

privilegiado à Calçada Nova de São Francisco, zona onde Siza Vieira concebeu uma obra inovadora: a ocupação do logradouro dos prédios com esplanadas.

O espaço provisoriamente ocupado pela pastelaria Ferran será transformado num acesso ao pátio. Além daquela entrada, estão previstos mais dois acessos: um, pela Rua Ivens, através do edifício onde está instalado o «snack-bar»; o outro, pelo prédio do Martins e Costa. Estes dois imóveis foram comprados por uma empresa de capitais italianos e Siza Vieira já conseguiu o apoio dos novos proprietários para este projecto.

O outro dos novos espaços públicos foi conseguido através da redução da profundidade dos prédios ardeados na Rua do Carmo. Cria-se, assim, um novo trajecto de acesso da Rua Garrett à rua do Convento do Carmo. Os edifícios passaram a ter duas frentes comerciais (a tradicional e a que ficará virada para o novo percurso). Também para esta zona estão previstas novas esplanadas.

«O que modificou foi a «fruição da zona» — diz o arquitecto.

Ao contrário do que se previa, o Gabinete de Reconstrução do Chiado e o arquitecto contaram com a colaboração dos donos dos imóveis. No início do processo admitiu-se que haveria dificuldade em levar alguns proprietários a aceitar restrições importantes para a reconstrução dos edifícios, como sejam, por exemplo, as reduções de áreas necessárias à criação dos já referidos espaços públicos. «Deparei

com proprietários com o assinalável espírito de desajustar não destruir o Chiado. Sem a importância cívica do sítio» — afirma o arquitecto.

Convento passa a hotel

Estudado com particular cuidado foi o regulamento para a reconstrução do edifício dos ex-armazéns do Chiado, um antigo convento de frades.

O incêndio veio revelar que ainda existe o fundamental das compartimentações previstas no projecto inicial do convento, atribuído ao arquitecto de ascendência alemã Ludovig, filho do projectista do Convento de Mafra.

Siza Vieira teve acesso aos estudos do arquitecto feitos no séc. XVIII e concebeu o regulamento para a construção do hotel com o cuidado de respeitar o projecto inicial. E assim que as antigas salas d'lar e avarias, os claustros e jardins interiores e as grandes salas a restaurar.

O primeiro piso do hotel,

que no topo sul integrará a saída do Metro, será destinado a comércio. E o estacionamento de veículos far-se-á em pisos subterrâneos.

Tal como para este edifício, Siza Vieira preparou para todo o Chiado um regulamento urbanístico que, uma vez aprovado pela Câmara, condicionará os projectos dos arquitectos que se ocuparem do interior dos edifícios.

O regulamento, além das normas estéticas, impõe regras sobre a ocupação possível de cada espaço. As áreas a reconstruir serão destinadas a habitação (sete mil metros quadrados), comércio (19,5 mil metros), escritórios (dez mil metros), hotel (12 mil metros), e cultura e lazer (1,6 mil metros).

O Grandallê será reconstruído para funcionar como área comercial, nele se integrando a área destinada à cultura.

Reconstrução em três anos

Segundo Pessanha Viegas, um técnico que esteve ligado à reconstrução das habita-

ções danificadas pelo último grande sismo dos Açores, e os vidros a adoptar — tudo vai passar por aquele banco de ensaio.

A par da elaboração do regulamento, o Gabinete foi avançando com estudos sobre a solidez das empresas dos prédios que ainda permanecem de pé — testes que continuam, admitindo-se que seja ainda necessário fazer demolições.

Segundo Pessanha Viegas, está também a ser debatida, com os donos dos imóveis, a criação de associações de proprietários, por forma a que os trabalhos de construção sejam adjudicados por grupos de prédios. O objectivo é evitar a proliferação de empresas de construção e, consequentemente, de esta-

leiros, bem como assegurar um ritmo predominante nos trabalhos. A proposta do gabinete é no sentido de que se faça apenas uma adjudicação para todo o quarteirão do regulamento, o Gabinete foi avançando com estudos sobre a solidez das empresas dos prédios que ainda permanecem de pé — testes que continuam, admitindo-se que seja ainda necessário fazer demolições.

Segundo Pessanha Viegas, está também a ser debatida, com os donos dos imóveis, a criação de associações de proprietários, por forma a que os trabalhos de construção sejam adjudicados por grupos de prédios. O objectivo é evitar a proliferação de empresas de construção e, consequentemente, de esta-

leiros, bem como assegurar um ritmo predominante nos trabalhos. A proposta do gabinete é no sentido de que se faça apenas uma adjudicação para todo o quarteirão do regulamento, o Gabinete foi avançando com estudos sobre a solidez das empresas dos prédios que ainda permanecem de pé — testes que continuam, admitindo-se que seja ainda necessário fazer demolições.

Com o objectivo de encontrar a solução que permita «manter o ritmo de abertura», sem sacrificar as fachadas actuais, o gabinete montou uma janela protótipo, no início da Rua Garrett, que está a ser usada para testar possíveis soluções. O

funcionamento de estores interiores, o tipo de caixilhos, os vidros a adoptar — tudo vai passar por aquele banco de ensaio.

A par da elaboração do regulamento, o Gabinete foi avançando com estudos sobre a solidez das empresas dos prédios que ainda permanecem de pé — testes que continuam, admitindo-se que seja ainda necessário fazer demolições.

Segundo Pessanha Viegas, está também a ser debatida, com os donos dos imóveis, a criação de associações de proprietários, por forma a que os trabalhos de construção sejam adjudicados por grupos de prédios. O objectivo é evitar a proliferação de empresas de construção e, consequentemente, de esta-

leiros, bem como assegurar um ritmo predominante nos trabalhos. A proposta do gabinete é no sentido de que se faça apenas uma adjudicação para todo o quarteirão do regulamento, o Gabinete foi avançando com estudos sobre a solidez das empresas dos prédios que ainda permanecem de pé — testes que continuam, admitindo-se que seja ainda necessário fazer demolições.

Com o objectivo de encontrar a solução que permita «manter o ritmo de abertura», sem sacrificar as fachadas actuais, o gabinete montou uma janela protótipo, no início da Rua Garrett, que está a ser usada para testar possíveis soluções. O

‘Expropriação’ do ar: ANA em tribunal

MAIS de duas dezenas de proprietários de terrenos dos concelhos de Matosinhos e Maia, confrontantes com o aeroporto de Pedras Rubras, têm vindo a exigir à empresa pública Aeroportos e Navegação Aérea-ANA indemnizações relativas ao corte de árvores imposto pela lei das servidões aeronáuticas, segundo apurou o EXPRESSO de fonte forense.

Árvores abatidas e outros rendimentos

O referido diploma — que data de 1964, estabelecendo que «estão sujeitas a servidões aeronáuticas as zonas confinantes com os aeródromos civis e instalações de apoio à aviação civil» — obriga os proprietários ao corte de árvores acima de determinadas quotas fixadas por decreto regulamentar, bem como à autorização prévia, pela Direcção-Geral da Aviação Civil, de construções, linhas aéreas de transporte de energia ou quaisquer outros obstáculos à circulação e comunicações aeronáuticas.

No caso de Pedras Rubras — cujas servidões aéreas foram regulamentadas em Fevereiro de 1983 —, foram levantados pelo menos vinte processos, alguns já transitados e outros a aguardar julgamento nos tribunais de Vila do Conde e do Porto, com o objectivo de reclamar da ANA «indenizações justas» relativas a árvores abatidas e outros rendimentos perdidos.

Particularmente contestada pelos requerentes tem sido a valor das indemnizações oferecidas pela ANA — «verdadeiramente irrisórias», segundo alguns queixosos —, o que levou os tribunais a sentenciar, em diversos casos dados a conhe-

cer ao EXPRESSO, montantes significativamente superiores. A título de exemplo, num dos processos o tribunal obrigou a ANA a pagar 350 contos depois de esta ter oferecido ao proprietário apenas 19 contos e, noutro caso, a empresa foi condenada a desembolsar 540 contos em vez dos 68 contos que se propunha pagar ao queixoso.

Tem sido, entretanto, comentado em alguns meios ligados ao processo o facto de os peritos contratados pela ANA para as controveras avaliações serem dois técnicos dos serviços do Ministério da Agricultura. Objecto de críticas tem sido, por outro lado, o próprio decreto das servidões aeronáuticas. Com efeito, o diploma não prevê qualquer mecanismo de compensação dos proprietários, nem sequer define o processo de expropriação (aeriana) a executar, o que os coloca «perante uma situação de facto consumado», segundo um dos advogados.

O mesmo caudado, José Luís Araújo, do Porto, entende tratar-se de «uma expropriação que não franquia segundo o Código de Expropriações», defendendo que, em casos destes, «devia preparar-se um processo de expropriação (fornecendo ao dos terrenos) com a respectiva comissão de arbitragem para melhor salvaguarda dos interesses dos particulares».

Por sua vez, a advogada da ANA, Sebastião Garcia, de Lisboa, apesar de considerar que se trata de «um processo idêntico ao de expropriação» não questiona a legislação sobre a matéria e sublinha que «o procedimento da ANA está conforme com a lei».

Mário Rodrigues

CAPITAIS DA MODA
LONDRES * PARIS

PREÇOS ESPECIAIS
DE HOTEL E AVIAO * NOITE DE HOTEL GRATIS

SUPERVIAGENS DIARIAMENTE DE ABRIL A OUTUBRO

COMEMORAÇÃO 10.º ANIVERSÁRIO

VIAGENS MAPA MUNDO

PEÇA PROGRAMA DETALHADO AO SEU AGENTE DE VIAGENS

NADE
ao longo das praias

AR CONDICIONADO

INSTALAÇÃO IMEDIATA
ORÇAMENTOS GRÁTIS

CRÉDITO 410 32 97
FINAC EquiClima LISBOA 410 24 69 - Fax
PORTO 48 92 12/20
48 92 56 - Fax

CRUZEIROS abreu 90

COMPLETAMOS 150 ANOS DE ACTIVIDADE

CRUZEIRO MEDITERRÂNEO
28 DE AGOSTO A 13 DE SETEMBRO DE 1990 13 DIAS DE VIAGEM DE LISBOA A LISBOA
LISBOA - CÍVITA - CASABLANCA - LA VALETTE - TUNIS - PALMA DE MAIORCA
CÍVITA - CÍVITA - LIVORNO - VILLERFRANCHE - LISBOA

ILHAS DO MEDITERRÂNEO OCIDENTAL
28 DE AGOSTO A 5 DE SETEMBRO 9 DIAS DE VIAGEM DE LISBOA A LISBOA
LISBOA - CÍVITA - CASABLANCA - LA VALETTE - TUNIS - PALMA DE MAIORCA

ITALIA E COSTA AZUL
5 A 13 DE SETEMBRO 9 DIAS DE VIAGEM DE LISBOA A LISBOA
LISBOA - CÍVITA - CASABLANCA - LA VALETTE - TUNIS - PALMA DE MAIORCA

abreu
PORTO: Avenida dos Aliados, 207 - Tel. 32 45 24
LISBOA: Avenida da Liberdade, 160 - Tel. 347 64 41
ALGARVE: AMARAL - AVEIRO - BRAGA - CASCAIS - COIMBRA
FARO - FUNCHAL - GUIMARÃES - LEIRIA - PORTIMÃO - VISEU

TECNOFIL 90

2.ª-FEIRA INTERNACIONAL DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

20/24 JUNHO

F.I.L. — FEIRA INTERNACIONAL DE LISBOA

O MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E ENERGIA apoia a criação e adaptação de novos produtos, de novas tecnologias e promove as mudanças tecnológicas na perspectiva da modernização da estrutura empresarial.

O MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E ENERGIA apoia o desenvolvimento tecnológico e pretende colocá-lo ao serviço da Indústria Portuguesa.

IAPMEI — Instituto de apoio às pequenas e médias empresas e ao Investimento

INTEC — Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

Polémica renascida das cinzas

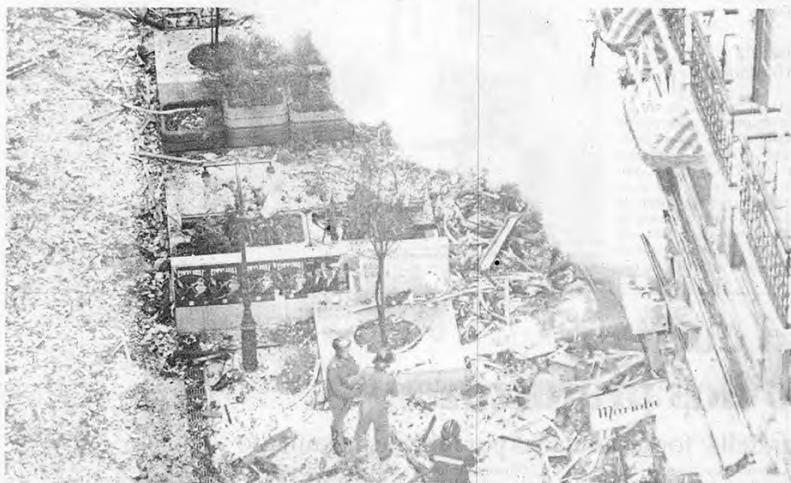
O arranjo da Rua do Carmo impediu o trabalho dos bombeiros?

Responsáveis da corporação negam o que muitos afirmam

Há três anos discutia-se: então e se houver um incêndio? Defensores e críticos do projecto de arranjo da Rua do Carmo dividiam-se. Questões estéticas e de segurança estiveram em debate. Uma via-tura dos bombeiros circulou entre os espaços que viriam a ser ocupados por esplanadas, para provar que o acesso não estava interditado. No entanto, houve toldos que foi necessário recolher.

O incêndio da passada madrugada reacendeu o debate. Ribeiro Telles, por exemplo, não tem dúvidas: os canteiros que ocupam parte da zona central da rua «nunca deviam estar aqui». E acrescentava, em declarações a «O Jornal»: «São um empecilho para os bombeiros. Avisei na altura própria e ninguém me ouviu».

Mas no debate que animou o verão de 1985, uma das personalidades que então se pronunciou foi a directora do Gabinete de Relações Culturais e Internacionais do Ministério da Cultura, hoje secretária de Estado, Teresa Patrício Gouveia. Chamou à Rua do Carmo «uma charada figurada», escreveu no «Expresso» que o arranjo lhe recordava «uma rampa de obstáculos (visto de baixo); um viveiro de trutas (visto de cima)». Acrescentava: «admito, no entanto, que, sobretudo na Rua do Carmo, a circulação de peões era por vezes difícil. Agora é impossível».



A Rua do Carmo depois do incêndio. Há três anos perguntava-se: para quando uma tragédia?

A Associação de Arquitectos, em Setembro de há três anos, requeria a suspensão das obras. Criticava a concepção do projecto e dizia que ali se estava a demonstrar uma «total incompreensão do que é uma rua — local onde sempre coexistem diversas actividades — e, em particular, do que é uma rua

pombalina». Alertava a associação para o facto de estar «bem patente o completo atafalhamento daquela rua».

Inquéritos jornalísticos, então feitos, a comerciantes da zona revelaram que a principal crítica ao projecto tinha a ver com a segurança. Afirmava-se, então,

que os bombeiros não poderiam actuar.

Estes receios de comer ciantes e de empregados dos estabelecimentos levou um grupo de arquitectos da Câmara a vir a público afirmar «que o acesso aos bombeiros está perfeitamente assegurado, tendo havido o

normal cuidado de consultar os serviços competentes». Aqueles técnicos municipais, que integravam o grupo de trabalho nomeado para o estudo dos espaços reservados a peões, garantiram que «a capacidade da rua foi confirmada pelos bombeiros».

Aparentemente, a posição do

comando dos Sapadores Bombeiros mantém-se. Não reflecte, todavia, a opinião dos muitos membros das corporações que combateram o incêndio, que, ao fim manhã, quando o ritmo de trabalho abrandou, não poupavam críticas à Câmara pela ocupação da Rua do Carmo. Em minicomícios, soldados da paz explicavam como as escadas «Magirus», encostadas aos prédios em chamas, não permitiam qualquer intervenção. E afastá-las não era possível, visto que o espaço estava ocupado por canteiros.

Será que haverá alguma outra entidade capaz de esclarecer sobre a segurança da Rua do Carmo e das zonas da Rua Garrett também ocupadas por esplanadas?

Eurico de Melo assumiu uma atitude aparentemente mediadora. Disse: «Se a Rua do Carmo estivesse desimpedida, teria sido mais fácil combater o incêndio».

Carlos Pimenta, deputado ao Parlamento Europeu pelo PSD, personalidade referida como potencial candidato à Câmara de Lisboa, não hesitou em classificar de «parvoíces» os «blocos de cimento» colocados na Rua do Carmo. Acusa de «inconsciência» quem permitiu que o projecto se concretizasse e afirmou que ficou provado que, com o arranjo existente, é impossível a circulação de viaturas de bombeiros em número suficiente para acorrer a um incêndio como o da madrugada do dia 25.

Reconstrução divide arquitectos

Deverão os edifícios a erigir na área sinistrada da Baixa

pombalina manter a traça original? As opiniões dividem-se

No rescaldo do violento incêndio que destruiu, parcialmente, o centro histórico de Lisboa, coloca-se o problema da reconstrução que arrasta consigo a questão de saber que tipo de arquitectura adoptar. E as opiniões já se dividem...

Para o arquitecto Tomás Taveira, apesar da importância histórica e da beleza dos edifícios, estes já não davam resposta às necessidades de um grande armazém ou de um sofisticado escritório: «Há, portanto, que construir algo de actual e inovador. A zona é propícia à edificação de um centro cultural e também de comércio, não podendo, no entanto, ser esquecida a habitação».

«Julgo que esta catástrofe serviu de exemplo do que pode acontecer em zonas muito antigas com construções frágeis, e que são utilizadas para fins diferentes daqueles a que se destinavam originalmente, e sem o mínimo de segurança».

Numa zona como a Baixa foi uma sorte o incêndio não ter atingido proporções mais graves. Devemos ter os melhores bombeiros do mundo. Se o não fossem, como teriam conseguido dominar vários focos, com todas as dificuldades de acesso que tiveram de enfrentar».



Pedro Brandão, Tomás Taveira e Ribeiro Telles. A polémica reacende-se

Segundo o arquitecto Pedro Brandão, «foi preciso muito saloísmo para introduzir as modificações na Rua do Carmo, e foi necessário um cataclismo para o provar». Acrescentou: «Além disso, as renovações dos estabelecimentos comerciais ou não envolveram a substituição dos materiais que já tinham apodrecido ou fizeram-se com materiais ainda mais inflamáveis que os antigos, como os



tectos falsos e as alcatifas, e sem preocupação de segurança».

Na opinião de Pedro Brandão, a reconstrução deve ser feita segundo a traça original, «pois essa é a única forma de evitar choques com os edifícios sobreviventes». Trata-se — disse — além disso — de monumentos que interessa conservar na memória de todos».

Entretanto, num comunica-



do divulgado ao fim da tarde de ontem, a Associação dos Arquitectos Portugueses recordou ter atempadamente criticado as remodelações operadas na Rua do Carmo e que dificultaram o combate ao incêndio. Quanto à reconstrução dos edifícios sinistrados afirmam que «os novos devem ter uma expressão actual, nada de imitação dos edifícios pombalinos, mas que não fira a traça original».

Nuno Teotónio Pereira: «a lição do marquês»

Há que tirar benefícios desta catástrofe. Nisto, a lição do Marquês é fundamental: tem que haver capacidade de decisão, sem precipitações. Será necessário estudo, planeamento e um debate aberto sobre a reconstrução, fazendo apelo a especialistas.

Tal como o Marquês terá feito, e se a catástrofe foi assim tão grande, há que abrir um concurso público de projectos, como aconteceu quando se edificou a baixa pombalina.

É fundamental criar, dentro da Câmara Municipal de Lisboa, um gabinete capaz e competente para conduzir o processo, desde a avaliação dos prejuízos à reconstrução. O projecto tem que estar articulado com o investimento, com a ideia do que se quer fazer na zona, com a definição das actividades que se devem ali manter ou não. Na minha opinião, impõe-se enveredar por atribuir mais espaços à habitação que, praticamente, já não existia na Baixa.

É preciso rapidez de decisão. Se o processo de reconstrução se arrastar, a degradação da zona será irreversível. Recorde-se o caso do Martim Moniz, onde a demora na tomada de decisões conduziu à degradação da praça. É preciso evitar que isso aconteça na Baixa, uma área tão importante para a cidade, e que faz a articulação da zona ribeirinha



Nuno Teotónio Pereira. Capacidade de decisão sem precipitações

com a parte alta de Lisboa.

A Câmara tem responsabilidades devido à permissividade em relação a tudo o que está a acontecer na baixa e não só nas ruas onde houve fogo, nomeadamente o aumento do número de andares, provocando grande desordem. E, depois, há o caso das obras na Rua do Carmo, um desastre que, para além de descaracterizar o espaço urbano, contribui para dificultar o combate aos incêndios.

Relativamente à prevenção, os serviços de incêndios deveriam fazer inspecções periódicas em estabelecimentos de grande dimensão, como eram os que arderam. Os próprios estabelecimentos deveriam possuir equipamento fixe de combate ao fogo, para que tudo não dependesse da chegada dos bombeiros.

EXPRESSO, SÁBADO 10 DE SETEMBRO 1988

Siza Vieira ao EXPRESSO

'Ninguém tenha ilusões: o Chiado não vai voltar a ser o que era'

José Jódice / João Vieira Caldas

Álvaro Siza Vieira, o arquiteto português nomeado esta semana para coordenar a reconstrução do Chiado, diz assumir esta tarefa sem "ideias pré-concebidas". No entanto, alerta desde já que nada ficará como antes.

EXPRESSO — Porque é que acabou este convite? Sei que ainda não visitou o Chiado desde o incêndio. Qual a sua ideia neste momento sobre a reconstrução?

Álvaro Siza Vieira — Este é um desafio que não se pode facilmente recusar. Ainda por cima uma pessoa que não tem sido solicitada no seu país para trabalhos de grande responsabilidade e que tem aceitado outros países não pode recusar uma proposta desta natureza. Mas, neste momento, não penso que deva dizer nada de definitivo. Conheço muito o Chiado e Lisboa e o que necessito neste momento é do máximo de informação, de ter apoio para me informar sobre os problemas da zona do Chiado para encontrar depois uma resposta capaz. Não tenho ideias pré-concebidas, não sei aquilo que já declarei: parece-me ser, no fundamental, um caso de recuperação de ambiente.

Logo, não vejo, por exemplo, qualquer possibilidade de estabelecer uma comparação com o que se passou no terremoto de 1755, em que Lisboa foi arrasada.

Neste caso é uma destruição muito significativa mas profundamente limitada. Fundamentalmente, é um problema de recuperação.

EXP — Não, que sempre vivemos em Lisboa, notamos que o Chiado estava bastante degradado, ultimamente, em termos de qualidade, de vivência. Talvez isso seja uma coisa mais notória para nós, lisboetas... O que é que pensa disso?

Álvaro Siza Vieira — Não será agora um bom momento para tentar recuperar a qualidade comercial, arquitetónica, visual, que essa zona teve noutros tempos?

Álvaro Siza Vieira — Uma coisa é o problema da degradação da Baixa lisboeta, e esses aspectos que foca, da qualidade, que estão ligados com a degradação do nível do comércio existente. Não há dúvida que é uma oportunidade, o incêndio veio constituir uma chamada de atenção, uma pressão e uma congregação de esforços e de vontades para encarar o problema da renovação da Baixa de Lisboa.

A degradação das zonas históricas é um problema que existe em muitas outras cidades. Esta é uma oportunidade de enfrentar esse problema e

creio que isso está nos objetivos.

Outra coisa é o problema concreto da recuperação ou reconstrução da parte sinistrada. É evidente que as duas coisas estão interligadas, mas do ponto de vista operacional e do ponto de vista de prazos, urgências, etc., elas podem ser temporariamente isoladas, embora mantendo-as em relação. Mas são aspectos diferentes: um é um aspecto geral, outro é a resposta a um acidente acidental.

Não se pode fazer recuperação integral

EXP — De qualquer maneira, o que eu quero dizer quando faço esta pergunta é que parece-me que tentar reconstruir exatamente o que lá estava é tentar reconstruir uma coisa de fraca qualidade. Como é que vê que se possa mexer na zona sinistrada tornando-a numa zona de qualidade?

Álvaro Siza Vieira — Quando eu falo em recuperação integral, o contexto em que o disse não era de significar que tudo tem que ser, interiormente, reconstruído como era, com as técnicas antigas, etc. Ainda há ainda um limite: nunca se pode fazer a recuperação integral. Penso-se, por exemplo, no problema da segurança dos edifícios. Para além disso, nunca é possível uma reconstrução integral — ninguém tenta a ilusão de que o Chiado vai voltar a ser o que era, porque mesmo o pó que está sobre os azulejos conta no ambiente de uma rua.

Fa falava de um modo geral e dentro de determinado contexto.

Um homem tranquilo

AOS 55 anos fuma três maços de cigarros por dia, come e bebe sem pensar no assunto e fala pausadamente, reflectidamente, com um discreto mas inconfundível sotaque de quem nasceu em Matosinhos e conserva vivas as suas origens norte-lisboetas.

Álvaro Siza Vieira, um dos arquitetos portugueses mais conhecidos internacionalmente, com prémios pela sua obra de recuperação de zonas antigas em Veneza, Berlim e Haia, tendo recebido este ano o prémio Alvar Aalto, uma espécie de Nobel da arquitectura, atribuído até hoje apenas a seis arquitetos. A uma nota parece pertubar até hoje apenas a seis arquitetos. A uma nota parece pertubar até hoje apenas a seis arquitetos.

Álvaro Siza Vieira — É com uma voz calma e apenas perturbada pela vivacidade do olhar. É com uma voz calma e apenas perturbada pela vivacidade do olhar.

Álvaro Siza Vieira — É com uma voz calma e apenas perturbada pela vivacidade do olhar.

quando não debate, que surgiu imediatamente após o desastre do Chiado se sugeria a transformação completa e se estabelecessem algumas comparações com o que se passou após o terremoto. Mas a recuperação integral, era um plano muito geral de discussão. Eu considero incorrectas as comparações com as condições objectivas depois do terremoto.

Entrar mais em detalhe só com um estudo e com os levantamentos que, então, estão já a ser feitos, sobre multissimos problemas técnicos relativamente ao pré-existente e a necessidades futuras — programas, actividades na zona, medidas de segurança, regulamentação dos edifícios, etc.

EXP — Depois do incêndio levantou-se a questão de voltar a dar vida ao Chiado, de o tornar habitado. O Chiado queríamos da nossa memória era um Chiado habitado. Como é que é possível fazer isso hoje?

Álvaro Siza Vieira — Acho que é um aspecto fundamental, no Chiado como em qualquer centro histórico de cidade europeia. Por outro lado é um aspecto muito importante quando se pensa em preservar, por quanto muitos dos edifícios ali existentes foram construídos, tanto quanto eu sei, para habitação.

Se se pensa em recuperação, isso passa pela recuperação de tipologias — que eram tipologias de habitação. Se isso é ou não possível, é uma questão que toca em problemas muito importantes para o projecto. Se o Chiado fosse habitado não teria acontecido aquele incêndio, o que só se pode explicar pelo abandono quase total daquela zona durante a noite. Se houvesse ali gente a viver, naturalmente que as medidas a ser tomadas teriam sido de callar imediações, elementos. Por exemplo, no Barredo qualquer primeiro foco de incêndio tocava imediatamente na perna de algum dos habitantes.

Referendo

EXP — Portanto, o problema do Chiado, nesse ponto de vista, é um problema de toda a Baixa, de toda a parte antiga da cidade.

Álvaro Siza Vieira — Sim, com certeza que é. E quando eu falo nos limites da recuperação urgente do Chiado, isso não significa, do ponto de vista processual (de projecto e de construção), que não existe a urgência de imediatamente pensar o problema num âmbito mais vasto, até porque o isolamento isolado dessa parte que ando não pode abstrair o que vem das zonas envolventes.

É necessário que faça parte da preparação das bases para um projecto de estudo amplo, um amplo debate sobre a zona envolvente do Chiado.

EXP — Como é que esse amplo debate pode ser feito? Foi levantada a hipótese de se fazer um referendo à população de Lisboa...

Álvaro Siza Vieira — O referendo, tanto quanto me parece, pressupõe um conhecimento bastante profundo dos problemas em questão. De certa maneira seria tão superficial o referendo imediato à população como um projecto de medição para os problemas do

NACIONAL

Chiado. O que eu acho necessário e urgente é aprofundar um estudo sobre os problemas da zona sinistrada, mas de uma forma mais vasta. Digamos que recuperando o tempo perdido no encargo dos problemas gerais do centro da cidade. Esta é uma oportunidade que pressiona toda a gente.

EXP — Em relação ao tempo que poderá ser recuperado aquela zona da cidade, o presidente da Câmara tem prometido à população que dentro de um ano se poderão começar os trabalhos de recuperação. Em relação a todo o projecto que é necessário fazer até chegar lá, não é um prazo relativamente curto?

Álvaro Siza Vieira — Não hesitei responder, depende de muitas coisas: depende da rapidez na tomada das decisões — que poderão ser rápidas ou não. Envolve problemas muito complexos.

EXP — Mas em termos até do próprio projecto a desenvolver, em termos de arquitectura?

Álvaro Siza Vieira — Não se refere a projectos de arquitectura, nós estamos já habituados a pressões que vão até ao impossível do ponto de vista da urgência dos projectos. Essa urgência é um facto mas a meta importante é a da realização, essa require bases sólidas, que estão a ser construídas e que terão o seu ritmo. É imprevisível, quanto a mim. Acredito que o presidente tenha previsto, ou até indicativo, que lhe permitam dar essa data como meta. Eu não sei.

EXP — A que conteúdo é que chegou com a Associação dos Arquitectos quanto ao processo de desenvolvimento dos projectos e de todo o plano que diz respeito ao Chiado?

Álvaro Siza Vieira — Interessava-me saber qual a proposta da Associação Portuguesa dos Arquitectos de reunir o esforço, a convocação de desenvolvimento dos projectos e de todo o plano que diz respeito ao Chiado. É importante saber qual a proposta da Associação Portuguesa dos Arquitectos de reunir o esforço, a convocação de desenvolvimento dos projectos e de todo o plano que diz respeito ao Chiado.

Debate através de desenhos

EXP — Escolheu de que forma? Por concurso?

Álvaro Siza Vieira — Este assunto está a ser estudado pela referida Associação, em contacto com a Câmara de Lisboa, mas esses aspectos de pormenor. O que discutimos, fundamentalmente, tem sido sobre esta fase do trabalho. O consenso a que se chegou é de que, paralelamente ao le-

vantamentos que estão a ser feitos pela própria Câmara, se farão concursos de ideias, não centradas exclusivamente na zona sinistrada mas num âmbito muito mais vasto. Digamos que uma forma de debate do problema do Chiado através do desenho, e de qual será provavelmente um leque muito grande de ideias e que permite evitar um certo funil de pensamento na organização do programa.

EXP — Voltando um pouco atrás, a questão da manutenção ou não das fachadas e dos interiores. Admite arquitecturas interiores ou exteriores, dissonantes com a Baixa existente?

Álvaro Siza Vieira — Não tenho ainda em pormenor os problemas da zona, mas certamente será uma ideia tão simples que acaba por ser inviável. É demasiado simples. Na arquitectura, a ligação entre interior e exterior é um facto, não é tão pacífico assim. Agora, o que for, envolve — para além de muitas considerações — que eu não conheço — muitos problemas técnicos dos quais não temos uma ideia precisa. O que vier a sair será provavelmente mais complexo. Uma coisa é certa: tendo em conta a dimensão da zona sinistrada, esta é uma zona com muito carácter e muito viva, na qual os edifícios — arruinados ou não — têm um peso muito grande na nossa memória, tudo o que for pensado e feito de novo terá de ser em conta esse peso. Seja renovar, ou recuperar, o que houver de diferente tem de estar carregado do que era o Chiado.

O processo de transformação das cidades faz-se sempre. Não faz sentido considerar um drama a modificação de um ou outro pormenor. Não defendo a preservação. O que é preciso é que o que exista e existe ainda neste bocado do Chiado seja o fundamento do que se vai fazer. Se é diferente ou se vai fazer, se é diferente ou se vai fazer, se é diferente ou se vai fazer.

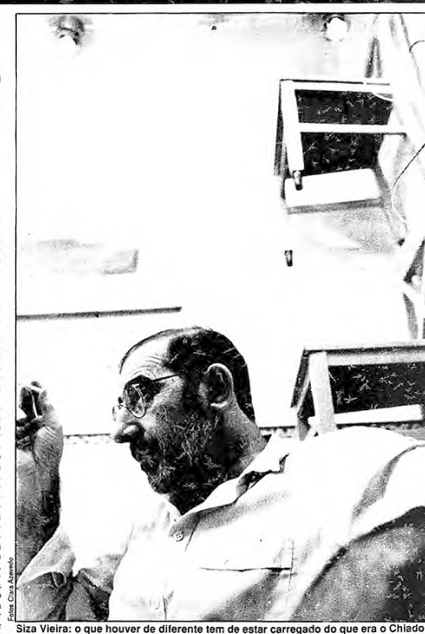
EXP — Uma intervenção arquitectónica no Chiado semelhante, por exemplo, à do Centro Pompidou, em Paris, seria admissível?

Álvaro Siza Vieira — Penso que o Centro Pompidou, com todo o interesse que tem como centro cultural, criou nessa zona de Paris muitos problemas que provavelmente estão por resolver: a mudança brutal de uso, de população, etc. Provavelmente são essas mudanças brutais que explicam as dificuldades do ponto de vista da criação do ambiente arquitectónico. Sapego que ninguém irá visitar o Centro Pompidou para avaliar o interesse ambiental, arquitectónico, mas sim porque se passa lá muita coisa e há muita actividade. Abriu muitas feridas e não vejo que seja o tipo de intervenção adequado.

Preservar ambientes

EXP — Como é que vê o problema da integração das lojas no problema mais geral da reconstrução da Baixa?

Álvaro Siza Vieira — Penso que o Centro Pompidou, com todo o interesse que tem como centro cultural, criou nessa zona de Paris muitos



Siza Vieira: o que houver de diferente tem de estar carregado do que era o Chiado

Álvaro Siza Vieira — Tanto quanto eu sei, haverá algumas lojas de comércio-chão no Chiado, alguns ambientes, por exemplo a Ferraria, que terão uma importância muito grande como referência — principalmente para os cidadãos de Lisboa — e que eventualmente serão necessários recuperar. Mas não se deve adoptar como solução geral que todas as lojas devam ser refeitas. É necessário preservar certos ambientes, mas não se deve generalizar.

EXP — Uma intervenção arquitectónica no Chiado semelhante, por exemplo, à do Centro Pompidou, em Paris, seria admissível?

Álvaro Siza Vieira — Penso que o Centro Pompidou, com todo o interesse que tem como centro cultural, criou nessa zona de Paris muitos

problemas que provavelmente estão por resolver: a mudança brutal de uso, de população, etc. Provavelmente são essas mudanças brutais que explicam as dificuldades do ponto de vista da criação do ambiente arquitectónico. Sapego que ninguém irá visitar o Centro Pompidou para avaliar o interesse ambiental, arquitectónico, mas sim porque se passa lá muita coisa e há muita actividade. Abriu muitas feridas e não vejo que seja o tipo de intervenção adequado.

EXP — Uma intervenção arquitectónica no Chiado semelhante, por exemplo, à do Centro Pompidou, em Paris, seria admissível?

Álvaro Siza Vieira — Penso que o Centro Pompidou, com todo o interesse que tem como centro cultural, criou nessa zona de Paris muitos

problemas que provavelmente estão por resolver: a mudança brutal de uso, de população, etc. Provavelmente são essas mudanças brutais que explicam as dificuldades do ponto de vista da criação do ambiente arquitectónico. Sapego que ninguém irá visitar o Centro Pompidou para avaliar o interesse ambiental, arquitectónico, mas sim porque se passa lá muita coisa e há muita actividade. Abriu muitas feridas e não vejo que seja o tipo de intervenção adequado.

EXP — Uma intervenção arquitectónica no Chiado semelhante, por exemplo, à do Centro Pompidou, em Paris, seria admissível?

Álvaro Siza Vieira — Penso que o Centro Pompidou, com todo o interesse que tem como centro cultural, criou nessa zona de Paris muitos

problemas que provavelmente estão por resolver: a mudança brutal de uso, de população, etc. Provavelmente são essas mudanças brutais que explicam as dificuldades do ponto de vista da criação do ambiente arquitectónico. Sapego que ninguém irá visitar o Centro Pompidou para avaliar o interesse ambiental, arquitectónico, mas sim porque se passa lá muita coisa e há muita actividade. Abriu muitas feridas e não vejo que seja o tipo de intervenção adequado.

EXP — Uma intervenção arquitectónica no Chiado semelhante, por exemplo, à do Centro Pompidou, em Paris, seria admissível?

Álvaro Siza Vieira — Penso que o Centro Pompidou, com todo o interesse que tem como centro cultural, criou nessa zona de Paris muitos

problemas que provavelmente estão por resolver: a mudança brutal de uso, de população, etc. Provavelmente são essas mudanças brutais que explicam as dificuldades do ponto de vista da criação do ambiente arquitectónico. Sapego que ninguém irá visitar o Centro Pompidou para avaliar o interesse ambiental, arquitectónico, mas sim porque se passa lá muita coisa e há muita actividade. Abriu muitas feridas e não vejo que seja o tipo de intervenção adequado.

EXP — Uma intervenção arquitectónica no Chiado semelhante, por exemplo, à do Centro Pompidou, em Paris, seria admissível?

Álvaro Siza Vieira — Penso que o Centro Pompidou, com todo o interesse que tem como centro cultural, criou nessa zona de Paris muitos

problemas que provavelmente estão por resolver: a mudança brutal de uso, de população, etc. Provavelmente são essas mudanças brutais que explicam as dificuldades do ponto de vista da criação do ambiente arquitectónico. Sapego que ninguém irá visitar o Centro Pompidou para avaliar o interesse ambiental, arquitectónico, mas sim porque se passa lá muita coisa e há muita actividade. Abriu muitas feridas e não vejo que seja o tipo de intervenção adequado.

EXP — Uma intervenção arquitectónica no Chiado semelhante, por exemplo, à do Centro Pompidou, em Paris, seria admissível?

Álvaro Siza Vieira — Penso que o Centro Pompidou, com todo o interesse que tem como centro cultural, criou nessa zona de Paris muitos

problemas que provavelmente estão por resolver: a mudança brutal de uso, de população, etc. Provavelmente são essas mudanças brutais que explicam as dificuldades do ponto de vista da criação do ambiente arquitectónico. Sapego que ninguém irá visitar o Centro Pompidou para avaliar o interesse ambiental, arquitectónico, mas sim porque se passa lá muita coisa e há muita actividade. Abriu muitas feridas e não vejo que seja o tipo de intervenção adequado.

EXP — Uma intervenção arquitectónica no Chiado semelhante, por exemplo, à do Centro Pompidou, em Paris, seria admissível?

Álvaro Siza Vieira — Penso que o Centro Pompidou, com todo o interesse que tem como centro cultural, criou nessa zona de Paris muitos

problemas que provavelmente estão por resolver: a mudança brutal de uso, de população, etc. Provavelmente são essas mudanças brutais que explicam as dificuldades do ponto de vista da criação do ambiente arquitectónico. Sapego que ninguém irá visitar o Centro Pompidou para avaliar o interesse ambiental, arquitectónico, mas sim porque se passa lá muita coisa e há muita actividade. Abriu muitas feridas e não vejo que seja o tipo de intervenção adequado.

EXP — Uma intervenção arquitectónica no Chiado semelhante, por exemplo, à do Centro Pompidou, em Paris, seria admissível?

Álvaro Siza Vieira — Penso que o Centro Pompidou, com todo o interesse que tem como centro cultural, criou nessa zona de Paris muitos

problemas que provavelmente estão por resolver: a mudança brutal de uso, de população, etc. Provavelmente são essas mudanças brutais que explicam as dificuldades do ponto de vista da criação do ambiente arquitectónico. Sapego que ninguém irá visitar o Centro Pompidou para avaliar o interesse ambiental, arquitectónico, mas sim porque se passa lá muita coisa e há muita actividade. Abriu muitas feridas e não vejo que seja o tipo de intervenção adequado.

EXP — Uma intervenção arquitectónica no Chiado semelhante, por exemplo, à do Centro Pompidou, em Paris, seria admissível?

Álvaro Siza Vieira — Penso que o Centro Pompidou, com todo o interesse que tem como centro cultural, criou nessa zona de Paris muitos

problemas que provavelmente estão por resolver: a mudança brutal de uso, de população, etc. Provavelmente são essas mudanças brutais que explicam as dificuldades do ponto de vista da criação do ambiente arquitectónico. Sapego que ninguém irá visitar o Centro Pompidou para avaliar o interesse ambiental, arquitectónico, mas sim porque se passa lá muita coisa e há muita actividade. Abriu muitas feridas e não vejo que seja o tipo de intervenção adequado.

EXP — Uma intervenção arquitectónica no Chiado semelhante, por exemplo, à do Centro Pompidou, em Paris, seria admissível?

Álvaro Siza Vieira — Penso que o Centro Pompidou, com todo o interesse que tem como centro cultural, criou nessa zona de Paris muitos

problemas que provavelmente estão por resolver: a mudança brutal de uso, de população, etc. Provavelmente são essas mudanças brutais que explicam as dificuldades do ponto de vista da criação do ambiente arquitectónico. Sapego que ninguém irá visitar o Centro Pompidou para avaliar o interesse ambiental, arquitectónico, mas sim porque se passa lá muita coisa e há muita actividade. Abriu muitas feridas e não vejo que seja o tipo de intervenção adequado.

EXP — Uma intervenção arquitectónica no Chiado semelhante, por exemplo, à do Centro Pompidou, em Paris, seria admissível?

Álvaro Siza Vieira — Penso que o Centro Pompidou, com todo o interesse que tem como centro cultural, criou nessa zona de Paris muitos

problemas que provavelmente estão por resolver: a mudança brutal de uso, de população, etc. Provavelmente são essas mudanças brutais que explicam as dificuldades do ponto de vista da criação do ambiente arquitectónico. Sapego que ninguém irá visitar o Centro Pompidou para avaliar o interesse ambiental, arquitectónico, mas sim porque se passa lá muita coisa e há muita actividade. Abriu muitas feridas e não vejo que seja o tipo de intervenção adequado.

EXP — Uma intervenção arquitectónica no Chiado semelhante, por exemplo, à do Centro Pompidou, em Paris, seria admissível?

Álvaro Siza Vieira — Penso que o Centro Pompidou, com todo o interesse que tem como centro cultural, criou nessa zona de Paris muitos

problemas que provavelmente estão por resolver: a mudança brutal de uso, de população, etc. Provavelmente são essas mudanças brutais que explicam as dificuldades do ponto de vista da criação do ambiente arquitectónico. Sapego que ninguém irá visitar o Centro Pompidou para avaliar o interesse ambiental, arquitectónico, mas sim porque se passa lá muita coisa e há muita actividade. Abriu muitas feridas e não vejo que seja o tipo de intervenção adequado.

EXP — Uma intervenção arquitectónica no Chiado semelhante, por exemplo, à do Centro Pompidou, em Paris, seria admissível?

Álvaro Siza Vieira — Penso que o Centro Pompidou, com todo o interesse que tem como centro cultural, criou nessa zona de Paris muitos

problemas que provavelmente estão por resolver: a mudança brutal de uso, de população, etc. Provavelmente são essas mudanças brutais que explicam as dificuldades do ponto de vista da criação do ambiente arquitectónico. Sapego que ninguém irá visitar o Centro Pompidou para avaliar o interesse ambiental, arquitectónico, mas sim porque se passa lá muita coisa e há muita actividade. Abriu muitas feridas e não vejo que seja o tipo de intervenção adequado.

EXP — Uma intervenção arquitectónica no Chiado semelhante, por exemplo, à do Centro Pompidou, em Paris, seria admissível?

Álvaro Siza Vieira — Penso que o Centro Pompidou, com todo o interesse que tem como centro cultural, criou nessa zona de Paris muitos

problemas que provavelmente estão por resolver: a mudança brutal de uso, de população, etc. Provavelmente são essas mudanças brutais que explicam as dificuldades do ponto de vista da criação do ambiente arquitectónico. Sapego que ninguém irá visitar o Centro Pompidou para avaliar o interesse ambiental, arquitectónico, mas sim porque se passa lá muita coisa e há muita actividade. Abriu muitas feridas e não vejo que seja o tipo de intervenção adequado.

EXP — Uma intervenção arquitectónica no Chiado semelhante, por exemplo, à do Centro Pompidou, em Paris, seria admissível?

Álvaro Siza Vieira — Penso que o Centro Pompidou, com todo o interesse que tem como centro cultural, criou nessa zona de Paris muitos

problemas que provavelmente estão por resolver: a mudança brutal de uso, de população, etc. Provavelmente são essas mudanças brutais que explicam as dificuldades do ponto de vista da criação do ambiente arquitectónico. Sapego que ninguém irá visitar o Centro Pompidou para avaliar o interesse ambiental, arquitectónico, mas sim porque se passa lá muita coisa e há muita actividade. Abriu muitas feridas e não vejo que seja o tipo de intervenção adequado.

EXP — Uma intervenção arquitectónica no Chiado semelhante, por exemplo, à do Centro Pompidou, em Paris, seria admissível?

Álvaro Siza Vieira — Penso que o Centro Pompidou, com todo o interesse que tem como centro cultural, criou nessa zona de Paris muitos

problemas que provavelmente estão por resolver: a mudança brutal de uso, de população, etc. Provavelmente são essas mudanças brutais que explicam as dificuldades do ponto de vista da criação do ambiente arquitectónico. Sapego que ninguém irá visitar o Centro Pompidou para avaliar o interesse ambiental, arquitectónico, mas sim porque se passa lá muita coisa e há muita actividade. Abriu muitas feridas e não vejo que seja o tipo de intervenção adequado.

EXP — Uma intervenção arquitectónica no Chiado semelhante, por exemplo, à do Centro Pompidou, em Paris, seria admissível?

Álvaro Siza Vieira — Penso que o Centro Pompidou, com todo o interesse que tem como centro cultural, criou nessa zona de Paris muitos

problemas que provavelmente estão por resolver: a mudança brutal de uso, de população, etc. Provavelmente são essas mudanças brutais que explicam as dificuldades do ponto de vista da criação do ambiente arquitectónico. Sapego que ninguém irá visitar o Centro Pompidou para avaliar o interesse ambiental, arquitectónico, mas sim porque se passa lá muita coisa e há muita actividade. Abriu muitas feridas e não vejo que seja o tipo de intervenção adequado.

EXP — Uma intervenção arquitectónica no Chiado semelhante, por exemplo, à do Centro Pompidou, em Paris, seria admissível?

Álvaro Siza Vieira — Penso que o Centro Pompidou, com todo o interesse que tem como centro cultural, criou nessa zona de Paris muitos

problemas que provavelmente estão por resolver: a mudança brutal de uso, de população, etc. Provavelmente são essas mudanças brutais que explicam as dificuldades do ponto de vista da criação do ambiente arquitectónico. Sapego que ninguém irá visitar o Centro Pompidou para avaliar o interesse ambiental, arquitectónico, mas sim porque se passa lá muita coisa e há muita actividade. Abriu muitas feridas e não vejo que seja o tipo de intervenção adequado.

EXP — Uma intervenção arquitectónica no Chiado semelhante, por exemplo, à do Centro Pompidou, em Paris, seria admissível?

Álvaro Siza Vieira — Penso que o Centro Pompidou, com todo o interesse que tem como centro cultural, criou nessa zona de Paris muitos

problemas que provavelmente estão por resolver: a mudança brutal de uso, de população, etc. Provavelmente são essas mudanças brutais que explicam as dificuldades do ponto de vista da criação do ambiente arquitectónico. Sapego que ninguém irá visitar o Centro Pompidou para avaliar o interesse ambiental, arquitectónico, mas sim porque se passa lá muita coisa e há muita actividade. Abriu muitas feridas e não vejo que seja o tipo de intervenção adequado.

EXP — Uma intervenção arquitectónica no Chiado semelhante, por exemplo, à do Centro Pompidou, em Paris, seria admissível?

Álvaro Siza Vieira — Penso que o Centro Pompidou, com todo o interesse que tem como centro cultural, criou nessa zona de Paris muitos

problemas que provavelmente estão por resolver: a mudança brutal de uso, de população, etc. Provavelmente são essas mudanças brutais que explicam as dificuldades do ponto de vista da criação do ambiente arquitectónico. Sapego que ninguém irá visitar o Centro Pompidou para avaliar o interesse ambiental, arquitectónico, mas sim porque se passa lá muita coisa e há muita actividade. Abriu muitas feridas e não vejo que seja o tipo de intervenção adequado.

EXP — Uma intervenção arquitectónica no Chiado semelhante, por exemplo, à do Centro Pompidou, em Paris, seria admissível?

Álvaro Siza Vieira — Penso que o Centro Pompidou, com todo o interesse que tem como centro cultural, criou nessa zona de Paris muitos

problemas que provavelmente estão por resolver: a mudança brutal de uso, de população, etc. Provavelmente são essas mudanças brutais que explicam as dificuldades do ponto de vista da criação do ambiente arquitectónico. Sapego que ninguém irá visitar o Centro Pompidou para avaliar o interesse ambiental, arquitectónico, mas sim porque se passa lá muita coisa e há muita actividade. Abriu muitas feridas e não vejo que seja o tipo de intervenção adequado.

EXP — Uma intervenção arquitectónica no Chiado semelhante, por exemplo, à do Centro Pompidou, em Paris, seria admissível?

Álvaro Siza Vieira — Penso que o Centro Pompidou, com todo o interesse que tem como centro cultural, criou nessa zona de Paris muitos

problemas que provavelmente estão por resolver: a mudança brutal de uso, de população, etc. Provavelmente são essas mudanças brutais que explicam as dificuldades do ponto de vista da criação do ambiente arquitectónico. Sapego que ninguém irá visitar o Centro Pompidou para avaliar o interesse ambiental, arquitectónico, mas sim porque se passa lá muita coisa e há muita actividade. Abriu muitas feridas e não vejo que seja o tipo de intervenção adequado.

EXP — Uma intervenção arquitectónica no Chiado semelhante, por exemplo, à do Centro Pompidou, em Paris, seria admissível?

Álvaro Siza Vieira — Penso que o Centro Pompidou, com todo o interesse que tem como centro cultural, criou nessa zona de Paris muitos

problemas que provavelmente estão por resolver: a mudança brutal de uso, de população, etc. Provavelmente são essas mudanças brutais que explicam as dificuldades do ponto de vista da criação do ambiente arquitectónico. Sapego que ninguém irá visitar o Centro Pompidou para avaliar o interesse ambiental, arquitectónico, mas sim porque se passa lá muita coisa e há muita actividade. Abriu muitas feridas e não vejo que seja o tipo de intervenção adequado.

EXP — Uma intervenção arquitectónica no Chiado semelhante, por exemplo, à do Centro Pompidou, em Paris, seria admissível?

Álvaro Siza Vieira — Penso que o Centro Pompidou, com todo o interesse que tem como centro cultural, criou nessa zona de Paris muitos

problemas que provavelmente estão por resolver: a mudança brutal de uso, de população, etc. Provavelmente são essas mudanças brutais que explicam as dificuldades do ponto de vista da criação do ambiente arquitectónico. Sapego que ninguém irá visitar o Centro Pompidou para avaliar o interesse ambiental, arquitectónico, mas sim porque se passa lá muita coisa e há muita actividade. Abriu muitas feridas e não vejo que seja o tipo de intervenção adequado.

EXP — Uma intervenção arquitectónica no Chiado semelhante, por exemplo, à do Centro Pompidou, em Paris, seria admissível?

Álvaro Siza Vieira — Penso que o Centro Pompidou, com todo o interesse que tem como centro cultural, criou nessa zona de Paris muitos

problemas que provavelmente estão por resolver: a mudança brutal de uso, de população, etc. Provavelmente são essas mudanças brutais que explicam as dificuldades do ponto de vista da criação do ambiente arquitectónico. Sapego que ninguém irá visitar o Centro Pompidou para avaliar o interesse ambiental, arquitectónico, mas sim porque se passa lá muita coisa e há muita actividade. Abriu muitas feridas e não vejo que seja o tipo de intervenção adequado.

EXP — Uma intervenção arquitectónica no Chiado semelhante, por exemplo, à do Centro Pompidou, em Paris, seria admissível?

Álvaro Siza Vieira — Penso que o Centro Pompidou, com todo o interesse que tem como centro cultural, criou nessa zona de Paris muitos

problemas que provavelmente estão por resolver: a mudança brutal de uso, de população, etc. Provavelmente são essas mudanças brutais que explicam as dificuldades do ponto de vista da criação do ambiente arquitectónico. Sapego que ninguém irá visitar o Centro Pompidou para avaliar o interesse ambiental, arquitectónico, mas sim porque se passa lá muita coisa e há muita actividade. Abriu muitas feridas e não vejo que seja o tipo de intervenção adequado.

EXP — Uma intervenção arquitectónica no Chiado semelhante, por exemplo, à do Centro Pompidou, em Paris, seria admissível?

Álvaro Siza Vieira — Penso que o Centro Pompidou, com todo o interesse que tem como centro cultural, criou nessa zona de Paris muitos

problemas que provavelmente estão por resolver: a mudança brutal de uso, de população, etc. Provavelmente são essas mudanças brutais que explicam as dificuldades do ponto de vista da criação do ambiente arquitectónico. Sapego que ninguém irá visitar o Centro Pompidou para avaliar o interesse ambiental, arquitectónico, mas sim porque se passa lá muita coisa e há muita actividade. Abriu muitas feridas e não vejo que seja o tipo de intervenção adequado.

EXP — Uma intervenção arquitectónica no Chiado semelhante, por exemplo, à do Centro Pompidou, em Paris, seria admiss

O que pensam os arquitectos da escolha de Siza Vieira

A escolha do arquitecto Siza Vieira para dirigir as obras de recuperação do Chiado causou a maior surpresa entre todos os sectores interessados — e em particular entre os arquitectos. O EXPRESSO pediu a opinião a sete dos principais arquitectos portugueses, representantes de várias correntes da arquitectura contemporânea ou autores de sugestões sobre o modo de intervir na zona sinistrada

1. Que pensa da solução adoptada pela CML de convidar um arquitecto para supervisionar a reconstrução do Chiado?
2. Que pensa da escolha de Siza Vieira?
3. Que faria no Chiado?

Manuel Graça Dias:
"Garantia de qualidade"

1. É uma boa solução tratando-se do arquitecto que foi escolhido, que dará uma garantia de qualidade ao super-visionar o plano que irá ser feito.
2. O Chiado não era o que se tem dito por aí. Era já uma zona desmazelada. O tipo de comércio já não tinha nada a ver com o do princípio do século. A Rua do Carmo, cheia de canteiros e de degraus, tornara-se grotesca. Tirando a Ferrari e a Casa Batalha, as outras lojas eram enúncias e podiam existir em qualquer zona de subúrbio da cidade.
3. É preciso fazer dali uma zona chique de compras e

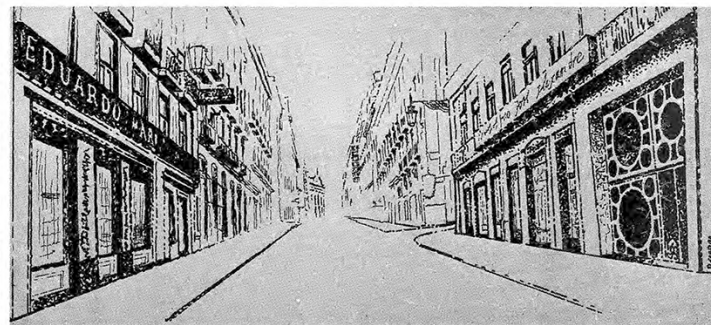
passo, eventualmente com restaurantes e lojas, que todas as cidades europeias têm e Lisboa não. A questão de se reproduzir milimetricamente a zona à data de 25 de Agosto, com as lojas e os letreiros luminosos, não se pôde. É necessário permitir a evolução. Não se compreende que se vá congelar a situação como no momento em que arde. Não é destruição para fazer de novo, mas já que arde...
Havendo regras do Pombalino a nível de altura e das fachadas mudarem. As pessoas não olhavam para os prédios, só viam as lojas e não

os edifícios. O Grandela não respeitava o pombalino, era meio afrancesado, mas agora que ardeu copiar é uma parvoíce.

35 anos, licenciado pela ESBA em 1977

António Marques Miguel:
"Escolha inteligente"

1. É uma atitude inteligente por parte da Câmara porque ganha tempo para responder às críticas que possam surgir. De qualquer modo, penso que é um contra-senso que seja anunciado um concurso e depois a mesma entidade convide um arquitecto. Não entendo como se passa de uma situação para outra.
2. É inteligente a escolha. Não vem a propósito ser uma pessoa de fora de Lisboa e não se sabe em que termos foi feito esse convite.
3. Não defendo o concurso como tal. Se houver o concurso de ideias e eu concorrer, os proprietários e as entidades envolvidas podem mandar fazer os projectos a quem quiserem. Se houver o tal concurso, talvez me interesse mandar essa provocação. O miolo é que está na memória das pessoas. Manter o interior e alterar as fachadas. Quando se pergunta às pessoas o que pensam do Chiado, elas referem-se mais ao interior do que às fachadas, para as quais nem sequer olham.



das, para as quais nem sequer olham.
47 anos, licenciado em 1973 pela ESBA

Carlos Duarte:
"Escolha muito feliz"

1. Estava com muito receio de que essa solução fosse adoptada, mas a escolha do arquitecto Siza Vieira foi uma boa escolha.
2. Plenamente de acordo, foi uma escolha muito feliz.
3. Penso que uma atitude puramente passiva de reconstrução integral seria má solução. Bom seria a manutenção das fachadas dos edifícios que podem ficar.
Manteria todas as possibilidades, à excepção das de dois edifícios, os do Chiado e Grandela. Não apenas por um problema de estética urbana, mas também de revitalização da Baixa. Esses edifícios nem sequer são pombalinos e ocupam grandes áreas que podem ser aproveitadas para novas criações comerciais, que eram impossíveis nos edifícios antigos. O facto de se tratar de uma arquitectura de outra época, moderna, poder-se-ia harmonizar com o existente. E temos o exemplo da Praça de São Marcos, onde diversas opções constituem um todo integral de grande harmonia.

A permanência dos outros edifícios garantiria o carácter essencial dessas artérias. O problema está fundamentalmente na qualidade daquilo que se projecta e no cuidado a ter nas mesmas obras.

3. A reconstrução do Chiado não é só um problema de arquitectura e de urbanística. É mais complexo e ultrapassa a arquitectura. O problema do Chiado é a decadência de uma zona central de uma cidade europeia. É um sítio perdido, que estava em decadência que agora se acentua. O problema importante da arquitectura fica resolvido pelo Siza, mas como é que se consegue dar-lhe vida?

Os grandes armazéns eram o pior, os mais velhos e com mais combustível. Mas que habitação? Águas furtadas decedentes onde viviam vinhos pior que em certas zonas de barracas. Que zona comercial? Não se vai acentuar a tendência de fuga para outras zonas da cidade? Leva cinco a dez anos para dar vida ao Chiado, para as pessoas voltarem à zona preferida, que afinal já não é o era tanto.

47 anos, licenciado pela ESBA em 1973

José Manuel Fernandes:
"Escolha acertada"

1. Há a solução do concurso e a do convite. Acho que é uma das soluções possíveis.
2. Uma escolha possível e, neste caso, acertada. Tenho pena de não ser um colega lisboeta. A escolha mais delicada, mais correcta seria fazendo uma associação com um colega de Lisboa que o pudesse de alguma maneira apoiar. E como se faz no resto da Europa, na Alemanha e na Holanda.
Existem duas vantagens nisso: uma é o apoio prático, concreto, às pessoas do sítio ajudando quem vier de fora a interiorizar o problema (como o próprio Siza Vieira dizia, em entrevista, dois dias depois do incêndio, não coíbe a área). A outra é a possibilidade de se fazerem protestos e tristezas de colegas da capital por não serem eles os escolhidos.

3. A reconstrução do Chiado não é só um problema de arquitectura e de urbanística. É mais complexo e ultrapassa a arquitectura. O problema do Chiado é a decadência de uma zona central de uma cidade europeia. É um sítio perdido, que estava em decadência que agora se acentua. O problema importante da arquitectura fica resolvido pelo Siza, mas como é que se consegue dar-lhe vida?

Os grandes armazéns eram o pior, os mais velhos e com mais combustível. Mas que habitação? Águas furtadas decedentes onde viviam vinhos pior que em certas zonas de barracas. Que zona comercial? Não se vai acentuar a tendência de fuga para outras zonas da cidade? Leva cinco a dez anos para dar vida ao Chiado, para as pessoas voltarem à zona preferida, que afinal já não é o era tanto.

Os grandes armazéns eram o pior, os mais velhos e com mais combustível. Mas que habitação? Águas furtadas decedentes onde viviam vinhos pior que em certas zonas de barracas. Que zona comercial? Não se vai acentuar a tendência de fuga para outras zonas da cidade? Leva cinco a dez anos para dar vida ao Chiado, para as pessoas voltarem à zona preferida, que afinal já não é o era tanto.

47 anos, licenciado pela ESBA em 1973

Tomás Taveira:
"Felicidades"

1. Penso que é acima de tudo um enorme prestígio para a nossa profissão, que apesar de tudo não tem sido alvo de grande apreço por parte da administração em geral e do Estado. É uma prova disso é a permissibilidade quanto ao recurso frequente a outro tipo de profis-

sionais menos qualificados para intervir no cenário urbano.

Existem variados exemplos em que nós, arquitectos, fomos preteridos em nome de uma eficiência equivocada, quando é facto que existem já em Portugal profissionais de grande sensibilidade e cultura capazes de tomar conta de zonas monumentais de rara delicadeza. A cena urbana não se resume a funções nem a dados estatísticos, mas é acima de tudo o grande cenário de cultura.

2. Trata-se de uma escolha acertada e possível. Uma das coisas de que estou convencido é de que não é admissível fazer-se um "concurso" quando estão em causa valores de cultura nacionais como no caso presente. A Batalha, os Jerónimos ou a Basílica da Estrela não foram produto de um concurso. O mesmo é dizer que acedendo ao sistema de licitação e à escolha propriamente dita.

3. Após a notificação de um colega para tomar conta da reconstrução do Chiado, soube por mais delicado deixar de ter "ideias" até que ele, ou alguém por ele, mas venha a pedir, o que duvido. Quem quer que seja encarregado de fazer este estudo deve estar sereno, e portanto não deve ser pressões de ordem corporativa (dos arquitectos ou qualquer outra) ou de ordem cultural.

Se o Siza Vieira for de facto encarregado do trabalho, espero que o deixem praticar o exercício da imaginação em paz, para poder fazer o melhor que puder e souber!

Entretanto, pelo sim pelo não, felicidades.
50 anos, licenciado pela ESBA em 1962

Manuel Vicente:
"Solução demagógica"

1. Estou um bocadinho alheio das questões por afastamento. Soube das propostas de Taveira no sentido de não haver concurso e se escolher um grupo para resolver o problema. Não acredito que as cidades sejam feitas por arquitectos e que estes se possam substituir aos princípios — da aristocracia e da Igreja. Não estou seguro que eles o sejam.
2. Siza Vieira é o arquitecto de maior prestígio, aliado de maior notoriedade. Mas eu, se fosse escolhido pelo presidente da Câmara de Lisboa, provavelmente negava.
Parece-me realmente uma solução um pouco demagógica: se falhar, não podemos dizer que Taveira é um safado. Acho que é uma solução ultrapassada. A cidade tem menos a ver com os arquitectos e mais com toda uma dinâmica.
3. O Chiado teria de ser mais exposto. Ver se aponta ou não forças reais, não só os arquitectos, mas também os cidadãos, as cidades não são "formas". Os arquitectos não possuem poder para modificar, tem de haver "espaço", económico essencialmente e político.
O Chiado em si era o "grand magasin" dos pobres. Tem a ver com Lisboa, que é

uma cidade pobre, diferente de Paris ou Londres. O Chiado não é um grande armazém para preservar. Se os arquitectos estrangeiros quisessem fazer alguma coisa ali, a dinâmica seria deles.

A coisa que menos me preocupa é como vai ser a arquitectura do Chiado. A minha geração — eu tenho 53 anos — sente pelo Chiado o que sinto as gerações futuras em relação às Amoreiras quando o centro tiver envelhecido e os donos das lojas também. O Chiado reflete hoje a velhice dos proprietários das lojas, a crise pós-25 de Abril, o contexto das grandes crises que caracterizam as décadas de 70 e 80. Neste contexto, o Chiado já não era lugar de coisa nenhuma.

Penso que o Chiado tem a ver com os arquitectos e a parolice, uma expertise do presidente da Câmara: "Agora deixem-me de Taveira e vou buscar um dos deles que limpem as mãos a este guardanapo". Só em Portugal se dá tanta ingenuidade e "malandragem" um pouco saia.

O que vai acontecer no Chiado, Amoreiras ou Martim Moniz? As Amoreiras estão fora do centro de Lisboa, é a loucura. O Martim Moniz era onde chegavam as pressões de ordem corporativa (dos arquitectos ou qualquer outra) ou de ordem cultural.

Se o Siza Vieira for de facto encarregado do trabalho, espero que o deixem praticar o exercício da imaginação em paz, para poder fazer o melhor que puder e souber!

Entretanto, pelo sim pelo não, felicidades.
50 anos, licenciado pela ESBA em 1962

Fernando Távora:
"Uma boa solução"

1. É um dos métodos possíveis, mas considero esta uma boa solução.
2. Como português que sou, não podia ter maior vaidade por em Portugal ter sido escolhido um arquitecto como Siza Vieira para um trabalho desta envergadura. Pena é que, embora ele tenha ultrapassado o âmbito do Porto, não lhe tenha sido dado um projecto desta dimensão sem incêndio, claro.
3. O que me parece neste momento é que devia ser escolhido rapidamente um responsável, o que já foi feito, e constituída rapidamente uma equipa. O resto vem por acréscimo, não interessa se é de manter ou não, se é pós-moderno ou não. O que importa é que haja alguém que assuma a responsabilidade do processo. Parece-me que até hoje se tem só procurado dar aspinhas, isto é, tratar uma doença de que se não conhece ainda as causas.
Professor da ESBA e autor do projecto de recuperação da Ribeira do Barro

consultores de engenharia e gestão, s.a.

EMDEME

"INVESTIMENTOS E POUPANÇA DE ENERGIA NO SECTOR INDUSTRIAL"

OBJECTIVOS
Dar a conhecer os instrumentos técnicos significativos para identificar as principais opções tecnológicas no domínio energético.
Transmitir os elementos fundamentais para avaliar a importância da componente energética na análise económico-financeira dos investimentos a realizar.

DESTINATÁRIOS
Gestores e Quadros da Empresa, Bancos ou Instituições Públicas, Projectistas, Técnicos Superiores, Engenheiros e Economistas, Responsáveis de Energia, Empresas de Consultoria.

PROGRAMA
— Consumos energéticos e estrutura de custos
— Gestão Energética, Poupanças energéticas em instalações industriais
— Processos de Produção de Energia e de Combustíveis
— Situação Económica-Financeira das Empresas e opções de Investimento em Utilização Racional de Energia
— Processo de Escolha de Projecto de Investimento na Poupança e Utilização Eficiente de Energia
— Engenharia Financeira, Projectos de Energia e as fontes de Financiamento

MONITORES: Dr. Ribeiro da Silva e Eng. Luís Fernandes
DATA: 26, 27 e 28 Setembro 88
HORÁRIO: 9.15 - 13 e 14.15 - 17.15 h.
DURAÇÃO: 20 horas
INSCRIÇÃO: 40 000\$00
LOCAL: Lisboa

INFORMAÇÕES: Qualquer informação adicional pode ser solicitada a:
EMDEME — Praça José Fontana, nº 26 - 5º andar — 1000 LISBOA
Telefs. 52 41 65 / 52 41 69 (contactar Luísa Vicente)
Telex 42548 EMDEME P

IROMA

INSTITUTO REGULADOR E COORDENADOR DOS MERCADOS AGRÍCOLAS

AVISO

Informa-se todos os produtores que está aberta a intervenção de girassol de produção nacional da campanha 1988/89, até 31 de Maio de 1989.

Quantidade mínima admitida
Características da semente

Preço de intervenção

Preço de compra pelo IROMA
Majorações (a partir de Novembro)

Prazo de pagamento

Toda a oferta de venda à intervenção deverá ser feita por uma proposta escrita dirigida ao Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola, na Rua Padre António Vieira, n.º 1 ou nas Delegações do IROMA, a qual será objecto de aceitação escrita e entregas programadas.

O VICE-PRESIDENTE
(Ribeira Nunes)

Gosto de ti

Gosto dos teus desenhos, das tuas formas, das tuas cores.
Gosto da beleza e funcionalidade dos teus modelos. Roca, gosto de ti.

Roca
Tudo para quartos de banho

Rua José Duarte Leão, 108 - 1.º andar - 1070-000 LISBOA
Telefs. 367 10 01 - 367 10 02 - 367 10 03 - 367 10 04 - 367 10 05 - 367 10 06 - 367 10 07 - 367 10 08 - 367 10 09 - 367 10 10 - 367 10 11 - 367 10 12 - 367 10 13 - 367 10 14 - 367 10 15 - 367 10 16 - 367 10 17 - 367 10 18 - 367 10 19 - 367 10 20 - 367 10 21 - 367 10 22 - 367 10 23 - 367 10 24 - 367 10 25 - 367 10 26 - 367 10 27 - 367 10 28 - 367 10 29 - 367 10 30 - 367 10 31 - 367 10 32 - 367 10 33 - 367 10 34 - 367 10 35 - 367 10 36 - 367 10 37 - 367 10 38 - 367 10 39 - 367 10 40 - 367 10 41 - 367 10 42 - 367 10 43 - 367 10 44 - 367 10 45 - 367 10 46 - 367 10 47 - 367 10 48 - 367 10 49 - 367 10 50 - 367 10 51 - 367 10 52 - 367 10 53 - 367 10 54 - 367 10 55 - 367 10 56 - 367 10 57 - 367 10 58 - 367 10 59 - 367 10 60 - 367 10 61 - 367 10 62 - 367 10 63 - 367 10 64 - 367 10 65 - 367 10 66 - 367 10 67 - 367 10 68 - 367 10 69 - 367 10 70 - 367 10 71 - 367 10 72 - 367 10 73 - 367 10 74 - 367 10 75 - 367 10 76 - 367 10 77 - 367 10 78 - 367 10 79 - 367 10 80 - 367 10 81 - 367 10 82 - 367 10 83 - 367 10 84 - 367 10 85 - 367 10 86 - 367 10 87 - 367 10 88 - 367 10 89 - 367 10 90 - 367 10 91 - 367 10 92 - 367 10 93 - 367 10 94 - 367 10 95 - 367 10 96 - 367 10 97 - 367 10 98 - 367 10 99 - 367 11 00 - 367 11 01 - 367 11 02 - 367 11 03 - 367 11 04 - 367 11 05 - 367 11 06 - 367 11 07 - 367 11 08 - 367 11 09 - 367 11 10 - 367 11 11 - 367 11 12 - 367 11 13 - 367 11 14 - 367 11 15 - 367 11 16 - 367 11 17 - 367 11 18 - 367 11 19 - 367 11 20 - 367 11 21 - 367 11 22 - 367 11 23 - 367 11 24 - 367 11 25 - 367 11 26 - 367 11 27 - 367 11 28 - 367 11 29 - 367 11 30 - 367 11 31 - 367 11 32 - 367 11 33 - 367 11 34 - 367 11 35 - 367 11 36 - 367 11 37 - 367 11 38 - 367 11 39 - 367 11 40 - 367 11 41 - 367 11 42 - 367 11 43 - 367 11 44 - 367 11 45 - 367 11 46 - 367 11 47 - 367 11 48 - 367 11 49 - 367 11 50 - 367 11 51 - 367 11 52 - 367 11 53 - 367 11 54 - 367 11 55 - 367 11 56 - 367 11 57 - 367 11 58 - 367 11 59 - 367 11 60 - 367 11 61 - 367 11 62 - 367 11 63 - 367 11 64 - 367 11 65 - 367 11 66 - 367 11 67 - 367 11 68 - 367 11 69 - 367 11 70 - 367 11 71 - 367 11 72 - 367 11 73 - 367 11 74 - 367 11 75 - 367 11 76 - 367 11 77 - 367 11 78 - 367 11 79 - 367 11 80 - 367 11 81 - 367 11 82 - 367 11 83 - 367 11 84 - 367 11 85 - 367 11 86 - 367 11 87 - 367 11 88 - 367 11 89 - 367 11 90 - 367 11 91 - 367 11 92 - 367 11 93 - 367 11 94 - 367 11 95 - 367 11 96 - 367 11 97 - 367 11 98 - 367 11 99 - 367 12 00 - 367 12 01 - 367 12 02 - 367 12 03 - 367 12 04 - 367 12 05 - 367 12 06 - 367 12 07 - 367 12 08 - 367 12 09 - 367 12 10 - 367 12 11 - 367 12 12 - 367 12 13 - 367 12 14 - 367 12 15 - 367 12 16 - 367 12 17 - 367 12 18 - 367 12 19 - 367 12 20 - 367 12 21 - 367 12 22 - 367 12 23 - 367 12 24 - 367 12 25 - 367 12 26 - 367 12 27 - 367 12 28 - 367 12 29 - 367 12 30 - 367 12 31 - 367 12 32 - 367 12 33 - 367 12 34 - 367 12 35 - 367 12 36 - 367 12 37 - 367 12 38 - 367 12 39 - 367 12 40 - 367 12 41 - 367 12 42 - 367 12 43 - 367 12 44 - 367 12 45 - 367 12 46 - 367 12 47 - 367 12 48 - 367 12 49 - 367 12 50 - 367 12 51 - 367 12 52 - 367 12 53 - 367 12 54 - 367 12 55 - 367 12 56 - 367 12 57 - 367 12 58 - 367 12 59 - 367 12 60 - 367 12 61 - 367 12 62 - 367 12 63 - 367 12 64 - 367 12 65 - 367 12 66 - 367 12 67 - 367 12 68 - 367 12 69 - 367 12 70 - 367 12 71 - 367 12 72 - 367 12 73 - 367 12 74 - 367 12 75 - 367 12 76 - 367 12 77 - 367 12 78 - 367 12 79 - 367 12 80 - 367 12 81 - 367 12 82 - 367 12 83 - 367 12 84 - 367 12 85 - 367 12 86 - 367 12 87 - 367 12 88 - 367 12 89 - 367 12 90 - 367 12 91 - 367 12 92 - 367 12 93 - 367 12 94 - 367 12 95 - 367 12 96 - 367 12 97 - 367 12 98 - 367 12 99 - 367 13 00 - 367 13 01 - 367 13 02 - 367 13 03 - 367 13 04 - 367 13 05 - 367 13 06 - 367 13 07 - 367 13 08 - 367 13 09 - 367 13 10 - 367 13 11 - 367 13 12 - 367 13 13 - 367 13 14 - 367 13 15 - 367 13 16 - 367 13 17 - 367 13 18 - 367 13 19 - 367 13 20 - 367 13 21 - 367 13 22 - 367 13 23 - 367 13 24 - 367 13 25 - 367 13 26 - 367 13 27 - 367 13 28 - 367 13 29 - 367 13 30 - 367 13 31 - 367 13 32 - 367 13 33 - 367 13 34 - 367 13 35 - 367 13 36 - 367 13 37 - 367 13 38 - 367 13 39 - 367 13 40 - 367 13 41 - 367 13 42 - 367 13 43 - 367 13 44 - 367 13 45 - 367 13 46 - 367 13 47 - 367 13 48 - 367 13 49 - 367 13 50 - 367 13 51 - 367 13 52 - 367 13 53 - 367 13 54 - 367 13 55 - 367 13 56 - 367 13 57 - 367 13 58 - 367 13 59 - 367 13 60 - 367 13 61 - 367 13 62 - 367 13 63 - 367 13 64 - 367 13 65 - 367 13 66 - 367 13 67 - 367 13 68 - 367 13 69 - 367 13 70 - 367 13 71 - 367 13 72 - 367 13 73 - 367 13 74 - 367 13 75 - 367 13 76 - 367 13 77 - 367 13 78 - 367 13 79 - 367 13 80 - 367 13 81 - 367 13 82 - 367 13 83 - 367 13 84 - 367 13 85 - 367 13 86 - 367 13 87 - 367 13 88 - 367 13 89 - 367 13 90 - 367 13 91 - 367 13 92 - 367 13 93 - 367 13 94 - 367 13 95 - 367 13 96 - 367 13 97 - 367 13 98 - 367 13 99 - 367 14 00 - 367 14 01 - 367 14 02 - 367 14 03 - 367 14 04 - 367 14 05 - 367 14 06 - 367 14 07 - 367 14 08 - 367 14 09 - 367 14 10 - 367 14 11 - 367 14 12 - 367 14 13 - 367 14 14 - 367 14 15 - 367 14 16 - 367 14 17 - 367 14 18 - 367 14 19 - 367 14 20 - 367 14 21 - 367 14 22 - 367 14 23 - 367 14 24 - 367 14 25 - 367 14 26 - 367 14 27 - 367 14 28 - 367 14 29 - 367 14 30 - 367 14 31 - 367 14 32 - 367 14 33 - 367 14 34 - 367 14 35 - 367 14 36 - 367 14 37 - 367 14 38 - 367 14 39 - 367 14 40 - 367 14 41 - 367 14 42 - 367 14 43 - 367 14 44 - 367 14 45 - 367 14 46 - 367 14 47 - 367 14 48 - 367 14 49 - 367 14 50 - 367 14 51 - 367 14 52 - 367 14 53 - 367 14 54 - 367 14 55 - 367 14 56 - 367 14 57 - 367 14 58 - 367 14 59 - 367 14 60 - 367 14 61 - 367 14 62 - 367 14 63 - 367 14 64 - 367 14 65 - 367 14 66 - 367 14 67 - 367 14 68 - 367 14 69 - 367 14 70 - 367 14 71 - 367 14 72 - 367 14 73 - 367 14 74 - 367 14 75 - 367 14 76 - 367 14 77 - 367 14 78 - 367 14 79 - 367 14 80 - 367 14 81 - 367 14 82 - 367 14 83 - 367 14 84 - 367 14 85 - 367 14 86 - 367 14 87 - 367 14 88 - 367 14 89 - 367 14 90 - 367 14 91 - 367 14 92 - 367 14 93 - 367 14 94 - 367 14 95 - 367 14 96 - 367 14 97 - 367 14 98 - 367 14 99 - 367 15 00 - 367 15 01 - 367 15 02 - 367 15 03 - 367 15 04 - 367 15 05 - 367 15 06 - 367 15 07 - 367 15 08 - 367 15 09 - 367 15 10 - 367 15 11 - 367 15 12 - 367 15 13 - 367 15 14 - 367 15 15 - 367 15 16 - 367 15 17 - 367 15 18 - 367 15 19 - 367 15 20 - 367 15 21 - 367 15 22 - 367 15 23 - 367 15 24 - 367 15 25 - 367 15 26 - 367 15 27 - 367 15 28 - 367 15 29 - 367 15 30 - 367 15 31 - 367 15 32 - 367 15 33 - 367 15 34 - 367 15 35 - 367 15 36 - 367 15 37 - 367 15 38 - 367 15 39 - 367 15 40 - 367 15 41 - 367 15 42 - 367 15 43 - 367 15 44 - 367 15 45 - 367 15 46 - 367 15 47 - 367 15 48 - 367 15 49 - 367 15 50 - 367 15 51 - 367 15 52 - 367 15 53 - 367 15 54 - 367 15 55 - 367 15 56 - 367 15 57 - 367 15 58 - 367 15 59 - 367 15 60 - 367 15 61 - 367 15 62 - 367 15 63 - 367 15 64 - 367 15 65 - 367 15 66 - 367 15 67 - 367 15 68 - 367 15 69 - 367 15 70 - 367 15 71 - 367 15 72 - 367 15 73 - 367 15 74 - 367 15 75 - 367 15 76 - 367 15 77 - 367 15 78 - 367 15 79 - 367 15 80 - 367 15 81 - 367 15 82 - 367 15 83 - 367 15 84 - 367 15 85 - 367 15 86 - 367 15 87 - 367 15 88 - 367 15 89 - 367 15 90 - 367 15 91 - 367 15 92 - 367 15 93 - 367 15 94 - 367 15 95 - 367 15 96 - 367 15 97 - 367 15 98 - 367 15 99 - 367 16 00 - 367 16 01 - 367 16 02 - 367 16 03 - 367 16 04 - 36